

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

Polyana Aparecida Valente

**MULHERES CATÓLICAS EM AÇÃO: CARIDADE, SAÚDE E
DIVULGAÇÃO DE CIÊNCIAS EM BELO HORIZONTE (1897-1936)**

Belo Horizonte

2016

Polyana Aparecida Valente

**MULHERES CATÓLICAS EM AÇÃO: CARIDADE, SAÚDE E
DIVULGAÇÃO DE CIÊNCIAS EM BELO HORIZONTE (1897-1936)**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito para obtenção do título de Doutor em História.

Linha de Pesquisa: Ciência e Cultura na História.

Orientador: Prof^o. Dr^o. Bernardo Jefferson de Oliveira

Belo Horizonte

2016

Valente, Polyana Aparecida

112.109
V154m
2016

Mulheres Católicas em ação
[manuscrito] : filantropia, saúde e divulgação de
ciências em Belo Horizonte (1897-1936) /
Polyana Aparecida Valente. - 2016.

206 f. : il.

Orientador: Bernardo Jefferson de
Oliveira.

Tese (doutorado) - Universidade
Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia
e Ciências Humanas.

Inclui bibliografia

1.História – Teses. 2. Associações
religiosas - Teses. 3.Assistência social - Teses. 4.
Saúde - Teses. 5.Ciência – História - Teses. I.
Oliveira, Bernardo Jefferson de. II. Universidade
Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia
e Ciências Humanas. III. Título.



**Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História**

Tese intitulada Mulheres Católicas em ação: caridade, educação, saúde e a divulgação de ciências em Belo Horizonte (1897-1936) de autoria de Polyana Aparecida Valente, aprovada pela banca examinadora constituída dos seguintes professores:

Prof. Dr. Bernardo Jefferson de Oliveira (UFMG) – Orientador

Prof. Dr. Luiz Otávio Ferreira (COC - Fiocruz)

Prof. Dra. Carla Simone Chamon (CEFET/MG)

Prof. Dra. Rita de Cássia Marques (UFMG)

Prof. Dra. Anny Jackeline Torres Silveira (UFMG)

Suplentes:

Prof. Dr. Bráulio Silva Chaves (CEFET/MG)

Prof. Dra. Betânia Gonçalves Figueiredo (UFMG)

Prof. *** Nome do Coordenador(a) ***
Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em História – UFMG

Data de aprovação: Belo Horizonte, ____ de _____ de 2016

À minha "Sol",
aos meus irmãos e sobrinhos,
com amor.

AGRADECIMENTOS

Escrevi a tese em muitos e seguidos mergulhos na pesquisa e no texto. Foram quatro anos e meio de muita dedicação e trabalho. A vida não dá tréguas e tive que combinar todas as adversidades do caminho com o desenvolvimento da pesquisa.

Assim como na canção portuguesa, chego ao final do trabalho com a dor de Frida Kahlo, a alegria de Greta Garbo e a graça de Madre Teresa. Quero agora “abraçar e agradecer” toda a coletividade que contribuiu para sua concretização. “O que eu sou, sou em par, não cheguei sozinha”.

Em primeiro lugar, agradeço minha avó materna, a incrível Dona Zélia, mulher católica que abriu mão de sua própria vida para se dedicar à casa e à família. Sua escolha de vida implicou em incentivar suas filhas e netas a serem mulheres independentes, fortes e acima de tudo, livres. Sem a presença dela nada disso seria possível.

Agradeço ao meu pai pelo seu jeito doce. Por caminhar sempre de mãos dadas comigo e com os meus sonhos.

À minha mãe, a mulher mais forte que conheço.

Aos meus maninhos Igor e Hugo, sou eternamente grata por me fazerem compreender o sentido da palavra amor.

Aos meus sobrinhos, por me mostrarem a leveza da vida. Jamille, sorrisinho bom da tia Poly. João Pedro, meu super herói preferido, meu Miguilim!

Aos meus familiares, tias, tios, primos e primas, agradeço pelo apoio. Em especial, agradeço a Aline Valente, prima linda com quem, mesmo a longa distância, dividi angústias e esperanças.

Agradeço aos muitos amigos, que por vezes reclamaram da minha ausência, mas sempre me incentivaram e me encheram de carinho. Agradeço especialmente “aos velhos amigos” da Turma do Sesi de 1998, Susu, Ju, Pablito, Mari e ao querido João, que no final dessa travessia me estendeu a mão, me confortando as dores.

A Wellesandra Benfica, agradeço pelas experiências acadêmicas compartilhadas e os mimos cotidianos manifestados em mensagens, olhares e abraços apertados.

A Romilda amiga de profissão, agradeço todo apoio e incentivo ao meu trabalho e pelo caminhar apesar das distâncias geográficas.

Agradeço à amiga de última hora, Roberta Ferreira, sempre disposta a mostrar a natureza, a arte e a música como elementos de cura e fontes de energia para a produção. Fez-me ver a luz no fim do túnel.

A Danielle Coutinho, minha amiga, dona do sorriso mais lindo que já vi, agradeço a primeira leitura do trabalho.

Ao Gui, meu amigo queridão, sou grata pelo auxílio no tratamento das línguas estrangeiras.

Às queridas amigas Bete e Dy, fontes inesgotáveis de bem querer.

Carinhosamente, agradeço a D. Madalena, que me recebeu em sua casa de braços abertos, com generosidade e atenção. Nossas conversas valeram não apenas para a construção da tese, mas por lições que levarei para a vida.

Agradeço ao meu querido orientador Bernardo Jefferson de Oliveira, que sempre acreditou e confiou no meu trabalho.

Agradeço aos professores Rita de Cássia Marques e Luiz Otávio Ferreira, pelas valiosas contribuições no exame de qualificação. As indicações de leituras e formas de pensar o problema apontaram caminhos seguros a seguir.

Aos queridos professores do Programa de Pós-Graduação, em especial as professoras Regina Horta Duarte, Ana Carolina Vimieiro, Anny Jackeline Torres Silveira e Betânia Figueiredo.

Aos funcionários dos vários arquivos por onde passei e que de alguma maneira contribuíram para a pesquisa: a Maria Júlia, do Centro de Memória da Escola de Enfermagem da UFMG, sempre tão eficiente e solícita. A Marília, do Instituto de Educação, responsável pelo arquivo da Escola Normal Modelo, que efetivamente viabilizou a pesquisa no acervo. Sem a intervenção dela o acesso às fontes não seria possível. Aos funcionários da Hemeroteca Histórica de Minas Gerais, sempre muito disponíveis. A Pollyana Teixeira e Thiago Lemos, funcionários da Hemeroteca da PUC Minas, agradeço por dividirem o espaço de trabalho comigo na consulta dos microfimes dos periódicos católicos. Sou grata à Rosângela, funcionária do Centro de Memória da Arquidiocese de Belo Horizonte, sempre preocupada pelas longas horas de pesquisa no arquivo. À Carla e Miriam, do Memorial Helena Antipoff, pela busca incansável das fontes de pesquisa e oferecimento de uma sala tranquila de trabalho. Ao querido Mário, responsável pela biblioteca da Magistra da Secretaria de Educação de Minas Gerais, que me ajudou a encontrar pistas da Maria Luiza de Almeida Cunha e pelo ouvido atento sobre as ideias presentes na pesquisa. Às irmãs da Creche Menino Jesus, agradeço pelo atendimento e por permitirem o acesso à documentação histórica da instituição.

Agradeço aos colegas da turma do doutorado, especialmente a Deise Rodrigues, com quem tive oportunidade de dividir trabalhos acadêmicos, a realização de mini curso e a elaboração de um dossiê sobre História das Ciências.

Ao Bráulio Chaves, pela troca de ideias, apoio e carinho.

Aos colegas com quem compartilhei a edição da Revista Temporalidades, Rute Torres, Bruno Vinicius de Moraes, Mateus Rezende, Kellen Silva, Lucas e Virgílio Oliveira Jr., agradeço pela experiência enriquecedora.

Agradeço à Capes pelo financiamento que viabilizou a realização da pesquisa.

Finalmente, agradeço à existência, que anuncia a primavera na minha vida!
Minha flor solar, girasSol, obrigada por irradiar alegria e luz pela nossa travessia. Te amo pétala por pétala!

RESUMO

O objetivo central deste trabalho foi analisar a atuação das mulheres leigas no associativismo católico, sobretudo na assistência à saúde e à educação na cidade de Belo Horizonte, entre os anos 1897 e 1936. O corte cronológico justifica-se pelo fato da construção de Belo Horizonte ser um marco no processo de modernização e urbanização de Minas Gerais. Nesse período houve a ampla organização de agremiações assistenciais, das quais destacamos as associações femininas católicas. Acreditamos que o associativismo feminino católico não era marcado apenas pela caridade cristã, mas por uma filantropia científica guiada por valores morais e científicos. Procuramos mostrar também que as agremiações possibilitaram às mulheres o acesso ao mundo público, bem como a formação de uma agenda ligada aos interesses femininos do período. Não foi nosso objetivo fazer um estudo de gênero, mas uma produção ligada à História das Mulheres, no sentido de compreender as leigas católicas como atores sociais, que no caso em questão, elegeram a filantropia para atuar fora do espaço doméstico. Concluímos que o associativismo feminino católico em Belo Horizonte é fruto da combinação do reformismo católico, iniciado em meados do século XIX, com o projeto político-social das elites mineiras. Esse projeto social visava a proteção e o controle da infância e da família, primando pela formação de uma sociedade moderna, moralmente boa e saudável.

Palavras-chave: Belo Horizonte. Associações Femininas Católicas. Filantropia. Educação. Saúde.

ABSTRACT

The main objective of this work was to analyse the agency of lay women in catholic associations, mainly on health and education aid in Belo Horizonte city, between 1897 and 1936. This period was chosen because the establishment of Belo Horizonte represents the modernisation and urbanisation process in the state of Minas Gerais. There was a wide number of assistance groups during this period, from which we highlight the catholic women groups. We believe that catholic female associations were characterized not only by Christian charity, but also by a scientific philanthropy guided by moral and scientific values. Also, we sought to show that those groups granted women access to the public sphere, as well as the creation of an agenda linked to female interests at that time. It was not our objective to carry out a gender analysis. We aimed at producing a work linked to the history of women, in the sense of understanding catholic lay women as social actors that have chosen philanthropy to act beyond the domestic space. We conclude that catholic female associations in Belo Horizonte results from the combination between the mid-19th century catholic reformism and a socio-political project of the elites of Minas Gerais. This socio-political project aimed at protecting and controlling childhood and families, shaping a modern society which was morally good and healthy.

Keywords: Belo Horizonte. Women in Catholic Associations. Philanthropy. Education. Health.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Mapa da cidade de Belo Horizonte	66
Figura 2	Maria Luiza, Isabel Lacombe e Roberto de Almeida Cunha	130
Figura 3	Maria Luiza, marido e seus filhos	132
Figura 4	Maria Luiza, marido e seus filhos	133
Figura 5	A casa da família Almeida Cunha	134
Figura 6	Artigo sobre Ensino Religioso nas Escolas	139
Figura 7	Ficha Individual do aluno proposta por Maria Luiza de Almeida Cunha	142
Figura 8	Professoras participantes do I Congresso Educação Primária e o presidente do Estado, Antônio Carlos de Andrada	144
Figura 9	Meninas Órfãs Asiladas no Bom Pastor	159
Figura 10	Projeto da Fachada do Asilo Bom Pastor	168
Figura 11	Creche Menino Jesus	181

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Cor de Cabelos	113
Gráfico 2	Qualidade dos Cabelos	114
Gráfico 3	Cor de Olhos	114
Gráfico 4	Cor da Pele	115

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Obras realizadas pela Comissão Obras Sociais e Operárias	79
Tabela 2	Obras realizadas pela Comissão Assistência e Caridade no Ano de 1927	86
Tabela 3	Lista de donativos da Cruzada Santa Terezinha do Menino Jesus	89
Tabela 4	Obras realizadas pela Comissão Assistência e Caridade no Ano de 1928 – Damas da Caridade Santa Efigênia	94
Tabela 5	Obras realizadas pela Comissão Assistência e Caridade no Ano de 1928 – Damas da Caridade São José	94
Tabela 6	Obras realizadas pela Comissão Assistência e Caridade no Ano de 1928 – Damas da Caridade Boa Viagem	94
Tabela 7	Obras realizadas pela Comissão Assistência e Caridade no Ano de 1929 – Damas da Caridade Santa Efigênia	95
Tabela 8	Obras realizadas pela Comissão Assistência e Caridade no Ano de 1929 – Damas da Caridade Lourdes	95
Tabela 9	Obras realizadas pela Comissão Assistência e Caridade no Ano de 1930 – Damas da Caridade Boa Viagem	96
Tabela 10	Obras realizadas pela Comissão Assistência e Caridade no Ano de 1930 – Damas da Caridade Santa Efigênia	96
Tabela 11	Obras realizadas pela Comissão Assistência e Caridade no Ano de 1930 – Damas da Caridade Barro Preto	96
Tabela 12	Obras realizadas pela Comissão Assistência e Caridade no Ano de 1931 – Damas da Caridade São José	97
Tabela 13	Obras realizadas pela Comissão Assistência e Caridade no Ano de 1931 – Damas da Caridade Santa Efigênia	97
Tabela 14	Obras realizadas pela Comissão Assistência e Caridade no Ano de 1931 – Damas da Caridade Boa Viagem	98
Tabela 15	Obras realizadas pela Comissão Assistência e Caridade no Ano de 1931 – Damas da Caridade Floresta	98
Tabela 16	Obras realizadas pela Comissão Assistência e Caridade no Ano de 1931 – Damas da Caridade São Sebastião	98
Tabela 17	Obras realizadas pela Comissão Assistência e Caridade no Ano de 1931 – Damas da Caridade Lourdes	98
Tabela 18	Obras realizadas pela Comissão Assistência e Caridade no Ano de 1931 – Damas da Caridade Santo Antônio	99
Tabela 19	Obras realizadas pela Comissão Assistência e Caridade no Ano de 1932 – Damas da Caridade Santa Efigênia	99
Tabela 20	Obras realizadas pela Comissão Assistência e Caridade no Ano de 1932 – Damas da Caridade São José	100
Tabela 21	Obras realizadas pela Comissão Assistência e Caridade no Ano de 1932 – Damas da Caridade Floresta	100
Tabela 22	Obras realizadas pela Comissão Assistência e Caridade no Ano de 1932 – Damas da Caridade São Sebastião	100
Tabela 23	Obras realizadas pela Comissão Assistência e Caridade no Ano de 1932 – Damas da Caridade Lourdes	101
Tabela 24	Obras realizadas pela Comissão Assistência e Caridade no Ano de 1932 – Damas da Caridade Carlos Prates	101
Tabela 25	Obras realizadas pela Comissão Assistência e Caridade no Ano de 1932 – Damas da Caridade Boa Viagem	101
Tabela 26	Obras realizadas pela Comissão Assistência e Caridade no Ano de 1933	102

	– Damas da Caridade Lourdes	
Tabela 27	Obras realizadas pela Comissão Assistência e Caridade no Ano de 1933	102
	– Damas da Caridade Boa Viagem	
Tabela 28	Obras realizadas pela Comissão Assistência e Caridade no Ano de 1933	103
	– Damas da Caridade Carlos Prates	
Tabela 29	Obras realizadas pela Comissão Assistência e Caridade no Ano de 1933	103
	– Damas da Caridade Santa Tereza e Santa Terezinha	
Tabela 30	Obras realizadas pela Comissão Assistência e Caridade no Ano de 1933	103
	– Damas da Caridade São José	
Tabela 31	Obras realizadas pela Comissão Assistência e Caridade no Ano de 1933	103
	– Damas da Caridade Floresta	
Tabela 32	Obras realizadas pela Comissão Assistência e Caridade no Ano de 1934	104
	– Damas da Caridade São José	
Tabela 33	Obras realizadas pela Comissão Assistência e Caridade no Ano de 1934	104
	– Damas da Caridade Boa Viagem	
Tabela 34	Obras realizadas pela Comissão Assistência e Caridade no Ano de 1934	104
	– Damas da Caridade Santa Tereza	
Tabela 35	Obras realizadas pela Comissão Assistência e Caridade no Ano de 1934	104
	– Damas da Caridade Santa Efigênia	
Tabela 36	Obras realizadas pela Comissão Assistência e Caridade no Ano de 1934	104
	– Damas da Caridade Carlos Prates	
Tabela 37	Obras realizadas pela Comissão Assistência e Caridade no Ano de 1934	105
	– Damas da Caridade Lourdes	
Tabela 38	Obras realizadas pela Comissão Assistência e Caridade no Ano de 1934	105
	– Damas da Caridade Calafate	
Tabela 39	Obras realizadas pela Comissão Assistência e Caridade no Ano de 1934	105
	– Damas da Caridade Floresta	
Tabela 40	Levantamento de verbas diversas realizadas pela Comissão Assistência e Caridade	106
Tabela 41	Subvenção Municipal	107
Tabela 42	Subvenções e Doações Recebidas	109
Tabela 43	Movimentação de Verbas Damas da Caridade	109
Tabela 44	Lista de artigos produzidos por Maria Luiza de Almeida Cunha	135
Tabela 45	Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Flávio Fernandes dos Santos set./1923 (Ano 1922-1923)	160
Tabela 46	Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Flávio Fernandes dos Santos set./1925 (Ano 1924-1925)	160
Tabela 47	Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Cristiano Monteiro Machado. Outubro/1926 (Ano 1925-1926)	160
Tabela 48	Relatório do 1º Ano da Administração Municipal no quadriênio iniciado em 1926	161
Tabela 49	Mensagem apresentada ao Conselho deliberativo pelo prefeito Cristiano Monteiro Machado Outubro/1928	161
Tabela 50	Repasses Prefeitura (1940/1941)	161
Tabela 51	Doações destinadas ao Asilo Bom Pastor	163
Tabela 52	Donativos comércio em fazendas e gêneros para o Bom Pastor	164
Tabela 53	Benfeitores da Creche Menino Jesus	177
Tabela 54	Doações de materiais de construção e acabamento Creche Menino Jesus	178
Tabela 55	Doações de mobília Creche Menino Jesus	178

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABE – Associação Brasileira de Educação

CC – Confederação Católica

CCF – Confederação Católica Feminina

FM – Filhas de Maria

GAS – Grupo de Ação Social

JC – Juventude Católica

JEC – Juventude Estudantil Católica

JOC – Juventude Operária Católica

JUC – Juventude Universitária Católica

MTIC – Ministério do Trabalho Indústria e Comércio

MESP – Ministério da Educação e da Saúde

OMEF – Organização Mundial para Educação Pré-Escolar

SMAI – Sociedade Mineira de Assistência à Infância

SSVP – Sociedade São Vicente de Paulo

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UMC – União dos Moços Católicos

UP – União Popular

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
1 ASSOCIATIVISMO FEMININO CATÓLICO EM BELO HORIZONTE	23
1.1 Associativismo Feminino	24
1.2 Estudo sobre o Associativismo Feminino no Brasil	28
1.3 Associativismo em Belo Horizonte	31
1.3.1 <i>Associativismo Católico em Belo Horizonte</i>	35
1.4 As associações católicas femininas em Belo Horizonte	39
1.4.1 <i>Filhas de Maria</i>	39
1.4.2 <i>Mães Cristãs</i>	51
1.4.3 <i>Damas da Caridade</i>	60
2 CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DE BELO HORIZONTE E O ASSISTENCIALISMO	62
2.1 A Confederação Católica: sessão feminina	64
2.2 Comissões de Trabalho da Confederação Católica Feminina	71
2.2.1 <i>Comissão Escolas</i>	74
2.2.2 <i>Comissão Obras Sociais e Operárias</i>	78
2.2.3 <i>Comissão Assistência e Caridade</i>	80
2.3 A comissão Assistência e Caridade, as Damas da Caridade e a Parceria com a Sociedade São Vicente de Paulo	83
2.3.1 <i>As atividades realizadas na 1ª fase da Comissão Assistência e Caridade</i>	86
2.3.2 <i>O fortalecimento da parceria entre a Comissão Assistência e Caridade e a Sociedade São Vicente de Paulo</i>	96
2.4 A arrecadação da Comissão Assistência e Caridade: parcerias entre o poder público e a sociedade	105
3 PERFIL DAS MULHERES ATUANTES NO ASSOCIATIVISMO CATÓLICO EM BELO HORIZONTE	111
3.1 Formação Escolar	120
3.1.1 <i>Colégio Santa Maria</i>	122
3.1.2 <i>Escola Normal Modelo</i>	124
3.1.3 <i>Escola de Enfermagem Carlos Chagas (EECC)</i>	126
3.2 Maria Luiza de Almeida Cunha: o paradoxo entre o conservadorismo católico e	126

suas práticas de vanguarda	
3.2.1 <i>A vida antes de Belo Horizonte</i>	128
3.2.2 <i>Maria Luiza e a vida em Belo Horizonte</i>	131
3.2.3 <i>Maria Luiza e sua vida profissional em Belo Horizonte</i>	135
3.2.4 <i>A militância católica de Maria Luiza de Almeida Cunha</i>	146
4 O TRABALHO DAS ASSOCIADAS CATÓLICAS A FAVOR DA INFÂNCIA DESVALIDA E DAS “MULHERES PERDIDAS”	149
4.1 O Asilo Bom Pastor	150
4.1.1 <i>O Bom Pastor em Belo Horizonte e as negociações para a doação do espaço do asilo</i>	152
4.1.2 <i>A inauguração do Bom Pastor</i>	156
4.1.3 <i>A participação das mulheres leigas na rotina e na manutenção do asilo Bom Pastor</i>	159
4.2 <i>A Creche Menino Jesus</i>	173
CONSIDERAÇÕES FINAIS	183
REFERÊNCIAS	186
ANEXO 1 – Perfil da Mulheres Associadas	200

INTRODUÇÃO

Na ocasião da seleção para o doutorado, o objetivo do projeto de pesquisa era compreender as relações estabelecidas entre a religião católica e o discurso científico no processo de divulgação e popularização das ciências, na cidade de Belo Horizonte, durante as primeiras décadas do século XX, a partir da análise do periódico católico *O Horizonte*. O jornal era órgão do Conselho de Imprensa da Diocese de Belo Horizonte e circulou na capital mineira entre os anos 1923 e 1934.

Ao iniciar o trabalho de investigação no jornal, despertava atenção o grande número de artigos e anúncios voltados para o público feminino (maternidade, puericultura, voto, trabalho, educação e infância), a presença de colunas femininas e a existência de artigos assinados por mulheres. Também havia muitas informações sobre associações femininas católicas, sobretudo das Filhas de Maria, Mães Cristãs e Damas da Caridade, reunidas na Confederação Católica Feminina.

A partir destas constatações, conjecturamos a possibilidade do jornal *O Horizonte* ser destinado ao público feminino, mesmo que só houvesse nomes de homens na lista de assinantes e o corpo editorial fosse exclusivamente masculino. Intrigados, fomos em busca de outras fontes que pudessem confirmar ou não a hipótese.

No Centro de Memória da Arquidiocese de Belo Horizonte encontramos as Atas da Confederação Católica Feminina. Pela leitura das atas, identificamos que tal periódico procurava orientar as mulheres católicas sobre o seu papel na sociedade, sobretudo os papéis de mães e esposas. As mulheres envolvidas ao associativismo católico eram as responsáveis pelas vendas avulsas do jornal e por angariar novos assinantes. Além disso, a criação da coluna feminina do jornal foi sugestão de uma militante católica, membro da Confederação Católica Feminina.

Dessa investigação tornou-se nítido que o associativismo feminino católico estava integrado ao projeto reformador da Igreja Católica, que convocava o laicato à participação ativa em todos os âmbitos sociais. Da construção da capital até os anos de 1930, esse projeto católico, em certa medida, foi adotado pelas elites mineiras no enfrentamento dos problemas sociais da cidade.

A descoberta das Atas da Confederação Católica Feminina nos conduziu a outros documentos sobre o associativismo feminino católico e suas ações sociais, que não deixavam outra opção senão repensar o tema da pesquisa e compreender como o associativismo feminino católico se organizou em torno da filantropia. Qual o papel das mulheres na Ação Católica? Quais as possíveis relações entre as corporações femininas católicas e o movimento feminista brasileiro? Quais eram suas interlocuções? Como

funcionava a rede de assistência? Quem eram essas mulheres? Quais suas estratégias e objetivos? Como a filantropia se conjugava com a moral científica? Como as associações filantrópicas se posicionavam em relação às instituições científicas? Como as mulheres ligadas ao associativismo católico repercutiam a educação científica em suas palestras sanitárias? De que maneira combinavam ciência e moral religiosa?

Dessa maneira, a pesquisa passou a intitular-se *Mulheres Católicas em ação: caridade, educação, saúde e a divulgação de ciências em Belo Horizonte (1897-1936)*. No novo formato, o objetivo central da pesquisa foi analisar a atuação das mulheres leigas no associativismo católico, sobretudo na assistência à saúde e à educação. Não foi nosso objetivo fazer um estudo de gênero, mas uma produção ligada à História das Mulheres, no sentido de compreender as leigas católicas como atores sociais, que no caso em questão, elegeram a filantropia para atuar fora do espaço doméstico.

O marco temporal recortado para análise vai de 1897, ano de inauguração da cidade, a 1936. Embora a atuação das associações femininas católicas analisadas tenha sido mais significativa nos anos iniciais do século XX, entendemos que a organização das associações no início da construção da cidade são fundamentais para compreender o papel do associativismo feminino católico na cidade. Desse modo, o corte cronológico inicial justifica-se pelo fato da construção de Belo Horizonte, como a nova capital mineira, ser um marco no processo de modernização e urbanização de Minas Gerais. Em seu projeto coexistia a ideologia do progresso, as influências europeias e as práticas e tradições trazidas pelos novos habitantes de seus antigos lugares. A cidade era uma espécie de “laboratório” para o processo de civilização, tendo como referência os padrões burgueses europeus. O ideário cientificista intervia diretamente no espaço urbano, na forma como as elites o organizavam e o faziam funcionar, gerando novas formas de comportamento, também entre a população mais geral. Para alcançar esses objetivos, tal ideário fez crescer pela cidade uma gama de associações que procuravam ordenar, educar, tornar saudável e trabalhadora a população mais pobre.

Destacamos o associativismo católico, sobretudo o feminino, que em parcerias com o poder público, com a iniciativa privada e com profissionais da saúde, desde a criação da cidade, se mobilizaram pela assistência material e médica, a instrução escolar, a formação técnica, bem como o lazer da população pobre, especialmente das crianças e das mulheres. A organização desses grupos nesse formato perdurou até o ano de 1936. Em ocasião do II Congresso Nacional Eucarístico, realizado em Belo Horizonte nesse mesmo ano, houve uma nova configuração da atuação do associativismo feminino católico. Acreditamos que tal mudança estava ligada às estratégias internas da Igreja Católica e com o processo de consolidação do Estado Nacional, iniciado por Getúlio Vargas a partir de 1934, com a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e do Ministério da

Educação e Saúde Pública. Ambos ministérios marcam a expansão do poder do Estado e sua responsabilidade sobre as questões sociais. Isso, em certa medida, não extinguiu a filantropia católica, mas impôs novas demandas e formatos. Por isso, elegemos o ano de 1936 como nosso marco cronológico final.

No que diz respeito às fontes, inicialmente este trabalho se dedicou a seleção de artigos do jornal *O Horizonte*, no período de 1923 a 1934, ligados ao universo feminino tais como feminismo, maternidade, infância, assistência e higiene. O jornal *O Horizonte*, periódico semanário que, ao longo de suas publicações, tornou-se bissemanário, fazia parte da Imprensa Diocesana de Belo Horizonte criada em 1922 pelo bispo D. Cabral. Circulou entre os anos de 1923 a 1924, quando foi substituído pelo jornal *Diário*. Seu corpo editorial era composto por eclesiásticos e membros do laicato católico.

De acordo com seus idealizadores, o periódico tinha como princípios: defender a constituição da família, defender a instrução, desenvolver o ensino profissional, cuidar da assistência, promover a harmonia das relações entre patrões e operários, praticar o trabalho na base do sindicalismo cristão e zelar pela boa moral.

A partir da seleção, catalogação e análise dos artigos e a clara associação do jornal com as associações femininas católicas, partimos para pesquisa no acervo da Arquidiocese de Belo Horizonte, onde encontramos as Atas da Confederação Feminina Católica. Com a constatação de que a Confederação Feminina Católica era composta por membros de variadas pastorais, procuramos uma documentação que fornecesse mais pistas sobre quem eram as mulheres desse grupo e como atuavam.

Assim, ainda no arquivo da Arquidiocese de Belo Horizonte investigamos documentos relativos à Ação Social Católica, Atas do II Congresso Eucarístico Nacional realizado em 1936, Avisos e Mandamentos da Cúria Metropolitana de Belo Horizonte, Movimento Pró-Creche, Pastoral da Criança, Pastoral de Saúde, Pastoral do Menor, Pastoral Familiar, III Semana Social Brasileira, Serviços Sociais, Avisos e Mandamentos da Cúria Metropolitana, II Congresso Eucarístico Nacional, Paróquias, Foranias e Regiões Episcopais (álbuns, cartilhas, dossiês, folhetos, históricos, pesquisas, projetos e relatórios).

Seguindo as pistas fornecidas pelas Atas da Confederação Católica Feminina visitamos o acervo do Centro de Memória da Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Minas Gerais, onde utilizamos as fichas de inscrição das aspirantes ao curso de enfermagem e a Revista *Enfermagem em Minas*.

Com o intuito de verificar se atuação das mulheres católicas estava restrita aos círculos católicos e qual a sua audiência, no acervo do Arquivo da Cidade de Belo Horizonte, na Revista *Bello Horizonte*, destinada ao público feminino encontramos variadas reportagens, artigos e fotografias que faziam referência a ação social católica feminina.

Na Hemeroteca Histórica de Minas Gerais, investigamos no Jornal Minas Gerais informações sobre o Congresso Feminino ocorrido no ano de 1931 e o Congresso Eucarístico Nacional realizado em 1936. Acessamos também a Revista do Ensino, importante espaço para a escrita feminina em Minas Gerais.

Para pensar a relação das instituições filantrópicas com o poder público buscamos no Arquivo Público Mineiro os documentos da Secretaria do Interior que indicam os repasses de verbas e doações recebidas pelas instituições em que atuavam o grupo de mulheres estudado.

Acessamos também o acervo da Escola Normal Modelo e da Escola de Aperfeiçoamento que está sob a guarda do Instituto de Educação de Minas Gerais. Nesse arquivo investigamos atas das reuniões do Grêmio Literário Pedagógico, Livros de Termo de Posse, Fichas de Ponto e Correspondências.

Por fim, na Creche Menino Jesus, tivemos acesso ao livro de crianças matriculadas e ao “Livro de Ouro” que conta a história oficial da instituição.

Para apresentar os resultados da pesquisa, a tese foi dividida em quatro capítulos. No primeiro capítulo fazemos uma discussão teórica sobre o associativismo feminino. Apresentamos três associações femininas católicas: As Filhas de Maria, Mães Cristãs e Damas da Caridade. Ambas instituições eram frequentadas por mulheres da elite mineira e agiram efetivamente no campo da filantropia. A apresentação dessas agremiações, além de demonstrar a atuação dos grupos no campo da assistência, objetiva sustentar nosso principal argumento, ou seja, de que o associativismo feminino católico não era marcado apenas pela caridade cristã, mas por uma filantropia científica guiada por valores morais e científicos. Procuramos mostrar também que as agremiações possibilitaram o acesso ao mundo público, bem como a formação de uma agenda ligada aos interesses femininos do período.

Com a finalidade de apresentar as atividades realizadas pelas mulheres católicas, no segundo capítulo demonstramos a organização da Confederação Católica Feminina. A associação agregava várias agremiações femininas católicas, com destaque para as Filhas de Maria, Mães Cristãs e Damas da Caridade. A Confederação Católica Feminina foi criada com o objetivo de centralizar e organizar a assistência católica em Belo Horizonte. As atividades realizadas pela Confederação permitem conhecer o trânsito das mulheres católicas pelas instituições filantrópicas, os trabalhos por elas desenvolvidos e as redes de influências acionadas. Além disso, os eventos realizados por esse grupo de mulheres produziam uma arrecadação superior às subvenções do poder público, salientando a importância das mulheres católicas na manutenção dos projetos filantrópicos. Nesse capítulo mostramos também a importância da Sociedade São Vicente de Paulo para a dinâmica do associativismo feminino católico.

No terceiro capítulo apresentamos o perfil do laicato feminino atuante no associativismo. Demonstramos que a ação coletiva das mulheres católicas se tornou viável pelas experiências por elas compartilhadas. Essas experiências foram construídas no cotidiano, nas redes de sociabilidades, na origem social, nos programas criados no interior das associações e pela mobilidade espacial adquirida. Eram mulheres católicas, de refinada educação e pertencentes às elites econômicas e políticas de Minas Gerais. Utilizamos a trajetória da militante Maria Luiza de Almeida Cunha para demonstrar que a ação das mulheres no associativismo católico foi movida pelo saber técnico e científico adquirido na formação escolar, preferencialmente nos cursos normais e de enfermagem. Por isso, elas atuaram basicamente na assistência à infância e às mulheres pobres.

Desse modo, no quarto e último capítulo destacamos o trabalho das associadas católicas a favor das mulheres “perdidas” e da infância desvalida. Para isso, apresentamos duas instituições erigidas com a participação efetiva das associadas católicas: o Asilo Bom Pastor e a Creche Menino Jesus.

1 ASSOCIATIVISMO FEMININO CATÓLICO EM BELO HORIZONTE

O escopo deste capítulo é discutir sobre o associativismo feminino no Brasil, particularmente as associações femininas católicas atuantes em Belo Horizonte entre os anos 1920 e 1930. Foi nosso objetivo nos distanciarmos da historiografia que compreende o associativismo feminino católico sob o prisma dos manuais, regimentos e códigos de condutas que regulavam as associações.

Entendemos que havia uma nítida distância entre as rígidas determinações desses manuais com a realidade vivenciada pelas mulheres. Pelos manuais das associações católicas, as associadas eram conservadoras, piedosas e participavam da filantropia apenas para promover a carreira de seus maridos. Desse modo, procuramos diminuir a tutela dos homens nas agremiações e nos afastar da perspectiva que pensa o associativismo feminino católico exclusivamente como um mecanismo de disciplinamento social e normatização, sem levar em consideração a dinâmica das relações sociais.

Para a organização do capítulo, apresentamos uma discussão teórica sobre o associativismo feminino. Além disso, mostramos como estava organizado o associativismo católico em Belo Horizonte nas primeiras décadas do século XX. Enfatizamos as três principais associações femininas de caráter ativo na cidade, que atuavam efetivamente dentro do projeto de Ação Social da Igreja Católica nesse período. São elas: Filhas de Maria (FM), Mães Cristãs e Damas da Caridade.

A escolha dessas agremiações justifica-se por, pelo menos, três razões. Primeiro por terem sido criadas dentro do projeto de Ação Social Católica¹, protagonizado por D. Sebastião Leme e D. Cabral, do qual as mulheres foram peças fundamentais. Em seguida, pelo destacado trabalho desempenhado por elas nos campos da assistência social, marcadamente na assistência às mulheres pobres e operárias, crianças e mulheres “desviadas”. Finalmente, por serem essas três associações a parcela mais representativa da Confederação Católica Feminina (CCF), agremiação criada no ano de 1927, e que tinha como meta centralizar e orientar a ação das associações leigas em Belo Horizonte. As reuniões da CCF eram realizadas, exclusivamente, com a presença das mulheres que ocupavam cargos de gestão nas associações que representavam. Tratava-se, portanto, de

¹ O movimento reformista da Igreja Católica no Brasil, iniciado em 1891, também conhecido como Ação Social Católica, foi direcionado pela carta encíclica *Rerum Novarum*, redigida pelo papa Leão XIII. O movimento se organizou de forma mais efetiva a partir dos anos 1910. Em termos gerais, esse movimento representava uma reação da Igreja Católica frente às demandas postas pela modernidade, especialmente no que dizia respeito ao mundo do trabalho, ao alastramento de outras correntes religiosas e à intervenção do Estado no campo social. Além dos eclesiásticos, a Ação Social Católica contou com a participação do laicato católico e tinha como objetivo primeiro intervir na vida social, a partir dos elementos da modernidade.

um grupo bem específico de mulheres que compartilhavam experiências e comportamentos sociais, pertencendo a uma parte seleta da elite mineira. Essas mulheres tiveram uma trajetória escolar bem similar, frequentavam os mesmos espaços de divertimento, moravam em bairros próximos etc.

1.1 Associativismo Feminino

As associações femininas aparecem como um meio privilegiado de estudo para tornar as mulheres visíveis durante o período que estavam fora do sufrágio universal. Para Cova, a iniciação das mulheres na vida associativa inscreve-se na história das aprendizagens da democracia.²

Nas últimas décadas ampliou-se o campo de investigação sobre a História das Mulheres. Salienta Bock³ que, nos anos 1980, nos Estados Unidos, Suíça, Itália, Suécia e Dinamarca, algumas revistas de História dedicaram vários números à História das Mulheres. Além do aumento quantitativo, a autora destaca o viés analítico desses trabalhos, que procuram demonstrar a experiência das mulheres, independente da história dos homens. Há nesses trabalhos uma clara tentativa de diminuir a presença dos homens, construindo as tramas a partir das experiências femininas.

Bock e Cova⁴ afirmam que é interessante tentar apreender o que significa o engajamento militante para estas mulheres, de modo a clarificar as relações entre o público e o privado e a construção de uma identidade coletiva das mulheres atuantes no associativismo.

Segundo Perrot, as mulheres ligadas às associações,

souberam apossar-se dos espaços que lhes eram deixados ou confiados, para desenvolver sua influência junto às portas do poder. Sair moralmente dos papéis designados e construir uma opinião, passando da sujeição à independência.⁵

² COVA, Anne. O associativismo das mulheres. Uma abordagem comparativa: França e Portugal (1900-1918). In: SERRAO, José Vicente *et al.* (orgs.). **Desenvolvimento Econômico e Mudança Social: Portugal nos últimos dois séculos**. Lisboa: ICS Imprensa de Ciências Sociais, 2009. p. 333-348.

³ BOCK, Gisela. **La historia de las mujeres y La historia Del género**. Aspectos de um debate internacional. História Social 9 España, Universidad de Valencia. Instituto de História Social, 1991.

⁴ COVA, Anne. O associativismo das mulheres. Uma abordagem comparativa: França e Portugal (1900-1918). In: SERRAO, José Vicente *et al.* (orgs.). **Desenvolvimento Econômico e Mudança Social: Portugal nos últimos dois séculos**. Lisboa: ICS Imprensa de Ciências Sociais, 2009. p. 333-348.

⁵ PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2005.

No plano cronológico, na Europa, a maior parte dos movimentos de mulheres ganhou forma no final do século XIX e atingiu seu apogeu nas vésperas da Primeira Guerra Mundial, período conhecido como a *Belle Époque* dos feminismos.⁶ De acordo com Evelyne Diebolt⁷, a sociedade civil francesa, na virada do século XIX para o XX, organizou-se em associações para remediar problemas como a pobreza e a miséria moral e intelectual. Procuravam obter junto ao poder público e à sociedade civil, financiamentos para trabalhos de assistência social. Como salienta a autora, as associações de caráter médico-social surgem de instituições e poderes já consolidados, fortes e monolíticos, representadas, de um lado, principalmente pelas Igrejas Católica e Protestante, e do outro lado, pelo Estado.

Para Bock e Cova⁸, o Estado tinha interesse por essas associações sobre vários aspectos: a legislação, a fiscalização e a concessão de subsídios, o que lhe permitia exercer certo controle sobre elas. Na parceria entre Estado e associações femininas, as mulheres desempenhavam um papel fundamental na criação, organização e gestão dos serviços sociais. Nas associações sanitárias, eram as mulheres, na maioria das vezes, que assumiam a prestação de serviços junto aos assistidos. Faziam tratamentos domiciliares, campanhas de prevenção contra doenças, organizavam colônias de férias e assumiam a responsabilidade pelas atividades com crianças.⁹

Evelyne Diebolt mostra a dinâmica do crescimento das instituições médico-sociais na França, oriundas do associativismo de mulheres depois da promulgação da Lei 1901, que estabelecia a liberdade associativa. Assim, tal lei definia “a associação como sendo a convenção pela qual uma ou várias pessoas colocam em comum e de forma contínua seus conhecimentos ou suas atividades com a única finalidade de dividir os benefícios”.¹⁰

Segundo a autora, a maleabilidade e a simplicidade do texto fundador da lei facilitaram sua utilização e as mulheres, não tendo nesse período direitos civis nem direito ao voto, impedidas de aderir a um sindicato e com dificuldade de militar em um partido

⁶ COVA, Anne. O associativismo das mulheres. Uma abordagem comparativa: França e Portugal (1900-1918). In: SERRAO, José Vicente *et al.* (orgs.). **Desenvolvimento Econômico e Mudança Social: Portugal nos últimos dois séculos**. Lisboa: ICS Imprensa de Ciências Sociais, 2009. p. 333-348.

⁷ DIEBOLT, Evelyne. **História do Trabalho Social: nascimento e expansão do setor associativo sanitário e social (França, 1901-2001)**. In: Estudos Feministas, Florianópolis, 13 (2): 256 maio-agosto, 2005.

⁸ COVA, Anne. O associativismo das mulheres. Uma abordagem comparativa: França e Portugal (1900-1918). In: SERRAO, José Vicente *et al.* (orgs.). **Desenvolvimento Econômico e Mudança Social: Portugal nos últimos dois séculos**. Lisboa: ICS Imprensa de Ciências Sociais, 2009. p. 333-348.

⁹ DIEBOLT, Evelyne. Op. cit., nota 7.

¹⁰ DIEBOLT, Evelyne. Op. cit., nota 7. p. 305.

político, encontraram na referida lei uma brecha para exercer a cidadania política.¹¹ Criaram numerosas associações sanitárias e sociais, lutando contra a pobreza, a miséria moral e intelectual, as epidemias e doenças.

Para Diebolt, ao criarem as associações ativistas e ao desenvolverem medidas sociais, as mulheres exerceram um papel importante no surgimento do Estado de Bem Estar Social. Na perspectiva da autora, as mulheres, através da ação associativa, permitiram a aplicação da legislação social, sobretudo a proteção à maternidade, saúde pública, segurança social, profissionalização do setor social, formação de empregos para mulheres e educação. Por conseguinte, teceram importantes laços sociais entre a sociedade, autoridades civis, estaduais e locais.

Nessa mesma direção, Michelle Perrot advoga que as mulheres, ao atuarem nas associações, “edificaram um poder social muitas vezes conquistado e assumiram uma missão moral da qual a filantropia foi a forma mais corrente”.¹² Como mostra a autora, a caridade, antigo dever das cristãs, conduziu historicamente as mulheres para fora de suas casas para visitar os pobres, doentes e prisioneiros, traçando pelas cidades itinerários permitidos e abençoados.

Desse modo “a filantropia constituiu para as mulheres uma experiência não negligenciável que modificou sua percepção de mundo, seu sentido de si mesmas e, até certo ponto, sua inserção pública”¹³. Foi na experiência filantrópica, através da gestão privada do social, que as mulheres ganharam um lugar de importância, como uma extensão das tarefas domésticas.¹⁴ No começo, a presença das mulheres na filantropia tratava apenas de fazer caridade, no entanto, acabou tornando-se uma vasta empreitada de moralização e higiene.

Outro ponto importante a se destacar sobre o associativismo feminino nesse período é a sua internacionalização. De acordo com Cova, a ideia de criar uma organização internacional de mulheres surgiu em Nova Iorque, no ano de 1848. O objetivo era abrir um espaço para discussão de temas ligados à esfera social, civil e religiosa. Além disso, visava estabelecer uma comunicação constante entre as associações de mulheres de todos os países envolvidos e realizar encontros para deliberação de questões relativas ao bem público e à segurança da família.

¹¹DIEBOLT, Evelyne. Op. cit., nota 7.

¹²PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2005. p. 277.

¹³Ibid., p 281

¹⁴Ibid., p.280

Observa Cova¹⁵ que as duas primeiras comissões internacionais criadas foram a Paz e Arbitragem e a Situação Legal da Mulher na Imprensa. Aos poucos surgiram outras comissões que tinham como objetivos a obtenção do voto e os direitos civis das mulheres, bem como a igualdade moral para ambos os sexos e a luta contra o tráfico de mulheres. Outros temas defendidos eram a higiene e saúde pública, a proteção à infância, a educação, a migração, o trabalho feminino, a literatura, belas artes, cinema e radiodifusão, a habitação e a economia doméstica.

De acordo com Cova, havia uma preponderância de grupos filantrópicos nos conselhos internacionais, especialmente os de filantropia religiosa. Isso pode ser explicado, em certa medida, pelo argumento de Perrot, que destacava a Igreja como um caminho aberto para as mulheres nesse período. Outro aspecto a se considerar é a conhecida tradição dos trabalhos assistenciais desempenhados pela Igreja Católica. Além disso, havia nesse momento o florescimento das ideias reformistas católicas, que tinham as mulheres como importantes agentes na chamada Ação Social Católica. Embora a Igreja Católica tivesse uma grande representatividade no campo da filantropia, havia também muitas iniciativas da igreja protestante e do espiritismo.

Para Perrot, o intercâmbio entre as associações e os congressos organizados por mulheres era importante para a formação política, uma vez que os congressos configuravam-se em um sistema de comunicação eficaz e palco de representações, permitindo que as delegadas fizessem seu aprendizado de tribuna nas relações com a opinião pública e a imprensa dos assuntos internacionais.¹⁶ Segundo Cova, as dirigentes dos conselhos eram figuras carismáticas, oriundas de ambientes privilegiados, às vezes aristocráticos. A maioria recebeu educação religiosa, fato que remetia a importância e o peso da religião na militância dessas mulheres. O acúmulo de vários cargos no seio dos conselhos, bem como a subida de hierarquia, era prática recorrente nestes tipos de associações. Perrot afirma que a dimensão local era o lugar onde as redes formais e informais, criadas pelas líderes das associações, funcionavam mais eficazmente. As relações pessoais existentes entre as mulheres associadas ajudam a explicar a formação de redes de influência. Por sua vez, elas utilizavam essas redes como estratégia para ganhar apoio político, associando as suas ações de modo estreito aos homens do poder.¹⁷

¹⁵COVA, Anne. O associativismo das mulheres. Uma abordagem comparativa: França e Portugal (1900-1918). In: SERRAO, José Vicente *et al.* (orgs.). **Desenvolvimento Econômico e Mudança Social: Portugal nos últimos dois séculos**. Lisboa: ICS Imprensa de Ciências Sociais, 2009. p. 313-332.

¹⁶PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2005. p. 302-303.

¹⁷COVA, Anne. O associativismo das mulheres. Uma abordagem comparativa: França e Portugal (1900-1918). In: SERRAO, José Vicente *et al.* (orgs.). **Desenvolvimento Econômico e Mudança**

As líderes das associações se relacionavam com numerosos empresários que conheciam devido a vínculos familiares ou pela convergência de ideias quanto à ação social a ser realizada. Elas faziam contato com empresas vizinhas de suas associações para a concretização de seus projetos. Segundo Diebolt, a articulação das mulheres no trabalho de persuasão junto às iniciativas privadas, ao Estado e aos médicos, era fundamental, pois essas instâncias tendiam a negligenciar as condições de vida dos assistidos e a necessidade de prevenção dos males que lhes acometiam.¹⁸

Nesse sentido, fica claro que o associativismo feminino, que começa a se configurar no final do século XIX e perdura pelas primeiras décadas do século XX, permitia uma ação pública das mulheres. O caminho preferencial dessa ação foi a filantropia religiosa. No trabalho filantrópico as associadas criaram agendas ligadas à saúde pública, à educação e à segurança pública. Cumpre ressaltar que as mulheres engajadas nessas associações tinham uma boa formação escolar e eram mulheres de elite que usaram suas influências para estabelecerem parcerias com a iniciativa privada e com o Estado.

1.2 Estudos sobre o Associativismo Feminino no Brasil

Para investigar o associativismo feminino no Brasil, fizemos um levantamento bibliográfico dos trabalhos que abordam a temática nas plataformas: Scielo (Scientific Eletronic Library Online), Portal Capes e Biblioteca de Teses e Dissertações. O objetivo era mapear como a literatura brasileira analisa o papel da mulher nas associações femininas do primeiro quartel do século XX, sobretudo nas associações católicas. Usamos como palavras-chave os seguintes termos: associativismo feminino, associações femininas católicas e associativismo católico.

A investigação serviu para demonstrar como ainda são raros os estudos sobre o associativismo feminino católico no início do século XX. Há muitos trabalhos nesse período que discutem as questões de gênero, salientando as lutas pelo sufrágio, moda e imprensa. Há também muitos trabalhos que discutem as experiências femininas nas escolas normais, sobretudo nas discussões ligadas à História da Educação no Brasil. Esses últimos trabalhos ressaltam a formação religiosa das normalistas, reforçando as questões ligadas ao

Social: Portugal nos últimos dois séculos. Lisboa: ICS Imprensa de Ciências Sociais, 2009. p. 313-332.

¹⁸DIEBOLT, Evelyne. **História do Trabalho Social:** nascimento e expansão do setor associativo sanitário e social (França, 1901-2001). In: Estudos Feministas, Florianópolis, 13 (2): 256 maio-agosto, 2005.

conservadorismo e ao papel que devia ser incorporado pelas mulheres: o de tornarem-se boas esposas e mães.

Alguns trabalhos pensam a ação das mulheres nos campos da filantropia, saúde e educação nas primeiras décadas do século XX. Entretanto, a maior parte dos estudos ressalta os aspectos religiosos e dogmáticos desse tipo de ação ou fixam a análise sob o ponto de vista do disciplinamento dos assistidos. Predominam as análises sobre instituições e ações filantrópicas organizadas por homens de notoriedade política ou científica.

Encontramos muitos estudos sobre a associação católica Filhas de Maria, entretanto, esses trabalhos centralizam o olhar sobre os aspectos piedosos da agremiação e o discurso do recato e da moral previsto nos manuais das associadas. Eles partem do pressuposto que as mulheres associadas às Filhas de Maria seguiram criteriosamente o que estava prescrito nos manuais católicos, sendo mulheres piedosas, recatadas e fixadas nas tarefas do lar e da maternidade.

Decerto, poucos trabalhos se debruçam sobre o associativismo feminino católico na chave interpretativa de que as mulheres ligadas às associações católicas encontraram na filantropia uma possibilidade de sair do universo de suas casas para aceder o espaço público e assim construir uma vida para além do lar. Nesse movimento de sair¹⁹, as associadas criaram uma agenda de reivindicações muito próxima à dos grupos feministas do período. Nos arriscamos a afirmar, que eram sim, feministas. Estavam preocupadas com problemas em evidência naquele momento, como a proteção à maternidade e à infância, e buscavam a criação de uma legislação social e melhorias no acesso e na qualidade da educação primária.

Para Maria Lúcia Mott, a historiografia brasileira reconhece a importância da participação das mulheres de elite em entidades filantrópicas nos primeiros anos do século XX como forma de acesso à esfera pública, mas dá pouca importância ao tema. Encara-o de forma subalterna, ou apenas como uma atividade de promoção da carreira de seus maridos²⁰. Para a autora, na historiografia brasileira, a imagem da filantropia aparece como obra masculina. As mulheres ocupam o lugar de coadjuvantes, apenas organizadoras de festas para levantamento de fundos. É pouco conhecido o papel que elas desempenharam

¹⁹PERROT, Michelle. Sair. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (dirs.). **História das Mulheres do Ocidente. O século XX**. Porto. Edições Afrontamento, 1991 v. 4 p. 502-539.

²⁰MOTT, Maria Lúcia. **Maternalismo, políticas públicas e benemerência no Brasil (1930-1945)**. Cadernos Pagu, Campinas-SP, Núcleo de Estudo de Gênero – Pagu/Unicamp n.16 p.199-234, 2001.

na criação, manutenção e elaboração dos programas de associações no campo educacional, médico e social.²¹

As associações filantrópicas no Brasil foram criadas um pouco mais tarde, se comparado aos países europeus e aos Estados Unidos. Mott propõe repensar o papel que essas associações tiveram na transformação da consciência das mulheres e na organização do movimento feminista brasileiro, por fornecer a circulação de ideias e de questionamentos novos, o convívio com outras mulheres, a administração de problemas fora do grupo familiar e o estabelecimento de redes de interesse.²² As associações femininas floresceram no período de desenvolvimento industrial e urbano, quando as mulheres passam a ter acesso a uma melhor escolaridade. É também nesse momento que começa a existir a divulgação pela imprensa de uma participação maior das mulheres no espaço público, do avanço do feminismo e das frequentes reivindicações das mulheres por maiores oportunidades.²³

As mulheres fizeram da religião seu espaço de expressão e manifestação de mobilidade. Mesmo que tenham sido alvo direto dos ensinamentos mais conservadores e tivessem incorporado esse discurso, contribuindo para a reprodução de um modelo mais tradicional de Igreja, ocuparam seu espaço na militância e estiveram particularmente sensíveis às tendências de renovação.²⁴ Num período em que os serviços de saúde pública no Brasil eram precários, a ação feminina nas associações filantrópicas procurava atuar sobre os flagelos sociais. Essas mulheres procuravam mudar os hábitos dos assistidos, agir nas raízes de seus males e restaurar suas famílias.

Em se tratando da saúde pública e das leis trabalhistas no Brasil nesse período,

a burocracia era rudimentar, não havia um departamento ou ministério dedicado exclusivamente às questões trabalhistas. Os hospitais pertenciam à iniciativa privada ou religiosa e o papel do Estado no campo da saúde restringia-se basicamente ao combate das epidemias e à fiscalização do exercício profissional dos gêneros de consumo e dos remédios.²⁵

As entidades filantrópicas atuavam para compensar a precariedade dos serviços sociais e da saúde pública. Isso torna as entidades filantrópicas do início do século XX

²¹ MOTT, Maria Lúcia. **Gênero, medicina e filantropia**: Maria Rennote e as mulheres na construção da nação. Cadernos Pagu, Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero Pagu/Unicamp n.24 p.41-67, jan./jun. 2005.

²² Ibid.

²³ MOTT, Maria Lúcia. **Maternalismo, políticas públicas e benemerência no Brasil (1930-1945)**. Cadernos Pagu, Campinas-SP, Núcleo de Estudo de Gênero – Pagu/Unicamp n.16 p.199-234, 2001.

²⁴ PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**/Michelle Perrot. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2005.

²⁵ MOTT, Maria Lúcia. **Maternalismo, políticas públicas e benemerência no Brasil (1930-1945)**. Cadernos Pagu, Campinas-SP, Núcleo de Estudo de Gênero – Pagu/Unicamp n.16 p.199-234, 2001.

diferentes das associações de caridade de meados do século XIX. Enquanto as primeiras tinham sido organizadas e administradas por religiosos que visavam levar o conforto material e espiritual imediato para os necessitados, sobretudo através de doações, tendo, portanto, pouco contato com os assistidos, as associações filantrópicas do século XX eram fundadas e dirigidas por mulheres provenientes de uma ou de várias denominações religiosas. As sócias trabalhavam junto aos beneficiados e tinham por objetivos não só ajudar com doações, mas também dar meios para que saíssem da situação de necessidade, ou seja, preocupavam-se com a promoção social da população assistida.²⁶

Por esse motivo, é nosso objetivo demonstrar que as associações femininas católicas atuantes nas quatro primeiras décadas do século XX em Belo Horizonte, não eram apenas instituições de caridade, mas sim instituições constituídas por um grupo de mulheres instruídas e modernas, que criaram programas com atuação em diversos campos, particularmente na saúde e na educação. Miravam-se especialmente nas crianças e nas mulheres pobres operárias, bem como naquelas que cometiam práticas fora das normas legais do período.

Procuramos dialogar com a abordagem analítica de Mott e explorar as fontes documentais relativas às associações femininas, adotando a metodologia utilizada em seus trabalhos, sobretudo na obra *O gesto que salva: Perola Byington e a Cruzada Pró-Infância*²⁷. Nessa obra as autoras fazem uma espécie de radiografia da vida e das obras criadas por Perola Byington e as sócias do programa Pró-Infância. Inspirados nesse trabalho de Mott, procuramos tecer a trama do associativismo católico em Belo Horizonte, focando em algumas mulheres como protagonistas e mapeando os programas criados por elas.

1.3 Associativismo em Belo Horizonte

Em Belo Horizonte, nas primeiras décadas do século XX, devido à grande variedade de grupos e nacionalidades que compunham sua população, as associações voluntárias serviam como elo agregador do conjunto urbano. Floresciam as associações de auxílio mútuo de comerciantes, clubes de senhoras, bandas, grupos teatrais e associações profissionais bem organizadas e amplamente atuantes no ordenamento da sociedade mineira.

²⁶ MOTT, Maria Lúcia. **Maternalismo, políticas públicas e benemerência no Brasil (1930-1945)**. Cadernos Pagu, Campinas-SP, Núcleo de Estudo de Gênero – Pagu/Unicamp n.16 p.199-234, 2001. p.212.

²⁷ MOTT, Maria Lucia, *et al.* **O gesto que salva: Perola Byington e a Cruzada Pró-Infância**. São Paulo Grifo Projetos Históricos e Editoriais, 2005

Como já foi amplamente discutido pela historiografia²⁸, Belo Horizonte foi planejada e construída dentro dos padrões de higiene e salubridade da época, para ser símbolo da República. A construção da cidade foi revestida de ideais de modernidade e civilização. Sua criação serviu para minar os conflitos entre as forças políticas regionais e, conseqüentemente, promover a integração do estado, tornando-se novo centro econômico, político e cultural.

Embora tivesse a ampla divulgação do discurso de cidade moderna – planejada e construída seguindo os preceitos da urbanidade e da higiene – havia poucas instituições destinadas a cuidar da saúde da população, prevalecendo assim, a caridade e a assistência popular²⁹. Além disso, a cidade era referenciada como a “cidade dos papudos e dos cretinos” devido ao grande número de doenças endêmicas, como o bócio e a cretinice³⁰. Assim também, os problemas econômicos e a conseqüente diminuição no ritmo das obras refletiram em dificuldades de estender os serviços básicos a toda área urbana e no aumento da precariedade da vida dos pobres da cidade³¹. Mesmo contando com um Conselho de Saúde Pública desde 1895, destinado a cuidar da higiene e salubridade, e ter uma Diretoria de Higiene encarregada das inspeções sanitárias e do combate a epidemias, era difícil manter os novos padrões de higiene e saneamento, o que exigia a instauração de novos departamentos e instituições que auxiliassem nesses serviços.

Assim, segundo Souza, “não fugindo à tradição a cidade de Belo Horizonte contou desde o início de sua fundação com a Santa Casa de Misericórdia”³². Ainda

²⁸ JULIÃO, Letícia. Belo Horizonte: itinerários da cidade moderna (1891-1920). In: DUTRA, Eliana de Freitas; MELLO, Ciro Fávio Bandeira de. **BH: Horizontes Históricos**. Belo Horizonte: C/Arte, 1996; GOODWIN JÚNIOR, James. **Novos produtos para novos tempos: anúncios em jornais diamantinosenses, 1890-1914**. XI Seminário sobre Economia Mineira. Diamantina: CEDEPLAR/UFMG, 2004; SOUZA, Marco Antônio de. **A Economia da Caridade: estratégias assistenciais e filantrópicas em Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Editora Newton Paiva, 2004; e outros.

²⁹ TEIXEIRA, Virgínia Mascarenhas Nascimento. **De práticos a enfermeiros: os caminhos da enfermagem em Belo Horizonte (1897-1933)**. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2012.

³⁰ O bócio é uma doença associada ao aumento da região do pescoço, da qual há registros desde a Antiguidade. Com a descrição da tireoide no século XVI, passou a significar o crescimento incomum dessa glândula e foi progressivamente associada a distúrbios como o hipertireoidismo e o hipotireoidismo. O bócio endêmico diz respeito à situação em que a doença atinge expressiva porcentagem da população numa determinada região. Portadores de bócio endêmico também são acometidos de grave retardo físico e mental, sendo por isso denominados cretinos. A doença era descrita, sobretudo, nas regiões montanhosas. De alta prevalência em Minas Gerais, desde o século XVIII, despertava a atenção de naturalistas, viajantes e médicos. Ao longo do tempo muitas teorias foram propostas para sua etiologia. KROPF, Simone Petraglia. **Doença de Chagas, doença do Brasil: ciência, saúde e nação, 1909-1962**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009, p. 165.

³¹ SILVEIRA, Anny Jackeline. Entre febres, papudos e brejais: a mudança da capital mineira sob a ótica da higiene. In: CONDÉ, Mauro Lúcio Leitão (org.). **Ciência e Cultura na História**. Brasília, DF: CAPES, Belo Horizonte, MG: Argvmentvm 2006 p. 39-60.

³² Marco Antônio de Souza refere-se à tradição assistencialista da Santa Casa de Misericórdia no Brasil desde o tempo de colônia, que segundo o autor ganhou importância especial quando “lhe foi atribuída pelo poder público, ainda no Império, a missão de orientar a população das cidades para

segundo o autor, pouco depois da inauguração da cidade, a necessidade de construir um hospital em Belo Horizonte era uma meta urgente. Devido à urgência da construção de um hospital que pudesse assistir a saúde da população belo-horizontina, especialmente dos pobres, em 1899 iniciou-se a construção da Santa Casa de Misericórdia. De acordo com Souza³³, o hospital passou a funcionar em estado de precariedade de asseio, higiene e equipamentos, passando os primeiros anos em situação de improviso. Problemas que só foram solucionados anos depois, com as constantes doações e mutirões de caridade dos cristãos. Assim, a Santa Casa tornou-se um importante centro controlador de doenças e epidemias, além de abrigar importantes associações médicas, como a Associação Médica Cirúrgica de Minas Gerais³⁴, bem como a ligação com os órgãos de Diretoria de Higiene, Laboratório Geral de Análises e o Desinfectório Geral.

Outras instituições de caráter médico-científico foram se estabelecendo ao longo dos anos de 1900, como a instalação da Filial de Manguinhos, em 1907 (que em 1922, em homenagem a seu fundador, passou a se chamar Fundação Ezequiel Dias). Importante instituição de pesquisa, manteve estreitas relações com o Estado de Minas, ficando o governo “autorizado de contratar o fornecimento de vacinas e soros de que necessitar a Diretoria de Higiene bem como entrar em acordo com as filiais do mesmo instituto para estudo bacteriológico de todas as moléstias epidêmicas ou endêmicas que grassarem no território do Estado (...)”.³⁵

Em 1910 foi construído, na área suburbana da cidade, o Hospital de Isolamento para atendimento de moléstias contagiosas. No ano de 1911 foram criados o Posto de Observação e a Enfermaria Veterinária do Ministério da Agricultura (mais conhecido por Posto Veterinário) funcionando em seus primeiros anos nas dependências da Filial de Manguinhos. Seu primeiro diretor foi Henrique Marques Lisboa, seguido por Octavio Magalhães, que em 1922, após o falecimento de Ezequiel Dias, assumiu a direção do Instituto. Neste mesmo ano foram fundadas a Faculdade de Medicina e o Laboratório de Análises Clínicas do Estado.³⁶ Em 1918, com o apoio do governo federal e da Fundação

evitar a propagação de epidemias, com a finalidade de tentar controlá-las, isso ocorrendo nas décadas de transição entre os séculos XIX e XX”. SOUZA, Marco Antônio. **A economia da caridade: estratégias assistências e filantrópicas em Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Editora Newton Paiva, 2004. p. 82. Dados retirados do Livro do Conselho Metropolitano da Sociedade São Vicente de Paulo. p.105-106.

³³ SOUZA, Marco Antônio. **A economia da caridade: estratégias assistências e filantrópicas em Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Editora Newton Paiva, 2004. p. 82. Dados retirados do Livro do Conselho Metropolitano da Sociedade São Vicente de Paulo.

³⁴ Sobre a Associação Médica Cirúrgica de Minas Gerais ver: <www.dichisoriasaude.coc.fio.cruz.br>.

³⁵ Lei nº 452 de 9 de outubro de 1906 – Minas Gerais 10 de outubro de 1906 *apud* CHAVES, Braúlio. Os primeiros tempos. In: STARLING, Heloísa Maria Murgel; GERMANO, Lígia Beatriz de Paula; MARQUES, Rita de Cássia (org.). **Fundação Ezequiel Dias: um século de promoção e proteção à saúde**. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

³⁶ *Ibid.*

Rockefeller, foi criado o Serviço de Profilaxia Rural do Estado para o combate das endemias uncinariose, paludismo, doença de chagas e lepra.³⁷

Como demonstra Nascimento, foi apenas no início dos anos 1920 que outros hospitais surgem na capital mineira, ampliando o campo de atendimento aos doentes na cidade. Em 1920 foi inaugurado o Hospital São Geraldo, destinado às clínicas de oftalmologia e otorrinolaringologia da Faculdade de Medicina. Neste mesmo ano foram iniciadas as obras para a construção do Hospital São Vicente de Paulo. Inaugurado em 1921, a instituição foi resultado dos esforços de pessoas da alta sociedade e dos médicos e professores da Faculdade de Medicina.³⁸

Destacamos ainda a atuação de importantes associações médicas, que além do desenvolvimento de trabalhos científicos, ficaram a cargo da higiene e cuidados da saúde da população que buscavam, mais que tratar e prevenir doenças, estabelecer novos valores para a medicina. Para além dos cuidados com as doenças, havia também cuidado “com o corpo, com a casa, nascimentos, casamentos, educação dos filhos e comportamento geral na sociedade”.³⁹

Desse modo, o período que abrange os anos da construção de Belo Horizonte até 1930 foi de fundamental importância na organização espacial e social da nova capital. Para Souza, essa fase, que ainda estava dentro dos projetos iniciais delineados pelas elites que planejavam a cidade, é um momento crucial na formação da população e na criação de grupos e identidades⁴⁰. Nesse momento ocorre o preenchimento dos quadros burocráticos administrativos e começam a surgir os problemas sociais. Uma incipiente industrialização se inicia e, com ela, o aparecimento de uma nova classe: os operários. Acompanhados de outros homens, mulheres e seus filhos, eles formaram um contingente populacional que, na visão das elites, precisava ser educado dentro dos bons costumes, da ordem e da moral, e disciplinado para o mundo do trabalho.⁴¹

A Igreja Católica mineira, sem dúvida, teve papel importante nas organizações voluntárias. Essa atuação pode ser verificada no trabalho de Souza, que destaca a força da

³⁷ Decreto 5 de 8 de junho de 1918 p. 1- 4 *apud* SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. **A influenza espanhola e a caridade planejada**: Belo Horizonte, 1918. Belo Horizonte: Argumentum, 2008. p.126.

³⁸ TEIXEIRA, Virgínia Mascarenhas Nascimento. **De práticos a enfermeiros: os caminhos da enfermagem em Belo Horizonte (1897-1933)**. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2012.

³⁹ MARQUES, Rita de Cássia. **Imagem social do médico de senhoras no século XX**. Belo Horizonte: Coopmed, 2005.

⁴⁰ SOUZA, Marco Antônio de. **As estratégias da pedagogia do assistencialismo em Belo Horizonte, 1930-1990: Educação e Caridade**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, 2001.

⁴¹ SOUZA, Marco Antônio de. **A economia da caridade: estratégias assistências e filantrópicas em Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Editora Newton Paiva, 2004. p.24.

Igreja na economia da caridade⁴², seu controle sobre as famílias desfavorecidas e as estratégias de aproximação e convencimento usadas pelos grupos de vicentinos em suas visitas aos pobres.

Segundo John Wirth⁴³, as organizações voluntárias, juntamente com os meios de comunicação, a educação e a Igreja, eram um dos principais órgãos socializadores em Minas Gerais. Como mostra o autor, no censo do ano de 1920 havia cerca de 2.600 associações atuantes em Minas. Desse número, mais da metade era do tipo beneficente ou religioso tradicional e funcionavam como sociedades de amparo médico e irmandades laicas.

Em Belo Horizonte, nesse período, contabilizava-se 117 associações voluntárias ativas. O grande número de associações voluntárias, sobretudo as de cunho filantrópico associadas às limitações de instituições destinadas ao atendimento de saúde e higiene da população pobre, revela a importância dos serviços de assistência no atendimento a essa parcela da sociedade.

1.3.1 Associativismo católico em Belo Horizonte

A ação do laicato católico belo-horizontino pode ser dividida em dois momentos: antes e depois da criação da arquidiocese. O primeiro momento caracteriza-se pela atuação de instituições avulsas de caridade compostas pelo laicato⁴⁴. Homens e mulheres da alta sociedade que, fazendo uso da prática caritativa, cuidavam dos pobres e, ao mesmo tempo, mostravam-se como denodados cidadãos perante a sociedade, afinal, ser caridoso nesse contexto era atributo importante.⁴⁵

As referências eclesásticas dessa primeira fase eram os bispos das cidades de Mariana e Diamantina, D. Silvério Gomes Pimenta e D. Joaquim Silvério de Souza,

⁴²Para o autor, Economia da Caridade é a rede de assistência à pobreza incrementada pelas elites políticas e religiosas desde meados do século XIX. Um dos desdobramentos dessa rede foi o surgimento de novas estratégias assistenciais nas grandes cidades brasileiras no início do século XX, com ênfase em intensa ação pedagógica. Ver: SOUZA, Marco Antônio de. **As estratégias da pedagogia do assistencialismo em Belo Horizonte, 1930-1990**: Educação e Caridade. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, 2001. p. 2.

⁴³WIRTH, John D. **O fiel da balança**: Minas Gerais na Federação Brasileira, 1889-1937. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

⁴⁴Sobre as associações católicas atuantes em Belo Horizonte antes da criação da arquidiocese de Belo Horizonte, ver MATOS, Henrique Cristiano José. **Um estudo histórico sobre o catolicismo militante em Minas, entre 1922 e 1936**. Belo Horizonte: O Lutador, 1990.

⁴⁵Ver MARQUES, Rita de Cássia. **A imagem social do médico de senhoras no século XIX**. Belo Horizonte: Coopmed, 2005.

respectivamente. Nessa fase, havia um claro alinhamento com o reformismo católico internacional. Inclusive, nessa época, muitos grupos de estrangeiros, em especial da França e Países Baixos, vieram para Minas Gerais trabalhar nessa causa.

Salienta Wirth que o movimento católico em Minas Gerais iniciado nesse período formou um grupo efetivo de pressão. Possuía uma base ampla e multiorganizacional. Nas palavras do autor,

por um lado, a Igreja patrocinou organizações voluntárias quando a sociedade estava tornando-se mais complexa. Por outro, o movimento atraía o conservadorismo mineiro num período de crescente transformação. O efeito mais sólido foi mediar a mudança com um conjunto de símbolos e organizações que ganharam ampla aceitação da elite⁴⁶.

Desse modo, antes da criação da Arquidiocese em Belo Horizonte, havia várias associações beneficentes e de caridade espalhadas pela cidade, que, grosso modo, visavam assistir às famílias pobres, combater a circulação de ideias socialistas e zelar pela educação, saúde e bons costumes das famílias operárias, com a finalidade de manter a cidade moderna e higienizada. Dessas associações, destacam-se a União Popular (UP), A União dos Moços Católicos (UMC) e a Sociedade São Vicente de Paulo (SSVP). As referidas associações eram organizadas por importantes intelectuais católicos, pertencentes à Tradicional Família Mineira, educados em escolas católicas com ampla atuação política. Tratava-se de um grupo homogêneo que conseguiu organizar força para conduzir os processos de modernização da cidade.⁴⁷

O centro de União Popular que lutava contra a neutralidade religiosa, organizou nos anos de 1910 (Juiz de Fora), 1911, 1914 e 1918 (Belo Horizonte) Congressos Católicos, cujo objetivo maior era o retorno do ensino religioso nas escolas públicas mineiras⁴⁸. A meta foi alcançada no ano de 1928, durante o Congresso Eucarístico. O presidente Antônio Carlos de Oliveira Andrada proferiu uma mensagem autorizando o ensino facultativo do catecismo nas escolas públicas dentro do horário escolar. A efetivação da autorização se deu com a promulgação da Lei 1.092, em 12 de dezembro de 1929, pela Reforma Francisco Campos.⁴⁹

⁴⁶ WIRTH, John D. **O fiel da balança: Minas Gerais na Federação Brasileira, 1889-1937**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

⁴⁷ VALENTE, Polyana Aparecida. **Intelectuais Católicos, saúde e educação em Minas Gerais**. Dissertação de Mestrado em História das Ciências e da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz/ Casa de Oswaldo Cruz, 2010.

⁴⁸ No ano de 1906, João Pinheiro, o então presidente do estado, pôs fim ao ensino religioso nas escolas públicas mineiras.

⁴⁹ Sobre isso ver CASASSANTA, Ana Maria Peixoto. **Educação e Estado Novo em Minas Gerais**. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2003.

Para Marco Antônio de Souza, a Sociedade São Vicente de Paulo, em Minas Gerais, mais do que em outros lugares do país, foi a precursora da Ação Social Católica, uma das primeiras organizações de massa para o atendimento dos pobres em hospitais, asilos, creches e vilas populares.⁵⁰

Enquanto as associações SSVP e a União Popular tinham um caráter mais ativo, a União dos Moços Católicos era uma agremiação de cunho mais piedoso. Fundada em Belo Horizonte, em 21 de novembro de 1915, por um grupo de jovens católicos, em sua maioria estudantes, a finalidade da associação era reunir os jovens católicos para orientá-los nos princípios cristãos e sociais e encaminhá-los na doutrina católica, que deveriam propagar e defender em qualquer ocasião. A orientação era “formar homens patriotas que compreend[essem] com exatidão os seus deveres de católicos e de cidadãos brasileiros, de acordo com as instruções da Santa Sé, do episcopado brasileiro e dos congressistas internacionais da Juventude Católica”.⁵¹

Desde sua criação, a UMC⁵² manteve-se em franca expansão até a década de 1940. A entidade se estabeleceu em outros estados brasileiros e, por conta disso, foi implantado um Conselho Superior em Belo Horizonte e foram instalados conselhos regionais e estaduais. Em 1928, a UMC contava com 15.000 associados, 183 uniões locais, 12 conselhos estaduais e 18 conselhos regionais subordinados ao Conselho Superior de Belo Horizonte.⁵³ A UMC servia para consolidar a influência do catolicismo na formação dos jovens, iniciada nas escolas secundárias. Era uma forma de garantir a sociabilidade e a homogeneidade dos jovens aos programas católicos.

O segundo momento do associativismo em Belo Horizonte é demarcado pela vinda de D. Antônio dos Santos Cabral à capital mineira, ocasião em que o referido bispo fundou a Arquidiocese de Belo Horizonte (1922) e tomou a direção do laicato em ampla conexão com as orientações de D. Leme, no Rio de Janeiro. Em torno de D. Cabral formaram-se comissões de apoio, compostas especialmente por homens e mulheres da elite política e econômica.

As mulheres eram compreendidas como figuras fundamentais nessa segunda fase. Eram convocadas a agir efetivamente nas causas e movimentos religiosos, como é possível observar na assertiva:

⁵⁰ Ao longo do trabalho, a Sociedade São Vicente de Paulo será discutida de forma mais cuidadosa.

⁵¹ LIMA, Mário de. **O bom combate**: subsídios para história de 20 anos da ação social catholica em Minas. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1929. p. 227.

⁵² Vale ressaltar que o grupo aqui selecionado não corresponde à União dos Moços Cristãos criada em 1844 e composta por jovens protestantes.

⁵³ LIMA, Mário de. Op. cit., nota 51.

Incontestavelmente a grande maioria das mulheres mineiras são católicas. Apesar disso as mulheres não desempenham o papel quando podem assumir em face dos problemas que preocupam nossos líderes católicos. Além dos exemplos de piedade, organização de festas religiosas, a instrução religiosa, a imprensa católica toda ação social católica. Mulheres não compreendem ainda que o católico deve impregnar toda sua vida além das capelas. Antigamente este fato atribuído a falta de cultura e educação científica da mulher mineira, eram boas mães de família conheciam os trabalhos domésticos e só. Hoje não, nossas patrícias dispõem de sólida cultura, podem perfeitamente versar as associações religiosas, auxiliar a imprensa católica, impulsionar o ensino religioso, tomar parte na Santa Cruzada do catolicismo social no Estado. Sejam piedosas, mas saiam também para fora da Igreja e dissemine as cá no exterior por todos os meandros dessa trama complicada, que é a nossa sociedade moderna.⁵⁴

O artigo foi publicado no jornal *O Horizonte* no ano de 1926. Trata-se da convocação das mulheres para o trabalho social. É notório que a convocação é dirigida a um grupo específico de mulheres, pertencente à elite mineira, dotadas de uma sólida educação e de grande representatividade social. Deixa entrever que o trabalho desempenhado por essas mulheres não se restringia a fazer caridade, mas auxiliar na imprensa e na educação. Eram mulheres que dispunham de um saber técnico, e esse saber guiava e qualificava a atuação dessas mulheres fora das associações.

De acordo com Joana Maria Pedro⁵⁵, a influência das associações caritativas femininas se irradiava através da família, motivo pelo qual a socialização religiosa se fazia, principalmente, por meio feminino. O estímulo a essa socialização se dava, essencialmente, através dos eventos familiares, com uma maior participação das mulheres nas atividades beneficentes.

Ao abrir espaço para as mulheres em suas associações, a Igreja, sem abrir mão de seus interesses, proporcionou a inclusão social feminina, dando a ela a oportunidade de participar da vida social, ao incentivar suas ações. Para Perrot, a intensidade dos vínculos entre mulheres e religião confere uma particular ressonância aos acontecimentos religiosos, laços complexos de disciplina e de dever, de sociabilidade e direitos, de práticas e de linguagens.⁵⁶

⁵⁴ *O Horizonte* 11/09/1926.

⁵⁵ PEDRO, Joana Maria. Mulheres do Sul. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004.

⁵⁶ PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Tradução Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005. p. 309.

1.4 As associações católicas femininas em Belo Horizonte

Dentre as variadas agremiações leigas existentes na capital mineira no período, destacam-se na proposta da pesquisa: as Filhas de Maria (FM), Mães Cristãs e Damas da Caridade.

1.4.1 Filhas de Maria

As Filhas de Maria é uma das três mais importantes confrarias femininas vicentinas de caráter militante. Foi criada no ano de 1875, por iniciativa do projeto pastoral das Filhas da Caridade, irmãs da Companhia São Vicente de Paulo no Brasil⁵⁷. Minas Gerais foi a primeira província a ser contemplada com a existência da associação. As Filhas da Caridade contribuíram efetivamente no projeto de internalização do catolicismo reformista.

Podiam participar das Filhas de Maria mulheres solteiras entre 16 e 40 anos. A imagem de Maria era a fonte inspiradora da espiritualidade sacerdotal e do modelo cristão de mulher.⁵⁸ A associação tinha como finalidade educar suas associadas sob a espiritualidade mariana para serem boas filhas, esposas e irmãs. Para identificação, as FM usavam no pescoço um escapulário azul celeste com as inscrições: “Nossa Senhora da Conceição” e “Maria foi concebida sem pecado”. Na cintura, usavam uma faixa azul.⁵⁹

A associação FM era regida por um complexo postulado de regras e condutas, o *Manual da Pia União das Filhas de Maria*. Das variadas regras sugeridas pelo manual vicentino, chama atenção a importância atribuída aos hábitos e práticas de higiene, bem como a prática da indulgência parcial cuja obrigação era praticar as virtudes cristãs, principalmente a caridade, a pureza, a humildade e a obediência. Além de visitar enfermos, encarcerados, dar esmolas aos pobres, dentre outros.⁶⁰

De acordo com Ana Paula Magno Pinto, a SSVP era influenciada por concepções higienistas, positivistas, o que resultou na criação de um modelo de assistência

⁵⁷ASONO, Sandra Nui. **Associação das Filhas de Maria práticas religiosas e a construção de corpos femininos castos em Diamantina/Minas Gerais**. Revista em Tempo de Histórias, nº 7, 2003.

⁵⁸MUNIZ, Diva de Couto Gontijo. **Um toque de gênero: história e educação em Minas Gerais (1935-1892)**. Fundação de Empreendimentos Científico e Tecnológicos. Brasília, 2013.

⁵⁹AMARAL, Walter Valdevino do. **Apostolado da boa imprensa: contribuições das Filhas de Maria na imprensa católica (Pernambuco 1902-1922)**. Escritas Vol. 6 n. 1, 2014. p. 204-224.

⁶⁰Manual da Pia União das Filhas de Maria, p. 67.

baseado na ajuda com recursos materiais (roupas, alimentação e remédios) e também em hábitos de higiene que contribuíssem para o controle de maus hábitos e doenças.⁶¹

Em Belo Horizonte, as Filhas de Maria se reuniam nas paróquias e nos colégios Santa Maria e Sagrado Coração de Jesus. Ambos os colégios se destacam como referência na educação belo-horizontina e eram destinados ao público feminino de elite. O colégio Santa Maria foi criado em 1903, pela Ordem Dominicana Francesa. Inicialmente, instalou-se no palacete Antônio Olinto, na Rua da Bahia, onde hoje é a basílica de Nossa Senhora de Lourdes. No dia 22 de maio de 1909, ganhou sede definitiva na Rua Jacuí, no bairro Floresta.

Já o Colégio Sagrado Coração de Jesus foi fundado no ano de 1911, pela Congregação das Irmãs Missionárias Servas do Espírito Santo. Localizado na esquina da Rua Professor Moraes com a Avenida Getúlio Vargas, funcionava como internato e recebia basicamente filhas de fazendeiros do interior do estado. Nesses colégios, as mulheres recebiam uma formação religiosa, moral e escolar com o objetivo de prepará-las para o bom desempenho das atribuições femininas.⁶² Por outro lado, tinham uma educação sofisticada e erudita.

No ano de 1923 as Filhas de Maria era um “grande exército de aproximadamente 500 mulheres”. Esse número crescia com o passar dos anos e, em 1926, formava um contingente de 1200 associadas.⁶³ Sem dúvida, a FM era a agremiação com maior número de sócias, o que permitia maior atuação do grupo e grande variedade de atividades.

Para manter financeiramente os seus programas, as Filhas de Maria pediam auxílios a benemerentes e mantinham obras de costura. Parte das peças produzidas era doada aos pobres e outras peças eram vendidas. Elas também eram responsáveis por fazerem visitas periódicas às fábricas de produção têxtil, auxiliando material e espiritualmente as operárias e as crianças. Eram encarregadas também de organizar encontros e palestras em instituições de assistência católica, principalmente nas creches Menino Jesus e Santo Antônio, Asilo Bom Pastor, Vila dos Operários Tuberculosos, Santa Casa e no Hospital São Vicente de Paulo.

Um grande espaço de atuação das Filhas de Maria na capital mineira foi a Imprensa, sobretudo no jornal *O Horizonte*⁶⁴, onde atuaram como leitoras, redatoras e

⁶¹ PINTO, Ana Paula Magno. **Caridade organizada**. O manual da Sociedade São Vicente de Paula de Lisboa em 1885. Anais do Simpósio Nacional de História, 2015.

⁶² MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. **Um toque de gênero: história e educação em Minas Gerais (1935-1892)**. Fundação de Empreendimentos Científico e Tecnológicos. Brasília, 2013.

⁶³ *O Horizonte* 3/05/1926.

⁶⁴ *O Horizonte* foi um jornal católico criado no ano de 1923 como órgão do Conselho da Arquidiocese de Belo Horizonte.

divulgadoras do periódico. Trabalhavam para angariar novos assinantes e efetuavam vendas avulsas⁶⁵. A imprensa foi uma forte aliada no processo de recristianização da sociedade. A Igreja Católica utilizava a imprensa como veículo de informação, motivação e arregimentação dos leigos. A participação das Filhas de Maria na divulgação da doutrina católica era uma característica do projeto romanizador. Assim como em Minas Gerais, também em outros estados brasileiros as agremiadas eram responsáveis pela imprensa.⁶⁶

Como observa Joana Maria Pedro, nas primeiras décadas do século XX os jornais eram responsáveis pela divulgação de modelos de comportamento, sobretudo para as mulheres. Funcionavam como meio de difusão de um projeto civilizador preocupado com a definição dos papéis femininos.⁶⁷ A experiência da escrita passa pela trajetória escolar das FM, uma vez que era comum nos colégios secundários a produção de revistas internas, folhetins de literatura e jornais informativos, produzidas pelas jovens estudantes.

Nas reuniões da Confederação Católica Feminina, D. Cabral era incansável ao delegar às FM a tarefa de angariar novos assinantes para o jornal. Por outro lado, as próprias confederadas entendiam as páginas d'*O Horizonte* como espaço de debate para assuntos femininos. O jornal dispunha de vários artigos destinados às mulheres e colunas dirigidas por elas. Dentre as redatoras podemos citar Violetta, Annita de Santa Cecília, Maria Luiza de Almeida Cunha e Maria Luiza FM. Na reunião do dia 21 de setembro de 1927, Maria Luiza de Almeida Cunha propôs a sistematização da produção de textos no jornal e criou uma seção feminina. Aproveitando-se desse espaço, a FM utilizou o periódico para reforçar os valores e virtudes necessários às jovens católicas, bem como para fortalecer o ideal de boa filha, mãe e esposa, além de fazer campanhas de toda sorte (moda, educação, congressos, ligas, cruzadas pró-saúde, festas). Dessa forma mostravam às jovens suas impressões sobre o mundo, que muitas vezes destoavam do conservadorismo católico.

Chama-nos atenção os artigos produzidos por Maria Luiza FM. Esta usava as iniciais FM na assinatura de suas crônicas para identificar-se como *Filha de Maria*. Tal característica era comum entre os membros da militância católica, que levavam os valores e dogmas do catolicismo à frente de suas atividades, dentro e fora da Igreja. Desde as primeiras edições d'*O Horizonte*, Maria Luiza FM produzia artigos em colunas variadas do

⁶⁵ A ação das Filhas de Maria na propagação de periódicos católicos foi uma prática recorrente no reformismo católico. Também em Pernambuco, as jovens do Recife eram responsáveis por angariar assinantes para o jornal católico *A Tribuna*. Sobre isso ver: AMARAL, Walter Valdevino do. **Que fizeram elas? As Filhas de Maria e a boa imprensa no Recife 1902-1922**. Dissertação de Mestrado. Universidade Católica de Pernambuco, 2010.

⁶⁶ AMARAL, Walter Valdevino do. **Que fizeram elas? As Filhas de Maria e a boa imprensa no Recife 1902-1922**. Dissertação de Mestrado. Universidade Católica de Pernambuco, 2010.

⁶⁷ PEDRO, Joana Maria. Mulheres do Sul. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004. p. 278-321.

jornal. Em 28 de outubro de 1923, a convite do gerente do jornal, Lauro Wanderley, ela assumiu oficialmente a coluna “Sociaes”.

Os textos escritos por Maria Luiza FM ressaltam a capacidade dessas mulheres de mostrar sua devoção à imagem de Maria (imagem no sentido mais amplo) e a vivência dos dogmas católicos, ao mesmo tempo em que lidavam com as questões pujantes no mundo moderno. Deixa entrever que antes de tudo, eram mulheres modernas, cultas e leitoras ávidas.

A devoção à Imaculada Conceição é ressaltada no artigo, *Imacullada Conceição*,

Fomos três boas amiguinhas dar um passeio a um ponto bem alto, de onde nos foi dado contemplarmos toda Belo Horizonte. Assim também assentada a minha mesinha, relanço os olhos de minha imaginação feminina, assim de fixar um assumpto para minha crônica de hoje: entretanto alguma coisa mais alta, mais alevantadora, esta a encadear-me a fantasia irriqueta – é a Imaculada Conceição. Sinto-me porém, inteiramente feliz por ser obrigada a, bom grado meu, tratar hoje daquela que as gerações tem chamado bem aventurada. Aliaz eu quero destarte cumprir um duplo dever de muita gratidão, nesse dia solene, eu disse porém que minha gratidão a Maria é dupla. E verdade porquanto livremente eu me fiz Filha de Maria, a quem desde então, de modo especial considero minha mãe. É pois, mais um laço de gratidão que me prende a Ella. Bem sei que desta nossa relação que nos liga a nós, Filhas de Maria, provem naturalmente novos deveres, de que o nosso manual fala longamente. Entretanto eu temo que o pó do século tenha pousado em minha alma manchando-a (...). Mas minha doce e incomparável mãe, remetto todos os meus defeitos, todas as faltas de filha leviana e desatentada, para o pé do trono de vossa bondade. E si, mãe bondosa heis castigar-me, castigai-me, mas com a vossa misericórdia maternal⁶⁸.

A Imaculada Conceição de Maria é um dogma católico definido no século XIX, que gira em torno da crença de que a Virgem Maria foi preservada do pecado original. As FM estavam sobre o patrocínio da santa. A devoção à Imaculada Conceição se via aumentada em Belo Horizonte, já que sua festa litúrgica é celebrada em 8 de dezembro, dia do aniversário da cidade, sendo, portanto, a sua padroeira.

Fica claro na narrativa citada, o respeito, o desejo de se assemelhar à santa e sua escolha por ser membro da associação. A autora mostra também certa indulgência e reconhecimento de suas faltas. Podemos conjecturar que a afirmação, “temo que o pó do século tenha manchado a minha alma”, refere-se às suas aspirações femininas mais modernas, práticas que a distanciava do rigor e dogmatismo expresso no manual que devia seguir.

Para Louro, através do símbolo mariano, apoiava-se a missão da maternidade e manutenção da pureza feminina. Segundo a autora “esse ideal feminino implicava o recato e

⁶⁸ O Horizonte 08/12/23

o pudor, a busca constante de uma perfeição moral, a aceitação de sacrifício, a ação educadora dos filhos e filhas⁶⁹ e apontava para as mulheres a dicotomia entre Eva e Maria.

De acordo com Perrot⁷⁰, a exaltação da diferença do feminino e sua aproximação à figura da Virgem Maria resultaram, dentre outras coisas, na formação de uma consciência de gênero e, com isso, um feminismo cristão, às vezes missionário e combativo, baseado na promoção dos valores femininos como forma de salvação.

No artigo intitulado “Lições das Rosas”, Maria Luiza FM evidencia alguns aspectos da rotina das FM,

Olavo Bilac sabia ouvir as estrelas. Quanto a mim, eu desejava ouvir as harmonias das orbes celestes, como as ouvia certo personagem creado por Shakespare. E que delícia não fora ouvir e comprehender tais harmonias”. Em compensação, terça-feira desta semana, foi me dado ouvir lição das rosas imaculadas que ornam encantadoramente o humilde jardim da casa que eu e mamãe moramos. Eu voltava do Colégio Santa Maria onde tenho a felicidade de comungar frequentemente. Foi uma manhã que se podia chamar perfeitamente formosa, temperatura amena, leve brisa agradabilíssima, e luz, muita luz matinal. Tive a impressão de que a natureza, entre os trymphos da luz, vestira suas melhores galas, para a festa da vida universal. Antes de entrar em casa, senti tanto desejo de visitar minhas queridas amigas – as lindas rosas imaculadas. Naquela manhã encontrei três que esplendiam e sorriam felizes. Animando-as com caricias, sorvi-lhes o perfume e sandei-as com as palavras de A. Herculano⁷¹ dizendo,

É da campina da virgem.
A pandibunda flor. Em seus eflúvios matina brisa.
Bebe o primeiro amor.
O Sol inunda as veigas.
Calou-se o rouxinol.
E a flor, ébria de glória à luz fervente.
Desabrochou-a o sol.

Pareceu-me que ellas me sorriram outra vez, para me significarem sua fidalga gratidão. Mas não sei por que motivo ali me deixei ficar queda mais algum tempo, como enamorada das rosas. Foi um bem, porque entre elas e mim houve, pois uma hora de pensamentos que muito me aproveitaram o espírito, sim as rosas me fizeram linda preleção, que sinto não poder traduzir em minha pobre linguagem. Entretanto eu recomendava as minhas colegas, que de vez em quando fossem ouvir as lições que as rosas imaculladas costumavam dar. (...) Pela sua alvura ensinaram-me que a Filha de Maria há mister ser pura, apoiada na modéstia e amparada pela

⁶⁹ LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORI, Mary. (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997. p. 447.

⁷⁰ PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru, São Paulo: Edusc, 2005. PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

⁷¹ Alexandre Herculano de Carvalho (1810-1877), filósofo e romancista português. Familiarizado com o meio social que cultivava ideias liberais, Herculano era católico e fundamentava suas ideias morais na religiosidade. Produziu vários ensaios reflexivos sobre a necessidade de reconstrução moral da sociedade portuguesa. Ver: BARROSO, Marco Antônio. **Confluências e divergências na ética romântica de Alexandre Herculano e José de Alencar**. Ibérica – Revista Interdisciplinar de Estudos Ibéricos e Ibero-Americanos Vol. VI, n. 17, Juiz de Fora, ago./nov., 2011. p.57-70.

humildade. Oh! Detestar sempre e evitar tudo aquilo que pode ainda de leve, melindrar a pureza, que é pela pureza de sentimentos e pela elevação de pensamentos que as criaturas racionais se aproximam da pureza eterna de Deus. Ellas olhavam para o alto. E dest'arte disseram-me que, pisando a terra, a Filha de Maria deve ter saudade da pátria viva do céu – a me dizer, não se conquista sinão pelos sofrimentos, muitos sofrimentos, simbolizados pelos espinhos que estão numerosos nas hastes que nos sustentam. Folhas verdes, guarnecem-nos e nos ornam: elas significam a esperança que ainda estimula para a prática do bem no meio das agruras da vida. Que seria do homem sem o conforto divino da esperança formosamente celestial? Enquanto eu ouvia enlevada lição, tornei a contemplar as gottas. – Ella nos vieram do céu, responderam-me sollicitas. E acaso não precisam as Filhas de Maria da graça abundante da misericórdia divina? Pode alguém viver a vida cristã, sem esse socorro do alto? E a luz que nos envolve e nos aquece, sobre symbolizar aquella outra luz que deve guiar as moças por entre os recifes da vida, afim de evitarem naufrágios, significa também o amor que há de prender o coração humano ao coração de Deus. (...) Assim é, cumpre produza a Filha de Maria o odor celestial das boas obras, esse odor que se eleva para além. Por mim ainda ficaria em alli ouvir as queridas amigas, cuja lição tanto bem me fez, mas lembrei-me de uma minha colega que estava passando mal. Precisava ir visitá-la⁷² (...)

Nesse trecho, entrevê-se a boa formação e conhecimento de literatura da jovem. Observa-se também que a terça-feira foi o dia destinado por ela ao cumprimento da reflexão semanal imposta pelo regimento das FM⁷³. Evidencia ainda a relação entre as associadas para além das reuniões, criando uma rede de amizade, a prática de visita aos doentes e o exercício da caridade. O reforço das virtudes, doçura, piedade, humildade, devoção e comunhão, confirmam a importância de tais valores para as associadas e o reforço das práticas caritativas.

As mulheres deveriam contribuir politicamente com a nação e com o Estado a partir do lugar e das competências que lhes eram próprias ou 'naturais'. Assim, o apelo aos sentimentos naturais das mulheres, como a bondade, a solidariedade e a sensibilidade com o sofrimento alheio, era o que as encorajava a dar um passo além dos cuidados domésticos e familiares, envolvendo-se com o trabalho assistencial junto às populações pobres e aos necessitados.⁷⁴

Os grupos de encontro serviam de espaços de diálogos para que as moças católicas discutissem sobre os assuntos de toda sorte. Eram desses encontros que eram criados os programas de atuação da associação. Nesse sentido, as associações de caridade, as agremiações literárias e as reuniões internas de jornais e revistas femininas

⁷² *O Horizonte* 06/10/1923

⁷³ Manual da União Pia das Filhas de Maria/traduzido pelo Cônego Dr. Ananias Correa do Amaral. Porto: Livraria Católica Portuense, 1926.

⁷⁴ MARTINS, Ana Paula Vosne. **Gênero e Assistência**: considerações histórico, conceituais sobre práticas assistenciais. In: Revista História, Ciências, Saúde, Manguinhos. Vol. 18. Suplemento 1. Rio de Janeiro. Dez., 2011.

eram lugares de encontro e discussão de pautas relacionadas ao bem comum e a interesses próprios do sexo feminino.⁷⁵

O artigo de Maria Luiza FM intitulado *Voto Feminino*, elucida a efervescência desses encontros,

No domingo de carnaval após as bênçãos do Santíssimo reunimo-nos em nossa humilde casa várias amigas. Ora, dizem que onde há mais de uma mulher, costuma haver muito parlatório e muita discussão. Si esta é a regra social, devo confessar com franqueza que lhe não abrimos excepção alguma, naquela tarde. Nossa alegre e familiar reunião confirmou-a plenamente. É possível que, de permeio, houvesse alguma futilidade. Pois não falta quem nos atire a nós, mulheres, a pecha de fúteis. (...) Pois bem, em phrases quentes e patrióticas comentamos aquelle telegrama que a Rainha da Bélgica (tão conhecida e sympatizada em Belo Horizonte) passou dia 29 do mez próximo findo, ao presidente de S. Paulo a propósito do concerto realizado em Bruxellas, pela senhorita Lucia Branco da Silva. E tão entusiasmada ainda estou com o triumpho a artista brasileira, que não posso deixar de trasncrever aqui aquele despacho telegráfico. "Sinto-me feliz aos vos dirigir as minhas felicitações, na ocasião do concerto dado pela senhorita Branco da Silva, (...) o qual apreciei immensamente o talento da vossa compatriota. Sim! A mulher brasileira tem tido seus belos expoentes em todos os departamentos da cultura feminina. Claro está que feminista como sou, minha alma vibra intensamente quando uma brasileira, honra assim, gloriosamente, nosso sexo"⁷⁶(...).

O artigo segue com Maria Luiza FM contando que ela e as amigas trocaram ao longo da tarde várias ideias e impressões, até que a "leader do feminismo" na reunião se referiu também ao telegrama vindo de Londres, no qual anunciava ter feito um discurso a favor do projeto de lei que dava direito de voto às mulheres maiores de 21 anos. Maria Luiza afirma que todas as amigas presentes na reunião, exceto ela, entenderam que a mulher brasileira devia alcançar o mesmo direito. Conta que seu posicionamento gerou uma discussão acalorada. Foi censurada, sem a possibilidade de se justificar e aproveitou o espaço do artigo para a réplica,

Não sou contrária ao direito do voto feminino. Antes abraço todas as idéias do Mosenhor Spalding, contidas no seu excelente trabalho. La haute éducation de La femme. E espero que mais cedo ou mais tarde, teremos todas o direito de votar. Entretanto, sou da opinião que, enquanto a democracia brasileira for o que vemos por ahí além, nenhuma mulher poderia, sem perder bastante dignidade, levar uma cédula a urna. Porque, inimiga intransigente da hypocrisia, não me conformo, nem jamais, me conformarei com essa revoltante zombaria que se faz actualmente, da vontade popular.⁷⁷

⁷⁵ MOTT, Maria Lúcia. **Maternalismo, políticas públicas e benemerência no Brasil (1930-1945)**. Cadernos Pagu, Campinas-SP, Núcleo de Estudo de Gênero – Pagu/Unicamp n.16 p.199-234, 2001.

⁷⁶ O *Horizonte*, 08/03/1924.

⁷⁷ O *Horizonte*, 08/03/1924.

O artigo dá nuances da presença marcante das questões femininas (feministas), na ordem do dia das jovens mineiras. Também evidencia como a questão do sufrágio promovia grandes discussões, mostrando ainda a articulação das mulheres aos movimentos feministas pelo mundo e a ciência sobre os acontecimentos internacionais.

Chama atenção o fato de que no texto, Maria Luiza se autointitula feminista, apesar de toda reserva que o editorial tinha com o termo. Toda vez que utilizavam a palavra feminismo no jornal, procuravam torná-la mais suave, “o bom feminismo”, “o verdadeiro feminismo”, “feminismo católico”. Explica Cova que esse fato era comum nas associações femininas do período, quando a expressão era mal conotada e desacreditada. As mulheres receavam serem rejeitadas e queriam se distanciar de movimentos sufragistas mais radicais. Tendiam sempre a transmitir um feminismo suave, não ligado às mulheres masculinizadas.⁷⁸ Maria Luiza, por sua vez, não temia essa associação.

Questionando alguns padrões impostos às mulheres, Maria Luiza FM, apresenta a crônica, “A mulher e o football”:

É a epigrafe de um artigo publicado no Diário de Minas, de sábado passado. Li-o com a avidez de quem deseja observar quadros de uma exposição organizada por pintor de nomeada. Porque todos os assuntos que dizem respeito aos interesses femininos, me chama fascinadoramente atenção.

Quer isto dizer que não me resigno a o quietismo das mulheres que aceitam a teoria dos que afirmam ser nosso destino único o ménage. Ainda bem que homens do valor de um Spalding, Bispo cathólico norte-americano, já nos fazem justiça. Assim o illustre Antistite teve coragem de chamar em seu livro l'Education Supérieure dês femmes, velho preconceito a crença absurda que a mulher é inferior ao homem no ponto de vista intelectual e physico. Não há vida nobre nem trabalho útil, não entre na esphera da vida da mulher, é uma afirmação que elle ilustra com ótimos argumentos. Claro está, porém, que nossa missão na terra nos criou uma esphera bem distinta. Entretanto essa esphera não é a escravização, inferioridade. Podemos fazer concorrências aos homens em muitos departamentos da actividade humana. Temos como elles o directo de viver e procurar nosso aperfeiçoamento. Nossa Victoria embora demorada há de ser uma realidade. Mas pra sermos iguaes aos homens devemos cultivar o desporto do football? (...) Enquanto, porém não me provarem que o football é uma manifestação de superioridade masculina, responderei negativamente aquella pergunta. Quereis as provas de minha these? O football é um desporto violento, ou melhor violentíssimo. É a impressão que tenho que todas as vezes que assisto a matches. É preciso acrescentar a observação do illustre higienista Afrânio Peixoto, o qual falando do football, lembra que o desporto por causa dos inconvenientes por excesso, é proibido ou comedido em algumas universidade americanas. (...) Há vários exercícos corporais que podemos e devemos praticar. Muller aconselha a corrida que

⁷⁸ COVA, Anne. O associativismo das mulheres. Uma abordagem comparativa: França e Portugal (1900-1918). In: SERRÃO, José Vicente *et al.* (orgs.) **Desenvolvimento Econômico e Mudança Social: Portugal nos últimos dois séculos**. Lisboa: ICS Imprensa de Ciências Sociais. 2009, p. 333-348.

é o exercício que melhor fortalece e conserva a saúde. Tem sobre qualquer outra a vantagem de fortificar principalmente, não apenas um grupo de músculos, mas os pulmões e o coração, e de acelerar a digestão e a secreção cutânea. Longos passeios a pé fazem muito bem. Mas... como andar muito a pé si o calçado Luiz XV, que a moda nos impôs, no-lo impede? Lá se foi o espartilho, mas ficou-nos outra tortura. Quanto é para desejar, pois, que nós nos vamos, a pouco a pouco, libertando de certas dictaduras da moda. Antes de tudo sejamos racionais não nos submetamos a essas copias servis das extravagâncias, que nos vem dos Estados Unidos, ora da França. Em Conclusão penso que o football não poderá ser o desporto da mulher⁷⁹.

A motivação do texto origina-se da leitura de um artigo publicado no jornal *O Diário de Minas*, cujo autor comenta a (im)pertinência das mulheres praticarem o futebol. Maria Luiza FM explicita sua atenção para todos os assuntos femininos, mostra-se atenta à leitura de outros jornais e pontua questões importantes sobre os papéis sociais femininos. Menciona sobre bons hábitos de higiene e saúde e critica a ditadura das modas parisienses e americanas.

A jovem mostra indignação diante da postura de algumas mulheres que aceitam o trabalho doméstico como única possibilidade. Para a autora, a mulher poderia concorrer em pé de igualdade com os homens em muitos segmentos da vida pública. A opinião de Maria Luiza FM contraria a orientação católica, na qual a mulher era educada para ser a rainha do lar, sendo que o trabalho deveria ser exercido sem o afastamento da vida familiar e dos deveres domésticos.⁸⁰ No próprio jornal há uma série de artigos escritos por mulheres que ressaltam a maternidade e o cuidado com o lar, papéis mais sublimes ao sexo feminino, não sendo compatível com outras funções.

O espírito de sacrifício e doação era outro adjetivo caro às FM. Devido à ligação com as irmãs vicentinas, elas viam a prática da caridade como exemplo a ser seguido. No artigo, “Lembrança Pungente”, Maria Luiza relata a experiência de visitar uma família pobre, juntamente com uma senhora de caridade. Assim ela narra,

Uma senhora de caridade, muito amiga minha pediu-me certa vez que a acompanhasse a uma visita que precisava fazer a uma família pobre, socorrida pela benemérita associação cristã. Lá fomos. A distância não era pequena. De caminho acretamos, entretanto de aproximar-mos de um casebre, e através da porta aberta vindo uma criança de uns sete anos, muito desfeita, pallida, coberta de andrajos. Detivemos o passo. Falamos a desventurada menina, que entre admirada e interrogativa nos disse que sua mãe estava dormindo desde cedo. Era meio dia suspeitando, porém tratar-se de uma doença, entramos e o que vimos? Oh! Um quadro desolador uma mulher cahida ao chão dormia profundamente, causado por

⁷⁹ *O Horizonte* 15/08/23.

⁸⁰ LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORI, Mary (org.) **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

embriaguez alcoólica. A cozinha muito pequena anunciava extrema pobreza, nem sinal de fogo no fogão. A caridosa ofereceu pão e queijo⁸¹ (...)

Suas qualidades naturais e morais habilitavam as FM para a maternidade e as tarefas domésticas, mas também se esperava, tanto do ponto de vista da religião quanto da filosofia moral, que essas qualidades fossem estendidas para os outros, para aqueles que sofriam e que precisavam de cuidados. As mulheres, particularmente as mães e as crianças, recebiam maior atenção das benemerentes. As visitas domiciliares serviam para conhecer a realidade dos assistidos e orientar uma ação mais eficiente. De acordo com Souza, a maior parte das mulheres assistidas pelas caridosas eram mulheres solteiras ou viúvas, chefes de família que não sabiam ler, nem escrever.⁸²

Vê-se também o discurso de combate a todo o tipo de vício. Aos olhos das classes médias a multidão urbana aparecia como desorganizada e selvagem. As teorias bacteriológicas e de proliferação das doenças infecciosas reforçavam a suspeita do caráter insalubre das promiscuidades de todo o tipo.⁸³ A caridade e a assistência social, nesse sentido, tinham o objetivo de educar e mudar o comportamento dos assistidos.⁸⁴ O trecho acima citado evidencia também a relação entre a mulher de elite e a mulher pobre, marcada pela solidariedade e pela hierarquia.

Com a crescente participação feminina no trabalho benemerente e sua associação com o lugar de gênero das mulheres formulado pela ideologia da domesticidade, a filantropia passou a ser associada à feminilidade, até ser considerada uma atividade feminina. Portanto, é a partir de uma política de gênero que excluiu as mulheres do mundo público que se definiu a assistência como um trabalho feminino, que não atentaria contra a moral e a virtude das mulheres.⁸⁵

Segundo Martins⁸⁶, muitas personagens femininas de romances se dedicavam à filantropia e eram geralmente descritas como mulheres de elevada moral, sensíveis ao sofrimento alheio, bondosas e solidárias. Eram exemplos de como as mulheres podiam e até mesmo deviam se ocupar dos outros para encontrar, quiçá, a felicidade que não

⁸¹ *O Horizonte* 15/12/1923.

⁸² SOUZA, Marco Antônio. **A economia da caridade: estratégias assistências e filantrópicas em Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Editora Newton Paiva, 2004. p. 82. Dados retirados do Livro do Conselho Metropolitano da Sociedade São Vicente de Paulo.

⁸³ PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**/Michelle Perrot; tradução Viviane Ribeiro. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2005.

⁸⁴ SOUZA. **As estratégias da pedagogia do assistencialismo em Belo Horizonte, 1930-1990: educação e caridade**. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais, 2001.

⁸⁵ MARTINS, Ana Paula Vosne. **A feminilização da filantropia**. Revista Gênero. Niterói. V.15 n.2, 2015. p.13-28.

⁸⁶ MARTINS, Ana Paula Vosne. **Gênero e Assistência: considerações histórico, conceituais sobre práticas assistenciais**. In: Revista História, Ciências, Saúde, Manguinhos. Vol 18. Suplemento 1. Rio de Janeiro. Dez., 2011.

encontravam em suas vidas afetivas. Tal construção feminina da assistência e dos cuidados representava, igualmente, uma ampliação da maternidade para aquelas que não foram mães porque permaneceram solteiras. Dessa forma, mesmo que as mulheres passassem a exercer uma função cada vez mais pública por meio da filantropia, ela não era antitética à ideologia da domesticidade, pois se fundamentava na ideia de complementaridade e de extensão da maternidade e das qualidades então consideradas femininas para o mundo exterior à casa e à família.⁸⁷

No artigo, “Voto Edificante”, Maria Luiza ressalta a importância dos trabalhos desempenhados pelas irmãs de caridade nos hospitais. Na ausência de um sistema de saúde pública, o concurso da filantropia era fundamental para que as ideias defendidas pelo discurso científico fossem colocadas em prática.⁸⁸ Outro tema recorrente nos textos de Maria Luiza FM era a questão das novas modas destinadas às mulheres, tema que ela tratava com certo desdém. Ela conta que uma amiga havia lhe enviado o recorte de um artigo publicado no *Jornal do Brasil*, do Rio de Janeiro, intitulado “Elegâncias” e assinado E.R,

Nesse artigo eu vejo, á tona a discussão, aliaz futilissima, a questão de andarem as mulheres com cabellos cortados. Mas devo confessar com franqueza que ahi se me depara uma face muito interessante dessa questão, ou antes uma conseqüência dessa moda ditadora, como infelizmente o são todas as modas femininas (...). Argumenta o articulista que as mulheres que cortam o cabelo curto ficarão calvas em breve tempo.⁸⁹

Ela segue o texto afirmando que considera isso uma bobagem, afirma ser essa constatação um uso equivocado dos conhecimentos científicos e termina o texto afirmando que “um homem que cultiva futilidades é um animal de cabelos curtos e de ideias mais curtas ainda!”

Ainda sobre a moda dos cabelos “*a la garçon*” e modas femininas, em 29/03/1924, Maria Luiza FM recebeu dos editores do jornal a encomenda de uma nota que comentasse a publicação de um artigo da seção Crônica Social, do jornal *Diário de Minas*. O autor do artigo, nomeado como “Sr. X”, condenava veementemente as modas femininas parisienses. O autor criticava os calçados, vestidos e os cortes de cabelo, apontava tais modas como um atentado à saúde, à moral e ao bom senso das mulheres brasileiras.

⁸⁷MARTINS, Ana Paula Vosne. **Gênero e Assistência: considerações histórico, conceituais sobre práticas assistenciais**. In: Revista História, Ciências, Saúde, Manguinhos. Vol 18. Suplemento 1. Rio de Janeiro. Dez., 2011.

⁸⁸SOUZA. **As estratégias da pedagogia do assistencialismo em Belo Horizonte, 1930-1990: educação e caridade**. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais, 2001.

⁸⁹O *Horizonte* 4/05/24 - Cabelos aparados e Calvície

Maria Luiza FM, por sua vez, discorre que ao receber a encomenda e ao ler o artigo do “Sr. X”, concordava em certa medida com as impressões do autor, mas confessa que ao final da tarde, ao conversar com uma amiga, chegou à conclusão que a postura do “Sr. X” era tão radical quanto as das mulheres que seguiam piamente as modas parisienses. Assim, Maria Luiza FM, em protesto aos radicalismos da moda e do “Sr. X”, deu o seguinte título ao seu artigo: “Não sejamos escravas”. No encerramento do texto mencionou que “todas as mulheres devem ser radicaes, mandando cortar os cabellos à escovinha (...) Eu de mim não mandarei resposta alguma ao “Sr. X”; mas si houver logar para a opinião de minha querida amiga, Ella ahi está”.⁹⁰

Segundo Mott, “escrava” era uma metáfora encontrada frequentemente em meados do século XIX, escrita por mulheres para elucidar sua condição de “escrava”, na grande batalha pelo fim da tirania a que eram submetidas pelos maridos, pais e irmãos. O que mais uma vez reforça o argumento de que as mulheres ligadas ao associativismo católico não utilizavam esse espaço apenas para a devoção e não eram dadas cegamente ao discurso conservador presente nos regimentos católicos. Pelo contrário, usavam os espaços a elas concedidos para colocar em prática suas ideias e valores.

Na edição comemorativa do primeiro ano de existência do periódico, Maria Luiza FM dava a entender que seu lugar de fala era desconfortável, sugerindo inclusive que não permaneceria no jornal por muito tempo. Em tom de despedida, publica o artigo “Sombra Esbatida”:

Pois bem, o *Horizonte* é uma obra prima, que pinceis manejados por mãos que cultivam o bello, estão pintando todas as semanas. E aquele é uma obra artistica e bem acabada, dizem todos os entendidos. Era conveniente, pois, que aqui houvesse sombra, cujo o efeito fosse igual, a que tem os quadros celebres. Mas, sombra esbatida, quanto não me sinto feliz por poder prestar assim o meu apagado concurso a esta obra essencialmente patriótica. E si me fora licito nesse dia de festa, confessar um pesar, eu diria, com a sinceridade de uma Filha de Maria, que o sentimento que me ralla, é saber certamente que minha inteligência está aquém, muito aquém de minha grande boa vontade. Afirimo, todavia que me consolo com o pensamento de que O *Horizonte* deve sempre ter sombras esbatidas⁹¹.

A participação de Maria Luiza FM na redação do jornal *O Horizonte* evidencia que ela soube se apossar do espaço que lhe foi confiado e desenvolveu sua influência. Foi capaz de sair moralmente dos papéis designados, construindo e divulgando suas opiniões, passando muitas vezes da sujeição à independência⁹². Evidencia, sobretudo, que apesar

⁹⁰ *O Horizonte* 29/03/1924 – Não sejamos escravas

⁹¹ *O Horizonte* 08/04/1924 – Sombra esbatida

⁹² PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**; tradução Viviane Ribeiro. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2005.

das rígidas determinações impostas às FM, ela era uma mulher moderna, bem-educada e atenta aos diversos acontecimentos no mundo, além de denotar a preocupação com a assistência social.

A coluna ficou sob a responsabilidade de Maria Luiza FM até o dia 11 de junho de 1924, tendo ela produzido mais de 40 crônicas no periódico⁹³. Nessa edição a autora se despede, segundo ela, de seus poucos leitores, da seguinte maneira,

porque os meus reduzidos leitores, libertados do não leve jugo de umas crônicas desenxabidas, escritas por uma mulher que só tem o mérito de querer ser útil a causa social da boa imprensa, póderão respirar desafogados e, sobretudo terão o agradável prazer de ter páginas de graças e sempre instrutivas (...)⁹⁴

Ao final do artigo, mostra-se feliz por ser substituída por dois jovens talentosos e que deixaria o país com a certeza de que contribuiria para um jornal de importante valor para a nação.

Escolhemos os artigos produzidos por Maria Luiza FM para discutir a associação das Filhas de Maria, por entender que o conteúdo dos seus textos evidencia a variedade de assuntos que interessava o universo feminino naquele período. Embora fosse uma frequentadora assídua da associação e utilizasse a militância católica em todos os âmbitos de sua vida, Maria Luiza não se prendia aos padrões conservadores ditados pelos estatutos das FM. Ao contrário disso, ela tinha uma postura de conciliação, enfrentamento e negociação dos valores católicos mais conservadores com suas ideias, posições sobre o mundo e sua maneira de compreender e viver a modernidade.

1.4.2 Mães Cristãs

A Associação das Mães Cristãs foi uma das variadas iniciativas da Igreja Católica em influenciar a maternidade nos aspectos morais e higiênicos. Tinha como

⁹³ A mulher e o football; Folhas que caíram; Manhãs de Chuva; Saudades e Esperanças; Heroísmo de Mãe; Aurora e Ocaso; Gloria Mineira que Surge; Imacullada Conceição; Lições das Rosas; Lembrança Pungente; Piedade da Família; Papa e Noel; Exemplo Notável; Ano Novo; Sabedoria Antiga; Estão falando que ...; O Cruzeiro do Auto; Porque; Dois Poemas; Lourdes; Relíquia que Desaparece; Carnaval; Voto Feminino; Princesa Repudiada; Voto Edificante; Não Sejam Escravas; Sombra Esbatida; Mulher Turca; Símbolo Elouquente; Cigarra Descuidosa; Noite de abril; Estrela da Manhã; Santa Virgem das Virgens; Mãe admirável; Mãe do Salvador; Causa da Nossa Alegria; Rosa Mística; Socorredora dos Aflitos; Rainha da Paz; Porta do Ceo; Cabelos Aparados e Calvice; Exploração e Caridade; e Boas Novas.

⁹⁴ O *Horizonte* 08/04/1924 – Sombra esbatida

objetivos “realizar maravilhosas transformações na organização escolar em todos os departamentos de ensino público e privado e instruir as senhoras católicas a serem fiéis esposas aos seus maridos, a verdadeira rainha do lar.”⁹⁵

A fundação oficial da Associação das Mães Cristãs em Belo Horizonte ocorreu em 13 de março de 1928, em um Retiro realizado no Colégio Sagrado Coração de Jesus, com missa solene na capela do colégio. As reuniões das Mães Cristãs ocorriam no terceiro domingo do mês, na Capela do Colégio Sagrado Coração de Jesus, após a missa.⁹⁶ O Estatuto da associação foi elaborado por Anna Cintra, Coleta Lanari e Maria Luiza de Almeida Cunha, todas lideranças do associativismo católico.⁹⁷

A associação era constituída por dois membros eclesiais - D. Cabral (diretor) e Padre Affonso (vice-diretor) - e pelas leigas, D. Maria Coleta Lanari (presidente), Clarinda Proença Costa Sigaud (vice-presidente), Ana Mesquita Assunção (tesoureira), D. Leonidia Leite, D. Antonieta Souza Silva, D. Epaminondas Pires, D. Cecília de Freitas e Maria Luiza de Almeida Cunha (conselheiras).⁹⁸

As líderes da Associação Mães Cristãs desempenhavam atividades em instituições filantrópicas dedicadas à infância e às mulheres pobres, como por exemplo as creches Menino Jesus, Bom Pastor e Santa Casa de Misericórdia. Todas possuíam o curso normal e a presidente da associação, Maria Coleta Lanari, além de normalista era enfermeira do Curso Anexo da Cruz Vermelha da EECC. Como é possível observar, tinham uma formação sólida nas áreas de educação, saúde, higiene e puericultura, estando habilitadas a cumprir o papel de instruir as mães pobres e as crianças.

Já a vice-presidente, a senhora Clarinda, pertencia à família Sigaud, conhecida por suas ações filantrópicas na cidade. Tudo indica que Clarinda era esposa do ginecologista Eugênio Sigaud. Também da família, destaca-se Cléa Costa Sigaud, que trabalhava na diretoria de Educação e Saúde, validando pedidos de ingresso no curso de enfermagem da EECC. D. Alice Sigaud, mãe do ginecologista, havia negociado com ele a concessão de cartões de encaminhamento para consultas gratuitas para enfermos carentes. Em seu consultório, Eugênio Sigaud atendia senhoras grávidas para tratamento pré-natal e fazia exames pré-nupciais para homens. Os anúncios de seus serviços no jornal *O Horizonte* destacavam que os exames pré-nupciais eram fundamentais para garantir a saúde da geração por vir, delineando os métodos da eugenia em sua prática médica. Eugênio Sigaud procurava orientar sobre doenças venéreas, especialmente a sífilis, além de

⁹⁵VIEIRA, Dilermando Ramos. **O processo de reforma e reorganização da igreja no Brasil (1984-1926)**. Aparecida: São Paulo: Editora Santuário, 2007.

⁹⁶O *Horizonte* 28/11/1928.

⁹⁷O *Horizonte* 21/3/1928.

⁹⁸O *Horizonte* 21/03/1928.

orientar as mulheres sobre os conhecimentos de puericultura e tratamento para doenças urinárias. Na sua clínica dispunha de laboratório de análises (urina, sangue, pus, escarros, fezes e suco gástrico) e serviços de Raio-X. Ressaltava com frequência a presença de profissionais qualificados e de enfermeiras. Essas últimas eram destacadas especialmente no atendimento de mulheres.⁹⁹

Da iniciativa caritativa da clínica Sigaud em atender gratuitamente os pobres, realçamos o fato deste atendimento partir da recomendação da mãe do médico, senhora engajada na militância católica. Isso reforça o argumento de Diebolt¹⁰⁰ sobre a importância das mulheres para organizar campanhas e convencer os médicos do trabalho caritativo, já que muitas vezes eles se mostravam indiferentes aos problemas sociais.

Para D. Cabral, a Associação das Mães Cristãs procurava a santificação de uma das maiores responsabilidades que tinha a mulher na formação da sociedade, a de ser mãe. Accati¹⁰¹ afirma existir nesse período dois tipos de mães: a mãe política e a mãe cristã. A mãe cristã representava a fertilidade, a maternidade e a natureza. Ela seria um instrumento de Deus. Já a mãe política trazia para o plano terreno sua superioridade espiritual e contribuía para a Igreja Católica, materializando o poder divino sobre o soberano.

Entendemos a criação da Associação das Mães Cristãs na capital mineira como uma parceria entre a Igreja e o Estado. D. Cabral, através dessa associação, buscava incentivar as mulheres católicas a ocuparem o quadro da Associação das Mães de Família, a agremiação instituída pelo Presidente do Estado, Mello Vianna, na Reforma Educacional de 1925. Acreditamos que a estratégia era criar um contingente atuante de mães católicas nas escolas primárias de Minas Gerais. Essa intenção é notória, pois desde 1923, antes mesmo da criação da Associação das Mães de Família, D. Cabral redigia cartas pastorais convocando as mães católicas a atuarem em forma de associações nas escolas. Até pelo menos os anos 1930, a maior preocupação da Igreja Católica era manter o controle sobre o ensino primário, inculcar nas crianças os valores morais, mas também atributos ligados à higiene, alimentação, civilidade e orientação para o trabalho.

D. Cabral, interessado em constituir um grupo de mães católicas atuantes nas escolas primárias mineiras, direcionava várias cartas pastorais, convocando e orientando a ação das mulheres associadas às Mães Cristãs,

⁹⁹ *O Horizonte* 25/5/1927 e 3/09/1927.

¹⁰⁰ DIEBOLT, Evelyne. **História do Trabalho Social: nascimento e expansão do setor associativo sanitário e social** (França, 1901-2001). In: *Estudos Feministas*, Florianópolis, 13 (2): 256 maio-agosto, 2005.

¹⁰¹ ACCATI, Luisa. Hiza omnipotentes y madres peligrosas. El modelo católico y mediterraneo. In MORANT, Isabel (dir.). **História de las mujeres em Espana y América Latina** Tomo II. Madri: Editora Catédra, 2005.

Uma obra que merece benévola e acurada atenção do nosso clero pela sua natureza transcendência e intuitos práticos, é a Associação das Mães Cristãs ensina que a criança é herdeira do céu, onde nada poluído pode entrar e irmã dos anjos que contemplam a face de Deus, e um ser de tal sorte sagrado, que não se lhe poderá causar dano sem ficar incurso nas mais sensíveis maldições. São Mateus, Cap. X, 24 – Cap. XVII, 10 v. 16. E por Deus que a família possui as crianças (Geneses, Cap. IV, 1). Configurada à semelhança carnal de seus pais a criança deve receber em sua alma impressão da fé, das virtudes, das esperanças e o sêlo da divina graça (...). É pois, incumbência inalienável da família zelar pela educação dos filhos e orientá-los do (???) em que possam assumir a direção de seus próprios e augustos destinos¹⁰²

D. Cabral segue a carta, afirmando que “esta delicada e sublime missão” deve ser exercida na escola de forma complementar. A escola seria a continuação do lar e os professores não poderiam desvirtuar, nem trair as tradições da família católica mineira. O arcebispo parabenizava a ação do presidente do estado, Mello Vianna e entendia que a medida de convocar as mães mineiras para que tutelassem e inspecionassem a escola pública garantia que não fossem profanadas as consciências na sua sagrada missão educativa.

Apesar da presença do catolicismo nas escolas públicas de Belo Horizonte, dada a preferência católica dos mineiros e o fato da maior parte das normalistas terem sido formadas em escolas secundárias católicas, o ensino religioso acontecia na escola de maneira extraoficial e havia um crescimento das escolas protestantes. Temendo esse crescimento, D. Cabral apostava na ação das mães católicas nas escolas públicas e privadas para a manutenção dos valores católicos e da família cristã. Além da manutenção dos valores católicos, ele acreditava que a presença das mães nas escolas era um meio de propagar “argumentos religiosos e higienistas que responsabilizavam a mulher pela manutenção de uma família saudável, no sentido mais amplo do termo”.¹⁰³

Vale ressaltar que, na ocasião da Reforma Mello Vianna (1925), houve um forte diálogo entre o Estado e a Igreja Católica, sobretudo no campo da educação e da saúde. Nesse período, Lúcio dos Santos, grande nome da militância católica em Minas Gerais, ocupava o cargo de diretor da Instrução Pública.¹⁰⁴

A criação da Associação das Mães de Família foi mencionada nos artigos 82 e 94 da Reforma Educacional Mello Vianna (1925). Segundo Borges, ao convocar a participação ativa das mães na educação mineira, o governo tinha como objetivos a

¹⁰² Resoluções em 29/05/1923 p. 36. Arquidiocese de Belo Horizonte.

¹⁰³ LOURO, Guacira Lopes. **Mulheres na sala de aula**. In: História das Mulheres no Brasil. Mary Del Piori (org.) Carla Bassanezi (coord.). 2 Ed. São Paulo Contexto, 1997.p. 452

¹⁰⁴ VALENTE, Polyana Aparecida. **Intelectuais Católicos, saúde e educação em Minas Gerais**. Dissertação de Mestrado em História das Ciências e da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz/ Casa de Oswaldo Cruz, 2010.

correção dos defeitos dos filhos, a possibilidade de manter a professora informada dos avanços e retrocessos da aprendizagem dos alunos e contribuir para a educação moral dos mesmos. Pretendia-se, também, que as mães mais abastadas e instruídas auxiliassem as mães que não tiveram oportunidade de estudar, estabelecendo dessa maneira a cooperação e harmonia social.¹⁰⁵

A Reforma Mello Vianna e a ênfase dada à participação das mães na escola passam pelo pressuposto de que o ambiente escolar era um instrumento de reforma social. O discurso maternalista, sobretudo ao que se refere à higiene e à alimentação, identifica a mulher como a responsável por garantir a ordem no lar. A mulher devia zelar para que a família incorporasse cada vez mais referências escolares para gerir o mundo doméstico e a educação dos filhos. A máxima era: não basta amar seus filhos, uma boa mãe deve conhecer e compreender as necessidades infantis.¹⁰⁶

Em artigo publicado na *Revista do Ensino*, em 08/03/1925, Alceu Novaes explica que as Associações das Mães de Família geravam, na Europa e nos Estados Unidos, iniciativas “extraordinárias”¹⁰⁷ para a solução dos problemas da educação física, moral e intelectual, sendo, portanto, um modelo a ser seguido.¹⁰⁸ Além da cooperação entre professoras e mães, o autor aponta outra função da Associação das Mães de Família: a de reunir as mães pobres e ricas para discutirem sobre as questões palpitantes do ensino e da educação para que as mães cultas esclarecessem aquelas que não tinham estudo, tornando as associações um “esteio da sociedade e da ordem”.¹⁰⁹ Atrás do desejo de convivência desses dois grupos de mulheres (ricas e pobres), o objetivo era transformar os hábitos das mulheres pobres e, conseqüentemente, restaurar suas famílias deterioradas, combatendo o alcoolismo dos maridos e a vadiagem das crianças.¹¹⁰

Em relatório ao Congresso Mineiro, Mello Vianna afirma que as Mães de Família forneciam sopa e leite aos pobres, ajudavam na seleção de filmes a serem exibidos nas escolas e, em reuniões mensais, discutiam com as diretoras questões relativas à educação de seus filhos.¹¹¹

¹⁰⁵ BORGES, Vera Lúcia Abrão. **A ideologia do caráter nacional da educação em Minas Gerais (1925-1929)**. Tese de doutorado em Educação. Campinas: Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, 1993.

¹⁰⁶ PEIXOTO, Ana Maria Casasanta. **A luta dos católicos pela escola**. Minas Gerais, ano 1930. Educação em Revista. Belo Horizonte. nº.17 jun.1993. p. 56-63.

¹⁰⁷ Dentre essas iniciativas estavam o fornecimento de lanche nas escolas, a organização de clubes literários e de saúde, aulas de reforço para alunos com dificuldade de aprendizagem e o estabelecimento de parcerias com as professoras.

¹⁰⁸ NOVAES. Associação das Mães. *Revista do Ensino*, 8/03/1925, p. 30-32.

¹⁰⁹ NOVAES. Associação das Mães. *Revista do Ensino*, 8/03/1925, p. 31.

¹¹⁰ PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru, São Paulo: Edusc, 2005.

¹¹¹ VIANNA, Fernando de Mello. Mensagem do Presidente ao Congresso Mineiro, 1926.

Em artigo publicado no jornal *O Horizonte*, D. Cabral convoca as mães e ressalta a medida do presidente do estado,

Às mães de família mineira. Mães de famílias cristãs células da sociedade doméstica e nacional fiadora da estabilidade da sociedade. Sobre a atitude de Mello Vianna em dirigir-se as mães de família mineira e tê-las como solução dos problemas é a instrução e a educação da infância. São elas as formadoras do caráter do cidadão. Missão social, nacional das mães – formar e consolidar a pátria formando hoje a luz das construtoras idéias de amanhã. O manacial mais puro das energias cívicas e das virtudes morais brota da educação do lar, pela palavra maternal. Essa educação que começa no lar deve ser continuada na escola. Duas coisas se conclue importância do ensino religioso na escola, mães devem valorizar e velar pela formação dos seus filhos. Que as mulheres ouçam o presidente¹¹²

As mulheres eram encaradas como meio de reconquista da paz social. Defendiam a idéia de que a educação moral era o remédio para todos os males da sociedade moderna, por isso deviam as mulheres voltar-se para a educação da infância, concedendo apoio moral e material. No campo material deviam organizar festas para manter caixas escolares em prol das crianças pobres.

A Reforma Mello Vianna centrava-se na educação primária, cuja função primordial era inserir a criança na sociedade, inculcando-lhe regras e valores tidos como necessários e naturais.¹¹³ A preocupação estava em desenvolver, na primeira infância, aptidões físicas e mentais da criança, mediante métodos pedagógicos aprovados e adotados pelo Conselho de Instrução Pública. A escola pretendia dar continuidade à educação iniciada na família e pelas mães, por isso era forte o desejo de firmar parcerias e cooperação entre as famílias e as instituições de ensino.

Havia preferência pela contratação de normalistas que fossem solteiras ou viúvas e sem filhos, sob o argumento de que a mulher, naturalmente, por dádiva divina, tinha mais talento para o magistério. Ela compreendia melhor as necessidades das crianças e, sendo solteira e sem filhos, podia se entregar à profissão e continuar a educação iniciada no lar.

Nesse período, foi construída na capital a Escola Maternal Mello Vianna, localizada no Barro Preto, conhecido na época como bairro de operários. Para dar início à sua construção, foi organizada uma cerimônia que contou com a participação de várias autoridades políticas. Também estavam presentes alguns professores da rede pública, Lucio dos Santos, D. Cabral e o médico Dr. Gentil Sales. Gentil Sales era dedicado à puericultura,

¹¹² *O Horizonte* 04/04/1925.

¹¹³ SOUZA, Rita de Cássia de. **Sujeitos da educação e práticas disciplinares: uma leitura da disciplina escolar a partir da Revista do ensino e das Reformas Educacionais Mineiras (1925-1930)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Educação. Belo Horizonte, 2001.

e por várias vezes seu livro, *Iniciação Materna*,¹¹⁴ foi divulgado e recomendado às mães cristãs nas páginas do jornal *O Horizonte*. Segundo os editores do periódico, o livro ensinava, em linguagem clara e acessível, como a mãe podia evitar e auxiliar o médico a combater doenças na infância. O livro estava organizado da seguinte maneira:

Dividido em três partes: 1ª profilaxia de doenças do aparelho digestivo, ensinando que as mães devem alimentar corretamente os filhos. 2ª Transformar as mães em boas enfermeiras, primeiros recursos quando ficam doentes. 3ª Destinado aos Pais e ao médico da família para anotarem fatos psicológicos e práticos mais importantes que ocorre na vida da criança.¹¹⁵

A presença do Dr. Gentil Salles ilustra o processo de institucionalização da pediatria no Brasil. O caminho da institucionalização contava com instituições, associações e veículos de divulgação do saber médico, voltados, sobretudo, para o cuidado das crianças.¹¹⁶

Na ocasião da inauguração da escola maternal, Mello Vianna insistiu para que D. Cabral fosse o primeiro a assinar a ata de inauguração da construção. Esse ato simbólico evidencia a importância da Igreja Católica no ensino em Minas Gerais, apesar do caráter laico da educação. Durante a cerimônia, a esposa de Mello Vianna foi convidada a brindar em homenagem à mulher operária. A presença da esposa do presidente do estado elucidava os laços de solidariedade da mulher da elite para com as operárias.¹¹⁷

Na Reforma Francisco Campos, a Associação das Mães de Família foi regulamentada pelos artigos 208-210 do decreto 7.970, de 1927, e estabeleciam que a associação era destinada a cooperar com as autoridades escolares, no sentido de levantar a moral e saúde dos alunos, bem como promover a matrícula e a frequência escolar. As mães associadas deviam tomar parte das reuniões quinzenais do *Auditorium*¹¹⁸, reunir-se mensalmente e realizar visitas frequentes nas escolas.¹¹⁹

¹¹⁴ O livro foi publicado pela imprensa diocesana e recebeu espaço na seção de higiene na Exposição Internacional do Centenário, realizada no Rio de Janeiro. *O Horizonte* 18/02/1925.

¹¹⁵ *O Horizonte* 18/02/1925.

¹¹⁶ Sobre isso ver os trabalhos: PEREIRA, Júnia Sales. **História, Ciência e Infância**: narrativas profissionais no processo de singularização da pediatria como especialidade. Brasília, DF: Capes, Belo Horizonte: Argumentvm, 2008. FREIRE, Maria Martha de Luna. **Mulheres, mães e médicos**: discurso maternalista no Brasil. FERREIRA, Luiz Otávio e SANGLARD, Gisele. **Médicos e filantropos a institucionalização do ensino de pediatria e da assistência à infância no Rio de Janeiro da Primeira República**. *Varia História*, v. 26 n.44 p. 437-459, 2010.

¹¹⁷ *O Horizonte* 09/09/25.

¹¹⁸ As horas do Auditorium eram destinadas aos cantos corais, à audição musical e à exposição de assuntos que interessassem à escola, sejam eles relativos ao programa de estudos, sejam concernentes a alguma obra escolar ou social. Nesses momentos também aconteciam palestras dadas pelo médico ou dentista escolar sobre temas de higiene, além de conferências, se possíveis acompanhadas de demonstrações práticas, sobre a indústria, a produção agrícola e o comércio locais. Nessas conferências havia a exposição, por pessoa preferencialmente do comércio local,

A preocupação dos católicos na formação de boas mães é visualizada no grande número de artigos presentes n’*O Horizonte* com esse objetivo. Os artigos publicados por Jota Emme, intitulados “Educação no Lar”, tratavam de instruir as mães na educação dos filhos e versavam sobre os conselhos morais e higiênicos. Outra chave de ação estava na instrução formal. Os católicos eram incansáveis no desejo de criar escolas de puericultura cristã e questionavam o fato de existirem variadas escolas de formação profissional feminina, e nenhuma destinada exclusivamente à formação de mães,

hoje fundam-se escolas femininas para tudo serviço doméstico, para enfermeiras, empregadas no comércio, para mestras, para ensaiar boas maneiras, para modistas, até para aprender a dançar e a bem aparecer. Ninguém se lembra, porém, de fundar uma escola que prepare a mulher para seu papel mais importante, para sua missão mais sublime, para ser boa mãe, que não somente saiba criar, mas que ainda saiba educar, isto é formar o caráter de seus filhos, encaminha-los para o bem e para a virtude. Desejo escola de puericultura cristã.¹²⁰

No ano de 1931, foi inaugurado um departamento no Colégio Santa Maria, intitulado Escola Social Feminina. O novo departamento oferecia três cursos, a saber – Curso Doméstico, destinado a ensinar a arte culinária, economia domésticas, costura e corte prático de chapéus, bordados, higiene, psicologia, noções de agricultura e jardinagem; Curso Comercial, com práticas de datilografia, stenografia, contabilidade, português, francês e italiano; e Curso Literário e Artístico, destinado ao estudo de literaturas antigas e modernas, história da arte, pintura, desenho e artes decorativas. A notícia sobre a abertura da escola foi seguida por variadas notas no jornal *O Horizonte*, que ressaltavam a felicidade pela criação da escola, pois,

a Escola Doméstica ensinará coisas que não se aprende em casa, nem nas escolas normais que é expressão máxima da instrução feminina, a preparação para serem boas donas de casa e mães de família. Ministrando todos os conhecimentos necessários para o desempenho de sua missão no lar para o esposo, filhos e para a sociedade. Não queremos a mulher ignorante, queremos que seja instruída para ser companheira intelectual do marido. Revolta-nos ver a mulher se masculinizando, ridicularizando (...). Aprender a higiene para conservar o domínio de si mesmo diante das moléstias, dos acidentes, tomar as medidas de urgência e facilitar o trabalho do médico executando inteligentemente as suas prescrições (...).¹²¹

sobre o plano de obras públicas que estivesse sendo executado. *Minas Gerais*, Regulamento do Programa Obrigatório da Escola Primária 24/12/1937. Decreto n. 8.094. p. 8.

¹¹⁹ MINAS GERAIS, Regulamento do Programa Obrigatório da Escola Primária 24/12/1937. Decreto n. 8.094. p. 1-33.

¹²⁰ *O Horizonte* 19/12/1925 - Escola de Mães.

¹²¹ *O Horizonte* 31/01/1931 e 04/02/1931 - Escola Social Feminina.

Tal iniciativa reforça o desejo católico de formar um tipo ideal de mulher cristã que desenvolvesse com aptidão suas funções de mãe e esposa, dotadas de saberes morais, puericultura e tudo o que dizia respeito à economia doméstica.

Sabe-se que a associação das Mães Cristãs foi atuante no espaço da escola, estabelecendo vias de troca entre o ambiente familiar e o espaço escolar. Conseguiram difundir aulas de catecismo e aumentar o número de alunos matriculados e frequentes nas escolas primárias. A ação da associação se viu aumentada pelos trabalhos desenvolvidos na Confederação Católica Feminina, que atuava em comissões morais, regulando a censura de filmes, modas e bailes.

Anne Cova observa que a maternidade guarda um papel particular na história dos feminismos. Os da primeira metade do século XX, ditos da primeira onda, que surgiram em numerosos países, serviam-se da maternidade como trunfo para penetrar na esfera pública, reivindicando direitos para as mães e mulheres em geral, tornando-se conhecido pela expressão “feminismo maternalista”.

Na mesma direção, Perrot considera que o ativismo feminino maternalista permitiu a muitas mulheres cruzar a fronteira e atuar no mundo público. Para a autora, a maternidade é o grande caso das mulheres. A figura da mãe e suas práticas (saúde, puericultura, educação na infância), a colocavam como um pilar da sociedade e da força dos Estados, tornando-se um fato social, no qual devia-se investir políticas destinadas aos cuidados das mães e de seus filhos.¹²²

Para Koven e Michel¹²³ o maternalismo atuava em dois níveis: enaltecia as virtudes privadas da domesticidade e legitimava as relações das mulheres com a vida pública e com a política, o Estado, a comunidade e o mundo do trabalho e do mercado. Na perspectiva de Mott, o maternalismo defendia a preponderância do sexo feminino devido à natureza específica para a maternidade, na defesa e desempenho de atividades relacionadas ao bem-estar das mulheres e das crianças.¹²⁴

É praticamente unânime a interpretação de que a maternidade representava a função mais importante da mulher e que ela precisava ser educada para exercer seu papel. Partia-se do pressuposto de que as mulheres não estavam preparadas para desempenhar as suas funções essenciais de esposa e mãe, precisando ser instruídas.¹²⁵

¹²² PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Tradução Ângela M. S. Côrrea. São Paulo, Contexto, 2007.p. 271

¹²³ KOVEN, Seth; MICHEL, Sonya. **Womanly Duties: maternalist politics and the origins of welfare states**. American Historical Review. V. 95, 1990. P. 1076-1108.

¹²⁴ MOTT, Maria Lúcia. **Maternalismo, políticas públicas e benemerência no Brasil (1930-1945)**. Cadernos Pagu, Campinas-SP, Núcleo de Estudo de Gênero – Pagu/Unicamp n.16 p.199-234, 2001.

¹²⁵ FREIRE, Maria Martha de Luna. **Mulheres, mães e médicos: discurso maternalista no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

Dessa maneira, a maternidade não era uma função individual, mas uma função social. Ela era entendida como um papel primordial das mulheres que, em sua maioria, viam-na como um valor positivo. Havia a crença de que pela maternidade elas obteriam reconhecimentos sociais e direitos. Assim, as mulheres defendiam o argumento de que a maternidade lhes atribuía qualidades específicas e naturais para o desempenho de determinadas atividades, sobretudo daquelas destinadas ao bem-estar das mães e das crianças.¹²⁶

Para que as mulheres desempenhassem adequadamente sua função materna era necessário que as autoridades fossem mais atuantes, intervindo nas relações entre capital e trabalho, para proteger as mães trabalhadoras e suas crianças. Dentre as medidas propostas para minimizar o conflito entre trabalho e maternidade, a oferta de creches e escolas maternas apresentava-se como solução razoável para compensar a ausência da mãe.¹²⁷

Outra medida importante era a instrução das mulheres à maternidade. Havia nesse período uma série de instituições comprometidas com a formação de “boas mães”, escolas de economia doméstica, curso de puericultura e higiene e escolas sociais femininas. A Igreja Católica se mostrava atenta à questão da maternidade e procurava inculcar nas mães da classe média e das operárias o dever moral de ensinar os valores da religião aos seus filhos, transmitir bons costumes e educá-los higienicamente.

1.4.3 Damas da Caridade

A Associação das Damas da Caridade era uma instituição de assistência social voltada ao auxílio de indivíduos pobres, doentes e inválidos, de caráter caritativo. Seu corpo social era composto por mulheres da alta sociedade belo-horizontina. Como elemento de identificação, as damas utilizavam um pequeno crucifixo pendente com uma fita preta.

A associação pertencia à Sociedade São Vicente de Paulo. Logo que surgiu a capital, destacava-se como a mais importante instituição na prestação de assistência às famílias pobres. Ficou marcada pela presença exclusiva de católicos, alguns dos quais eram lideranças de destaque no meio político, empresarial e comercial mineiro. Camila Jansen de Mello de Santana salienta que a estrutura organizacional das Associações das Senhoras da

¹²⁶ MOTT, Maria Lúcia. **Maternalismo, políticas públicas e benemerência no Brasil (1930-1945)**. Cadernos Pagu, Campinas-SP, Núcleo de Estudo de Gênero – Pagu/Unicamp n.16, 2001. p.199-234.

¹²⁷ FREIRE, Maria Martha de Luna. **Mulheres, mães e médicos: discurso maternalista no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

Caridade era pautada por uma rigorosa hierarquia. As damas que ocupavam cargos mais elevados tinham status no interior da instituição. As chamadas damas ativas eram as senhoras que podiam atuar na visitação dos indivíduos auxiliados, decidindo quem poderia continuar usufruindo do benefício.¹²⁸ Entendemos que a visitação feita pelas Damas da Caridade servia para conhecer as necessidades dos assistidos. Segundo Diebolt, era comum as associações femininas fazerem pesquisas e estudarem as condições de vida das populações, o que permitia, em médio prazo, ações de educação sanitária, educação familiar, organização de atividades culturais, prevenção de doenças e a distribuição de vales-alimentação.¹²⁹

As Damas da Caridade eram importantes na arrecadação de recursos para a SSVP, pois eram responsáveis pela organização de campanhas de donativos e ofereciam festas, operetas e concertos beneficentes, algumas inclusive faziam doações em dinheiro e de objetos de valor.¹³⁰ Elas organizavam bailes de caridade para levantamento de fundos das caixas escolares e para a manutenção de hospitais; atuavam na saúde de forma intensa; operavam uma sindicância nas casas dos assistidos; encaminhavam doentes para hospitais e dispensários; e identificavam e isolavam os doentes. Além da saúde, tinham uma atuação bem diversa, desenvolvendo trabalhos de evangelização e de “causas morais”.¹³¹

Os primeiros grupos de Damas de Caridade de Belo Horizonte se formaram nas paróquias da Boa Viagem e São José. Eram as mais antigas e com grande poder de atuação. Com a criação da Confederação Católica Feminina houve um considerável aumento de grupos de Damas nas diferentes paróquias belo-horizontinas, ampliando conseqüentemente a abrangência do trabalho filantrópico na cidade.

Como observa Souza, a SSVP em Minas mostra-se desorganizada na apresentação dos relatórios e estatísticas. Os relatórios de atividades das Damas da Caridade, por vezes eram publicados no jornal *O Horizonte*, mas não havia uma periodicidade. O trabalho realizado por elas pode ser mais bem visualizado nas atas da CCF. Por esse motivo trataremos com mais detalhes a ação das Damas da Caridade no próximo capítulo, quando apresentamos a atuação dessa agremiação nos trabalhos de assistência e caridade desenvolvidas pela CCF em parceria com a SSVP.

¹²⁸ SANTANA, Camila Jansen de Mello de. **A caridade a si ou ao outro? As práticas católicas como auto-salvação**. Revista Aulas. Dossiê Religião n.4 abril/junho, 2007.

¹²⁹ DIEBOLT, Evelyne. **História do Trabalho Social: nascimento e expansão do setor associativo sanitário e social (França, 1901-2001)**. In: Estudos Feministas, Florianópolis, 13 (2): 256 maio-agosto, 2005.

¹³⁰ SOUZA, Marco Antônio de. **A economia da caridade: estratégias assistências e filantrópicas em Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Editora Newton Paiva, 2004.

¹³¹ *O Horizonte* 21/09/1927.

2 CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DE BELO HORIZONTE E O ASSISTENCIALISMO

O objetivo desse capítulo é apresentar as atividades realizadas pela Confederação Católica Feminina (CCF). A agremiação destaca-se por agrupar as três principais associações de militância católica na capital. Sua criação foi uma estratégia da arquidiocese para melhorar organização da Ação Social Católica. Na sua origem, tratava-se de uma associação mista, mas rapidamente foi subdividida em seções masculina e feminina. As mulheres associadas à CCF pertenciam exclusivamente à elite mineira. Além disso, as atividades por elas realizadas na CCF revelam o trânsito das mulheres católicas pelas instituições filantrópicas, as redes acionadas por elas no associativismo e as diferentes formas de atuação das mulheres na filantropia.

A Confederação Católica de Belo Horizonte foi organizada por D. Cabral, em abril de 1927. O arcebispo transplantou para a capital mineira o modelo institucional do Rio de Janeiro¹³². Segundo D. Cabral, havia em Belo Horizonte magníficos elementos da ação católica no campo social, muitos desses elementos se achavam aproveitados nas numerosas associações de piedade e de caridade que funcionavam na cidade, porém muitos outros se perdiam por falta de orientação e iniciativa. Faltava, de acordo com D. Cabral, um núcleo coordenador que chamasse à ação esses elementos.

Para o arcebispo, a variedade de associações leigas na capital gerava um desperdício de esforços, descontinuidade de ação e isolamento de cada movimento em seu âmbito particular, com considerável prejuízo de todos e de cada um. A Confederação Católica (CC) desenvolveria o papel centralizador e coordenador dos grupos da chamada “Ação Católica”. De acordo com Cova¹³³, esse tipo de associação que federa outros grupos mostrava-se como uma tentativa de tornar mais eficaz, estruturada e estável a atuação das associações.

¹³² D. Leme, em 1918, fundou na Arquidiocese de Olinda a Confederação Católica Pernambucana, que serviu de experiência para a obra de unificação. Logo em seguida assumiu o bispado. Em 1922 ele criou a Confederação Católica do Rio de Janeiro, órgão coordenador e disciplinador do apostolado leigo. Nas instruções, D. Leme define sua finalidade: unir, formar e coordenar para ação os elementos católicos em geral, e de modo particular, organizar e intensificar o devotamento ativo a todas as obras católicas de piedade, caridade e sociais. In: MATOS, Henrique Cristiano José. **Um estudo histórico sobre o catolicismo militante em Minas Gerais entre 1922 e 1936**. Belo Horizonte: O Lutador, 1990. p. 200.

¹³³ COVA, Anne. O associativismo das mulheres. Uma abordagem comparativa: França e Portugal (1900-1918). In: SERRAO, José Vicente. *et al.* (Orgs.). **Desenvolvimento Econômico e Mudança Social: Portugal nos últimos dois séculos**. Lisboa: ICS Imprensa de Ciências Sociais. p. 333-348, 2009.

Para dirigir os trabalhos das comissões e compor os órgãos permanentes da CC, foram nomeados oito homens e nove mulheres¹³⁴. Além dos leigos, D. Cabral nomeou para cada comissão um sacerdote diretor, um presidente e vários membros. Era comum a presença de eclesiásticos nas associações leigas, pois havia uma amistosa convivência e fortes laços de amizade entre esses dois grupos.

D. Cabral recomendava que, para a realização dos trabalhos da CC, era necessário o exercício da sindicância, elaboração de inquéritos e estudos prévios. O objetivo era criar projetos que atendessem as demandas mais urgentes da sociedade belo-horizontina. Como mostra Diebolt, essa prática era comum nas associações femininas do período, uma vez que, para desempenhar suas funções, as mulheres faziam estudos das condições de vida dos assistidos e de suas necessidades, organizando em médio prazo suas ações de educação sanitária, educação familiar e cultural.¹³⁵

Como citado anteriormente, inicialmente a Confederação Católica funcionou em caráter misto, ocorrendo mais tarde a separação em seções masculinas e femininas. A conferência de abertura da associação foi solenemente realizada por D. Cabral e Olinto Orsini¹³⁶, um intelectual de militância católica, formado em Farmácia pela Escola de Farmácia de Ouro Preto (1911) e em Medicina pela Faculdade de Medicina de Minas Gerais (1917). Sua presença na conferência de abertura da CC é significativa e revela como os serviços de higiene, saúde e sanitário estavam conectados às associações católicas de assistência. Evidencia, sobretudo, o processo de legitimação da ciência e da saúde. Mostra ainda um alinhamento do trabalho de assistência da CC em agência com o poder público e a iniciativa privada.

¹³⁴ *O Horizonte* 13/04/1927

¹³⁵ DIEBOLT, Evelyne. **História do Trabalho Social: nascimento e expansão do setor associativo sanitário e social** (França, 1901-2001). In: *Estudos Feministas*, Florianópolis, 13 (2): 256 maio-agosto, 2005.

¹³⁶ Olinto Orsini de Castro fez o curso de Humanidade no Colégio do Caraça. Diplomou-se pela EFOP e pela Faculdade de Medicina de Minas (1911 e 1917). Em 1915 fundou a União dos Moços Católicos. Enquanto acadêmico, foi encarregado do laboratório de dermatologia da Faculdade de Minas, cujo corpo docente passou a integrar, em 1910, como assistente de clínica sifilográfica e dermatologia. Em 1927 tornou-se livre docente e, em 1949, quando se federalizou à Universidade de Minas Gerais, assumiu a cadeira da disciplina. Atuou como médico do Serviço de Profilaxia da Leprosia, Sífilis e Doenças Venéreas do Serviço de Saneamento Rural, entre 1922 e 1930. No ano de 1931 trabalhou no Serviço Dermatológico e Antivenéreo da Força Pública do Estado. Atuou também no serviço de sifilografia, dermatologia e venerologia do departamento estadual de saúde de Minas Gerais. Entre 1935 e 1937, na Assembleia, fez parte das comissões de saúde, educação e cultura. Foi vice-presidente da Sociedade Mineira de Leprologia e participou de vários congressos científicos fora do país. In: *Dicionário Biográfico de Minas Gerais Período Republicano 1889/1991*.

2.1 A Confederação Católica: sessão feminina

A primeira reunião exclusivamente feminina da Confederação Católica ocorreu no dia primeiro de junho de 1927. As reuniões aconteciam no salão da Cúria Metropolitana de Belo Horizonte e eram acompanhadas pelo arcebispo D. Cabral. Na sua ausência, assumiam o comando das reuniões os eclesiásticos Vicente Soares, Monsenhor João Rodrigues de Oliveira, Álvaro Negromonte, Leão de Medeiros Leite, Cornélio Pinto Fonseca, Frei Mário, Monsenhor Arthur de Oliveira, José Medeiros Leite, Vicente Borges, Walter Perriais, José Caitsou, Frei Zacarias, José Taitson, Pedro Passo, Francisco Prada e José Augusto Bastos.

Apesar da presença dos eclesiásticos nas reuniões, pela leitura das atas observa-se que as mulheres eram responsáveis por conduzir as discussões, propor os planos de trabalho e organizar as intervenções do grupo. Eram as associadas que levantavam fundos, geriam as verbas arrecadadas e criavam campanhas de ação, havendo, portanto, autonomia feminina nas decisões da CCF.

O quadro burocrático da agremiação era composto pela senhorita Marieta Viotti (secretária), D. Maria de Vasconcellos (diretora) e a senhorita Jacyntha Neves (presidente). Esse quadro manteve-se do ano de 1927 a 1934¹³⁷. Essa é uma das características marcantes das lideranças nas associações católicas femininas desse período, ou seja, mantinham por longa data seus cargos. Embora ocorressem eleições periódicas, via de regra as líderes eram reeleitas. Outra característica importante era o fato de acumularem cargos de liderança em outras associações.

Marieta Viotti pertencia a uma família de farmacêuticos com ampla atuação na política e na filantropia em Minas Gerais. A senhorita Jacyntha Neves era uma figura notável no campo da assistência à saúde. Seu nome era recorrentemente mencionado nas fichas de inscrição da EECC, principal mecanismo da seleção das candidatas ao curso de enfermagem, e provavelmente ela era uma agenciadora de moças para a Escola de Enfermagem. Nas fichas, além dos dados relativos à identificação (nome, idade, endereço e a pessoa responsável), encontramos informações sobre a instrução, ocupação anterior, exposição de intenções e referências pessoais das candidatas.¹³⁸

¹³⁷ Há indícios de que a CCF, em 1935, foi remodelada dentro do movimento de Ação Católica, que nesse período passou a ser dividida pelos programas JOC e JUC. Sobre isso ver MATOS, Henrique Cristiano José. **Um estudo histórico sobre catolicismo militante, entre 1922 e 1936**. Belo Horizonte: O Lutador, 1990

¹³⁸ SANTOS, GERALDA FORTINA DOS. **Escola de Enfermagem Carlos Chagas (1933-1950): a Deus pela humanidade para o Brasil**. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2006.

Sabe-se que na virada do século XIX até os anos 1920, a enfermagem estava nas mãos de religiosas e de práticas que exerciam tal atividade baseadas no conhecimento empírico. Acreditamos que, antes da criação dos cursos de enfermagem em Minas Gerais, as mulheres ligadas à filantropia, especialmente as normalistas que possuíam algum conhecimento nessa área, trabalhavam nos hospitais com as religiosas e, por isso, com o tempo, tornaram-se referência no campo da enfermagem.

Virginia Teixeira salienta que no período anterior à institucionalização da enfermagem, as pessoas que trabalhavam nos hospitais possuíam alguma qualificação. A autora mostra também que até os primeiros anos das escolas de enfermagem em Belo Horizonte, os pré-requisitos para ser enfermeira eram ser uma pessoa dedicada, de confiança, honesta, além de gostar e saber trabalhar com as irmãs de caridade.¹³⁹

Destacamos que a presidente da CCF, Jacyntha, também trabalhava com advogados e homens vinculados à Secretaria de Segurança Pública na censura de filmes e nas discussões ligadas à preservação da moralidade católica. A parceria e diálogos das associadas com a Segurança Pública evidenciam a importância dos sistemas de caridade para as mudanças de hábitos sociais. O objetivo era oferecer benefícios para que o necessitado pudesse sobreviver. Aquele ou aquela que não aceitasse o socorro seria considerado vadio e combatido pela autoridade da segurança pública.¹⁴⁰

Cumpramos ressaltar também que, nesse período, a Diretoria de Saúde Pública estava subordinada à Secretaria de Segurança e Assistência Pública, incumbida dos seguintes assuntos: educação sanitária, organização estatística, estudo epidemiológico, profilaxia geral das doenças, polícia sanitária das edificações, fiscalização sanitária da produção, inspeção dos imigrantes, profilaxia das intoxicações por drogas entorpecentes, organização do centro de estudos (lepra, malária e doença de Chagas), inspeção das estâncias ou hidrominerais e higiene infantil.¹⁴¹

Além do quadro de gestoras, as comissões eram formadas por mulheres líderes de outras pastorais, destacando-se a participação das associadas às Filhas de Maria, às Mães Cristãs e às Damas da Caridade, sendo que a maior parte delas pertencia às paróquias São José, Boa Viagem, Lourdes, Santa Efigênia, Santa Tereza, Lagoinha, Barroca, Floresta, Calafate e Barro Preto. Localizadas na região central da cidade.

¹³⁹ TEIXEIRA, Virgínia Mascarenhas Nascimento. **De práticos à enfermeiros: os caminhos da enfermagem em Belo Horizonte – 1897-1933.** Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em História. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

¹⁴⁰ PINTO, Jefferson de Almeida. **Uma esmola pelo amor de Deus: caridade, filantropia e controle social.** (Juiz de Fora, 1870-1930) OPSIS (UFG), v.8 p.275-298, 2008.

¹⁴¹ CHAVES, Braúlio Silva. Instituições de saúde e a ideia de modernidade em Minas Gerais na primeira metade do século XX. In: MARQUES, Rita de Cássia; SILVEIRA, Anny Jackeline Torres; FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. (Orgs.). **História da Saúde em Minas Gerais: instituições e patrimônio arquitetônico (1808- 1958).** Barueri, SP: Minha Editora, 2011. p. 51.

Figura 1 Mapa dos Bairros da Cidade de Belo Horizonte



Fonte: www.editoradobrasil.com.br (2013). Créditos: Alessandr Passos da Costa

Importante lembrar que os bairros Santa Efigênia, Lagoinha, Calafate e Barro Preto, que ocupavam as franjas entre as zonas urbanas e suburbanas da cidade de Belo Horizonte, eram praticamente ignorados pelos serviços básicos de Saúde Pública, o que gerava uma situação de precariedade entre os pobres que viviam na região¹⁴². Tornando mais importante a atuação das associações assistencialistas, conforme demonstram Luiz

¹⁴² SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. **A influenza espanhola e a cidade planejada**. Belo Horizonte. MG: Argvmentum, FAPEMIG: Capes, 2008.

Otávio Ferreira e Gisele Sanglard, “as associações científicas e filantrópicas eram também motivadas pela ausência de políticas públicas que visassem corrigir os “maus hábitos” típicos da cultura das famílias, sobretudo das famílias que ocupavam vasto setor das classes trabalhadoras urbanas”.¹⁴³

As reuniões da CCF ocorriam uma vez por mês, sendo a sessão aberta pelo Presidente da Confederação, D. Cabral, ou por seus substitutos. Em regra, D. Cabral iniciava as sessões chamando a atenção para a assiduidade nas reuniões e compromisso com as atividades da confederação. Cada comissão, em ordem, apresentava o relatório de atividades e definia novas ações. Após as apresentações dos trabalhos, a reunião era encerrada com uma pequena conferência sobre assuntos que se mostravam oportunos no momento, tais como divórcio, moda¹⁴⁴, educação, saúde, entre outros. Quando não havia conferência, uma associada tomava a palavra e proferia mensagens encarecendo o papel das mulheres na Ação Social Católica.

Sobre os fundamentos e princípios que deviam obedecer a Seção Feminina, exortava D. Cabral:

- Será de bom aviso que a comissão entre em relações com as instituições congêneres da Europa e América.
- Buscar nos boletins e revistas, nos relatórios de suas assembleias e congressos, notícias e ideias que podem ser úteis. Para darmos exemplo no Congresso Internacional das Ligas Católicas Femininas, realizado em Luxemburgo, foram firmados alguns princípios que julgamos acertado frisar sobre o movimento social católico feminino.
- Se opor a todas as formas de interconfessionalismo e participação nas organizações neutras. Em casos de parecer necessário ou oportuna qualquer colaboração individual ou coletiva, antes de mais nada serão consultados os bispos.¹⁴⁵

Como é possível observar, propunha-se o intercâmbio com associações congêneres e fica claro no texto que o arcebispo via com reservas o diálogo com associações femininas ditas neutras, no entanto, vigiavam de perto a ação e ideias das variadas associações desse tipo. Tal fato permite inferir que a CCF, ao atentar-se para associações femininas congêneres de outros estados e países, intercambiava ideias que, inclusive, guiavam a criação de sua agenda.

A proximidade de agenda das associações femininas católicas e de outros grupos feministas pode ser verificada nas teses discutidas no I Congresso Feminino Mineiro.

¹⁴³ FERREIRA, Luiz Otávio; SANGIARD, Gisele. **Médicos e filantropos a institucionalização do ensino de pediatria e da assistência à infância no Rio de Janeiro da Primeira República**. In: *Varia História* v.26, n.44, p. 437-459, 2010.

¹⁴⁴ Ressaltamos que o tema da moda era discutido pelo viés da moralidade. Esse grupo de mulheres julgava a moda, em si, uma grande futilidade.

¹⁴⁵ *O Horizonte* 23/04/1927.

O Congresso aconteceu em junho de 1931 e foi organizado por Elvira Komel¹⁴⁶. Foi um movimento feminino laico e fez intensa divulgação nos jornais de grande circulação em Minas. O jornal *Minas Gerais*, por exemplo, publicou 12 artigos sobre o congresso¹⁴⁷. Além das conferencistas mineiras, mulheres de outros estados (Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Espírito Santo) participaram do encontro. Desse grupo de mulheres destacamos Natércia Silveira.¹⁴⁸

As conferências do Congresso ocorreram no Teatro Municipal de Belo Horizonte. Todas as noites, após as discussões, acontecia um chá dançante no Automóvel Club, com a presença das congressistas e de grande parte da elite belo-horizontina. O jornal *O Horizonte* fez a cobertura completa do evento e no geral dispensaram elogiosos comentários ao conteúdo das teses discutidas pelas congressistas, exceto ao que dizia sobre as classes mistas no campo educacional. D. Cabral, inclusive, celebrou a missa de abertura do evento na igreja São José.

A normalista Diva Magalhães, pertencente à comissão de Imprensa da CCF, participou do evento, apresentando uma tese sobre a coeducação e a formação de classes mistas nas escolas públicas, e apontando “os perigos” dessa proposta pedagógica. Outra católica militante a participar do evento foi a senhorita Laura Jacobina Lacombe, vice-diretora do tradicional colégio católico Jacobina, do Rio de Janeiro, irmã de criação de Maria Luiza de Almeida Cunha, figura notável do laicato em Belo Horizonte¹⁴⁹.

O grupo de feministas discutiu as seguintes teses:

1ª Seção Formação Moral

1 – É possível educação moral sem fundamento religioso?

¹⁴⁶ Elvira Komel nasceu em Barão de Cocais, em 24/06/1906. Advogada, feminista, sufragista, formou-se em Direito, no Rio de Janeiro. Voltou para Minas e abriu uma banca de advocacia, sendo a primeira mulher a exercer a profissão no fórum de Belo Horizonte. Engajou-se nos movimentos urbanos que, na década de 1920, reagiram à oligarquia agrária, reivindicando maior representação social. Foi considerada a primeira eleitora mineira. Em 1930, com Getúlio Vargas no poder, Elvira aderiu ao movimento revolucionário. Publicou nos jornais de Belo Horizonte um manifesto dirigido às mulheres mineiras, convocando-as a apoiar o movimento revolucionário e comunicando a criação do Batalhão Feminino João Pessoa, como base de apoio à capital mineira. Costuravam fardas e bandagens para os soldados. Aos 26 anos, em 1932, quando se preparava para disputar uma vaga no Senado, Elvira adoeceu, falecendo no dia 27/05/1932. In: Novo dicionário bibliográfico de Minas Gerais. 300 anos de História p. 239.

¹⁴⁷ *Minas Gerais*, 24/05/1931, 27/5/1931, 5/6/1931, 20/06/1931, 21/06/1931, 22 e 23/6/1931, 24/06/1931, 27/6/1931, 25/6/1931, 26/06/1931, 28/06/31 e 29 e 30/6/1931.

¹⁴⁸ Natércia Silveira, sufragista e advogada. Nasceu no Rio Grande do Sul, mas viveu maior parte da sua vida no Rio de Janeiro. Participou ativamente da luta pelo voto feminino, ao lado de Bertha Lutz. Por divergências políticas ocorreu uma ruptura na parceria entre as duas. Natércia criou, em 1931, a Aliança Nacional de Mulheres. Ver sua biografia completa em: SCHUMAHER; BRASIL. **Dicionário Mulheres do Brasil**: de 1500 até a atualidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2010.

¹⁴⁹ O Colégio Jacobina era conhecido pela sua formação católica e suas práticas educativas modernas. Laura Jacobina era filha de Isabel Jacobina Lacombe, fundadora do colégio, e teve forte participação na criação da Associação Brasileira de Educação.

- 2 – Não será um absurdo moral a coeducação? Se não, em que limites?
- 3 – É o luxo um mal? Como combatê-lo?
- 4 – Como educar as filhas, no lar ou nos internatos?
- 5 – É o alevantamento moral das sociedades função da educação dada à mulher?
- 6 – Exercerá a mulher ação moralisadora da política, como intervir nesta?

2ª Seção Instrução

- 1 – Como poderá a mulher influir na organização e desenvolvimento do ensino 1º, 2º e superior?
- 2 – Satisfazem os actuaes processos de preparação da professora primária – considerada esta como formadora de caráter?
- 3 – Será uma necessidade de ordem geral, o aperfeiçoamento da altura científica feminina? Como acudir a essa necessidade, si afirmativa a resposta?
- 4 – Constitue uma necessidade social a cultura, cívico doméstica? Em que moldes organizá-la?
- 5 – Como organizar a cultura profissional da mulher? Deve a mulher competir com o homem em todas as profissões? Exame da questão sobre o ponto de vista brasileiro.
- 6 – Em que bases organizar a cultura física da mulher?

3ª Seção Legislação Social

- 1 – Como se conceituam os direitos econômicos da mulher?
- 2 – Quaes para o trabalho feminino, as garantias indispensáveis?
- 3 – Como garantir a igualdade de remuneração entre o homem e a mulher, como operários?

4ª Seção Proteção as mães e a infância

- 1 – Como assegurar aos lares a assistência moral às mães? Há no Brasil diminuição da influência das mães nos lares? Quaes as coisas disto e os males? Como corrigi-los?
- 2 – Como organizar e manter as maternidades e hospitais de crianças, as creches e os asilos?
- 3 – Como organizar e manter estabelecimentos para menores delinquentes e abandonados? Deve-se dar preferentemente a mulher a direção de taes estabelecimentos? Como e onde preparar a mulher para tal mister?

5ª Seção Situação da Mulher na Ordem Política e jurídica

- 1 – Voto feminino condição para seu exercício.
- 2 – Equiparação da mulher ao homem perante as leis civis, comerciais, penaes e estatutos de funcionários.

6ª Seção Campanhas Sociais e Humanitária

- 1 – Participação da mulher no combate ao alcoolismo, lepra e a tuberculose
- 2 – Proteção aos animais
- 3 – Cooperação da mulher na pacificação e confraternização universal.¹⁵⁰

É possível notar que há uma proximidade da agenda do movimento feminista com os trabalhos da CCF. Como veremos a seguir, as comissões da CCF estavam preocupadas com a questão religiosa, mas sobretudo, com a questão do ensino, com a infância, a maternidade, a assistência aos desvalidos, as campanhas sociais humanitárias e com a cooperação entre as mulheres abastadas e as mulheres operárias.

Observa Martha de Luna Freire¹⁵¹ que a partir da metade do século XIX e nas primeiras décadas do século XX houve uma priorização do binômio mãe e filho como objeto

¹⁵⁰ *Minas Gerais*, 22 e 23/06/1931. p. 10 e 11.

¹⁵¹ FREIRE, Maria Martha de Luna Freire. **Maternalismo e proteção materno-infantil: fenômeno mundial de caráter singular**. Cadernos de História da Ciência Instituto Butantan. Vol. VII (2) jul/dez, 2011. P.55-70.

de preocupação do Ocidente. Salienta a autora que essa preocupação pode ser justificada por questões demográficas, sanitárias ou patrióticas e resultou no surgimento de diferentes propostas de legislação e ações de proteções a mães e filhos. Desse contexto temos o chamado movimento maternalista que demarcava a ascendência do papel de mãe para todas as mulheres. O maternalismo, portanto foi um fenômeno mundial, mas marcado por especificidades locais.

Desse modo o tema da maternidade tinha centralidade nos primeiros movimentos feministas. O tema era permeado de ambigüidades, mas de qualquer modo a maternidade era ponto importante na agenda de todos os movimentos ocidentais na virada do século XIX para o século XX.

O ponto de discordância das agremiações femininas católicas dos grupos laicos estava centrado exclusivamente na questão do ensino religioso e na proposta de coeducação dos sexos. Os católicos eram expressamente contra a escola laica e a formação de salas mistas na educação primária. Acreditava-se que a religião era “o meio mais poderoso da educação porque é a força da disciplina, a luz da instrução, a base da eficácia dos cuidados físicos necessários ao desenvolvimento e a conservação do corpo humano”.¹⁵² Para os católicos, não era possível uma educação moral e dos costumes sem o ensino religioso. Acreditavam sobremaneira que a coeducação era uma má interpretação da psicologia, que desconsiderava as diferenças biológicas e o desenvolvimento das meninas e dos meninos.

No último dia do evento as congressistas visitaram a Santa Casa, o Hospital São Vicente de Paulo e o Orfanato Santo Antônio. Na ocasião, fizeram doações às instituições visitadas, todas elas erigidas pelo laicato católico em parceria com o poder público. As mulheres católicas tinham grande participação no cotidiano dessas instituições. Certamente, mesmo que não tenham participado em grande número do I Congresso Feminino Mineiro, as associadas católicas, seja nos bailes dançantes ou no acompanhamento das visitas, trocavam ideias e dialogavam sobre todos os assuntos com as mulheres engajadas no Congresso. O grande caso do feminismo nesse período, seja ele católico ou não, era a questão da maternidade e a assistência à infância e às mulheres.

Sempre atenta aos bons exemplos e práticas de Ação Social no Brasil e em outros países, a CCF de Belo Horizonte intercambiava com outras associações católicas femininas. As confederadas viajaram para participar de congressos dentro e fora do país e receberam lideranças de outras associações católicas femininas, como por exemplo Stela

¹⁵² MATOS, Henrique Cristiano José. **Um estudo histórico sobre o catolicismo militante em Minas, entre 1922 e 1936**. Belo Horizonte: O Lutador, 1990.

Faoro, Eva Paci e Hempetine.¹⁵³ Durante suas reuniões faziam leituras de jornais católicos de outras localidades tais como *El Pueblo* (Argentina), *Nova Era* (Bahia), entre outros.

Desse modo, a Confederação Católica não era somente uma associação de caráter religioso, mas, sobretudo, um grupo composto de mulheres bem educadas, pertencentes à classe média e à elite urbana de Belo Horizonte que se apropriou desse espaço para criar uma ampla agenda de atuação na educação, saúde e seguridade social.

2.2 Comissões de trabalho da Confederação Católica Feminina

A CCF era dividida em nove comissões: Fé e Moral, Piedade e Culto, Assistência e Caridade, Santificação da Família, Escolas, Imprensa, Vocação Sacerdotal, Obras Sociais e Operárias e Descanso e Dias Festivos. D. Cabral recomendava atenção especial às comissões destinadas à imprensa e ao operariado. Chama atenção na apresentação dos trabalhos o fato das comissões não se mostrarem um grupo fechado em si mesmo. Articulavam-se entre si e com o mundo fora da agremiação.

Das nove comissões atuantes na CCF, destacamos três: Escolas, Obras Sociais e Operárias e, sobretudo, a Assistência e Caridade. Analisaremos com mais profundidade as atividades realizadas por essas comissões, fazendo apenas um apresentação geral das demais.

A comissão Fé e Moral (propagação, defesa e preservação), era presidida por Marocas Franco, que inclusive tinha uma relação bem próxima ao delegado de Segurança Pública, responsável pelos bons costumes. Não por acaso, Marocas trabalhava assiduamente no Asilo Bom Pastor, destinado a receber mulheres que agiam “fora das

¹⁵³ Stela Faoro foi importante liderança do associativismo católico no Rio de Janeiro, sobretudo no serviço social. Representou a Igreja Católica Brasileira no Congresso da União Internacional das Ligas Femininas Católicas, na cidade de Lucerna, na Suíça, em 1932. Stela teve intensa atuação no Ministério da Educação e da Saúde. Ver: MESQUIDA, Peri. **A educação na restauração Lemnista da Igreja:** a missão de Tristão de Athayde e Stella de Faoro no Ministério da Educação e Saúde Pública: 1934-1945. Revista Dialogo Educacional, Curitiba, v. 9, n.27, p. 279-295, maio/ago. 2009.

Eva Paci era condessa, pianista e literata italiana. Atuante nas associações católicas, passou por várias cidades brasileiras realizando palestras e recitais com sua filha. Na vinda à Belo Horizonte participou de reuniões da Confederação Católica Feminina e fez doações para os trabalhos assistenciais da agremiação. Ver: BRUM, Rosemary Fritsch. **Caderno de Pesquisa:** notícias de imigrantes italianos em Porto Alegre, entre 1911 e 1937. São Luis: EDUFMA, 2009. p.425.

Christine Hempetine, por sua vez, foi presidente mundial da Juventude Feminina Católica e em 1932 esteve no Rio de Janeiro, a convite de Dom Leme, dando aulas para as Filhas de Maria. A Confederação Feminina Católica de Belo Horizonte recebeu o convite de Stela Faoro para participação na referida conferência e algumas associadas foram selecionadas para participarem do evento. Hempetine incentivou a criação do Grupo de Ação Social (GAS) no Brasil. Ver: GUBIN Eliane (Org.). Dictionnaire des femmes belges: XIX et XX siècles. Bruxelas: Ed. Racine, 2006.

normas legais”, sendo um espaço de reabilitação de mulheres “perdidas”. Há indícios de que grande parte das mulheres retidas pela Delegacia de Costumes foi encaminhada a esse asilo. O encaminhamento se dava pela intermediação entre as associadas e o delegado. Tal instituição será analisada mais detalhadamente no capítulo 4 deste trabalho.

A comissão Fé e Moral tinha como cerne intensificar a instrução religiosa da infância, mocidade e operariado. As mulheres membros do grupo deviam se preocupar com os passos da propaganda protestante e espírita.

D. Cabral sugeria como metas de trabalho¹⁵⁴:

- Publicação e difusão de bons escritos e boas leituras, folhas avulsas.
- A formação de uma ronda que vigie e procure neutralizar as pregações públicas dos protestantes
- Formação de doutrinadores que como os protestantes, percorram as ruas, as casas, os campos, os cárceres, os hospitais
- Organizar grupos de atalaias que descubram e denunciem as manobras contra a fé
- Dirigir apelo aos pais chamando atenção para a finalidade sectária de colégios católicos e protestantes.
- Invocar a solicitude dos colégios catholicos na intensificação e aperfeiçoamento da cultura religiosa de seus alunos.

Deviam atuar também no controle do que os católicos chamavam de “fontes capitais da imoralidade”: leituras, teatros, cinemas, modas e bailes. As mães cristãs eram o grande contingente da comissão. Procuravam preservar, principalmente as crianças, dos “perigos dos cinemas e revistas ilustradas”.

A comissão Piedade e Culto tinha como diretor o padre Vicente Soares. O grupo era destinado a convocar as mulheres a viverem os ritos eucarísticos, participarem das missas, oração de terços, ladainhas e adorações. Deviam divulgar horários de missa, funções religiosas e endereços das igrejas, além de organizar retiros espirituais e a entronização da Imagem do Sagrado Coração nos lares.

A devoção do Coração de Jesus foi o símbolo mais expressivo do catolicismo romanizado, e as práticas relacionadas com essa devoção distinguiam essa nova maneira de ser cristão, através da fidelidade da Santa Sé. Na devoção ao Coração de Jesus era enfatizada a responsabilidade pessoal de cada cristão no desígnio salvífico de Deus, ao mesmo tempo em que se ressaltava a necessidade de reparar, com as obras espirituais, os pecados cometidos pelos hereges e maus cristãos. A devoção foi amplamente difundida através de imagens, orações e cânticos.¹⁵⁵

¹⁵⁴ *O Horizonte* 23/4/1927.

¹⁵⁵ AZZI, Riolando. **História da Igreja no Brasil**: ensaio de interpretação a partir do povo: tomo II: terceira época: 1930-1964. Petrópolis: Vozes, 2008.

A comissão Santificação da Família era destinada à preservação ou saneamento da família. Havia uma comissão central ligada às paróquias. Tal comissão de santificação da família estava sob a direção de um sacerdote delegado da arquidiocese. Todas as paróquias se faziam representar por uma senhora indicada pelo vigário. O vigário dividia grupos de casas, que eram então repartidos, sendo duas senhoras responsáveis por cada grupo. As senhoras passavam de casa em casa divulgando os benefícios da comissão e registrando a situação civil, sacramentos recebidos e educação cristã. Trabalhavam para regularizar os matrimônios “irregulares”, inscreviam as crianças em cursos de catecismo e realizavam batismo e outros sacramentos.

Compreendemos as três comissões, Fé e Moral, Piedade e Culto e Santificação da Família, como parte do projeto de modernização da elite mineira, baseada na moralização dos costumes. Além disso, era uma estratégia da Igreja Católica de cooptar as pessoas que não estavam submetidas ao discurso religioso católico.

A principal preocupação da comissão Imprensa, por sua vez, era a manutenção do jornal *O Horizonte* e a campanha para torná-lo diário, o que ocorreu no ano de 1935, quando inclusive passou a se chamar *Diário Católico*, popularmente conhecido como *Diário*. As Filhas de Maria eram as principais responsáveis pela função de efetuar vendas avulsas do jornal e angariar novas assinaturas. Tinham espaço também, como vimos, para escrever nas colunas femininas do periódico.

A Comissão Vocação Sacerdotal era presidida por Clélia Miranda e tinha como objetivo a formação do clero diocesano. Preocupava-se em aumentar o corpo eclesiástico da igreja católica belo-horizontina.

Sob a responsabilidade das Ligas Católicas de São José e pela Pia União das Filhas de Maria da Boa Viagem, o comitê Descanso Festivo cuidava das festividades realizadas nas paróquias. Era responsável também pela criação de um postulado de moral e de higiene. Intentavam instruir o povo acerca da obrigação de descanso nos domingos e dias santos, além de zelar e urgir perante as fábricas, casas comerciais, empresas construtoras, associações operárias, patrões, operários e instituições diversas. Exigiam que os poderes públicos criassem leis sobre esse tema e trabalhavam para o seu cumprimento.

Ao longo dos anos, algumas comissões sofreram alterações: no ano de 1930, o Monsenhor Álvaro Negromonte assumiu a presidência da comissão Sociais e Operárias. Em 1931, a comissão Fé e Moral passou a ser composta pela pastoral da Doutrina Cristã. A comissão Piedade e Culto e Santificação de Famílias ficou sob a responsabilidade do Apostolado da Oração.

Ainda no ano de 1931, as Filhas de Maria assumiram o comando da seção Obras Sociais e Operárias, com a obrigação de visitar as fábricas e assistir as mulheres operárias. As Mães Cristãs substituíram as comissões de Imprensa e Dia Festivo,

trabalhando por difundir a boa leitura e pela prosperidade da imprensa diocesana.¹⁵⁶ A alteração mais significativa foi a oficialização da parceria entre as Damas da Caridade e a Sociedade São Vicente de Paulo na realização de todas as obras de assistência popular. Houve nesse período uma expansão dos grupos de Damas da Caridade pelas diferentes paróquias da capital e conseqüentemente do trabalho desenvolvido por elas.

Vale a pena salientar que, nos anos de 1930 e 1931, os intelectuais católicos, bem como seus projetos, tiveram ampla presença no governo varguista. A Igreja se destacou como importante força social no processo de consolidação do novo regime republicano. Tal conjuntura permitiu a realização de muitos projetos católicos, especialmente no campo social, na saúde e na educação.

2.2.1 Comissão Escolas

Presidida por Maria Cintra, a comissão Escolas era responsável pela criação e organização de aulas de catecismos nas paróquias, escolas e colégios. Trabalhavam para introduzir nas escolas públicas a instrução religiosa, criar escolas católicas e prover fundos de benfeitores e doações.

A questão educacional ocupava um lugar importante nas ambições das associações femininas e tinha basicamente duas finalidades: formar profissionais com boa cultura geral e capacidade técnica e oferecer possibilidades de trabalho para o pessoal diplomado.¹⁵⁷

Nos primeiros anos de existência da CCF, a comissão Escolas preocupava-se basicamente com o estabelecimento das aulas de catecismo nas escolas públicas de Belo Horizonte. Maria Luiza de Almeida Cunha e Emilia Crurau eram as responsáveis por negociar as autorizações com os diretores escolares. Quando recebiam a autorização, encaminhavam catequistas para as escolas. As aulas de catecismo eram ministradas pelas mulheres que compunham a comissão, sendo elas instruídas a ministrar as aulas dentro das novas práticas pedagógicas, influenciadas pelos métodos escolanovistas. As catequistas deviam seguir o programa de ensino elaborado por Branca Vasconcelos, que era professora de Música na Escola Normal Modelo e diretora do colégio Barão de Macaúbas. O programa tinha o objetivo de tornar as aulas de ensino religioso mais atraentes às crianças.

¹⁵⁶ Ata da Confederação Católica Feminina, 25/05/1931.

¹⁵⁷ DIEBOLT, Evelyne. **História do Trabalho Social**: nascimento e expansão do setor associativo sanitário e social (França, 1901-2001). In: Estudos Feministas, Florianópolis, 13 (2): 256 maio-agosto, 2005.

Cumprer ressaltar que, diferente do que propõe parte da historiografia da História da Educação, os educadores católicos preocupavam-se em tornar o ensino religioso mais prazeroso para os alunos e apropriavam-se das práticas pedagógicas propostas pelo movimento da Escola Nova¹⁵⁸. A *Revista do Ensino*¹⁵⁹ e o jornal *O Horizonte* eram os principais veículos de popularização de como deveria ser o ensino religioso nas escolas.

Em artigo publicado no *O Horizonte*, intitulado “O Ensino Religioso”, Maria Luiza de Almeida Cunha mostra-se preocupada com a metodologia utilizada nas aulas de ensino religioso. Afirma que o catecismo era ensinado por mulheres caridosas e inteligentes, mas que não sabiam ensinar de acordo com a escola ativa. Maria Luiza propunha como solução a organização de livros à luz da metodologia hodierna para instruir as catequistas. Sugeriu ainda, para amenizar as aulas de catecismo, a utilização de filmes, quadros, objetos e excursões. Além disso, pedia às catequistas que abandonassem os caderninhos de religião, pois entendia que a metodologia não era alheia ao ensino da prática cristã.¹⁶⁰

Nessa empreitada, conseguiram retomar as aulas de catecismos em vários jardins de infância e colégios, dos quais destacamos Escola Anexa à Escola Normal Modelo; o Jardim de Infância Delfim Moreira; Jardim João Pinheiro; Jardim de Infância e o curso

¹⁵⁸ Surgiu no Brasil, em meados dos anos 1920, com o objetivo de colocar o país em sintonia com os desenvolvimentos teóricos e práticos desenvolvidos nos Estados Unidos e na Europa. Na constituição de um discurso renovador da escola brasileira, a Escola Nova produziu enunciados que, desenhando alterações no modelo escolar, desqualificavam aspectos da forma e a cultura em voga nas escolas, aglutinadas em torno do termo “tradicional”. Era pela diferença quanto às práticas e saberes escolares anteriores que se construía a representação do “novo” nessa formação discursiva. Já no fim do século XIX, muitas das mudanças afirmadas como novidades pelo “escolanovismo” nos anos 20, povoavam o imaginário da escola e eram reproduzidas, como prescrição, nos textos dos relatórios de inspetores e nos preceitos legais: a centralidade da criança nas relações de aprendizagem, o respeito às normas higiênicas na disciplinarização do corpo do aluno e de seus gestos, a cientificidade da escolarização de saberes e fazeres sociais e a exaltação do ato de observar e de intuir na construção do conhecimento do aluno.. Na década de 20, entretanto, essas preocupações voltaram a ser enunciadas como “novas” questões. A ruptura entre uma e outra formação discursiva não vinha associada a uma alteração dos enunciados, mas de seus significados. A escola renovada pretendia a incorporação de toda a população infantil. Serviria de base à disseminação de valores e normas sociais, em sintonia com os apelos da nova sociedade moderna, constituída a partir dos preceitos do trabalho produtivo e eficiente, da velocidade das transformações, da interiorização das normas de comportamentos otimizados em termos de tempo, e movimento de valorização da perspectiva da psicologia experimental na compreensão científica do humano, tomado na dimensão individual. VIDAL, Diana Gonçalves. Escola nova e processo educativo p.497- 498. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira, FARIA FILHO, Luciano Mendes de, VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de Educação no Brasil**. 3ª ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 497-518.

¹⁵⁹ A *Revista do Ensino*, órgão oficial da Diretoria de Instrução Pública em Belo Horizonte foi criada em 1925, através da Reforma Mello Vianna. Na época era leitura obrigatória dos professores e demais funcionários da rede pública de ensino de Minas Gerais. De acordo com o editorial, servia para disseminar uma nova concepção de educação e ensino e, ao mesmo tempo, para contribuir com a sistematização de determinados valores, normas e atitudes ditados pela república. Teve apoio decisivo da Igreja Católica. Na ocasião, Lúcio dos Santos era diretor da Instrução Pública e foi grande incentivador da publicação da Revista. Ver: BORGES, Vera Lúcia Abrão. **Modernização, Democracia e Caráter Nacional da Educação em Minas Gerais pela análise da Revista do Ensino 1925/1929**. Educação e Filosofia v.16 – nº31. jan./jun. 2012.

¹⁶⁰ *O Horizonte* 25/2/1928.

Fundamental do colégio Bueno Brandão; Escola de Aprendizes Artífices, dentre outros. Além disso, fundaram dois Jardins Eucarísticos: um no bairro Sagrada Família e outro no centro da cidade. Percebe-se uma clara intenção de assistir e instruir a infância dentro dos valores morais católicos, atentos à pedagogia da época.

A militância para a realização do catecismo nas escolas públicas perdurou de maneira mais intensa até o ano de 1928, quando o presidente Antônio Carlos de Andrada permitiu oficialmente o ensino religioso facultativo dentro do horário de aula. Após essa conquista a comissão criou uma nova agenda, que passava basicamente pela organização de cursos de aperfeiçoamento do ensino religioso para as professoras, manutenção de caixas escolares, luta contra a coeducação dos sexos e discussões sobre o ensino de higiene sexual nas escolas.

As caixas escolares eram associações beneméritas que visavam conceder auxílios às crianças desvalidas. Distribuíam prêmios, merendas, calçados, roupas, objetos de uso pessoal, serviços de higiene e medicamentos. As professoras organizavam as listas dos alunos pobres que deveriam ser assistidos. As verbas das caixas escolares eram oriundas das mensalidades dos sócios e sócias, de contribuições de donativos, produtos de subscrições, de quermesses, teatros e festas, e produto de multas e de taxas especiais criadas em seu favor pelo estado e município. A forma mais corriqueira de arrecadação eram os bailes de caridade, que inclusive tinham ampla divulgação pela imprensa.¹⁶¹

Semestralmente as mulheres responsáveis pelas caixas escolares eram obrigadas a remeter os balancetes à Diretoria de Instrução para fins estatísticos. Não encontramos nenhum balancete, entretanto, apenas o fato de terem a obrigação de organizar esses documentos e submetê-los ao diretor de instrução evidencia a articulação das mulheres com as instâncias públicas e a necessidade de organização e planejamento de seus trabalhos.

O Padre Álvaro Negromonte comandava a ação da comissão na luta contra a coeducação dos sexos e o ensino de higiene sexual. Negromonte formou-se e ordenou-se em Olinda, em 1924. Nesse mesmo ano, por problemas de saúde, mudou-se para Belo Horizonte. Devido à estreita relação da sua trajetória com a Educação,¹⁶² logo que chegou à capital mineira integrou-se à atividade catequética e educacional.

No que diz respeito à questão do ensino catequético na escola, Negromonte defendia o argumento de que o catecismo era, no cenário educacional brasileiro, um

¹⁶¹ MINAS GERAIS. Regulamento do Ensino Primário, 21 de agosto de 1924. Decreto n. 6.655. C.

¹⁶² ORLANDO, Evelyn de Almeida. **Por uma civilização cristã**: a coleção monsenhor Álvaro Negromonte e a pedagogia do catecismo (1937-1965). Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2008.

importante recurso utilizado pela igreja para cumprir sua dupla missão de formar o homem para seu próprio bem e para o bem estar social.¹⁶³

Como mostra a historiografia sobre o tema, no ano de 1931, diante da possibilidade real de traçar um plano nacional de educação, os educadores brasileiros se mobilizaram para ter suas ideias educacionais contempladas. Devido às divergências sobre o ensino religioso, coeducação e higiene sexual nas escolas, houve a divisão dos educadores em dois grupos: de um lado os católicos e, de outro, os pioneiros. Tal polarização não estava relacionada às práticas pedagógicas escolanovistas, uma vez que ambos valiam-se dos preceitos da Escola Nova.

Negromonte e os católicos de maneira geral eram contrários à formação de classes mistas nas escolas por pelo menos dois aspectos. Primeiro, porque acreditavam que a educação feminina devia manter a família e a pátria dentro dos cânones desejáveis para o desenvolvimento do país. A mulher era a principal responsável pelo seu corpo e de seus filhos. Cabia aos homens serem provedores da família e guardiões da mulher.¹⁶⁴ Assim, era necessária uma formação escolar diferenciada para os sexos masculino e feminino. Nesse sentido, é válido ressaltar que os católicos não eram os únicos que viam com resistência o sistema de classes mistas. Muitos higienistas demarcavam diferenças dos papéis femininos e masculinos na constituição familiar. A mulher era responsabilizada pela sua higiene, de sua família e de sua casa, devendo ser educada para esse fim. Além disso, a Igreja católica tinha um sistema de internato destinado às filhas das elites. Era uma proposta educativa que não atentava contra as ideias tradicionais e representava uma segurança para as famílias que desejavam que as filhas estudassem em bons colégios e tivessem uma boa instrução religiosa.

Sobre a higiene sexual, os católicos defendiam que os pais tinham o dever de falar para os filhos sobre a sexualidade, de forma inteligente e discreta. Acreditavam que a criança tinha que ser mantida afastada o maior tempo possível do conhecimento sobre a vida sexual. Os pais só deviam orientar os filhos sobre o assunto quando a criança mostrasse curiosidade sobre tais questões. Orientavam que os pais deviam responder às perguntas com naturalidade, mas sem explicações minuciosas sobre a concepção. Alertavam que a adolescência era a fase mais perigosa de todas as idades. Nessa fase, a

¹⁶³ SOUZA, Valéria Carmelita de. **A Cruzada Católica uma busca pela formação de esposas e mães cristãs em Sergipe na primeira metade do século XX.** São Cristóvão/NPGED. Dissertação de mestrado, 2005.

¹⁶⁴ ORLANDO, Evelyn de Almeida. **Por uma civilização cristã:** a coleção monsenhor Álvaro Negromonte e a pedagogia do catecismo (1937-1965). Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2008.

explicação das questões sexuais devia ser dividida por gênero, os pais orientavam os filhos e as mães as filhas. Na infância, a responsabilidade recaía apenas sobre as mães.¹⁶⁵

Na perspectiva católica, a escola deveria desenvolver um trabalho complementar junto às famílias. Desse modo, Álvaro Negromonte trabalhava junto às associadas orientando-as sobre essas temáticas. As agremiadas, por sua vez, compartilhavam esses saberes com as mulheres assistidas pela confederação e com as professoras primárias. Na concepção do eclesiástico, as professoras deveriam estar bem orientadas sobre o melhor modo de iniciar o assunto de higiene sexual na escola, e neste sentido, ser católica era um atributo importante.

2.2.2 Comissão Obras Sociais e Operárias

O principal objetivo da comissão Obras Sociais e Operárias era a visitação às mulheres operárias, oferecimento de cursos, bem como todo tipo de assistência às operárias e aos seus filhos. As Filhas de Maria era a agremiação responsável pelos trabalhos da comissão que, no ano de 1931, passou a ser presidida por Álvaro Negromonte.

Para visitação às fábricas eram formadas pequenas comissões. No primeiro momento as visitas eram destinadas ao estudo das condições em que se encontravam as operárias. Elaboravam questionários sobre a organização familiar, modos de vida e religião professada. Posteriormente as comissões, cientes das necessidades, prestavam assistência material, moral, médica, instrução escolar, formação técnica e lazer.

As principais fábricas visitadas pelas associações femininas para assistir as operárias foram: Marçola, Cemil, Balas Lalka, Sabonetes Haya, Balas Suissa, Malhas Clesius, Camisaria São Jorge, Toalhas Minas Fabril, Fábrica Ypiranga de Portugal, Casa Nova, Casas Olga e Azul, Fábrica Progresso e Oficina de Costura Madame Branca.

As fábricas visitadas eram em sua maioria do ramo têxtil. Conforme mostra Alda Britto da Motta¹⁶⁶, a presença feminina no universo do trabalho se deu de forma complexa, existindo certos limites para as aspirações femininas. Eram inúmeros os empecilhos ao acesso a determinadas profissões. As ofertas disponíveis, em geral, estavam próximas do que se considerava uma extensão das atribuições das mulheres: professora, enfermeira, datilógrafa, taquígrafa, secretária, telefonista, operária das indústrias têxteis, de confecção e produtos alimentícios. Em Belo Horizonte não foi diferente, e o setor industrial, sobretudo os

¹⁶⁵ Ibid.

¹⁶⁶ MATOS, Maria Izilda e BORELLI, Andrea. Espaço Feminino no mercado produtivo. In: PINSK, Carla Bassanezi e PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012.

setores de fiação, tecelagem, vestuário e alimentos, foram os que mais arregimentaram a mão de obra feminina.

Uma das preocupações latentes da comissão era a criação de agremiações e estatutos que protegessem as operárias, sobretudo as crianças. As associadas mostravam-se preocupadas com os tipos de atividades desempenhados por estas últimas nas fábricas, procurando negociar com os patrões que os serviços mais leves fossem destinados a elas. Além disso, criavam escolas para as crianças operárias. Um exemplo dessas iniciativas era a realização de aulas para os pequenos jornaleiros, no salão dos vicentinos e na Confederação Católica do Trabalho.

A comissão ocupou-se da criação de pensionatos para as moças pobres realizarem suas refeições. Criaram várias escolas pastorais destinadas a ensinar as primeiras letras e o ensino religioso às operárias. Ministravam, ainda, vários cursos, a destacar o de arte culinária, de empregada doméstica e de costura. A comissão também disponibilizava visitas médicas e aviamento de receitas às operárias. Faziam visitas aos Hospitais de Inválidos, Asilo Bom Pastor, Instituto Raul Soares, Instituto Bioterápico, Santa Casa, Orfanato Santo Antônio, Hospital São Vicente de Paulo e Creche Menino Jesus. Nessas visitas, as Filhas de Maria ministravam palestras de cunho moral e noções de higiene, além de prestarem serviços de assistência e doações.

As atividades desenvolvidas pela comissão Operárias eram bem próximas às da Assistência e Caridade, no entanto, sua principal preocupação era a formação das mulheres e crianças para o trabalho, criando medidas de proteção trabalhista. A tabela 1 mostra algumas obras criadas com esse objetivo.

TABELA 1 – Obras realizadas pela comissão Obras Sociais e Operárias

OBRA	ANO
Curso de Arte Culinária – direção das Irmãs da Terra	1928
Agremiação Católica do Trabalho	1928
Escola Pastoral Santo Affonso	1928
Pensão e Restaurante para Normalistas – direção Irmãs Salesianas	1929
Pia União dos Operários para socorro espiritual e assistência médica no caso de doenças	1930
Escolas para pequenos jornaleiros – salão dos vicentinos e no salão da confederação católica do trabalho	1930
Curso de primeiras letras e religião para empregadas na Escola Normal Modelo	1931
Oficina Madame Branca Monteiro	1931
Salão de Costura para crianças pobres do Carlos Prates	1931
Cursos para operárias no Colégio Sacre Couer Marie	1931
Espaços de recreação, teatros e festivais para operários	1932
Instalação da Escola Santa Zita no Grupo Escolar D. Pedro II	1932

Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos das Atas da Confederação Católica Feminina (1927-1934).

Como podemos visualizar na tabela acima, além da criação de espaços de instrução e formação profissionais das operárias assistidas, estava previsto no programa da comissão a organização de salas de recreação para as operárias e seus filhos, como o espaço criado na paróquia São Geraldo. A organização de teatros, cinemas e festivais revela o objetivo de destinar aos assistidos uma educação estética ligada à educação dos sentidos. Os católicos acreditavam que essa era uma parte fundamental na formação integral do ser humano, sendo a arte, neste processo, responsável por valorizar e trabalhar a criatividade.

Como podemos observar, o programa da comissão operária intentava atingir um modelo de mulher operária, passando pelos seguintes atributos: ser católica, ter alguma instrução intelectual, ter noções de higiene e cuidado com a casa (saber como se prepara um alimento, se lava, passa, conserta roupas), além de saber escolher um bom marido, que fosse educado, honesto e trabalhador.

Além disso, segundo Louro¹⁶⁷, havia a expectativa de que as mulheres das camadas populares fossem diligentes, honestas, ordeiras, asseadas. A elas caberia controlar seus maridos e formar seus filhos para serem trabalhadores e trabalhadoras. Desse modo, em linhas gerais a Comissão Obras Sociais e Operárias procurava a melhoria das condições morais e materiais das mulheres operárias e procuravam instruí-las sobre higiene e educação moral.

2.2.3 Comissão Assistência e Caridade

Sob a direção do Dr. Furtado de Menezes¹⁶⁸ e a presidência de Alexandrina Santa Cecília, a comissão Assistência e Caridade tinha como tarefas a criação e direção de obras de caridade. Joaquim Furtado de Menezes teve uma ampla atuação no campo da assistência em Minas Gerais, fundando e dirigindo a Sociedade de São Vicente de Paulo em Minas Gerais. Destacam-se no seu trabalho de assistência aos pobres a criação da Assistência aos Mendigos e da Cidade de Ozanan.¹⁶⁹

¹⁶⁷ LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORI, Mary. (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. 2 Ed. São Paulo: Contexto, 1997.

¹⁶⁸ Joaquim Furtado de Menezes, engenheiro de minas e civil. Farmacêutico e professor da Escola de Minas de Ouro Preto. Foi diretor de Indústria do Estado, Secretário de Agricultura, prefeito da cidade de Águas Formosas e deputado federal. Atuou como membro do Conselho de Imprensa de Belo Horizonte, colaborou para os jornais católicos *O discípulo*, *O Regenerador*, *Adoremos*, *O Horizonte* e *Diário*. Ajudou na fundação da corporação dos médicos católicos e dos engenheiros católicos.

¹⁶⁹ Sobre as obras protagonizadas por ele ver: SOUZA, Marco Antônio de. **As estratégias da pedagogia do assistencialismo em Belo Horizonte, 1930-1990**: Educação e Caridade. Tese de

Alexandrina de Santa Cecília, por sua vez, era normalista e trabalhou como professora da Escola Normal Modelo, nas cadeiras Costura e Trabalhos de Agulha (1907), Trabalhos Manuais (1910), e Trabalhos Manuais e Economia Doméstica (1916). A dedicação às disciplinas foi importante para seu trabalho na assistência, haja visto que grande parte dos projetos destinados às mulheres e jovens tinha como mote a formação em trabalhos manuais, especialmente corte, costura e economia doméstica. Alexandrina também lecionou como professora substituta a disciplina de Ginástica e participou da comissão de professores que redigiu o primeiro regimento interno da Escola Normal Modelo. Na ocasião, viajou para o Rio de Janeiro para comparar o currículo da Escola Normal Modelo de Belo Horizonte com a Escola Normal da capital federal. Além disso, ela foi presidente do pensionato Nossa Senhora Auxiliadora e benfeitora da Creche Menino Jesus. Sobre a inspiração de Gustavo Capanema e em parceria com outras associadas, fundou em Belo Horizonte, no ano de 1932, a Sociedade Mineira de Assistência à Infância (SMAI).

Embora tenha atuado de forma significativa no ensino secundário em Belo Horizonte, até a segunda década do século XX, Alexandrina de Santa Cecília, que pertencia à família do médico Santa Cecília, desempenhou trabalhos importantes no campo da assistência social, deixando a carreira docente em segundo plano. Ao lado de Furtado de Menezes, presidiu a comissão Assistência e Caridade, na qual era responsável por administrar as verbas arrecadadas, organizar campanhas e pedir subsídios junto ao poder público, especialmente nas esferas municipais e federais.

De acordo com D. Cabral, a Conferência Vicentina e os centros de Senhoras da Caridade não davam conta de tantas necessidades, sendo urgente a criação de novos espaços de assistência. A comissão, então, tinha o compromisso de ampliar a atuação assistencialista da SSVP. Dessa forma, estabeleceu-se como objetivos desse grupo:

- Incrementar a vida dos vicentinos e senhoras de caridade nas associações já existentes, recrutando novos combatentes, estimulando a seção perseverança nos moldes de São Vicente de Paula.
- Multiplicar, o mais que seja possível, o número dessas associações em todas as paróquias e recantos da arquidiocese.
- Organizar um dispensário, agência para ser o canal de esmolas que se pedem porta a porta (mendicância pública).
- Conselhos de higiene e moral, instrução religiosa, facilitação de trabalhos.
- Seguir modelo Alemanha e França que fazem matrícula dos pobres.
- Educação para a caridade.
- Assistência espiritual, recebimento de sacramentos aos doentes e pobres.
- Assistência religiosa nos hospitais, asilos, prisões e outros institutos.
- Assistência religiosa, moral e material as crianças de rua.
- Assistência religiosa, moral nos albergues noturnos e públicos.

- Assistência religiosa, moral nas pensões e hotéis.¹⁷⁰

O programa da comissão era bem similar às aspirações da assistência vicentina. Baseado numa ampla assistência aos pobres e doentes, preconizavam os hábitos higiênicos, educação moral e a criação de instituições asilar, hospitalar e educacional. Destacavam ainda a necessidade de criação de institutos de Senhoras de Caridade em todas as paróquias da cidade e um curso de enfermeiras católicas. O objetivo era formar enfermeiras profissionais católicas que certamente seriam preferidas entre as famílias e atuariam nas instituições em que desenvolviam o trabalho caritativo.

A meta de formar enfermeiras profissionais católicas foi, em parte, alcançada em 1933, com a criação da Escola de Enfermagem Carlos Chagas. A Escola começou a funcionar no dia 19 de junho desse mesmo ano, no Hospital São Vicente de Paulo, num contrato estabelecido entre os diretores da Faculdade de Medicina e Saúde Pública. A data é bem representativa para o calendário católico, por ser o dia consagrado a São Vicente de Paulo.¹⁷¹ Salieta Geralda Fortina dos Santos que o ideal era formar uma profissional “moderna” para atuar na nova organização sanitária, não apenas comprometida com comportamentos altruístas e abnegados, mas com sólida formação técnica.¹⁷²

É relevante destacar que a parceria entre a comissão Assistência e Caridade e a Sociedade São Vicente de Paulo foi fortalecida no ano de 1931, quando Furtado de Menezes e Alexandrina Santa Cecília transformaram a comissão efetivamente numa extensão dos trabalhos sociais desenvolvidos pela SSVP. Houve nesse período um nítido aumento do número de Senhoras da Caridade, bem como das instituições para atender os pobres, crianças e mulheres viúvas, abandonadas ou “desviadas”.

A prioridade de atendimento desse grupo de pessoas era difundida desde o I Congresso Católico Mineiro, organizado pelo Centro da União Popular, no ano de 1910. No evento foi determinado que as obras de caridade a serem fundadas em Minas Gerais deveriam considerar três classes em particular: os enfermos, a infância desvalida e as infelizes arrependidas.¹⁷³ Era exatamente nesses três grupos da sociedade que a comissão Assistência e Caridade buscou atuar de forma efetiva.

A comissão Assistência e Caridade foi sem dúvida o segmento que mais desempenhou ações dentro da CCF. Dentre as principais atividades da comissão estavam

¹⁷⁰ O *Horizonte* 13/04/1927

¹⁷¹ TEIXEIRA, Virgínia Mascarenhas Nascimento. **O cotidiano da Escola de Enfermagem Carlos Chagas: entre Luz e Sombra.** Dissertação de Mestrado Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2002

¹⁷² SANTOS, Geralda Fortina dos. **Escola de Enfermagem Carlos Chagas (1933-1950): a Deus – Pela Humanidade, Para o Brasil.** Tese de Doutorado Programa de Pós-Graduação em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2006.

¹⁷³ Boletim do Centro da União Popular.

as organizações de festividades (Natal, Páscoa, etc.), a distribuição de roupas e gêneros alimentícios aos pobres, a visita aos presos, aos meninos de rua e aos doentes nos hospitais, o encaminhamento de internações, as visitas domiciliares a doentes, os atendimentos médicos, a doação de medicamentos, etc. Essa era a comissão que tinha o maior número de integrantes. Para além da apresentação de trabalho nas reuniões da CCF, a comissão reunia-se periodicamente no salão dos vicentinos, visando melhor direção e controle das tarefas.

2.3 A comissão Assistência e Caridade, as Damas da Caridade e a parceria com a Sociedade São Vicente de Paulo

A Sociedade São Vicente de Paulo instaurou-se em Belo Horizonte no ano de 1897, com a criação do Conselho Vicentino da Boa Viagem. Em 1901, foi criado o Conselho São José.¹⁷⁴ Esses conselhos eram responsáveis pelas conferências criadas nas demais paróquias. Do ponto de vista administrativo, os conselhos eram corpos executivos e de direção destinados a manter a união e a disciplina no corpo ativo formado pelas conferências. O Conselho Geral era, verdadeiramente, o centro da instituição, sendo que todas as conferências e suas obras estavam sujeitas a ele, cabendo-lhe decidir sobre a agregação de novas conferências. Além disso, o Conselho Geral tinha autonomia para instituir e criar os regulamentos.¹⁷⁵ Procuravam organizar a assistência tornando-a eficiente, com uma racionalidade clara: organizar a família e preparar o homem para o trabalho.

De acordo com Pinto, a SSVP, em consórcio com as elites locais e o Estado, procurava meios de enfrentar os problemas da pobreza no período em que a economia se encontrava em transição. Os membros da SSVP, pertencentes à elite católica, estavam interessados na normatização da vida pública e procuravam reconduzir o pobre ao mundo do trabalho, mantendo a organização social.¹⁷⁶

As Damas da Caridade estavam submetidas aos Conselhos Particulares da SSVP e foram instituídas nos anos 1920. Como dito anteriormente, as primeiras associações se deram nas paróquias da Boa Viagem e São José. Paulatinamente, outras associações foram sendo criadas. Até o ano de 1931, havia Damas da Caridade nas

¹⁷⁴ TORRES, João Camilo de Oliveira. **Igreja de Deus em Belo Horizonte**. Belo Horizonte, 1972.

¹⁷⁵ SOUZA, Marco Antônio de. Op. cit., nota 33.

¹⁷⁶ PINTO, Ana Paula Magno. **Assistência, Saúde e Sociedade na Zona da Mata Mineira (1895-1939)**: a Sociedade São Vicente de Paulo. Anais do XVI Encontro Regional de História Anpuh-Rio: saberes e práticas científicas. Rio de Janeiro, 2014.

paróquias de Lourdes, Santa Efigênia, Lagoinha, Barro Preto e Floresta. Depois foram criadas associações nas paróquias Santo Antônio, São Sebastião, Santa Tereza e Santa Terezinha. O aumento do número de Damas da Caridade ampliou de forma significativa as atividades desenvolvidas por elas.

Seguindo o modelo austero dos vicentinos, a estrutura organizacional das Damas de Caridade tinha uma hierarquia constituída. Tal estrutura, como foi dito no capítulo anterior, garantia às Damas que ocupavam os cargos mais elevados um status no interior da instituição e frente às demais senhoras da camada social que faziam parte. As senhoras que podiam atuar na visitação dos indivíduos auxiliados, decidindo quem poderia continuar a usufruir do benefício, eram chamadas Damas Ativas.¹⁷⁷

O grande objetivo da assistência vicentina era a integridade das famílias, mantê-las afastadas dos perigos da miséria e impedir a saída dos filhos para as ruas, caindo na promiscuidade e vagabundagem. Assim, a visita à família pobre tinha como objetivo,

velar pela união e perfeita harmonia entre os membros, velar pela saúde, velar pelos que trabalham, obter visitas médicas e medicamentos, obter emprego para os desocupados, obter instrução para as crianças, fornecer roupa, calçados, livros e finalmente ensinar regras de higiene.¹⁷⁸

Antes da primeira visita, os vicentinos faziam a sindicância, cuja finalidade era selecionar as famílias que passariam a ser adotadas. Em seguida, a comissão fazia o primeiro contato para levar vale-compras para alimentação. As famílias eram classificadas em cinco grupos e auxiliadas com vales nos seguintes valores, 5\$000, 7\$000, 9\$000, 12\$000 e 15\$000. O valor do vale estava relacionado ao número de pessoas que compunha a família, assim como à possibilidade dos membros familiares de trabalhar (ou a sua completa impossibilidade).¹⁷⁹ Havia uma meta de que as famílias assistidas fossem visitadas pelo menos uma vez por semana.

Em um relatório da assistência vicentina na capital, publicado no *O Horizonte*, em janeiro de 1927, observa-se que das 204 famílias socorridas, 80 tinham homens por chefes e 124 eram chefiadas por mulheres. Dos chefes masculinos, 19 eram solteiros, 48 casados e 13 viúvos. Já as famílias chefiadas por mulheres, 15 eram solteiras, 11 separadas dos maridos e 98 viúvas¹⁸⁰. Como podemos ver, mais de 60% das famílias

¹⁷⁷ SANTANA, Camila Jansen de Mello de. **A caridade a si ou ao outro? As práticas católicas como auto-salvação**. Revista Aulas. Dossiê Religião n. 4 abril-jun., 2007.

¹⁷⁸ Boletim Brasileiro, 1901 p. 299-300 *apud* SOUZA, Marco Antônio de. **A Economia da caridade: estratégias assistenciais e filantrópicas em Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Newton Paiva, 2004. p. 60.

¹⁷⁹ *O Horizonte* 19/01/1927 – Assistência aos mendigos-algarismos elouquentes.

¹⁸⁰ *Ibid.*

assistidas tinham as mulheres como chefes. Esse dado nos permite pensar que, embora no discurso houvesse a idealização de uma família nuclear tradicional, as famílias assistidas fugiam a esse padrão e tinham as mulheres como líderes. Observa-se também que esse universo de mulheres não tinha maridos, justificando o reforço da formação profissional, a fim de que elas pudessem sobreviver sem a presença masculina.

Além da assistência à família existiam outras formas de atuação da SSV, as chamadas “obras especiais”. As obras especiais em Belo Horizonte, de acordo com Marco Antônio de Souza, eram divididas nas seguintes modalidades:

- **Obra Dispensa Econômica:** organização destinada a comprar mercadorias a serem distribuídas aos pobres. Cuidava também do controle sobre os vales distribuídos para a compra de gêneros alimentícios;
- **Obra Enfermaria:** mantida pelas conferências locais apropriadas para o atendimento de mendigos que ficavam sob os cuidados dos confrades. Atuavam especialmente na área de saúde. Encaminhavam doentes para hospitais e dispensários, visitando-os em seus domicílios ou enfermarias.
- **Obra Albergues:** a intenção era abrigar os pobres evitando a desagregação da família.
- **Obra Casinhas de Morada:** envolvida na construção de moradias para abrigar as famílias adotadas. Em alguns casos, alugavam por preços módicos, os prédios recebidos de donativos.
- **Obra Rouparia:** consistia em distribuir roupas aos pobres, o que podia ser feito de duas maneiras: através da compra de tecido que era transformado em roupas pelas damas de caridade ou através de campanhas de doação.
- **Obra Patrocínio:** destinada a oferecer auxílio aos alunos pobres nas escolas públicas. Doavam livros, cadernos e uniformes.
- **Obra Hospitais:** visitas realizadas semanalmente aos hospitais. Os confrades, após obterem a permissão da administração do hospital, levavam aos doentes animação e conforto, além de recados à família dos doentes.
- **Obra Vigilância Moral:** atuavam na reabilitação de uniões ilícitas.
- **Obra Prisões:** realizavam visitas nas prisões e procuravam reabilitar os presos através do apelo religioso.
- **Obra Visita Sagrada:** realizavam doações de livros religiosos, roupas e prestavam pequenos serviços.¹⁸¹

Seguindo a categorização das obras especiais apresentadas por Souza, os dados contidos nas atas das reuniões da CCF foram organizados em tabelas. A análise foi feita por ano, com o objetivo de observar no tempo como as associadas organizaram as reivindicações, programas e prioridades da comissão.

A comissão foi dividida em duas fases, a primeira de 1927 a 1930, e a segunda de 1931 a 1934. A primeira fase caracteriza-se por atividades mais pontuais e menos diversificadas. Dessa fase destacamos a organização da Cruzada Santa Terezinha do Menino Jesus, em favor dos filhos de tísicos e morféticos e o auxílio na construção da Vila

¹⁸¹ SOUZA, Marco Antônio de. **A economia da caridade:** estratégias assistências e filantrópicas em Belo Horizonte. Belo Horizonte: Editora Newton Paiva, 2004.

dos Proletários Tuberculosos. Já a segunda fase apresenta-se mais dinâmica na realização de atividades, sendo também marcada pela criação de variados institutos de assistência.

2.3.1 As atividades realizadas na primeira fase da Comissão Assistência e Caridade

Como podemos observar na Tabela 2, em 1927 as atividades da comissão voltaram-se essencialmente para dispensa econômica, rouparia e vigilância. Nesse período havia apenas três grupos de Damas, as de São José, Boa Viagem e Lagoinha. Pelo conteúdo das atas vê-se que nesse ano a comissão estava em processo de organização de ações, muitas ideias e projetos, mas poucas ações concretas.

TABELA 2 – Obras realizadas pela Comissão Assistência e Caridade no ano de 1927

Dispensa Econômica	Rouparia	Vigilância Moral
Atendimento de 320 pobres. (1:082\$300)	Damas da Caridade de São José e Boa Viagem com distribuição de roupas e gêneros aos pobres	Levantamento de Verba Damas de Caridade da Lagoinha para Casamento de operárias. (100\$000)

Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos das Atas da Confederação Católica Feminina (1927-1934).

Braúlio Chaves destaca que no ano de 1927 ocorreu a reformulação da estrutura da Diretoria de Saúde Pública de Minas Gerais. Na ocasião, a parceria entre os municípios tornou-se mais explícita, com ênfase na profilaxia e no ensino. Houve uma descentralização dos serviços a partir da criação dos centros de saúde, nos municípios que faziam a ligação direta com a população pelos atendimentos, na inspeção, na epidemiologia, na educação e na propaganda sanitária. Esta última tinha papel vital na profilaxia das doenças e no conjunto das mudanças de práticas culturais. Era pormenorizada a profilaxia de uma série de doenças transmissíveis, como peste, tifo, difteria, cólera, tuberculose, malária, varíola, verminoses, doença de Chagas, boubá, doenças venéreas, filariose e lepra.¹⁸²

Salienta Chaves que o tratamento da lepra foi um assunto à parte na reformulação dos serviços sanitários. A questão dos leprosários tinha estreita relação com a imagem social que se construiu em torno da doença. As construções distantes, baseadas em uma concepção de isolamento dos doentes, foram acompanhadas de uma série de

¹⁸² CHAVES, Braúlio Silva. Instituições de saúde e a ideia de modernidade em Minas Gerais na primeira metade do século XX. In: MARQUES, Rita de Cássia; TORRES, Anny Jackeline; FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves (Orgs.). **História da Saúde em Minas Gerais: instituições e patrimônio arquitetônico (1808- 1958)**. Barueri: Minha Editora, 2011. p.52.

medidas de caráter profilático, com vistas a conter a enfermidade.¹⁸³ Dessa maneira, observa-se a preocupação dos trabalhos da comissão Assistência e Caridade no controle mais cuidadoso a doenças infectocontagiosas como sífilis, lepra e tuberculose. Por iniciativa do Conselho Central Metropolitano da SSVV da capital, reuniu-se, em fevereiro de 1927, no prédio vicentino, um grupo de senhoras para promover, em todo estado, um movimento para obter recursos e organizar um instituto cujo fim seria recolher os filhos de ambos os sexos de morféuticos, subtraindo o perigo de contágio e ao mesmo tempo evitando que servissem de veículos de propagação do terrível mal a todos os meios infantis¹⁸⁴. Nessa reunião preparatória ficou resolvida a organização benemérita intitulada Santa Terezinha. Dessa reunião formou-se uma comissão central sob a presidência de Alice Sigaud. A senhora Alice ficou responsável pela criação de comissões locais nas cidades e vilas do estado.

Em matéria publicada no jornal *O Horizonte*, Furtado de Menezes comentava a iniciativa das Senhoras da Caridade na organização da Cruzada e defendia o isolamento como a única possibilidade de conter a doença. Assim argumentava em seu artigo,

(...) antigamente suponha-se que a lepra era hereditária e acreditava-se na inutilidade do isolamento dos filhos dos leprosos, tão certo estava o povo e até os médicos de que mais dia menos dia, a lepra surgiria no pobre condenado. Hoje ninguém mais crê na hereditariedade do mal de São Lázaro. A preocupação final hoje de todos que combatem a lepra e a profilaxia.¹⁸⁵

É interessante notar no texto de Furtado de Menezes o seu conhecimento sobre a etiologia da doença e o entendimento da lepra como uma doença infectocontagiosa. Ângela Porto explica que a lepra foi uma das primeiras doenças infectocontagiosas a ser investigada pela microbiologia do final do século XIX e início do XX, no entanto, o bacilo da lepra não se reproduzia *in vitro*, não atendendo aos postulados de Kock. Essa especificidade desencadeou as mais complexas discussões científicas sobre o contágio e profilaxia da doença. Por isso, de acordo com a autora, durante o I Congresso Internacional sobre Lepra (1897), ficou determinado que a única forma de conter o avanço da doença era o isolamento e a vigilância dos doentes.¹⁸⁶ Em Minas Gerais, desde 1918, o isolamento de leprosos era obrigatório, regulamentado pelo decreto 1.510 de junho desse ano.

¹⁸³ CHAVES, Braúlio Silva. Instituições de saúde e a ideia de modernidade em Minas Gerais na primeira metade do século XX. In: MARQUES, Rita de Cássia; TORRES, Anny Jackeline; FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves (Orgs.). **História da Saúde em Minas Gerais: instituições e patrimônio arquitetônico (1808- 1958)**. Barueri: Minha Editora, 2011. p. 55-56.

¹⁸⁴ *O Horizonte* 13/04/1927

¹⁸⁵ *O Horizonte* 30/03/1927 - Filhos de Leprosos, Furtado de Menezes.

¹⁸⁶ PORTO, Angela. **A vida inteira que podia ter sido e que não foi**: trajetória de um poeta tísico. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva do IMS/UERJ. Rio de Janeiro, 1997.

Guiadas por essa determinação, por todo ano de 1927 as Senhoras da Caridade estiveram mobilizadas, discutindo questões e realizando eventos para arrecadação de verbas para a criação de preventórios para filhos de morféticos. Entretanto, foi no ano seguinte que organizaram uma agenda mais sistemática para concretização desses projetos.

Pela ata da CCF, observa-se que no ano de 1928 D. Cabral sugeriu a Alexandrina de Santa Cecília que convocasse as senhoras da comissão Assistência e Caridade para que retomassem a organização da Cruzada Santa Terezinha, em favor dos Leprosos¹⁸⁷. As Damas da Caridade organizaram a Cruzada sobre o patrocínio de Julieta Guimarães de Andrada, esposa do então presidente Antônio Carlos de Andrada.

A Cruzada apresentava-se para o editorial do jornal *O Horizonte* como,

Uma iniciativa oportuna, pois a sorte dos leprosos e dos seus descendentes, sem um asylo que os abrigasse, estava a reclamar o amparo das almas piedosas que condoídas do seu imenso infortúnio, procurassem resolver o angustiante problema de forma a atender as suas necessidades e ao mesmo tempo aos interesses da defesa social, comprometida com a liberdade que tinha até agora de perambolar pelas nossas ruas. Obra de assistência e ao mesmo tempo de defesa contra o contágio terrível, abrangendo os próprios descendentes de leprosos pelo seu isolamento dos focos de infecção, a tarefa humanitária meritória a que se abalancaram as dignas senhoras é das reclamam a solidariedade de todos os corações bem formados. (...) A cruzada encetada, portanto, pelas senhoras horizontinas, em prol dos filhos dos leprosos, é pela sua oportunidade e pelo fim humanitário que visa, merecedora não só do apoio oficial, como de todos os que sabem compreender o alcance dessa benemérita obra de assistência e defesa social¹⁸⁸.

O texto enfatiza a necessidade colaborativa dos órgãos oficiais e da sociedade para o êxito da campanha encabeçada pelas senhoras. Vê-se ainda que o trabalho desenvolvido pelas Damas não era apenas caritativo, mas também de defesa social. Mais tarde as Damas da Caridade unificaram a Cruzada em favor dos filhos de leprosos e tuberculosos, nomeando-a como Cruzada Santa Terezinha do Menino Jesus¹⁸⁹. Nessa nova fase, a prioridade da Cruzada era a construção de uma instituição para recolhimento e isolamento de crianças, filhos de pais morféticos e tísicos.

Para arrecadação de fundos, as Damas fizeram circular uma lista de donativos pelo comércio, indústrias, colégios, por homens e mulheres da alta sociedade, como pode ser visualizado a seguir na tabela 3.

¹⁸⁷ Ata da Confederação Católica Feminina 25/4/1928

¹⁸⁸ *O Horizonte* 13/04/27

¹⁸⁹ A devoção a Santa Terezinha do Menino Jesus é confirmada na biblioteca de algumas dessas mulheres. Encontramos o livro que conta a história da santa na biblioteca particular de Helena Antipoff e no acervo da Escola Normal Modelo.

TABELA 3 - Lista de Donativos da Cruzada Santa Terezinha do Menino Jesus (1928)

DOADOR	VALOR
Companhia Lotérica de Minas Gerais	200\$00
Banco Comércio e Indústria	200\$00
D. Leonidia Leite	100\$00
Colégio Santa Maria	100\$00
D. Maria de Magalhães	100\$00
D. Altina Lobo	100\$00
D. Olga de Magalhães Ferreira	100\$00
D. Maria Holanda de Lima	100\$00
Banco Pelotense	100\$00
Ribeiro Haas e Cia. Ltda	100\$00
Cel. Armando Martins Vieira	100\$00
D. Alice Cortês Sigaud	100\$00
Antônio Falci e Cia	100\$00
Cel. Sebastião Augusto de Lima	50\$000
Casa Crystal	50\$000
Um católico	50\$000
Sr. João José da Cunha	20\$000
Cizimbra	20\$000
Grande Hotel	20\$000
D. Cecília Aguiar Cunha	20\$000
Sr. Antônio R. Soares	20\$000
D. Gabriella B. H. Ferreira	20\$000
Sr. Theodulo Leão	20\$000
Sr. Antenor Freitas	20\$000
Juventino de Cia	20\$000
Andrade Correa e Cia	20\$000
Gontijo Fonseca e Cia	20\$000
Silva Souza e Cia	20\$000
Sr. V. Purri	20\$000
Cervejaria Polar	20\$000
Almeida Cunha	20\$000
D. Amanda Machado	26\$000
Sr. Gontijo	20\$000
Uma devota de Santa Terezinha	10\$000
Cardoso e Cia	10\$000
Sr. Homero Viana de Paula	10\$000
2 Devotas de Santa Terezinha	10\$000
São José Viana	10\$000
Alfaiataria Brito	5\$000
Anônimo	5\$000
D. Maria Veiga	5\$000
D. Elvira Sales	5\$000
Total	586\$000

Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos do *O Horizonte* – 13/04/1927

Pela lista, vemos a participação dos diversos setores da sociedade, inclusive das mulheres ligadas ao ativismo católico e das organizadoras da Cruzada. Além da arrecadação dessa natureza, durante três meses, as Damas da Caridade instalaram em lugares estratégicos da cidade uma Pipa da Cruzada Santa Terezinha do Menino Jesus, para depósitos espontâneos. O Bar do Ponto foi um dos lugares escolhidos pelas Damas,

no qual a Pipa permaneceu por um longo período. Tal local estava situado na Rua da Bahia, considerada por Carlos Drummond de Andrade como o cérebro de Belo Horizonte, onde se encenava os debates sobre literatura, artes, ciências, desporto, regimes políticos e alimentares, bailes, finanças, o temporal e o espiritual.¹⁹⁰ O bar foi fundado em 1907 e estava localizado em frente à estação dos bondes. Não era apenas o café mais famoso da cidade, era um ponto de referência na vida da capital, ponto de negócios, encontros, conversas e notícias.¹⁹¹

Claro está que a escolha dos lugares percorridos pela Pipa não era aleatória. As Damas da Caridade procuravam os ambientes mais movimentados da cidade e frequentados pela alta sociedade, com o objetivo de ter uma arrecadação significativa. A abertura solene da Pipa ocorreu na sede da Sociedade São Vicente de Paulo. Na ocasião foram arrecadados 490\$000, e o valor foi depositado no banco. Era uma prática comum das Damas da Caridade depositar os valores arrecadados em contas movimentadas por elas, como forma de aplicação e planejamento dos gastos.

Não há indicação explícita nas fontes de como o dinheiro arrecadado foi gasto e se de fato houve a construção do asilo para o isolamento dos filhos dos tuberculosos e leprosos. Entretanto, a hipótese é de que grande parte da construção do preventório São Tarcísio tenha ocorrido com a verba arrecadada pela Cruzada. Sua construção teve início no ano de 1930 e ele foi inaugurado em 12 de outubro de 1934, com apoio da Sociedade de Assistência aos Lázaros de Defesa Contra a Lepra¹⁹², e sob os cuidados de uma ordem religiosa. O edifício principal tinha capacidade para abrigar 200 crianças. Era localizado na Praça Lagoa do Campo Verde, no município de Mário Campos, próximo à colônia Santa Isabel. Dentro do preventório as crianças tinham acesso ao ensino primário, mantido pelo Estado. Os meninos trabalhavam na plantação de produtos agrícolas e na olaria. As meninas produziam artigos artesanais, que eram vendidos em benefício da instituição. Há poucos trabalhos sobre o preventório, mas tudo indica que sua inauguração foi acelerada pela política varguista de combate à lepra, encabeçada pelo então Ministro da Educação e da Saúde, Gustavo Capanema, em parceria com os grupos locais, dos quais destacamos as ordens religiosas católicas e as mulheres envolvidas na filantropia.

Outro resultado da Cruzada foi a criação de uma Assistência aos Tuberculosos Proletários, bem como a criação de uma Vila para trabalhadores tuberculosos. Em matéria

¹⁹⁰ BOMENY, Helena. **Guardiães da razão: modernistas mineiros**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Tempo Brasileiro, 1994.

¹⁹¹ CHACHAM, Vera. A memória urbana entre o panorama e as ruínas – a rua da Bahia e o Bar do Ponto na Belo Horizonte dos anos 30 e 40. In: DUTRA, Eliana de Freitas (org.) **BH. Horizontes Históricos**. Belo Horizonte: C/Arte, 1996. p. 183-238.

¹⁹² A Sociedade Mineira de Proteção aos Lázaros e Defesa contra a Lepra a cargo de Berenice Martins.

publicada no jornal *O Horizonte*, Maria Luiza de Almeida Cunha conta que, depois da realização da Cruzada, ela, juntamente com as demais confederadas, chegou à conclusão que,

o espírito de caridade e de altruísmo da sociedade belorizontina tem se preocupado nestes últimos tempos de um problema que constituía a muito uma das questões sociais mais salientes da capital. Clima de sanatório, cidade moderna, recursos abundantes peculiares a um centro de estudos médicos, Belo Horizonte atraiu desde sua fundação as vistas dos que buscam energias para resistência terrível a peste branca.¹⁹³

De fato, como salienta Rita de Cássia Marques, a tuberculose, que foi um dos principais flagelos dos fins do século XIX e início do XX, não tinha cura medicamentosa e a transferência dos tísicos para cidades como Belo Horizonte tornou-se corriqueira. De acordo com a autora, “o clima seco e frio deu à capital o título de cidade sanatório atribuído às localidades que abrigavam grande número de tuberculosos.”¹⁹⁴

Considerando o grande número de pessoas que chegavam à cidade em busca do bom clima e do ar ameno da montanha, a Diretoria de Higiene entendeu que a construção de sanatórios seria a melhor opção para controlar a doença e a população doente na capital, evitando assim que os belo-horizontinos fossem contaminados por forasteiros. Os primeiros empreendimentos construídos eram particulares. À diretoria de Saúde Pública coube a fixação de regras e a fiscalização dos espaços que alojavam os doentes na cidade¹⁹⁵. Havia, portanto, uma carência de tratamento para a população pobre.

Assim, após longas discussões, as mulheres envolvidas na Cruzada julgavam que, além do cuidado e isolamento dos filhos dos tuberculosos, era urgente a criação de serviços mais relevantes para conter a doença, como por exemplo a criação de uma Associação de Assistência ao Proletário Tuberculoso. Esse grupo de mulheres, encorajadas por Maria Luiza de Almeida Cunha, decidiu levar a ideia ao conhecimento do professor Henrique Marques Lisboa. Segundo a própria Maria Luiza, o médico mostrou-se interessado na proposta e convocou uma reunião no salão do Club de Esporte Higiênicos de Belo Horizonte, criado pelo médico. A reunião foi presidida por Henrique Marques Lisboa, pelo dr. Mello Vianna e pelo presidente do Estado. Da reunião ficou resolvida,

¹⁹³ *O Horizonte* 14/7/1928

¹⁹⁴ MARQUES, Rita de Cássia. **A Caridade Criando Hospitais em Minas Gerais (Brasil) – Séculos XVIII-XX**. Dynamis, 2011 31(1): 107-129.

¹⁹⁵ MARQUES, Rita de Cássia; GONÇALVES, Huener Silva. Construir, tratar e curar: a tuberculose na “suíça mineira” do século XX. In: MARQUES, Rita de Cássia; TORRES, Anny Jackeline; FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves (Orgs.). **História da Saúde em Minas Gerais: instituições e patrimônio arquitetônico (1808- 1958)**. Barueri: Minha Editora, 2011. p. 82.

a construção de pequenas casas capazes de alojar dois doentes cada uma. As casas dos doentes isoladas umas das outras ou juntas em pequenos grupos, constituirão villas dirigidas por um conselho de administração, que nomeará diretor médico, secretário, chefes de clínica, ecônomo e farmacêuticos. Em cada casa haverá uma pequena oficina adequada ao estado de saúde do internado que nele resida. De momento lembra à comissão organizadora a instalação de criação de bichos de seda, apiário, serviço de horta, pomar ou criações de galinhas, pássaros e pneus¹⁹⁶.

Maria Luiza de Almeida Cunha segue o artigo ressaltando os ganhos da criação desse espaço,

O que há de elogiável na fundação é a preocupação de elevar a moral de tais doentes sempre fortemente deprimidos quando se inteiram da moléstia que os aflige. A reeducação para o trabalho, de doentes crônicos, mas curáveis ou capazes de reassumir atividade física que as mantenha é ainda um outro escopo elevado da assistência. Em cada Villa haverá centros de diversão, restaurante, salas de reunião e leitura, salas de industrias adequadas e instalações hospitalares para moléstias intercurrentes ou doentes graves. Os estatutos publicados não cogitam do socorro espiritual o qual, no entanto pode ser facilmente corrigido a proposição de cada vila que instale sendo facilimo que umas das casas seja transformada em capela. Para os doentes crônicos e para os proletários, faltos do socorro ilusório da riqueza é justamente que o consolo da religião, mas eleva o sossego espiritual, a resignação, o bem estar moral, em suma, fazem metade da cura dos tuberculosos curáveis e suprimem certamente boa percentagem da provação dos incuráveis moribundos. A nobre e benemérita instituição ai está. Resta que secundemos o esforço a estas almas de eleição que se lembram do sofrimento alheio. A SSVP é uma instituição feita para servir de arrimo quiçá amparo as obras dessa natureza. Em contato com o pobre e o miserável é a gloriosa sociedade que compete encaminhar os doentes pregar-lhes a resignação e secundar os esforços de Saúde Pública na educação do doente contaminante ensinando o pobre a submeter-se aos cuidados da higiene ao menos no espírito de caridade se não cuida, mas curar-se. É mister amparemos a novel fundação e roguemos a Deus em pró de seus beneméritos fundadores¹⁹⁷.

O artigo publicado por Maria Luiza de Almeida Cunha indica alguns aspectos importantes sobre a filantropia praticada em Belo Horizonte. O primeiro deles é a limitação da ação pública no combate à tuberculose, demonstrando a importância da filantropia no tratamento e controle da doença. Vê-se também a colaboração entre os beneméritos e a comunidade médica, dentre a ação de beneficência, sobressai a SSVP. Faz-se notar também a preocupação com a formação para o trabalho, a presença dos preceitos médicos, científicos e sanitários como orientadores dos espaços. A educação estética e o lazer também estavam presentes no cotidiano do asilamento, mesmo que na prática não tenha se efetivado como planejado.

¹⁹⁶ *O Horizonte* 14/7/1928

¹⁹⁷ *O Horizonte*, 14/7/1928 - Almeida Cunha

Um último aspecto extremamente relevante é o fato da criação da Vila dos Proletários Tuberculosos partir da iniciativa de um grupo de mulheres. Isso mostra que a participação das mulheres na filantropia não necessariamente estava associada ao objetivo de promover a carreira de seus maridos. Ou que a prática da filantropia e a construção de instituições filantrópicas não era marcada exclusivamente pela ação masculina. A relação de gênero a que essas mulheres estavam submetidas está implícita. Elas agiam dentro do que era permitido para uma mulher no período, reconheciam seu lugar na sociedade e procuravam acionar as pessoas “certas” para concretizar a realização de seus projetos. Por isso, muitas vezes seus nomes não aparecem na realização dos projetos.

Depois de ler inúmeras vezes os artigos de Almeida Cunha, conclui-se que realmente eram escritos por Maria Luiza de Almeida Cunha, devido ao estilo de escrita e pela sua história pessoal, de ter um irmão tuberculoso que veio tratar-se em Belo Horizonte. Finalmente, na leitura de outros textos, Henrique Marques Lisboa revela sua proximidade com Maria Luiza de Almeida Cunha e o fato de que, através dela, se engajou no campo da educação, particularmente no ensino de ciências naturais. Henrique Marques Lisboa teve grande proximidade com um grupo de professoras da Escola de Aperfeiçoamento. A convite desse grupo elaborou o plano do ensino de ciências naturais do ensino primário em Minas. Quando se aposentou, passou a trabalhar na Escola Rural na Cidade de Ibitiré, em um projeto chamado “Granjinhas Reunidas Marques Lisboa” junto a um grupo de professoras.¹⁹⁸

A Vila dos Convalescentes foi construída ainda no ano de 1928. Foi a primeira instituição dedicada ao tratamento de tuberculosos pobres. O local escolhido para a construção foi o Morro das Pedras, situado na zona oeste de Belo Horizonte. O critério utilizado para escolha do local era a necessidade de um clima ameno, sendo que o Morro das Pedras estava num dos pontos mais altos da cidade.¹⁹⁹ A administração da Vila dos Convalescentes estava a cargo da Associação dos Proletários Leprosos e sob a direção do médico Henrique Marques Lisboa e do barbeiro vicentino José César dos Santos. Inicialmente o sanatório tinha 3 barracões, 12 pacientes e manteve-se nas primeiras décadas do século XX com auxílios oriundos da iniciativa privada e com subvenção das prefeituras do interior do estado, da Diretoria de Saúde Pública e da Prefeitura de Belo Horizonte²⁰⁰.

No ano de 1932, o atendimento e a assistência aos doentes da Vila dos Operários Tuberculosos ficou a cargo das Damas da Boa Viagem. De acordo com Rita de

¹⁹⁸ Granjinhas – ISER – Fazenda do Rosário. Minas Gerais. Imprensa Oficial. Belo Horizonte, 1969.

¹⁹⁹ MARQUES, Rita de Cássia; GONÇALVES, Huener Silva. Construir, tratar e curar: a tuberculose na “suíça mineira” do século XX. In: MARQUES, Rita de Cássia; TORRES, Anny Jackeline; FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves (Orgs.). **História da Saúde em Minas Gerais: instituições e patrimônio arquitetônico (1808- 1958)**. Barueri: Minha Editora, 2011.

²⁰⁰ Ibid.

Cássia Marques e Huener Silva Gonçalves, com a morte do vicentino José César dos Santos, em 1940, a instituição enfrentou uma crise financeira e quase fechou. No ano de 1948, o sanatório passou a ser administrado pela Congregação das Pequenas Missionárias de Maria Imaculada, oriundas de São José dos Campos. No ano seguinte, o Sanatório recebeu novo nome, Sanatório Marques Lisboa e, sob a direção das irmãs, foi inaugurado um pavilhão feminino.²⁰¹

Além de todo engajamento na Cruzada Santa Terezinha do Menino Jesus, no ano de 1928 observa-se maior variedade de atividades da comissão.

TABELA 4 – Obras realizadas pela Comissão Assistência e Caridade no ano de 1928 – **Damas da Caridade Santa Efigênia**

Rouparia	Hospitais	Vigilância Moral
Distribuição de roupas e cobertores aos pobres	Diversas visitas a enfermos	Compra de uma imagem de Nossa Senhora das Dores para realização de casamentos
Distribuição de roupas e cobertores aos pobres na Capela do Hospital Militar	Visita aos doentes da Santa Casa	

Fonte: Elaborada pela autora, com dados extraídos da Ata da Confederação Católica Feminina (1928) – Arquivo da Arquidiocese de Belo Horizonte.

TABELA 5 – Obras realizadas pela Comissão Assistência e Caridade no ano de 1928 – **Damas da Caridade São José**

Dispensa Econômica	Rouparia	Prisões	Festas
Distribuição de gêneros alimentícios	Distribuição de roupas aos pobres	Comunhão para presos da cadeia local	Festa do Padroeiro São Vicente de Paula.

Fonte: Elaborada pela autora, com dados extraídos da Ata da Confederação Católica Feminina (1928) – Arquivo da Arquidiocese de Belo Horizonte.

TABELA 6 – Obras realizadas pela Comissão Assistência e Caridade no ano de 1928 – **Damas da Caridade da Boa Viagem**

Patrocínio
Enterro de dois pobres socorridos residentes na Villa Santa Isabel.

Fonte: Elaborada pela autora, com dados extraídos da Ata da Confederação Católica Feminina (1928) – Arquivo da Arquidiocese de Belo Horizonte.

Como podemos ver nas tabelas acima, no ano de 1928 destaca-se a distribuição de gêneros alimentícios e o aumento considerável dos atendimentos de enfermos e o encaminhamento de doentes aos hospitais. Nesse ano as Damas da Caridade de Santa Efigênia mostram-se bem eficientes. Por estarem localizadas na região hospitalar, desenvolviam muitas visitas a doentes nos hospitais, sobretudo na Santa Casa e no Hospital Militar.

²⁰¹ MARQUES, Rita de Cássia; GONÇALVES, Huener Silva. Construir, tratar e curar: a tuberculose na “suíça mineira” do século XX. In: MARQUES, Rita de Cássia; TORRES, Anny Jackeline; FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves (Orgs.). **História da Saúde em Minas Gerais: instituições e patrimônio arquitetônico (1808- 1958)**. Barueri: Minha Editora, 2011. p. 98-99.

Como mostram as tabelas 7 e 8, em 1929 as Damas da Caridade mantiveram a variedade dos trabalhos, apesar de observarmos uma diminuição de sua quantidade. Acreditamos que essa redução está relacionada com a crise econômica mundial.

TABELA 7 – Obras realizadas pela Comissão Assistência e Caridade no ano de 1929 – **Damas da Caridade de Santa Efigênia**

Dispensa Econômica	Patrocínio	Hospitais	Família	Festas
Distribuição de roupas aos pobres.	Ofereceram verba ao aluno pobre do Seminário 100\$000	Visita a enfermos	Socorreram 18 famílias pobres.	Festa da Caridade realiza com doações do Sr. La Torre dono da Farmácia Santa Efigênia. Distribuição de gêneros alimentícios a 22 famílias.
Distribuição esmolas em gêneros durante o Natal.				

Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos da Ata da Confederação Católica Feminina (1929) – Arquivo da Arquidiocese de Belo Horizonte.

TABELA 8 – Obras realizadas pela Comissão Assistência e Caridade no ano de 1929 – **Damas da Caridade de Lourdes**

Dispensa Econômica
Forneceram gêneros e remédios a 59 pobres.

Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos da Ata da Confederação Católica Feminina (1929) – Arquivo da Arquidiocese de Belo Horizonte.

Os trabalhos basicamente restringiram-se a distribuição de roupas e gêneros alimentícios. Vemos que nesse ano apenas as Damas de Lourdes e Santa Efigênia apresentaram relatórios de atividades. Os trabalhos da agremiação de Santa Efigênia muito se explica pela presença de quartéis militares na região.

Além disso, no ano de 1929, as Damas da Caridade de Santa Efigênia fundaram um gabinete dentário com atendimento gratuito para a população pobre. Os serviços eram prestados por dentistas católicos. Esse mesmo grupo de Damas estabeleceu uma parceria com a *Pharmacia Santa Efigênia*. A farmácia fornecia medicamentos gratuitamente a doentes pobres. Para conseguir o medicamento sem pagar, a receita médica devia seguir anexa a uma carta de apresentação elaborada por uma Dama de Caridade e ter a assinatura do pároco local. A carta das Damas como condição de validade para troca das receitas mostra a representatividade local dessas mulheres.

No ano de 1930, marcadamente iniciou-se as atividades de sindicância, como é possível visualizar nas tabelas 9, 10 e 11.

TABELA 9 – Obras realizadas pela Comissão Assistência e Caridade no ano de 1930 – **Damas da Caridade da Boa Viagem**

Dispensa Econômica	Patrocínio	Hospitais	Festividades	Família
Distribuição de socorros materiais aos pobres	Realizaram lanches e primeira Comunhão no Jardim Eucarístico	Visita à Villa Isabel	Organizaram Festividade Santa Isabel da Hungria	Socorreram 28 famílias com 38 membros: 400\$000 na compra de gêneros alimentícios.

Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos da Ata da Confederação Católica Feminina (1930) – Arquivo da Arquidiocese de Belo Horizonte.

TABELA 10 – Obras realizadas pela Comissão Assistência e Caridade no ano de 1930 – **Damas da Caridade de Santa Efigênia**

Dispensa Econômica	Família	Festas
Ofereceu em parceria com a Farmácia Santa Efigênia remédios aos pobres além de medicamentos e cigarros aos soldados	Sra. La Torre, proprietária da farmácia Santa Efigênia, fez doação de alimentos a 22 famílias	Participação no Centenário da Transladação das relíquias de São Vicente de Paulo realizado em Paris
Doação de gêneros e roupas a 424 pessoas.	Forneceram vales a 175 famílias pobres	
	Duas Damas da Caridade trabalharam no Posto de Socorro às famílias de militares.	

Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos da Ata da Confederação Católica Feminina (1930) – Arquivo da Arquidiocese de Belo Horizonte.

TABELA 11 – Obras realizadas pela Comissão Assistência e Caridade no ano de 1930 – **Damas da Caridade do Barro Preto**

Prisões
Visita e comunhão de 16 detentos

Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos da Ata da Confederação Católica Feminina (1930) – Arquivo da Arquidiocese de Belo Horizonte.

Nesse ano as Damas da Caridade passaram a fazer visitas periódicas às famílias. A partir das visitas, organizavam a distribuição de gêneros alimentícios pelo sistema de vales-alimentação. Nesse período, devido à Revolução de 1930 e à participação dos militares no esforço de guerra, as Damas dedicaram-se especialmente à assistência às famílias dos militares.

2.3.2 O fortalecimento da parceria entre a Comissão Assistência e Caridade e a Sociedade São Vicente de Paulo

A partir de 1931 houve o fortalecimento da parceria entre as Damas da Caridade, atuantes na Comissão Caridade, e a Assistência Sociedade São Vicente de Paulo. Como resultado, vê-se uma sofisticação das atividades e um vertiginoso aumento do número de assistidos. Nessa fase ocorreu um total alinhamento e uma ação efetiva para

fomentar a criação de Damas da Caridade nas paróquias onde não existia a agremiação. Desde então, os trabalhos desenvolvidos pelas Damas passaram a ser apresentados nas reuniões da associação separadamente, sendo que cada paróquia tinha um tempo de explanação. Parecia ocorrer uma disputa interna entre as Damas de Caridade das diferentes paróquias. Os dados das tabelas 12 a 18 referentes às atividades desenvolvidas no ano de 1931, não deixam dúvidas que as mudanças propostas por Alexandrina Santa Cecília, em parceria com Furtado de Menezes, aumentaram o número de Damas, bem como a quantidade e variedade de serviços desempenhados por elas.

TABELA 12 – Obras realizadas pela Comissão Assistência e Caridade no ano de 1931– **Damas da Caridade de São José**

Dispensa Econômica	Enfermaria
Damas de São José distribuíram 697 vales aos pobres na importância de 410\$00 e despesas com gêneros e farmácias de 344\$00	São José: Fornecimento de Leite e Remédios aos doentes.
	Despesas com doentes socorridos 436\$500.

Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos da Ata da Confederação Católica Feminina (1931) – Arquivo da Arquidiocese de Belo Horizonte.

TABELA 13 – Obras realizadas pela Comissão Assistência e Caridade no ano de 1931– **Damas da Caridade de Santa Efigênia**

Dispensa Econômica	Enfermaria	Rouparia	Patrocínio	Festas	Família
Distribuição de vales de gêneros e 9 kg de pães, agasalhos e pães de Santo Antônio	Aviamento de 16 receitas médicas e 4 visitas médicas	Doação de 24 cobertores aos pobres	Amparou-se 2 menores	Festividade de Páscoa para 186 pobres.	27 famílias amparadas. 216\$000 em gêneros, 35\$000 em dinheiro.
	Visitaram 22 enfermos		Enterro de uma idosa, preparação de enxoval e casamento de uma jovem.		
	Internação de uma jovem de 15 anos perde-se e 3 órfãos foram entregues ao Orfanato Santo Antônio.		Enxoval de um recém-nascido		

Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos da Ata da Confederação Católica Feminina (1931) – Arquivo da Arquidiocese de Belo Horizonte.

TABELA 14 – Obras realizadas pela Comissão Assistência e Caridade no ano de 1931 – **Damas da Caridade da Boa Viagem**

Dispensa Econômica	Enfermaria	Patrocínio
Visita aos pobres 40. Distribui gêneros no valor de 150\$000	Visita aos pobres 60, doentes em tratamento 1	237\$000, uma viúva com três filhos pequenos.
	Socorro de 20 pessoas da Vila Santa Isabel	

Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos da Ata da Confederação Católica Feminina (1931) – Arquivo da Arquidiocese de Belo Horizonte.

TABELA 15 – Obras realizadas pela Comissão Assistência e Caridade no ano de 1931 – **Damas da Caridade da Floresta**

Dispensa Econômica	Enfermaria	Rouparia	Patrocínio	Casinhãs De Morada	Família	Festas
56 visitas aos pobres.	Visita a 63 enfermos	Distribuição de 40 peças de roupas aos pobres da casa de São Vicente na Vila Concórdia.	Caição e limpeza das casas	Organizaram um regulamento para os moradores das Casas de São Vicente.	Socorro 14 famílias com 35 pessoas	Entronização Sagrado Coração na Casa de Vicentinos
Socorro de 16 viúvas com um total de 30 pessoas 40\$000	Visita a pobres doentes 114					Sindicância na casa dos pobres Villa São Vicente de Paula

Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos da Ata da Confederação Católica Feminina (1931) – Arquivo da Arquidiocese de Belo Horizonte.

TABELA 16 – Obras realizadas pela Comissão Assistência e Caridade no ano de 1931 – **Damas da Caridade de São Sebastião**

Dispensa Econômica
Distribuição de remédios

Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos da Ata da Confederação Católica Feminina (1931) – Arquivo da Arquidiocese de Belo Horizonte.

TABELA 17 – Obras realizadas pela Comissão Assistência e Caridade no ano de 1931 – **Damas da Caridade de Lourdes**

Dispensa Econômica	Rouparia	Festas
Pobres socorridos 8 despesa 50\$000	Distribuição de roupas	Festa de Santa Isabel

Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos da Ata da Confederação Católica Feminina (1931) – Arquivo da Arquidiocese de Belo Horizonte.

TABELA 18 – Obras realizadas pela Comissão Assistência e Caridade no ano de 1931– **Damas da Caridade de Santo Antônio**

Enfermaria
Visitaram 22 enfermos

Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos da Ata da Confederação Católica Feminina (1931) – Arquivo da Arquidiocese de Belo Horizonte.

Surge nesse período as Damas da Caridade da paróquia São Sebastião, ao mesmo tempo em que as Damas da Floresta e as Damas de Lourdes mostram-se ainda mais atuantes. Destaca-se a distribuição de medicamentos e o aparecimento da obra casas de morada. Vale lembrar que todos os terrenos eram obtidos através de doação. As Damas da Caridade negociavam com os políticos a doação de terrenos para as obras assistenciais. No último capítulo da tese, apresento a criação da creche Menino Jesus. O terreno para a construção dessa creche foi fruto do engajamento das mulheres com os políticos e a sociedade. Observa-se a manutenção da regularidade dos trabalhos de sindicância, a família e o início das atividades de visitas, atendimentos médicos e aviamento de receitas médicas.

Em 1932 há a criação das Damas da paróquia do bairro Carlos Prates. Destaque para a criação de duas importantes instituições: a Creche Menino Jesus, na Vila Concórdia, em colaboração com as Irmãs da SSVP, e a Casa Hospital Lar Santa Isabel, ambas criadas pelas Damas da Boa Viagem.

TABELA 19 – Obras realizadas pela Comissão Assistência e Caridade no ano de 1932 –**Damas da Caridade Santa Efigênia**

Dispensa Econômica	Enfermaria	Hospitais	Família
Distribuição de gêneros para mais de 1:100\$000	Internação de 1 criança no orfanato	2 tratamentos na Santa Casa	Distribuição de gêneros no valor de 249\$000 a 22 famílias
Distribuição de 14 garrafas de leite.	19 receitas aviadas, 14 consultas médicas, 238 visitas a enfermos.	Internação de duas enfermas na Santa Casa.	6 sindicâncias
Despesa com farmácia 47\$000	Encaminhou 2 pobres aos vicentinos.	Internação de uma cega no Instituto Benjamim Constant, no Rio de Janeiro.	
Socorreu 26 pobres despesa de 305\$000.	21 doentes socorridos	Recolheu à Santa casa dois pobres	

Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos da Ata da Confederação Católica Feminina (1932) – Arquivo da Arquidiocese de Belo Horizonte.

TABELA 20 – Obras realizadas pela Comissão Assistência e Caridade no ano de 1932 –**Damas da Caridade São José**

Dispensa Econômica	Rouparia	Festas	Família
Auxílios no valor de 2:574\$400	Distribuição de 3 peças de roupa	Festa da SSVP distribuíram aos socorridos a quantia de 10\$000	Socorro de 9 famílias

Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos da Ata da Confederação Católica Feminina (1932) – Arquivo da Arquidiocese de Belo Horizonte.

TABELA 21 – Obras realizadas pela Comissão Assistência e Caridade no ano de 1932 –**Damas da Caridade Floresta**

Dispensa Econômica	Enfermaria	Rouparia	Hospitais	Vigilância Moral	Família	Patrocínio
Gêneros distribuídos no valor de 370\$000	Visitas e consultas médicas: 8, doentes socorridos: 6	Doação de peças de roupas, sapatos,	4 recolhimento ao hospital	Obteve emprego no comércio para duas moças que frequentavam casas de jogos.	107 visitas domiciliares	1 enterro
					Socorro de 16 famílias com 30 pessoas	

Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos da Ata da Confederação Católica Feminina (1932) – Arquivo da Arquidiocese de Belo Horizonte.

TABELA 22 – Obras realizadas pela Comissão Assistência e Caridade no ano de 1932 –**Damas da Caridade São Sebastião**

Dispensa Econômica	Enfermaria	Rouparia	Hospitais	Família	Festas
Distribuição de gêneros no valor de 48\$000.	Aviamento de 2 receitas	Distribuição de peças de roupa	Visita aos Tuberculosos do Morro das Pedras.	Socorro de 5 famílias e 10 visitas	Criação do espaço de recreação na Paróquia São Geraldo para realização de teatros e festivais para operárias.
		Distribuição de cobertores, colchas, cortes de vestidos			

Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos da Ata da Confederação Católica Feminina (1932) – Arquivo da Arquidiocese de Belo Horizonte.

TABELA 23 – Obras realizadas pela Comissão Assistência e Caridade no ano de 1932 –**Damas da Caridade de Lourdes**

Dispensa Econômica	Enfermaria	Rouparia	Hospitais
Distribuição de gêneros alimentícios	Diversos doentes receberam em seus domicílios auxílios material e espiritual.	Confecção de roupas de cama.	Socorro de enfermos em domicílio e na Santa Casa.
		Distribuição vestuários a 150 pobres.	

Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos da Ata da Confederação Católica Feminina (1932) – Arquivo da Arquidiocese de Belo Horizonte.

TABELA 24 – Obras realizadas pela Comissão Assistência e Caridade no ano de 1932 –**Damas da Caridade Carlos Prates**

Dispensa Econômica	Enfermaria	Hospitais
Visitas domiciliar distribuição de cartões de gêneros alimentícios no valor de 300\$000	Aviamento de 3 receitas.	1 doente internada na Santa Casa
	Socorro de 1 mulher doente pobre	

Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos da Ata da Confederação Católica Feminina (1932) – Arquivo da Arquidiocese de Belo Horizonte.

TABELA 25 – Obras realizadas pela Comissão Assistência e Caridade no ano de 1932 –**Damas da Caridade da Boa Viagem**

Dispensa Econômica	Enfermaria	Rouparia	Hospitais	Festas
Distribuição de 1:240\$000 de vales	Socorro de 38 pessoas na Vila dos Tuberculosos	Distribuição de roupas e calçados	33 recolhidos ao hospital	Festa de Inauguração da Creche Menino Jesus na Vila Concórdia, crianças ficaram aos cuidados das Irmãs de São Vicente de Paula.
	Internação de 1 menor no Instituto João Pinheiro		A vila dos convalescentes da Associação das Damas de Caridade, a casa/hospital foi nomeada Lar Santa Isabel.	
	27 consultas			
	20 receitas			
	130 visitas a doentes pobres			

Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos da Ata da Confederação Católica Feminina (1932) – Arquivo da Arquidiocese de Belo Horizonte.

Como mostra as tabelas 19 a 25, no ano de 1932 temos a participação ativa das Damas de Caridade de diferentes paróquias. Observa-se a variedade de trabalhos, um aumento significativo dos valores arrecadados destinados as obras de dispensa econômica. Vê-se aumentado também o atendimento médico e o aviamento de receitas, bem como o número de recolhidos aos hospitais.

Nesse mesmo ano houve a fundação da Sociedade Mineira de Assistência à Infância Gota de Leite e Creche, com apoio de Olegário Maciel e Gustavo Capanema, situada na Rua Padre Marinho, entre a Avenida Araguaia e a Rua Piauí, no bairro Santa Efigênia. A finalidade da sociedade era amparar, proteger e fornecer leite e alimentação apropriada às crianças pobres doentes, cujas famílias lutavam com dificuldade para tratar os filhos enfermos. Nesse ano ocorreu também a inauguração de um Recreatório na Paróquia São Geraldo, para realização de teatros e festivais, a Criação da Creche Menino Jesus e a construção da Vila dos Convalescentes e do Lar Santa Isabel.

No ano de 1933, como é possível visualizar nas tabelas 26 a 31, a maior parte das obras de casa de morada foram desempenhadas pelas Damas de Lourdes.

TABELA 26 – Obras realizadas pela Comissão Assistência e Caridade no ano de 1933 – **Damas da Caridade Lourdes**

Dispensa Econômica	Enfermaria	Casinha De Morada	Família
Distribuição semanal de vales de 12\$000 e 90\$000	Socorros a doentes	Aquisição de terreno para construir pequenos cômodos para seus socorridos.	Amparo de uma família da Sociedade São Vicente de Paulo. Socorros no valor de 100\$000.
		Pagamento aluguel de uma casa habitada por uma família muito necessitada.	
		Doação de um terreno do Sr. Silvério Silva para construção de casas para pobres.	
		Construção de abrigos para pobres inválidos. Posse do terreno	

Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos da Ata da Confederação Católica Feminina (1933) – Arquivo da Arquidiocese de Belo Horizonte.

TABELA 27 – Obras realizadas pela Comissão Assistência e Caridade no ano de 1933 – **Damas da Caridade Boa Viagem**

Dispensa Econômica	Enfermaria	Hospitais
Distribuição de Vales no valor de 644\$000	Consultas médicas e receitas doentes socorridos	Visita à Vila Santa Isabel e Vila dos Proletários Tuberculosos – doentes recebem o tratamento do dr. Paulo de Souza Lima
Distribuição de 40 vales mantimentos no valor de 90\$000		Na Vila Santa Isabel foram socorridos 19 pobres, na Vila Operários Tuberculosos 11. Tratados pelo Dr. Paulo de Souza Lima.
79 kg de pão		Internação de uma jovem na Santa Casa e de uma criança idiota e parálitica no Hospital São Vicente
		Recebeu 2 pobres doentes da Vila Santa Isabel e 2 tuberculosos da Vila dos operários onde existem 14 doentes.
		65 recolhidos ao hospital
		43 consultas médicas e receitas aviadas na Santa Casa

Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos da Ata da Confederação Católica Feminina (1933) – Arquivo da Arquidiocese de Belo Horizonte.

TABELA 28 – Obras realizadas pela Comissão Assistência e Caridade no ano de 1933 – **Damas da Caridade Carlos Prates**

Dispensa Econômica	Enfermaria
Cartões semanais no valor de 12\$000.	Fornecimento de leite a doentes e socorro de duas senhoras idosas.
Socorro a 5 necessitados e distribui quinzenalmente 1 cartão no valor de 4\$000	

Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos da Ata da Confederação Católica Feminina (1933) – Arquivo da Arquidiocese de Belo Horizonte.

TABELA 29 – Obras realizadas pela Comissão Assistência e Caridade no ano de 1933 – **Damas da Caridade Santa Tereza e Santa Terezinha**

Dispensa Econômica	Enfermaria	Patrocínio	Família
2 pobres socorridos	Visitas médicas e receitas aviadas	2 enterros	
Distribuição de Garrafas de leite			
15 vales no valor de 150\$000			

Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos da Ata da Confederação Católica Feminina (1933) – Arquivo da Arquidiocese de Belo Horizonte.

TABELA 30 – Obras realizadas pela Comissão Assistência e Caridade no ano de 1933 – **Damas da Caridade São José**

Dispensa Econômica	Casinha de Morada	Família
Distribuição de 95 vales no valor de 190\$000.	Construção de um quarto para um tuberculoso	Recebeu do Açougue Mineiro 60 Kg de carne que foram distribuídos a mais de 40 famílias
Distribuição de 153 vales na importância de 306\$000		

Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos da Ata da Confederação Católica Feminina (1933) – Arquivo da Arquidiocese de Belo Horizonte.

TABELA 31 – Obras realizadas pela Comissão Assistência e Caridade no ano de 1933 – **Damas da Caridade Floresta**

Enfermaria	Hospitais	Família
Vários doentes foram socorridos, outros se acham em tratamento	Visita aos pavilhões da Santa Casa e distribuição de esmolas	Socorro de 50 famílias
1 visita médica, visitas de zeladoras 170, 8 doentes socorridos		

Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos da Ata da Confederação Católica Feminina (1933) – Arquivo da Arquidiocese de Belo Horizonte.

Nesse ano destaca-se o aumento da arrecadação das Damas de Santa Tereza e Santa Terezinha. Aumentam também a quantidade da distribuição de gêneros alimentícios e os serviços das obras de enfermaria e hospitais.

No ano de 1934, por outro lado, vemos a diminuição das atividades da comissão.

TABELA 32 – Obras realizadas pela Comissão Assistência e Caridade no ano de 1934 –
Damas da Caridade São José

Enfermaria	Rouparia
Distribuição de 150 vales	Ganhou e distribuiu 50 colchões e colchas

Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos da Ata da Confederação Católica Feminina (1934) – Arquivo da Arquidiocese de Belo Horizonte.

TABELA 33 – Obras realizadas pela Comissão Assistência e Caridade no ano de 1934 –
Damas da Caridade Boa Viagem

Enfermaria	Hospitais	Patrocínio	Festas
Vales no valor de 240\$000.	Visita à Vila dos Tuberculosos	Pagamento dos impostos das casas na Vila Isabel. Foi feito consertos nas casas da Vila no valor de 1:448\$700.	Festa de Santa Isabel, distribuição de roupas e gêneros
	Mantêm 17 socorridas na Vila Santa Isabel, e 1 no Presta auxílio aos proletários tuberculosos. Visita de 4 socorridas na Santa Casa e 1 na Casa dos Velhos.		

Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos da Ata da Confederação Católica Feminina (1934) – Arquivo da Arquidiocese de Belo Horizonte.

TABELA 34 – Obras realizadas pela Comissão Assistência e Caridade no ano de 1934 –
Damas da Caridade Santa Tereza

Enfermaria
Distribuição de remédios e mantimentos

Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos da Ata da Confederação Católica Feminina (1934) – Arquivo da Arquidiocese de Belo Horizonte.

TABELA 35 – Obras realizadas pela Comissão Assistência e Caridade no ano de 1934 –
Damas da Caridade Santa Efigênia

Enfermaria
30 visitas a pobres doentes

Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos da Ata da Confederação Católica Feminina (1934) – Arquivo da Arquidiocese de Belo Horizonte.

TABELA 36 – Obras realizadas pela Comissão Assistência e Caridade no ano de 1934 –
Damas da Caridade Carlos Prates

Casinha de Morada
Compra de um lote. Saldo em caixa 882\$000
Aquisição de casas para socorridos

Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos da Ata da Confederação Católica Feminina (1934) – Arquivo da Arquidiocese de Belo Horizonte.

TABELA 37 – Obras realizadas pela Comissão Assistência e Caridade no ano de 1934 –
Damas da Caridade Lourdes

Casinha de Morada
Construção de casa na Colônia Affonso Pena

Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos da Ata da Confederação Católica Feminina (1934) – Arquivo da Arquidiocese de Belo Horizonte.

TABELA 38 – Obras realizadas pela Comissão Assistência e Caridade no ano de 1934 –
Damas da Caridade Calafate

Hospitais	Rouparia
Internação de 2 doentes na Santa Casa	21 peças de roupas e gêneros de primeira necessidade

Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos da Ata da Confederação Católica Feminina (1934) – Arquivo da Arquidiocese de Belo Horizonte.

TABELA 39 – Obras realizadas pela Comissão Assistência e Caridade no ano de 1934 –
Damas da Caridade Floresta

Vigilância Moral	Família
Visita à Creche Menino Jesus. Despesas de 313\$000	Socorro de 11 famílias

Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos da Ata da Confederação Católica Feminina (1934) – Arquivo da Arquidiocese de Belo Horizonte.

Um dos motivos da diminuição das atividades em 1934 foi o início da reformulação do Programa da Ação Católica e a conseqüente reorganização das associações femininas católicas. O novo programa entrou em vigor em 1935. Destaca-se nesse período a formação dos grupos ligados às juventudes – Juventude Católica (JC), Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Universitária Católica (JUC) e Juventude Operária Católica (JOC).

Não obstante, nesse momento, no primeiro governo varguista, temos o processo de consolidação do Estado Nacional. Esse processo foi marcado pelo aumento de políticas sociais. A assistência e a saúde ganham importância e o Estado passa a se encarregar de uma série de atividades destinadas a prestar serviço à saúde da população pobre. Em se tratando de assistência à saúde, temos a criação de dois ministérios: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC) e o Ministério da Educação e Saúde (MESP).²⁰²

2.4 A arrecadação da Comissão Assistência e Caridade: parcerias entre o poder público e a sociedade

Como dito anteriormente, entre os anos 1927 e 1930, embora a comissão Assistência e Caridade auxiliasse os trabalhos da SSV, ela atuava com certa

²⁰² FONSECA, Cristina Maria O. **Saúde no governo Vargas (1930-1945):** dualidade institucional de um bem público. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

independência em relação à sua congênere. Nesse período, como é possível visualizar na tabela 40, as associadas basicamente levantavam verbas através de festividades, doações de empresas e de particulares. Conseguiram também fundos através do uso de subsídios municipais e federais.

TABELA 40 – Levantamento de verbas diversas realizadas pela comissão Assistência e Caridade

ANO	DOADOR	DOAÇÃO
1927	Levantamento de verbas Damas da Caridade da Lagoinha para casamento de operárias	100\$000
	Damas da Caridade de Santa Efigênia também organizaram uma festividade natalina	1:082\$300
1928	Sociedade do Banco Commercio e Indústria	2:000\$000
	Companhia Industrial de Belo Horizonte	500\$00
1930	Casal Mascarenhas	Quantia em dinheiro e donativos de fardas de tecido de algodão para o gabinete dentário
	Farmácia	Medicamentos e cigarros para soldados
	Verbas municipais e federais	4:500\$000
	Delegacia Fiscal	6:000\$000
1931	Farmácia	344\$000
	Senhor residente na Serra destinado à Vila Isabel em comemoração à data de falecimento da sua esposa	100\$000
	Verbas municipais e federais	4:500\$000

Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos das Atas da Confederação Católica Feminina (1927-1934).

Nesse período não havia a separação bem definida dos trabalhos realizados pelas Damas da Caridade das diferentes paróquias. Verifica-se que as doações e redes eram tímidas, se comparadas aos anos seguintes. A maior parte da arrecadação era concedida pelos poderes públicos, municipais e federais. Deve se levar em consideração que o valor arrecadado em festas era um valor alto, se comparado à subvenção recebida do poder municipal.

Por outro lado, a tabela mostra como eram variadas as possibilidades de arrecadação de donativos. Salieta Souza que as formas mais comuns eram: caixas de coletas, doações por graças alcançadas e mensalidades de sócios. Também por

comemoração de aniversário, parte de heranças, pedido de pessoas no leito de morte, ou doações para manter a virtude cristã da caridade.²⁰³

A subvenção municipal concedida às instituições de caridade era registrada nos relatórios dos prefeitos da cidade de Belo Horizonte. Na tabela abaixo é possível visualizar os repasses.

TABELA 41 – Subvenção Municipal

ANO	INSTITUIÇÕES	VALOR
Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo Prefeito Flávio Fernandes dos Santos. Setembro/1923 (Ano 1922-1923)	Associação das Damas de Caridade	3:000\$000
Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo Prefeito Flávio Fernandes dos Santos. Setembro/1923 (Ano 1922-1923)	Associação das Damas de Caridade	3:000\$000
Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo Prefeito Flávio Fernandes dos Santos. Setembro/1925 (Ano 1924-1925)	Associação das Damas de Caridade São José e da Boa Viagem, em partes iguaes	5:000\$000
Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo Prefeito Christiano Monteiro Machado. Outubro/1926 (Ano 1925-1926)	Associação das Damas de Caridade São José	2:500\$000
	Associação das Damas de Caridade da Boa Viagem	2:500\$000
Relatório do Primeiro Ano da Administração Municipal no quadriênio iniciado em 1926	Associação das Damas de Caridade	5:000\$000
Mensagem apresentada ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Christiano Monteiro Machado. Outubro/1928	Associação das Damas de Caridade de São José	2:500\$000
	Associação das Damas de Caridade de Boa Viagem	1:250\$000

Fonte: Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte.

Os dados indicam que entre os anos de 1922 e 1928, os repasses variavam entre 1:250\$000 e 3:000\$000 e apenas as Damas da Caridade das paróquias São José e Boa Viagem recebiam o auxílio. Isso se deve ao fato das duas paróquias terem as conferências vicentinas mais antigas de Belo Horizonte e estarem localizadas nos lugares mais nobres e centrais da cidade. O grupo de Damas da Caridade dessas paróquias era composto por mulheres da alta sociedade mineira, com grande influência social e política, o que possivelmente facilitava as negociações com o poder público.

Para conseguir a subvenção federal, a presidente da comissão, Alexandrina de Santa Cecília, acionava a subvenção social oferecida pelo governo federal. A subvenção social era,

²⁰³ SOUZA, Marco Antônio de. **A economia da caridade**: estratégias assistências e filantrópicas em Belo Horizonte. Belo Horizonte: Editora Newton Paiva, 2004.

o auxílio financeiro às entidades sociais, que sai da esfera pessoal do governante e passa a esfera social. Constituiu-se numa ajuda de caráter supletivo, que no início só podia ser aplicada em despesas de manutenção de serviços e posteriormente como auxílio extraordinário, passando a subsidiar atividades de natureza especial ou temporária, como construção, aquisição de equipamentos. As subvenções, como tal, iniciam-se com a criação da caixa de subvenções em 1931, que estabelece à sua distribuição certa racionalidade, registro das entidades subvencionadas e fiscalização in loco pelo Ministério da Justiça. De início sua fonte de recursos era à contribuição da caridade, a mesma ajuda do governante. A partir de 1935, vai contar com créditos orçamentários adicionais.²⁰⁴

Afirma Maria Luiza Mestriner que, em 1930, Getúlio Vargas atribuiu diretamente os auxílios às organizações sociais, segundo seus critérios e preferências, utilizando-se da contribuição da caridade cobrada na alfândega sobre a importação de bebidas alcoólicas. Em 1931, Vargas criou o decreto-lei nº20351, utilizando o Ministério da Justiça como instituição mediadora dos subsídios aos programas de assistência. O Ministro da Justiça nesse período, Ernani Agrícola, era mineiro e conhecia bem a realidade sanitária de Minas Gerais, pois nos anos 1920 atuou como inspetor dos Centros de Saúde de Belo Horizonte e percorreu a Estrada de Ferro Vitória-Minas para elaboração do plano de saneamento na Zona Rio Doce, o que tornava mais possível a conquista da subvenção.²⁰⁵

Na tabela a seguir temos as subvenções federais e municipais recebidas pelas Damas da Caridade de 1930 a 1934.

TABELA 42 – Subvenções e Doações Recebidas

ANO	DOADOR	DOAÇÃO
1930	Verbas municipais e federais	4:500\$000
	Subvenção Delegacia Fiscal	6:000\$000
1931	Damas São José recebem doação em dinheiro de uma Farmácia	344\$000
	Subvenção Federal e Municipal	4.500\$000
	Esmolas recebidas Damas Santa Efigênia	236\$000
	Doação de um senhor residente na Serra destinado à Vila Santa Isabel em comemoração à data de falecimento de sua esposa.	100\$000
1932	Damas da catedral receberam do governo federal	20 sacas de café
1933	Doação em dinheiro para o <i>Horizonte</i>	40\$000
	Subvenção Federal	100\$000
1934	Subvenção Federal e Municipal das Damas da Boa Viagem	2:500\$00
	Doação Fundação Balbina Araújo	1:500\$000
	Subvenção Federal das Damas da Floresta	150\$000

Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos das Atas da Confederação Católica Feminina (1927-1934).

²⁰⁴ MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado entre a filantropia e assistência social**. 4ª Edição. São Paulo: Cortez, 2001. p. 58.

²⁰⁵ ABREU, Jean Luiz Neves. Ciência e território em Minas Gerais (1895-1930) In: ESPINDOLA, Haruf Salmen; ABREU, Jean Luiz Neves (Orgs.). **Território, Sociedade e Modernização: abordagens interdisciplinares**. Governador Valadares: Ed. Univale, 2010.

Na tabela 43 temos um balanço das movimentações de verbas levantadas pelas Damas da Caridade.

TABELA 43 - Movimentação de Verbas: Damas da Caridade

ANO	DAMAS	VALOR
1929	Santa Efigênia	100\$000
1930	Boa Viagem	400\$000
1931	Santa Efigênia	251\$000
	São José	1:929\$000
	Catedral	387\$000
	Floresta	40\$000
	Lourdes	237\$000
	Total	2:844\$000
1932	Santa Efigênia	1:396\$000
	São José	2:584\$000
	Catedral	1:440\$000
	Carlos Prates	51\$000
	Floresta	556\$000
	São Sebastião	48\$000
	Total	6:075\$000
1933	Floresta	1:551\$000
	São José	8:241\$000
	Lourdes	190\$000
	Carlos Prates	16\$000
	Boa Viagem	585\$000
	Santa Tereza	265\$000
	Total	10:848\$000
1934	São Sebastião	312\$500
	Floresta	1:654\$500
	Boa Viagem	1:688\$700
	Santa Tereza	778\$000
	São José	664\$300
	Carlos Prates	882\$000
	Lourdes	225\$000
	Total	6:205\$000

Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos das Atas da Confederação Católica Feminina (1927-1934)

Vê-se o alto valor movimentado pelas mulheres, maior que a verba dos órgãos públicos, o que comprova o protagonismo das associadas no trabalho de assistência social e na criação de uma complexa rede de convênios e interlocuções. Revela, sobretudo, que as associações femininas católicas, em particular a CCF, não eram um simples espaço de devoção e religiosidade, mas um espaço de vivência da modernidade. Os trabalhos desenvolvidos pelas mulheres associadas eram movidos, não apenas pelo apelo cristão, mas pelo discurso científico.

3 PERFIL DAS MULHERES ATUANTES NO ASSOCIATIVISMO CATÓLICO EM BELO HORIZONTE

Até aqui foi nosso objetivo apresentar como se organizou o associativismo feminino em Belo Horizonte, tendo como foco a Confederação Católica Feminina. Vimos que ele é resultado do movimento de renovação da Igreja Católica e da ação da elite na organização dos serviços de assistência social. A mulher de elite foi sem dúvida um elemento fundamental nesse processo, aproveitando-se das brechas criadas para agir efetivamente no espaço público e criando uma agenda de assistência à infância e às mulheres operárias.

Nesse capítulo sugerimos que a ação coletiva dessas mulheres tornou-se possível devido às experiências compartilhadas por elas. Essas experiências perpassam o cotidiano, a formação, as redes de sociabilidade, a origem social, os programas das associações, as reivindicações, a mobilidade espacial e os trabalhos desenvolvidos por elas.

Foi uma tarefa árdua recolher informações sobre o grupo de mulheres em questão, já que, muitas vezes, seus nomes não aparecem nos documentos de forma direta, por serem identificadas pelos nomes de seus maridos, geralmente figuras públicas e notáveis. Também porque a historiografia mais tradicional sobre a filantropia qualificou o trabalho filantrópico como uma atividade masculina. Além disso, pelo simples fato de serem católicas, suas trajetórias foram esquecidas ou negligenciadas sob o rótulo de serem conservadoras ou retrógradas.

Diante das dificuldades, partimos do pressuposto de que as mulheres que desenvolveram algum tipo de trabalho filantrópico e atuaram nas associações femininas católicas, sobretudo as que ocuparam os cargos de gestão, tiveram sólida instrução escolar. As carreiras de normalistas e enfermeiras eram mais comuns para as mulheres no período investigado. Portanto, adotamos a estratégia de procurar informações sobre essas mulheres não apenas nos documentos das associações que participavam, mas também nos arquivos da Escola Normal Modelo e da Escola de Enfermagem Carlos Chagas. Foi exatamente nessas instituições que obtivemos mais dados sobre as associadas.

Nos arquivos da Escola Normal Modelo foram consultadas as Correspondências Expedidas e Recebidas pelos diretores escolares, Atas das Congregações Especiais, Livros de Admissão de Alunas, Livros de Termo de Posse de Professores e Funcionários, Fichas de Ponto e documentos do Grêmio Literário Pedagógico. Já nos arquivos da Escola de Enfermagem Carlos Chagas, a consulta voltou-se para o Contrato de Professores, Matrículas, o jornal *Cinco Pras Dez*, órgão de divulgação do Grêmio Literário “9:55”, da

EECC, que circulou quinzenalmente entre os de 1935 e 1940, e a revista *A Enfermagem em Minas*, produzida de 1936 até 1938, dedicada a temas técnicos, religiosos e relatos das experiências vivenciadas no internato.²⁰⁶

As informações recolhidas nesses arquivos foram de extrema importância para desvelar um pouco do universo das mulheres católicas que se envolveram no trabalho filantrópico, usando-o como um caminho possível para acessar e agir no espaço público. Constatou-se que as mulheres envolvidas no associativismo feminino católico eram modernas, sofisticadas e atentas ao mundo que as cercavam, distanciando daquela imagem estritamente piedosa e conservadora a que comumente são associadas. Utilizaram-se dos saberes adquiridos em sua formação escolar, suas redes de sociabilidade e suas condições socioeconômicas para atuarem no campo da educação e da saúde na capital mineira.

Partimos da hipótese de que o associativismo feminino católico representava uma forma de ação coletiva de mulheres que compartilhavam experiências, o que de certa maneira possibilitou a ampla atuação no campo da assistência. Obviamente, não desconsideramos as motivações e características pessoais das mulheres envolvidas. O catolicismo era um ponto de partida dessa ação, não o único. Elas desenvolviam trabalhos filantrópicos não apenas por caridade, mas, sobretudo, porque tinham uma qualificação. Os temas de educação e saúde passaram pela formação dessas mulheres, guiando suas ações. Isso posto, buscamos neste capítulo mostrar quais são as experiências compartilhadas por essas mulheres. É nosso objetivo mostrá-las como atores sociais, evidenciando sua origem social, a que famílias pertenciam, trajetória escolar, espaços de sociabilidade e os valores por elas compartilhados. Tomamos como base para a construção do perfil das associadas católicas as mulheres que pertenciam à Confederação Católica Feminina, pois, como dito no capítulo anterior, essa associação era composta por um grupo específico de mulheres pertencentes à elite, que atuaram basicamente no campo da assistência à educação e à saúde. Procuramos assim demonstrar que elementos uniam e direcionavam a ação dessas mulheres.

Para isso, elaboramos um quadro com informações sobre 125 mulheres associadas à CCF²⁰⁷ que atuavam ativamente como lideranças de alguma associação católica, das quais destacamos a trajetória de Maria Luiza de Almeida Cunha. O grande número de mulheres envolvidas no associativismo evidencia que Maria Luiza não era uma exceção à regra ou uma figura heroica. Sua trajetória demonstra os poderes femininos

²⁰⁶ Sobre isso ver TEIXEIRA, Virginia Mascarenhas Nascimento. **O cotidiano da Escola de Enfermagem Carlos Chagas: entre luz e sombra.** Dissertação de Mestrado. Escola de Enfermagem. Universidade Federal de Minas Gerais, 2002.

²⁰⁷ O número de mulheres atuantes no associativismo é infinitamente maior, no entanto foram selecionados os nomes encontrados que continham informações.

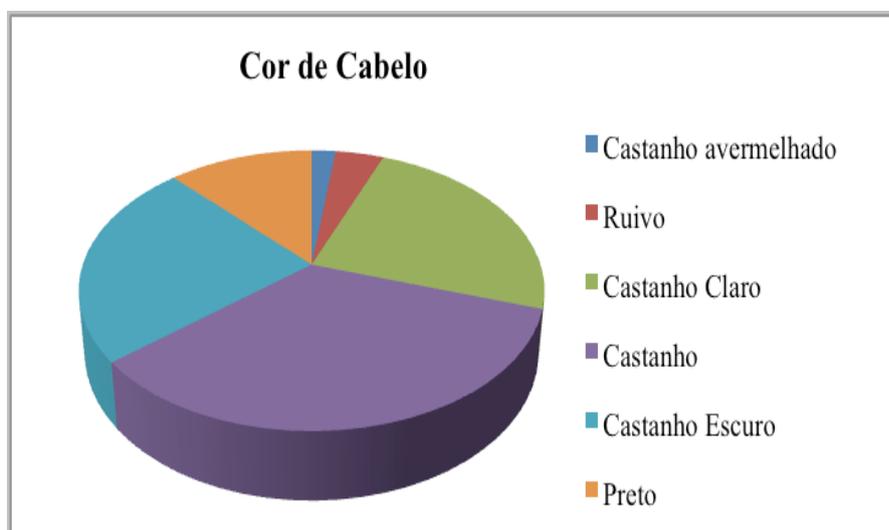
vivenciadas por várias mulheres contemporâneas a ela, que extrapolaram o espaço doméstico e atuaram efetivamente no espaço público.

Apesar de não conseguirmos informações detalhadas sobre todas as mulheres selecionadas, apenas a quantidade numérica mostra a dimensão da rede, sua extensão e sua capacidade de mobilização. Além disso, mostra que através das associações de caridade as mulheres da elite mineira puderam responder aos problemas sociais unindo preceitos cristãos aos seus interesses, valores e formação.

As mulheres se dividiam em pelo menos duas gerações, os das senhoras nascidas a partir das três últimas décadas do século XIX e das senhorinhas nascidas nas primeiras décadas do século XX. Tomando o estudo antropológico realizado por Júlia Viotti²⁰⁸ no departamento de Psicologia da Escola de Aperfeiçoamento, no ano de 1933, sobre o perfil das normalistas da Escola Normal Modelo e da Escola de Aperfeiçoamento, vemos que havia mulheres de 19 a 46 anos nesse universo, sendo registrada a maior frequência de mulheres com idades entre 22 e 23 anos. Desse grupo, poucas eram casadas, sendo 88% delas solteiras.

Como podemos visualizar nos gráficos abaixo quanto à raça, possuíam maior ascendência branca e alguma mestiçagem entre brancos e negros. A maior parte delas possuía cabelos castanhos e lisos, olhos castanhos e cor de pele morena, seguidos pelos tons de pele morena clara e branca.

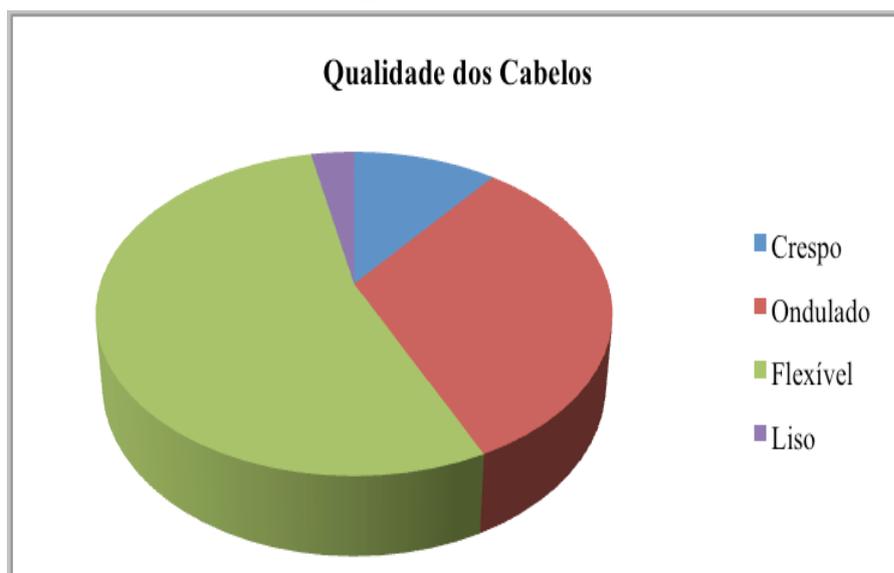
GRÁFICO 1 – Cor de Cabelos



Fonte: VIOTTI, Julia. *Antropologia das Moças Mineira* (1933). Acervo do Memorial Helena Antipoff da Fundação Helena Antipoff/Ibirité.

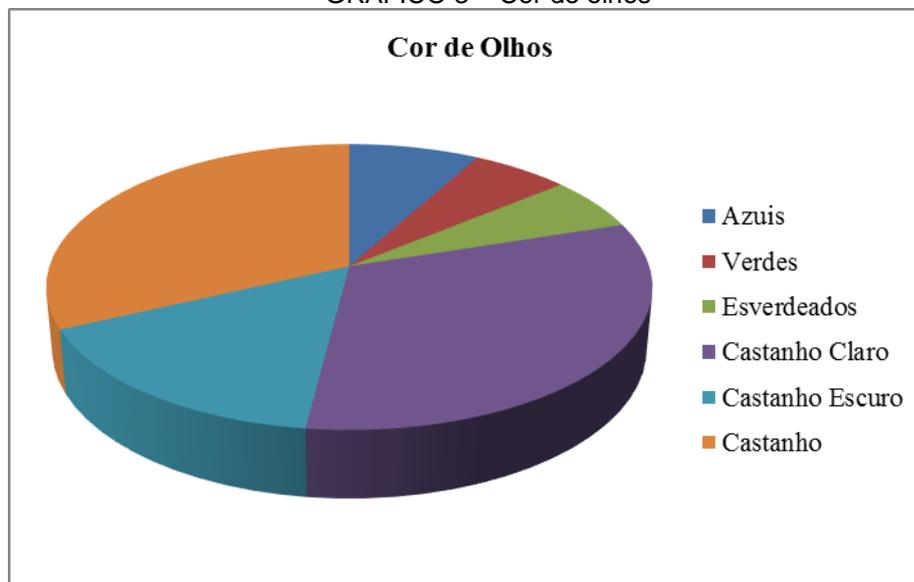
²⁰⁸ VIOTTI, Júlia. **Antropologia das Moças Mineiras**, Imprensa Oficial. Belo Horizonte, 1933.

GRÁFICO 2 – Qualidade dos Cabelos



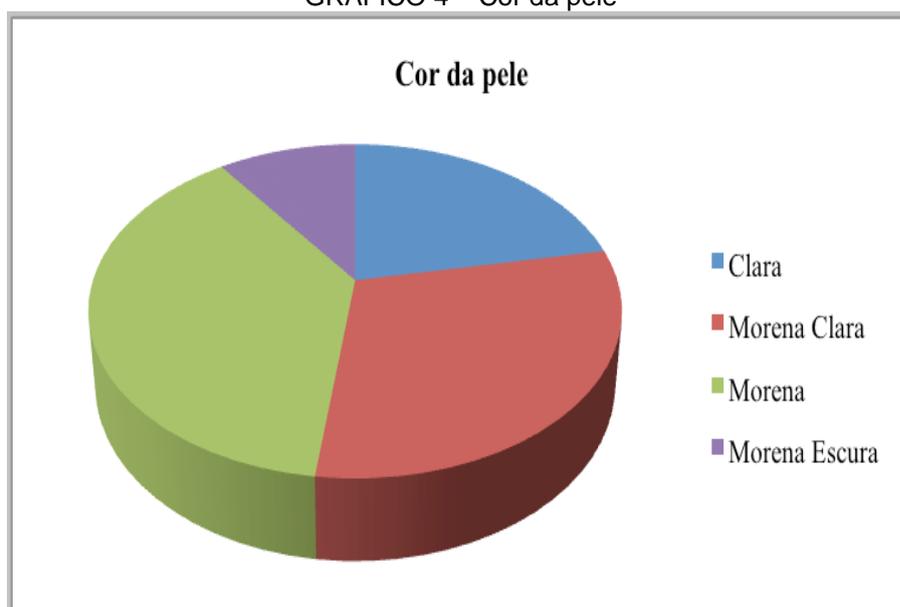
Fonte: VIOTTI, Julia. Antropologia das Moças Mineira (1933). Acervo do Memorial Helena Antipoff da Fundação Helena Antipoff/Ibirité.

GRÁFICO 3 – Cor de olhos



Fonte: VIOTTI, Julia. Antropologia das Moças Mineira (1933). Acervo do Memorial Helena Antipoff da Fundação Helena Antipoff/Ibirité.

GRÁFICO 4 – Cor da pele



Fonte: VIOTTI, Julia. Antropologia das Moças Mineira (1933). Acervo do Memorial Helena Antipoff da Fundação Helena Antipoff/Ibirité.

Pelo estudo de Viotti, a maior diversão das moças mineiras estava na prática de esporte, na audição musical, no empreendimento de viagens, passeios pelo campo e danças. Tinham declarada preferência pela vida no espaço urbano.²⁰⁹ Embora a pesquisa realizada pela autora tenha sido restrita às mulheres normalistas, pode ser tomada como uma amostragem das mulheres ligadas ao associativismo católico. Assim, podemos inferir que havia no associativismo um maior número de moças solteiras, o que permitia tempo para se dedicar aos trabalhos da assistência. As mulheres casadas, por sua vez, dispunham de uma organização familiar (empregadas domésticas, babás e professores particulares para seus filhos), o que lhes permitia dedicar à vida profissional, da casa e ainda se envolver na filantropia. Outro ponto a destacar era o gosto pela prática de esporte, viagens e a vivência no espaço urbano, assim como as possibilidades que esse espaço oferecia.

Como é possível visualizar no Anexo 1²¹⁰, todas as mulheres participavam de mais de uma associação católica. Comumente, as mais jovens pertenciam às Filhas de Maria e as senhoras participavam das Mães Cristãs, Damas da Caridade, Apostolado da Oração, dentre outras. A maior parte delas pertencia às paróquias de Lourdes e Boa Viagem. É interessante observar que as associadas moravam e pertenciam às paróquias das regiões mais nobres da cidade, enquanto seus projetos de assistência e instituições asilares eram erigidos em regiões mais distantes do centro. O que reforça nosso argumento

²⁰⁹ O livro apresenta um estudo antropométrico ainda mais sofisticado do que os dados apresentados aqui. Apresenta dados sobre alimentação, tamanho das narinas, espessura dos lábios, condições gerais de saúde, períodos menstruais e medidas do corpo em geral.

²¹⁰ Ver Anexo 1 na página 200.

de que o trabalho filantrópico desenvolvido por elas pretendia a ordenação social e o distanciamento dos hábitos das classes desfavorecidas.

As associadas tinham participação ativa nos grupos católicos e geralmente ocupavam cargos de gestão. Em suas trajetórias no associativismo, poucas participavam exclusivamente de associações devocionais. O maior contingente atuava em associações ativas ligadas basicamente à assistência no campo da educação e da saúde, o que lhe garantia grande circularidade na cidade e atividades no espaço público. Seguindo as características das entidades filantrópicas do início do século XX, as associadas trabalhavam junto aos beneficiados e tinham por objetivo não apenas ajudar com doações, mas também dar meios para que estes saíssem da situação de necessidade.²¹¹ Por isso, todos os projetos desenvolvidos por elas envolviam trabalhos de formação escolar e profissional para os assistidos.

Como podemos ver, essas mulheres trabalhavam na benfeitora de instituições que ajudaram a construir, com destaque para o Asilo Bom Pastor, Creche Menino Jesus, Vila dos Operários Tuberculosos, Orfanato Santo Antônio e Vila Santa Izabel. Elas estavam envolvidas em vários projetos de escolas e jardins paroquiais. Todas essas instituições visavam assistir os necessitados, especialmente as mulheres, crianças, operários e doentes. Por consequência, esses órgãos criaram noções de legislação social, pois reivindicavam no interior das associações proteção trabalhista aos operários doentes, como é o caso da Vila dos Operários Tuberculosos. Formaram uma lógica de proteção às mães e à infância ao criar instituições como a creche Menino Jesus, Bom Pastor e Orfanato Santo Antônio. Tratam-se também de ações de cunho humanitário, baseado em campanhas de combate à tuberculose, sífilis e lepra.

Além do trabalho dentro das instituições, as mulheres se colocavam à frente da organização de eventos culturais e congressos ligados à educação primária. É notável a preocupação desse grupo com a infância, a formação das crianças e cuidados com as mulheres operárias. Como salienta Mott, ao participarem da organização de instituições de ensino e saúde, as mulheres deixavam sua marca nos serviços prestados à população e também contribuíam para o desenvolvimento do conhecimento científico.²¹²

Esse grupo de mulheres assumiu como responsabilidade o papel de “mães da pátria”. Sentiam-se responsáveis pelo melhoramento da nação e cuidavam da infância, enquanto mães, professoras e enfermeiras. As leituras feitas por elas revelam essa

²¹¹ MOTT, Maria Lúcia. **Maternalismo, políticas públicas e benemerência no Brasil (1930-1945)**. Cadernos Pagu, Campinas-SP, Núcleo de Estudo de Gênero – Pagu/Unicamp n.16 p.199-234, 2001. p.212.

²¹² MOTT, Maria Lúcia. **Gênero, medicina e filantropia: Maria Rennote e as mulheres na construção da nação**. Cadernos Pagu, Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero Pagu/Unicamp n.24 p.41-67, jan./jun. 2005.

preocupação com a infância e o futuro da nação brasileira. No acervo da EECC nos deparamos com títulos como: a *Cartilha das Mães* (1930), Dr. Martinho da Rocha Jr.; *Como criar meu filhinho* (palestras com o doutor) (1940), 2ª Edição, Prof. Martagão Gesteira; *Noivos e Esposos – problemas do Matrimônio* (1948), 2ª Edição, Padre Álvaro Negromonte; *Do berço à escola* (1941), Mauricea Filho; *Moral nas suas relações com a medicina e a higiene*, 4 tomos, Doutor Georges Surbled; *Breviário das Mães e das Enfermidades* (noções de hygiene natal e infantil) (1930), W. Burke & A. Mayer.

Na biblioteca particular de Helena Antipoff²¹³, que conviveu de perto com esse grupo de mulheres, encontramos vários livros de biotipologia, desenvolvimento infantil e sobre a escola primária. Podemos destacar títulos como *A escola e a formação da mentalidade popular do Brasil*, de autoria de dr. Estevão Pinto e organizado por Lourenço Filho, *Guide pratique d' assistance, annuaires du musée social guides et documents*, por Henri Aubrun, *Assistência a Infância*, de Gustavo Lessa, *Assistência a menores*, de Saul de Gusmão, Imprensa Nacional do Rio de Janeiro de 1942, *Anales de Instruccion Primária do Uruguai*, 1944, *La vie affective et morale de l' enfant*, Madeleine L. Rambert Delachaux e Niestlé S., Paris. Tais leituras elucidam a prioridade do tema da infância, puericultura, educação, família, higiene e moral na ação das associadas católicas.

As associadas residiam em sua maioria nos bairros nobres de Belo Horizonte, especialmente no bairro de Lourdes. Destacamos aqui as famílias, Frazen de Lima, Borges da Costa, Santa Cecília, Brochado, Brandão, Pires e Albuquerque, Carneiro de Rezende, Proença, Sales, Viotti e Pádua²¹⁴. Observa-se também que seus pais, maridos e irmãos eram atuantes na educação e saúde em Minas Gerais - médicos, dentistas, farmacêuticos, advogados, engenheiros, industriais, grandes comerciantes, funcionários públicos, ourives e educadores. As associadas utilizavam desses meios para alcançar suas reivindicações. Sobre as condições socioeconômicas é preciso dizer que faziam parte da elite política mineira, havendo uma ampla convivência familiar no interior das associações católicas: eram primas, mães e filhas, tias e sobrinhas.

A proximidade das famílias não era apenas geográfica, pois existia um forte laço de amizade entre elas. Ofereciam inúmeros jantares, faziam passeios coletivos no Parque Municipal e na Praça da Liberdade. Naquela época os encontros nos parques possibilitavam

²¹³ Helena Antipoff não era católica, mas se aproximou do grupo, sobretudo a partir do momento que enfrentou resistência da Igreja Católica às suas pesquisas sobre o interesse infantil. Helena Antipoff reconhecia a forte influência da Igreja na educação em Minas Gerais e a necessidade de diálogo para realização de seus projetos. Assim estabeleceu vínculos e parcerias com os grupos e intelectuais católicos. Sobre isso ver: OLIVEIRA, Bernado Jefferson, VALENTE, Polyana Aparecida. Helena Antipoff and Álvaro Negromonte: a debate about the role of the catholic church in education in Brazil. In: **The Global Education Space and Academic Migrants: The legacy of the Russian-Brazilian psychologist Helena Antipoff (1892-1974) in Science, education and human rights (Latin America, Europe and Russia)**. , p. 174-181, Moscou: em cirílico, 2012.

²¹⁴ MARTINS, Beatriz Borges. **A vida é essa**. Belo Horizonte: B.B. Martins, 2000.

uma relativa privacidade da elite, pois, como mostra Letícia Julião, não se tem notícia de muitos eventos com participação popular nesses locais. Segundo a autora, havia uma sutil barreira que protegia a elite de imprevistos e contatos indesejáveis na rua.²¹⁵

Destaca Whirt que, além da convivência em parques, saraus e jantares, a vida de clube transformou-se no centro da recreação em família da elite de Belo Horizonte²¹⁶. Os clubes proliferaram nas primeiras décadas da capital, sendo agremiações literárias, artísticas, culturais, carnavalescas, recreativas e cívicas. Nesses locais, os frequentadores eram selecionados e o convívio era partilhado entre pares.

Conforme Julião, as famílias de elite belo-horizontina foram seduzidas pela rua. Reconheciam a necessidade de aderir aos passeios e divertimentos públicos. Rapazes elegantes e gentilíssimas senhoras circulavam pelas ruas e frequentavam os teatros, saraus, festas beneficentes e cinemas da cidade. Organizavam nos clubes festividades de carnaval e faziam piqueniques. Desde criança, essa elite brincava pelas ruas e quintais, participando dos eventos religiosos, como coroações e outros.²¹⁷

Para as mulheres, as associações de caridade, as agremiações literárias e as reuniões internas de jornais e revistas femininas também se configuravam em lugares de encontro e discussão das questões que diziam respeito ao bem comum e aos interesses do sexo feminino²¹⁸. Nesse universo plural e efervescente, as meninas desde pequenas liam clássicos da literatura, almanaques e revistas francesas. Falavam várias línguas e viajavam com frequência. Além disso, participavam fortemente na imprensa belo-horizontina, com a produção de artigos em jornais de grande circulação e revistas de educação. Havia nesse período muitas revistas e folhetins locais destinados ao público feminino.

Assim, estimuladas por uma intensa vida cultural nas instituições em que atuavam ou em outros espaços pelas cidades, como teatros e cinemas, essas mulheres organizavam eventos como peças de teatros e orquestras sinfônicas. Tais eventos tinham o objetivo de proporcionar entretenimento de qualidade e também levantar fundos para a filantropia. Como aponta Cynthia Greive, as variadas formas de expressão artísticas (canto, música, literatura e teatro) guardavam uma dimensão pedagógica formativa de educação

²¹⁵ JULIÃO, Letícia. Belo Horizonte: itinerários da cidade moderna (1891-1920) In: DUTRA, Eliana de Freitas; MELLO, Ciro Fávio Bandeira de. **BH: horizontes históricos**. p. 49-118. Belo Horizonte: C/Arte, 1996.

²¹⁶ WIRTH, John D. **O fiel da balança**: Minas Gerais na Federação Brasileira, 1889-1937. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p.134.

²¹⁷ JULIÃO, Letícia. Belo Horizonte: itinerários da cidade moderna (1891-1920) In: DUTRA, Eliana de Freitas; MELLO, Ciro Fávio Bandeira de. **BH: horizontes históricos**. Belo Horizonte: C/Arte, 1996

²¹⁸ MOTT, Maria Lúcia. **Maternalismo, políticas públicas e benemerência no Brasil (1930-1945)**. Cadernos Pagu, Campinas-SP, Núcleo de Estudo de Gênero – Pagu/Unicamp n.16 p.199-234, 2001.

dos sentidos. Através dessas manifestações, as agremiações comungavam padrões higiênicos, produção de civilidade, harmonia, ordem, beleza e de consciência pública.²¹⁹

Todos esses espaços eram ambientes seletivos e serviam de aproximação das famílias, permitindo o estreitamento dos vínculos de sociabilidade. Desse modo, era muito comum uma grande intimidade entre os indivíduos. Mas claro está que as mulheres e moças eram vigiadas em suas andanças pela cidade. Assim, além dos circuitos de eventos familiares e casas de amigas, podemos afirmar que a escola e a igreja foram os espaços por excelência da sociabilidade das mulheres mineiras. Convém lembrar que a convivência na Igreja ia além dos ritos católicos, se estendendo à organização de eventos, quermesses, festividades, reuniões e outras atividades.

Todas as associadas tiveram uma sólida formação escolar, entretanto, não se tem muitas informações sobre as instituições em que cursaram o ensino primário, mas certamente o fizeram em escolas católicas ou nas escolas públicas de grande renome e qualidade, das quais se destaca o grupo Escolar Barão do Rio Branco.²²⁰

No ensino secundário, parte das associadas estudou em colégios confessionais católicos, destacando-se os colégios Santa Maria e Sagrado Coração de Jesus, nas modalidades de internato ou externato. Outras cursaram o ensino secundário na Escola Normal Modelo. Um grupo significativo atuou como professora nas escolas em que se formou. Desse modo, o grande contingente de mulheres do associativismo católico era de normalista, talvez todas elas. Observamos que essas mulheres não eram apenas donas de casa, sendo que quase todas tinham uma carreira profissional e, dentre elas, um número significativo dedicava-se exclusivamente à sua profissão.²²¹

Mais tarde, algumas normalistas se formaram em enfermagem na EECC, algumas delas, como é o caso de Clotilde Machado, atuavam, quando normalistas, no serviço de enfermagem na Inspetoria Médica Escolar. O que denota a presença das questões relativas à higiene, saúde e puericultura na formação das mesmas. Nas escolas públicas de Belo Horizonte havia o Serviço de Inspetoria e Higiene Escolar, através do qual todo aluno da escola primária era examinado pelo médico e enfermeira escolar. É possível conjecturar que, antes da criação das escolas de enfermagem em Minas, eram as normalistas que assumiam esse papel. Por isso, muitas delas, mais tarde, optaram pela carreira de enfermeira.

²¹⁹ VEIGA, Cynthia Greive. Educação Estética para o povo. In: LOPES, Eliana Marta Teixeira, FÁRIA FILHO, Luciano Mendes, VEIGA, Cynthia Greive (orgs.). **500 anos de Educação**. 2ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2000 p. 399-422.

²²⁰ O grupo escolar Barão do Rio Branco, foi criado em 1906, frequentado preferencialmente pelos filhos da elite mineira.

²²¹ VIOTTI, Júlia. **Antropologia da Moça Mineira**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1933. p. 33.

Assim, certamente as escolas secundárias foram espaços fundamentais para a formação do laicato católico feminino, haja visto o maciço controle da Igreja Católica sobre o ensino secundário em Minas Gerais. No ano de 1920, havia apenas duas escolas normais oficiais e cinquenta escolas normais equiparadas sob o controle das congregações católicas, sobretudo de origem francesa. Essas escolas formavam mulheres com base nos valores cristãos, e elas, por sua vez, tornaram-se importantes instrumentos da Igreja Católica na vida pública. Mesmo as escolas oficiais do Estado estavam impregnadas dos símbolos do catolicismo, com professores pertencentes à militância católica e os santos e crucifixos espalhados pelos ambientes escolares, sendo o catolicismo a crença religiosa da maioria da população mineira. Por isso, advogamos que a Igreja católica teve um importante papel na formação do espírito moderno das mulheres mineiras.

Além disso, dentro desses espaços escolares, as mulheres compartilhavam valores, se organizavam em grêmios, associações, festas que de alguma maneira lhe renderam amizades, mas, sobretudo, uma capacidade administrativa, de organização de metas e formação de agendas pautadas nos interesses femininos.

3.1 Formação escolar

Como dito anteriormente, o ensino secundário foi por excelência o espaço de formação desse grupo de mulheres. Portanto, se faz necessário conhecer como se apresentavam as escolas secundárias nas quais elas se formaram. Por ser difícil tratar detidamente as variadas escolas secundárias no período, tomamos como amostra o Colégio Santa Maria, a Escola Normal Modelo e a Escola de Enfermagem Carlos Chagas. Interessante observar o intercâmbio que existia entre as alunas dessas instituições. Em várias reportagens de jornais que circulavam no período encontramos registros de eventos que envolviam as discentes das diferentes escolas, podemos citar os desfiles de 7 de setembro, campeonatos de vôlei e apresentações conjuntas nos eventos religiosos realizados na cidade. Esses intercâmbios permitiam a aproximação das moças e o estabelecimento de vínculos.

Como salienta Louro, as ocupações de enfermagem e magistério tomaram emprestadas as características femininas de cuidado, sensibilidade, amor e vigilância. Essas carreiras estavam carregadas da dupla marca do modelo religioso e da metáfora materna: dedicação, disponibilidades, humildade, submissão, abnegação e sacrifício.²²²

²²² LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORI, Mary. (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997. p. 452.

Ainda de acordo com Louro,

a fragilidade feminina, constituída pelo discurso religioso, médico, jurídico e educacional é também constituinte de sua proteção e tutela. A professora era “produzida”, então, em meio a aparentes paradoxos, já que ela devia ser ao mesmo tempo, dirigida e dirigente, profissional e mãe espiritual, disciplinada e disciplinadora.²²³

Esse paradoxo e esse conflito na formação das mulheres são apresentados por Virginia Mascarenhas²²⁴ e Georgina Fortina²²⁵ ao estudar o cotidiano das alunas da EECC. As autoras destacaram que o dia a dia no interior da escola dava-se como um espaço dinâmico, criativo, educativo e de socialização. Foram vários os significados compartilhados, valores, crenças e sensibilidades. As relações eram estabelecidas entre a harmonia e a resistência. Na perspectiva das autoras, apesar da rigidez dentro da EECC, as alunas de enfermagem driblavam as regras, seja pela rebeldia individual, seja pela defesa de seus interesses, via representantes de turma e através dos grêmios estudantis. Virginia Mascarenhas, em sua dissertação de mestrado, salienta ainda o espaço da EECC como um ambiente de vivência da diferença, do lúdico e da transgressão. Espaço de vivências marcado por comemorações e solenidades religiosas. Ao lado da rotina pesada de estudos e vigilância católica, as alunas tinham espaços para dançar, tocar, brincar e dialogar.

Um traço comum dessas três escolas era a arquitetura marcada pela monumentalidade. Fachadas planejadas e organizadas pelo discurso da higiene, salas amplas, bem arejadas, janelas grandes para circulação de ar e entrada dos raios solares. Escolas dotadas de espaços externos para prática de esportes, educação física e realização de momentos cívicos. De acordo com Louro, a própria arquitetura escolar constitui-se num programa que fala aos sujeitos sobre como agir. Acabava por instituir em sua materialidade um sistema de valores, como ordem, disciplina e vigilância.

Ainda segundo Louro, o espaço interno das escolas normais tinha uma organização plena de significados. Os corredores e salas, a capela, os crucifixos, as bandeiras e retratos de autoridades, os quadros de formatura ou busto das personalidades ilustres afirmavam ou ocultavam saberes, apontando valores e exemplos, sugerindo comportamentos. Assim, as escolas secundárias destinadas às mulheres eram marcadas por uma série de rituais, símbolos, doutrinas e normas.

²²³ Ibid., p. 454.

²²⁴ TEIXEIRA, Virginia Mascarenhas Nascimento. **O cotidiano da Escola de Enfermagem Carlos Chagas: entre luz e sombra.** Dissertação de Mestrado. Escola de Enfermagem. Universidade Federal de Minas Gerais, 2002.

²²⁵ SANTOS, Geralda Fortina dos. **Escola de Enfermagem Carlos Chagas (1933-1950): a Deus pela humanidade para o Brasil.** Tese de Doutorado. Faculdade de Educação. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2006.

3.1.1 Colégio Santa Maria

O Colégio Santa Maria, foi a primeira escola secundária de Belo Horizonte, criada em 1903, destinada ao público feminino. Sua criação foi fruto da articulação do ministro das relações exteriores do governo Afonso Pena com as Irmãs Dominicanas de Sévres, na França. O objetivo do colégio era atender a demanda das elites mineiras e evitar que as meninas de elite tivessem que se deslocar para outras localidades para estudar. Inicialmente a escola instalou-se no palacete do Dr. Antônio Olinto, próximo à basílica de Lourdes. Posteriormente foi transferida para o palacete do Conde de Santa Marinha, próximo à Estação Ferroviária Central. Finalmente, em 1909, estabeleceu-se em sede própria na Rua Jacuí, no bairro Floresta.

Beatriz Borges Martins relata o trajeto que as normalistas faziam de bonde pelo Floresta à caminho do colégio Santa Maria,

O bonde do Santa Maria era um sucesso na cidade. Saía da Floresta cedo, pela manhã, com uma irmã e uma empregada. (...) Hilda e eu o esperávamos na esquina da rua da Bahia com a Timbiras, onde entravam também Dulce, Célia e Nícia Baptista Ferreira, que moravam na Av. João Pinheiro. D. Ciduca tinha tanto cuidado com suas filhas, que mandava uma empregada levar-lhes as pastas para que não ficassem com as mãos grossas. (...) Por onde passava, o “bonde do Santa Maria” era esperado por vários rapazes e, por isso, as “fiscais” tinham trabalho: a irmã ia em pé, no primeiro banco, e a empregada, a Zezé. Também em pé, no último. Alguns desses rapazes, que já dirigiam, acompanhavam-no de carro e, quando chegávamos ao Colégio, as meninas maiores sempre tomavam “pitos”, pois eram consideradas as causadoras dos escândalos.”²²⁶

O relato de Beatriz Borges Martins deixa entrever que o trajeto de bonde que levava as normalistas à escola era, por si só, um grande evento. Por mais que houvesse a vigília das irmãs no vagão, as moças se divertiam e flertavam com os rapazes. Ainda nas palavras de Beatriz, o bonde não era apenas um meio de transporte, mas uma forma de “matar o tempo, apreciar o mundo ao redor e descobrir os territórios”.

A descrição de Martins evidencia que as futuras normalistas tinham a vida bem controlada por olhares alheios, entretanto, aproveitavam-se das pequenas liberdades alcançadas no cotidiano. O trajeto no bonde permitia acesso à cidade e tornava-se ambiente de encontros e diálogos entre as alunas.

Os uniformes das normalistas eram confeccionados com o objetivo de ensinar as moças um modo adequado de se portar. Eram uniformes sóbrios, avessos à moda, escondiam os corpos das jovens, tornando-os praticamente assexuados, para combinarem

²²⁶ MARTINS, Beatriz Borges. **A vida é essa**. Belo Horizonte: B.B. Martins, 2000. p. 74.

com a exigência de uma postura discreta e digna²²⁷. Sobre os trajes que compunham o uniforme do colégio Santa Maria, descreve Martins,

Os uniformes, todos feitos no próprio colégio, eram uns “marinheiros” bem bonitos: saia pregueada de sarja azul-marinho, blusa de mangas compridas de fustão branco, gola marinheiro do mesmo fustão, com uma âncora azul-marinho bordada em cada ponta. Na frente da blusa, havia um peitinho reto com as letras SM bordadas, também em azul-marinho. Usávamos nas idas e vindas de bonde, um gorro azul-marinho de marinheiro, com o nome do colégio – SANTA MARIA – gravado, em dourado, numa fita de gorgorão. Vivíamos cheias de penduricalhos, chamados de “cruzes” – de comportamento, de aplicação e outros. (...) Ainda, para o desespero de todas as alunas, havia uma avental de tricoline preta, de pala curta e camisolão pregueado, com um babado no lugar das mangas, que usávamos sobre o uniforme durante as aulas. No verão era um inferno usá-lo por cima de todas aquelas roupas, e na verdade, em qualquer época, não adiantava quase nada, pois o que mais sujava, no caso, eram os punhos e as mangas das blusas, que ficavam fora do avental. Finalmente, as meninas eram obrigadas a fazer uma trança grossa, atrás da cabeça, amarrada com uma fita preta.²²⁸

Desse modo, o uniforme escolar tinha o objetivo de proteger o corpo feminino, evidenciando o desejo de recato, elegância e pudor. O uniforme expressava tanto uma predisposição das alunas a pensar, sentir e agir de acordo com o ethos cristão católico, como um engendramento de formas de resistência e luta.²²⁹ No entanto observamos que, por mais que as alunas se vissem obrigadas a utilizá-lo, não se sentiam confortáveis com ele.

As alunas tinham uma rotina intensa de estudos. A maioria dos professores era de homens leigos e algumas professoras religiosas. Tinham aulas de desenho, pintura, costura, línguas, educação física, puericultura, religião, higiene, história e geografia. Tratava-se de uma educação bem refinada e diversificada. No Colégio Santa Maria, assim como outras escolas dirigidas por congregações religiosas femininas, as irmãs eram dotadas de bondade e caridade, atraíam a simpatia das elites, o que garantia com facilidade gabinetes de coleção, materiais e equipamentos para seus laboratórios. Captavam para seu corpo docente juizes de direito, juizes municipais, advogados e médicos²³⁰. O convívio com os professores dava-se dentro e fora das escolas.

Havia no interior das instituições escolares normais católicas uma preocupação sobre a formação das jovens para aquilo que acreditavam ser a maior missão da mulher, ou

²²⁷ LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORI, Mary. (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997. p. 452.

²²⁸ MARTINS, Beatriz Borges. **A vida é essa**. Belo Horizonte: B.B. Martins, 2000. p. 73.

²²⁹ CHARTIER, Roger. **Diferenças entre sexos e dominação simbólica** (nota crítica). Cadernos Pagu, Campinas, São Paulo, n. 4 p. 37-47, 1995.

²³⁰ *O Horizonte*, 28/3/1928 - Affonso dos Santos.

seja, ser mãe. Este objetivo estava presente no currículo escolar sobre noções de puericultura cristã. Por outro lado, essas escolas compreendiam também a necessidade de formar mulheres para o trabalho. Não por acaso, no ano de 1931 foi inaugurado no colégio Santa Maria um novo departamento, intitulado Escola Social Feminina, oferecendo três cursos, a saber: Curso Doméstico, destinado a ensinar a arte culinária, economia doméstica, costura e corte prático de chapéus, bordados, higiene, psicologia, noções de agricultura e jardinagem; Curso Comercial, com práticas de datilografia, stenografia, contabilidade, português, francês e italiano; e o Curso Literário e Artístico, destinado ao estudo de literaturas antigas e modernas, história da arte, pintura, desenho e artes decorativas.²³¹

Desse modo, a Criação da Escola Social Feminina evidencia o desejo de formar boas donas de casas e boas mães, mas, sobretudo, formar mulheres bem instruídas e com domínio sobre os conhecimentos de higiene. Ao que tudo indica, os conteúdos presentes nos currículos foram os norteadores dos projetos sociais desenvolvidos pelas associadas católicas. Outro ponto a se considerar é que, embora houvesse o discurso da maternidade como missão mais importante da mulher, na prática, a existência de três cursos distintos na Escola Social Feminina indica que nem todas as mulheres eram mães de família, sendo que algumas dividiam essa missão com outras tarefas. Desse modo, a escola devia preparar e formar mulheres para variadas funções dentro da sociedade.

No próprio espaço da escola, as alunas participavam das associações católicas. As reuniões das Filhas de Maria, por exemplo, aconteciam no colégio. Muitas alunas, inclusive, faziam parte da agremiação. Essas práticas estavam associadas à intenção de expandir a ideia de caridade nas jovens.²³² No bojo das discussões sobre a caridade, as alunas entravam em contato com os problemas sociais, começavam a pensar alternativas para amenizar tais problemas e se engajavam na ação social católica como um ambiente de formação de elite e valores religiosos.

3.1.2 Escola Normal Modelo

A Escola Normal de Belo Horizonte nasceu da Reforma Educacional João Pinheiro, no ano de 1906. A Escola foi idealizada para atender as moças da alta sociedade. Inicialmente funcionava na rua Timbiras, no bairro Funcionários. Em 1909 foi transferida para a Rua Pernambuco, sua sede definitiva.

²³¹ *O Horizonte*, 31/01/ 1931 e 04/02/1931 .

²³² LAGE, Ana Cristina Pereira. Conexões Vicentinas: Educação Confessional Feminina no século XIX. In: JINZENJI, Monica Yumi; MORENO, Andrea (orgs). **História da Educação**: sujeitos da educação: intelectuais, professores, crianças e família. Vol. 1 Jundiá: Paco Editorial, 2014.

As alunas eram distinguidas pelos uniformes de saias em cor azul e blusas brancas, sapatos pretos e meias brancas. Conta Santos que, “era um verdadeiro desfile das meninas de azul e branco que inspirou até uma música bem conhecida naquele tempo: “vestia de azul e branco, trazendo um sorriso franco num rostinho encantador, etc”, de autoria do então famoso jornalista David Nasser, da revista *O Cruzeiro*, para se referir às normalistas.²³³

A escola contava com professores renomados e era respeitada e reconhecida no meio estudantil. A primeira turma estabeleceu-se em 15 de janeiro de 1907, sob a direção de Artur Joviano (Português), Aurélio Pires (Francês), Francisco de Magalhães Gomes (Ciências Físicas e Química), Egídio Soares (Matemática), Branca de Carvalho Vasconcelos (Música), Cecília de Santa Cecília²³⁴ (Trabalhos Manuais) e Cipriano de Carvalho (História e Geografia). Cumpre ressaltar que, apesar de ser uma escola pública não confessional, a maior parte do corpo docente era atuante na militância católica.

Em 1928, com a Reforma Educacional Francisco Campos, o curso normal foi dividido em três etapas: o curso de Adaptação, com duração de dois anos; o curso Preparatório, de três anos; e o curso de Aplicação, de dois anos. Nesse último, estudavam psicologia, história da educação, biologia e higiene, estabelecendo então a prática profissional.

Conta Santos que as aulas de Puericultura eram ministradas por um médico pediatra. A aula final acontecia na Maternidade Hilda Brandão. Uma das atividades desenvolvidas na aula prática era dar banho nos recém-nascidos. Nessa aula, as alunas eram auxiliadas pelas enfermeiras do hospital.²³⁵

As normalistas da Escola Normal Modelo também tinham aulas de música, com um programa elaborado pela professora Branca Vasconcellos, importante membro da militância católica e atuante na CCF pela comissão Escolas. Dentro da Escola Normal havia um museu de história natural onde eram ministradas as aulas de ciências. As salas de geografia constituíam-se em “salas/museus”, com materiais como globos terrestres e projeções. Não só os conteúdos, mas também a forma como eram ministradas as aulas proporcionava um repertório bem variado de experiências às alunas. Além disso, a Escola Normal Modelo contava com vários grêmios literários e estudantis, que de alguma forma dotava as alunas de uma capacidade de gerência e trabalhos em coletividade.

²³³ SANTOS, Edelweiss de Paiva. **Instituto de Educação de Minas Gerais**: pequena biografia de uma grande história. Belo Horizonte: Mazza Edições Ltda., 2011.

²³⁴ Tudo indica que Cecília de Santa Cecília era mãe de Alexandrina de Santa Cecília, que, inclusive, posteriormente, assume a cadeira de Trabalhos Manuais.

²³⁵ SANTOS, Edelweiss de Paiva. **Instituto de Educação de Minas Gerais**: pequena biografia de uma grande história. Belo Horizonte: Mazza Edições Ltda., 2011.

3.1.3 Escola de Enfermagem Carlos Chagas (EECC)

O internato se localizava nas proximidades da Rua de Chumbo, 601, no bairro da Serra. Além do espaço, localizado na Rua Estevão Pinto, a Casa Amarela na época era sede e gerência do internato da EECC. A instalação da escola na modalidade externato tinha sede administrativa em salas do Hospital São Vicente de Paulo, cedidas pelo diretor da Faculdade de Medicina, Professor Alfredo Balena, e pelas irmãs vicentinas.

Na concepção da diretora da EECC, o objetivo era formar enfermeiras e despertar um espírito de serviço, uma cultura intelectual geral e um arsenal técnico específico da enfermagem. Prepará-las para os desafios e sacrifícios que a profissão exigia. Uma profissão a serviço de Deus, da Pátria e da Humanidade.²³⁶ A enfermeira foi considerada, por parte da intelectualidade médica, um dos principais agentes que iria desempenhar, perante a população, o papel de guardiã devotada e educadora sanitária, ensinando como formar, criar e educar para a pátria e para Deus, homens sadios e íntegros de corpo e alma. A enfermeira era a representação da mulher como educadora e saneadora.

Nos periódicos²³⁷ que circulavam no interior da escola é possível identificar as prioridades da formação das futuras enfermeiras, sem dúvida a infância e a maternidade era o grande caso. Nos vários números da revista *A enfermagem em Minas*, encontramos artigos de médicos e intelectuais católicos discutindo sobre alimentação infantil, visitas nos lactários de Belo Horizonte e as relações entre a enfermagem e a educação. Além disso, era muito recorrente assuntos ligados à educação física, saúde pública e cuidados com a lepra, sobretudo na infância.

3.2 Maria Luiza de Almeida Cunha: o paradoxo entre o conservadorismo católico e suas práticas de vanguarda

Maria Luiza de Almeida Cunha é uma figura presente na pesquisa desde o mestrado. Seus textos e o pouco que conhecemos sobre a sua trajetória indicavam que era uma mulher importante para a educação em Minas Gerais e, sobretudo, uma mulher moderna, sofisticada e de intensa vida pública. Entretanto, as informações sobre ela eram

²³⁶ SANTOS, GERALDA FORTINA DOS. **Escola de Enfermagem Carlos Chagas (1933-1950): a Deus pela humanidade para o Brasil.** Tese de Doutorado. Faculdade de Educação. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2006. p. 159.

²³⁷ Revista *A Enfermagem em Minas Gerais* e jornal *Cinco p'ras dez*.

esparsas e pouco exploradas pela literatura sobre o tema, sendo ela comumente rotulada como educadora católica e conservadora, avessa ao movimento da Escola Nova.

No presente trabalho, esbarramos novamente na figura de Maria Luiza de Almeida Cunha. No começo a deixamos de lado, devido à miopia causada por esse transitar no tempo, um pouco por aceitar o que a literatura diz sobre ela, e muito por exigir desse personagem uma modernidade do tempo presente e não a modernidade na qual ela estava inserida. Quando nos demos conta desses equívocos, nos lançamos ao desafio de ir ao encontro de Maria Luiza de Almeida Cunha no tempo e no espaço em que viveu. Para isso tivemos que negligenciar muitas informações já estabelecidas sobre ela e buscar pistas que permitissem outra construção de sua imagem.

Vasculhamos os jornais e revistas que circulavam no período, materiais produzidos pelo associativismo católico, até finalmente chegar à sua família. Através do Projeto de Memória e História Oral²³⁸ sobre educadores mineiros, disponível no acervo da Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais, encontramos a entrevista da filha de Maria Luiza de Almeida Cunha, que inclusive recebeu o mesmo nome da mãe e, assim como ela, atuou como educadora.

Logo no início da entrevista, a filha fala rapidamente da importância da mãe para a educação em Minas Gerais e pontua algumas questões sobre a trajetória dela. O que mais nos intrigou foi o fato de Maria Luiza Almeida Cunha ter sido criada pelas irmãs Jacobina Lacombe, uma família tradicional do Rio de Janeiro, proprietária de um colégio católico importante no período, o Colégio Jacobina.

De modo geral, a entrevista serviu para tornar maior nosso interesse e confirmar as suspeitas de que Maria Luiza de Almeida Cunha havia sido uma mulher importante na sociedade belo-horizontina nas primeiras décadas do século XX, e que essa importância ia muito além da militância católica. Depois disso, outra filha de Maria Luiza foi localizada, dona Madalena, que gentilmente nos recebeu em sua casa, conversou conosco e nos cedeu materiais fundamentais para a escrita desse trabalho. Destacamos o empréstimo do livro *O presente das coisas passadas*, que é uma coletânea de textos produzidos pelos familiares, que conta a história da família Almeida Cunha.

Claro está que é possível visualizar a figura de uma mulher católica, sim, mas acima de tudo uma mulher de apurada educação, dinâmica e moderna e importante membro da Ação Social Católica em Belo Horizonte, sobretudo no campo da educação. Maria Luiza acreditava que a escola formaria um novo homem, moderno, saudável, honesto e trabalhador. Para ela, essa formação só teria êxito em conexão com o ensino religioso.

²³⁸ Projeto de História Oral “Depoimentos orais sobre a educação em Minas Gerais: ampliando a memória oficial”. Faz parte do acervo do Centro de Referência do Professor, órgão da Secretaria e Educação de Minas Gerais.

3.2.1 A vida antes de Belo Horizonte

Maria Luiza de Almeida Cunha nasceu em 19 de agosto de 1895, na cidade de Barra Mansa, no Rio de Janeiro. Filha de Maria Campos de Aguiar Neves (Marieta) e do comerciante José da Rocha Neves. Teve dois irmãos, Luiz e Cecília. O pai de Maria Luiza era comerciante, uma espécie de caixeiro viajante, e em uma de suas viagens não voltou para casa, sendo dado como morto pela família. Por esse motivo, se vendo obrigada a trabalhar para cuidar dos filhos, Marieta, mãe de Maria Luiza, foi morar na casa dos pais.

Depois de um tempo (não foi possível precisar a data), seus avós maternos foram morar na cidade do Rio de Janeiro. Na ocasião, tornaram-se vizinhos da família Jacobina Lacombe. Na época, as irmãs Isabel e Chiquinha Jacobina decidiram criar uma escola para educar suas filhas. Isabel tinha uma filha na idade de Maria Luiza e pediu aos seus avós que a deixassem estudar no colégio. Maria Luiza tinha entre 6 e 7 anos. Tendo sido autorizada, ela e mais 5 meninas foram as primeiras alunas do colégio.

A escola estava localizada na Rua Almirante Tamandaré, no bairro do Flamengo, uma rua grande e larga, que abrigava poucos moradores, de modo que todos se conheciam. Com o tempo a escola cresceu e passou a atender os filhos dos moradores dos arredores e rapidamente tornou-se um importante colégio no cenário educacional carioca, quiçá brasileiro, frequentado por um público diverso, oriundo de vários lugares da cidade do Rio e de grande aceitação pela elite.

No projeto do colégio estava presente a busca de despertar nas alunas o amor e a caridade, a sinceridade, a pureza, o ato de ser mãe e educadora, propondo uma educação renovadora, mas embasada nos preceitos católicos.²³⁹ As idealizadoras da instituição, as irmãs Isabel e Chiquinha, procuraram aplicar no colégio a experiência educacional vivenciada por elas. Isabel estudou no Colégio Progresso, fundado no Rio de Janeiro em 1887, por uma professora americana e protestante. O colégio era destinado ao público feminino e foi uma das primeiras instituições a utilizar as concepções educacionais americanas no Brasil. Chiquinha, por sua vez, teve uma orientação educacional francesa.

Essa preocupação com a educação foi herdada de seu pai, D. Antônio Jacobina. Em uma carta enviada a Isabel Jacobina, no ano de 1889, D. Antônio manifesta sua compreensão sobre o que considerava uma condição adequada para mulher,

Se conheces o que não podes fazer, deves compreender como é triste a condição da mulher a quem Deus deu inteligência igual a do homem, mas,

²³⁹ ALVES, Luciana Pazzito. **O curso Jacobina**: uma experiência de modernização em uma instituição católica (anos 1920 e 1930). Faculdade de Educação. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1997.

que um sistema acanhado de educação esteve a ponto de não conhecer seus próprios interesses aguardando o marido, podendo firmar-lhe o passo e discernir o verdadeiro caminho. Vês, pois que a mulher se ocupando de futilidades perde sua importância como membro da sociedade, para só forma-se um objeto de divertimento para ricos e (?) para os remediados se a mulher pudesse ser o braço direito do marido, assegurava-o seu futuro e o da sua família. Mas isso é inútil pregar: a moda e a falta de senso têm mais valor.²⁴⁰

Como podemos ver, as filhas Lacombe foram educadas para não serem mulheres fúteis e submissas ao marido. Ao contrário, foram incentivadas a crescerem intelectualmente, formarem uma boa família e atuarem na sociedade. Certamente criaram a escola para que suas filhas tivessem uma educação dentro desses moldes. Podemos ressaltar isso como uma novidade, pois no período a educação feminina baseava-se quase exclusivamente na formação de boas mães, esposas e donas de casa.

Conta Maria Amélia, que na casa dos Lacombe, Maria Luiza conviveu com três diferentes gerações de mulheres. Era um meio bastante culto e lá se organizavam saraus literários sofisticados. Além das mulheres, a casa era habitada por homens ligados à política e à literatura. O “tio Américo”, por exemplo, foi diretor da Casa Ruy Barbosa e membro da Academia Brasileira de Letras²⁴¹. É nesse ambiente que Maria Luiza de Almeida Cunha se formou. Inclusive, supomos que o entendimento do papel da mulher para ela, sua formação católica e o espírito caridoso são frutos da educação recebida no colégio e da convivência com a família Jacobina Lacombe.

²⁴⁰ LACOMBE 1962 *apud*. PRAZERES, Talitha dos. **As minhas meninas**: um estudo sobre os discursos se Laura Jacobina Lacombe dirigido à alunas. Artigo Apresentando nos Anais do Congresso da Sociedade Brasileira de História da Educação. p. 65.

²⁴¹ ALMEIDA CUNHA, Maria Amélia. **O presente das coisas passadas**. Coletânea de Textos: Família Almeida Cunha. Belo Horizonte, 2015. p. 05.

FIGURA 2– Maria Luiza de Almeida Cunha, Isabel Lacombe e Roberto de Almeida Cunha (s/d).



Fonte: Arquivo Pessoal da Família Almeida Cunha

Pouco tempo depois, os avós de Maria Luiza decidem voltar para Barra Mansa. Isabel Lacombe Jacobina pediu à família que deixasse Maria Luiza sobre os cuidados dela. Segundo relatos da família, Isabel julgava Maria Luiza uma menina muito talentosa e seria um desperdício de seu talento se ela voltasse para o interior. Assim, Maria Luiza ficou no Rio de Janeiro e foi criada como uma filha por Isabel. Ela fez todo o curso de Humanidades no Colégio Jacobina, durante o qual teve aulas com professores renomados como João Kopke, José Oiticica e Alberto Nepomuceno. Após se formar, atuou como professora e se preparava para ser diretora do colégio. No entanto, Maria Luiza não chegou a assumir a direção da escola. Seu irmão, Luiz, estava com tuberculose e, em decorrência do problema de saúde do irmão, Maria Luiza, aos 21 anos, juntamente com sua avó Marieta, mudou-se para Belo Horizonte, para que Luiz tivesse condições mais adequadas de tratamento.²⁴²

²⁴² Como vimos no capítulo anterior, Belo Horizonte recebia muitas pessoas acometidas por doenças pulmonares, atraídas pelo clima de montanhas favorável ao tratamento.

3.2.2 Maria Luiza e a vida em Belo Horizonte

Com a vinda de Maria Luiza para Belo Horizonte, quem assumiu a direção da escola foi Laura Jacobina Lacombe, irmã de criação da Maria Luiza. Laura atuou como vice-diretora do colégio e assumiu a direção entre os anos 1935 a 1980. Laura Jacobina participou ativamente de encontros e assembleias voltados para educação. Foi membro da Associação Brasileira de Educação (ABE)²⁴³ e da Organização Mundial para Educação Pré-Escolar (OMEP), onde foi presidente entre 1955 e 1980. Fez viagens pela Europa e Estados Unidos, interagindo com os conteúdos da Escola Nova. Escreveu vários livros com os temas: música, religião e educação.

Na vinda a Belo Horizonte, Maria Luiza foi recomendada por Isabel Lacombe a procurar as famílias Monteiro e Borges da Costa. Famílias com as quais estabeleceu uma sólida amizade. Inclusive, ela ficou instalada por um tempo na casa dos Borges da Costa. O lastro de amizade durou por toda vida e gerou laços de compadrios entre as famílias. O médico Eduardo Borges da Costa indicou que Luiz se tratasse com o médico Roberto de Almeida Cunha, com quem Maria Luiza se casou algum tempo depois.

Roberto de Almeida Cunha era oriundo de uma família tradicional de São João Del Rey. Formou-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, por volta de 1912 e trabalhou com Oswaldo Cruz no Instituto Manguinhos na campanha contra a febre amarela. O médico decidiu fazer carreira em Belo Horizonte em virtude de sua saúde, alguns falam em gripe espanhola, outros em tuberculose. O primeiro trabalho de Roberto de Almeida Cunha na capital mineira foi no Posto Veterinário da cidade, onde atuou ao lado do dr. Henrique Marques Lisboa. Foi catedrático de microbiologia na Faculdade de Medicina de Belo Horizonte e na Escola de Odontologia e Farmácia. Na Faculdade de Medicina e Farmácia, além de professor, foi diretor por duas vezes consecutivas. Fundou, em sociedade com o professor Carlos Chagas, o primeiro laboratório de análises clínicas de Belo Horizonte, Laboratório Veritas. O laboratório foi anunciado em todas as edições do jornal *O Horizonte*. No laboratório eram realizadas análises de urina, fezes, suco gástrico, sangue e cefalorraquidiano. O laboratório realizava também exames bacteriológicos, histopatológicos e aplicação de vacinas.

Além disso, Roberto de Almeida Cunha teve importante papel na militância católica. Era vicentino e aos domingos de manhã visitava doentes e fazia doação de alimentos. Como mostra Marques, ser caridoso e católico eram atributos importante para os

²⁴³ Na primeira Conferência Nacional de Educação organizada pela ABE, Laura Jacobina Lacombe apresentou as seguintes teses: Comunicação sobre o Bureau International D'Education e a Educação e a Paz.

médicos mineiros nas primeiras décadas do século XX, pois contribuía para estabelecer a confiança entre médicos e pacientes. Roberto de Almeida Cunha também atuou como membro do corpo editorial dos jornais católicos, *O Horizonte* e *O Diário*.

O casamento de Roberto e Maria Luiza ocorreu no ano de 1919, no Rio de Janeiro, na velha Igreja de Nossa Senhora da Lampadosa. A cerimônia foi celebrada pelo capelão Monsenhor José Antônio Gonçalves Rezende. A festa de casamento aconteceu na Confeitaria Colombo, com cerca de 200 convidados. O enxoval e a festa de casamento foram organizados por Isabel Lacombe.

O casal Almeida Cunha teve 13 filhos, sendo 4 homens e 9 mulheres. Pelo número de filhos vemos que Maria Luiza seguia os preceitos da vida cristã e não evitava a gravidez, formando uma grande e tradicional família católica. No livro de memórias elaborado pela família, os filhos contam que Maria Luiza tinha uma rotina intensa. Ficava muito tempo fora de casa, envolvida com o trabalho e, mesmo assim, “todo ano voltava com cheirinho de bebê da maternidade Hilda Brandão”. O marido e a filha mais velha ajudavam a cuidar das crianças. Diferentemente das mulheres da época, Maria Luiza não sabia costurar nem bordar.

FIGURA 3 – Maria Luiza com o marido e seus filhos (s/d)



Fonte: Arquivo Pessoal da Família Almeida Cunha.

FIGURA 4 – Maria Luiza com o marido e seus filhos (s/d)



Fonte: Arquivo Pessoal da Família Almeida Cunha.

Maria Luiza preocupava-se em refinar o repertório cultural dos filhos com atividades variadas, como aulas de francês e inglês. Preparavam momentos recitativos, canções e teatro em casa. Além de saraus de literatura organizados pela professora e poetisa Carmem de Mello, criavam clubes, jornais e gibis. Os filhos também eram incentivados a participar da ação católica.²⁴⁴

A família morou em dois endereços diferentes na cidade. Primeiro na Rua Maranhão e depois, no ano de 1928, a família mudou para a casa da Avenida Bias Fortes (naquele tempo, Cristovam Colombo). A segunda casa foi construída aos poucos e ficou conhecida pelo intenso fluxo de pessoas que passavam por lá e por ter uma capela (um oratório privado), autorizada pelo padre Eugenio Pacelli (Pio XII), onde se celebravam missas quase todos os dias.

Vejamos a descrição da casa “Bias Forte” por José Carlos, filho de Maria Luiza,

Realizada parte por parte, montada peça por peça, como um objeto de carinho para guardar na lembrança! O acesso pelo endereço das Bias Fortes começava com uma escada que virava para a esquerda com ângulo reto: os dois lances de cinco degraus. Uma passarela, logo mais três degraus e um pequeno descanso no banco encostado no muro coberto de hera, com a pintura dos carregadores de uma liteira, para que os nobres

²⁴⁴ ALMEIDA CUNHA, **O presente das coisas passadas**. Coletânea de Textos: Família Almeida Cunha. Belo Horizonte, 2015 p.22

visitantes não se fatigassem. Mais dois degraus à esquerda, continua a subida por uma rampa suave, que terminava subindo com mais degraus. Outra base para repouso, esta com uma gravura portuguesa, também pintada em azulejos azuis, como as outras. Para não perder o impulso, ainda seis degraus, a escolha: um lance curvo para a esquerda e outro igual, em curva para a direita. Depois desta subida toda, chegava-se ao adro com piso de tijolos, na frente da bonita mansão, mais quatro degraus amplos e o prêmio da varanda de entrada: porta com duas partes, pintada de azul, que se abria, para o hall de recepção. Duas gravuras nas paredes, também pintadas sobre azuleijos uma com a figura de um vendedor ambulante com seu cavalo carregando mercadorias e, de outro, a fachada de uma casa, da qual se dizia ser a mais antiga de São João de Rey.(...) A casa era muito grande. Com mais de trinta cômodos, tinha sido construída por partes, na medida em que a família crescia. Depois do último acréscimo, ficou com dois mil metros de área coberta e trinta e tantos cômodos. (...) Lá pelos idos de 1943 a casa foi preparada para receber os hóspedes que viriam para a celebração das bodas de pratas, que aconteceu em 1944. Naquele ano começou a construção do anexo a que chamamos de “Austrália”, apelido inventado por Maria Eugenia, porque ficava “do outro lado do mundo”. O anexo tinha um quarto de banho completo, dois pequenos quartos e um grande no extremo de um corredor comprido. (...) O anexo foi feito sobre os quartos dos empregados e da lavanderia, que ficavam no fundo da horta, separando o galinheiro da parte em que ficavam os canteiros.²⁴⁵

FIGURA 5 – A casa da família Almeida Cunha (s/d)



Fonte: Arquivo Pessoal da Família Almeida Cunha.

Pela descrição de José Carlos, observa-se que era uma casa grande, marcada pela tradição e elementos religiosos. Era também uma casa de encontros, trocas e de muita circularidade. Além dos parentes, a casa recebeu vários hóspedes ilustres, tais como Pio XII, Dom Hélder Câmara, D. Leme e D. Cabral. Este último, inclusive, ceava com a família

²⁴⁵ Ibid., p. 34

todo dia 26 de dezembro. Conta Madalena que durante o 2º Congresso Catequético Nacional, realizado em Belo Horizonte, a casa ficou completamente movimentada, vários lanches e jantares foram realizados no local, que serviu como um importante ponto de encontro do Congresso.

Maria Luiza de Almeida Cunha tornou-se uma mulher conhecida e estimada na cidade e tinha um enorme ciclo de amizade. Ela tinha ao seu redor uma rede de pessoas influentes no meio político, social, educacional e religioso e ela soube acionar essa rede para desenvolver seus projetos.

3.2.3 Maria Luiza e sua vida profissional em Belo Horizonte

Maria Luiza de Almeida Cunha atuou amplamente no campo da educação em Belo Horizonte. Em 1927, em ocasião da Reforma Educacional Francisco Campos, foi indicada para trabalhar na Inspeção de Educação. Tudo leva a crer que a Inspeção Pública foi o primeiro trabalho oficial de Maria Luiza na capital mineira. No entanto, desde a sua chegada à cidade, ficou aproximadamente oito anos trabalhando em casa e dedicando-se à militância católica nas associações leigas. Nesse período produziu muitos artigos para a imprensa local, especialmente no jornal *O Horizonte* e na *Revista do Ensino*, conforme demonstra tabela abaixo.

TABELA 44 – Lista de artigos produzidos por Maria Luiza de Almeida Cunha

1	PERIÓDICO	TÍTULO DO ARTIGO	MÊS/ANO
2	Revista do Ensino	Impressões sobre o método de ensinar	01/1926
3	Revista do Ensino	O trabalho inteligente do mestre	02/1926
4	Revista do Ensino	Os exercícios de observação	03/1926
5	Revista do Ensino	Como avaliar	04/1926
6	Revista do Ensino	Os exercícios da memória	06/1926
7	Revista do Ensino	Educação da vontade	07-08/1926
8	Revista do Ensino	Disciplina Escolar	10/1926
9	Revista do Ensino	As tendências atuais do ensino primário	12/1926
10	Revista do Ensino	Primeiros Frutos (análise sobre os efeitos da Reforma Francisco Campos)	01/1929
11	Revista do Ensino	Testes/ Que testar?	08/1930
12	Revista do Ensino	O problema da Inspeção e a educação nova	07-08-09/1931
13	Revista do Ensino	Comentário geral sobre os relatórios referentes a homogeneização das classes escolares	04-05-06/1932
14	Revista do Ensino	Test Prime (teste de inteligência, elaborado em coautoria com Helena Antipoff)	07-08-09/1932
15	Revista do Ensino	A vida de Jesus e o ensino de catecismo	15/10/1932
16	Revista do Ensino	A vida de Jesus e o ensino de catecismo (continuação)	01/11/1932
17	Revista do Ensino	A vida de Jesus e o ensino de catecismo (conclusão)	15/11/1932
18	Revista do Ensino	O conceito cristão de educação (tradução da Femme)	15/09/1933

19	Revista do Ensino	Caderno de preparo de lições	09/1935
20	Revista do Ensino	A influência da religião na educação da criança e Programa do Ensino de Religião no ensino primário	12/1935
21	Revista A enfermagem em Minas	As mães	Ano I – nº III Nov./Dez. 1937
22	Revista A enfermagem em Minas	O casamento	Ano I – nº IV Jan./Fev. 1938
23	<i>O Horizonte</i>	A Reforma do Ensino Primário	5/11/1927
24	<i>O Horizonte</i>	Congresso de Educação da Academia Brasileira de Educação	3/12/1927
25	<i>O Horizonte</i>	Pela educação integral	28/12/1927
26	<i>O Horizonte</i>	A unidade nacional pela cultura moral. A educação religiosa como meio de nacionalizar a infância	28/01/1928
27	<i>O Horizonte</i>	O ensino religioso	25/2/1928
28	<i>O Horizonte</i>	Sobre o ensino religioso no Brasil	23/5/1928
29	<i>O Horizonte</i>	Pela educação nacional	18/07/1928

Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos de revistas e jornais que circularam no período de estudo.

Pela Reforma Francisco Campos, o serviço de Inspetoria Geral da Instrução Pública era dividido em Inspetoria Técnica, Educação Física e Assistência Médica e Odontológica. Os assistentes técnicos da inspetoria deveriam ser escolhidos, de preferência, entre os membros do magistério público pelas notas de merecimento registradas na Secretaria do Interior, acompanhado da obrigatoriedade do diploma da Escola de Aperfeiçoamento. Enquanto não houvesse pessoas diplomadas pela escola, os assistentes eram nomeados via concurso ou indicação. Os inspetores técnicos tinham uma lista imensa de atribuições e desempenhavam um papel importante na modernização do ensino primário em Minas Gerais. Dentre as atribuições estavam:

- visitar as escolas públicas e particulares, concedendo instruções para melhor desenvolvimento dos programas;
- inspecionar classes e proceder crítica a aula assistida, sugerindo modificações aos métodos, processos e orientações do ensino, visando torná-lo mais eficiente;
- organizar conferências;
- produzir dados de estatística escolar;
- elaborar testes;
- produzir relatórios periódicos e remetê-los à Inspetoria Geral.
- estudar e ensaiar os estudos clássicos com as temáticas Escola Livre, Escola Ativa, Métodos de Decroly, Dalton, Plane e outros.²⁴⁶

O serviço de inspeção era importante para a concretização das metas da Reforma Educacional proposta por Francisco Campos. Quem assumia o cargo devia gozar de ampla experiência e de grande representatividade no meio educacional mineiro. Além disso, assumir a função de inspetora naquele momento era algo muito representativo para

²⁴⁶ Minas Gerais 20/10/1927 - Regulamento do Ensino Primário em Minas Gerais p. 5.

uma mulher, pois geralmente eram os homens que dirigiam e faziam a inspeção escolar. Às mulheres cabia o espaço da sala de aula.²⁴⁷

Como Inspetora do Ensino, Maria Luiza foi indicada a trabalhar com Helena Antipoff no laboratório de Psicologia da Escola de Aperfeiçoamento. Das razões da indicação podemos citar o fato de Maria Luiza possuir fluência em língua francesa, atuando como intérprete e tradutora de Helena Antipoff, a experiência e o conhecimento que possuía no campo da pedagogia moderna e a experiência adquirida nos longos anos que lecionou no Colégio Jacobina e nas leituras empreendidas por ela.

Helena Antipoff era psicóloga e educadora e estava na vanguarda de um grupo de pioneiros educacionais de Genebra. No final dos anos 1920 recebeu a proposta de contrato de trabalho, pelo então presidente Antônio Carlos de Andrada, para lecionar na Escola de Aperfeiçoamento, em Belo Horizonte. A Escola de Aperfeiçoamento estava no bojo das transformações educacionais propostas na Reforma Educacional Francisco Campos, redigida no ano de 1927²⁴⁸. O objetivo da Escola de Aperfeiçoamento era formar uma elite pedagógica e cientificamente preparada nos termos mais modernos do conhecimento educacional do período. Os profissionais ali formados eram colocados nos postos chaves da estrutura do ensino primário mineiro.²⁴⁹

Juntas, Helena Antipoff e Maria Luiza, no ano de 1932, criaram o modelo de teste de inteligência conhecido como *test prime*. O teste procurava levantar informações sobre ideais e interesses, desenvolvimento mental das crianças mineiras e a organização das escolas locais. Para Maria Luiza, os testes permitiam aferir a inteligência global, as aptidões físicas e psicológicas das crianças e, por consequência, orientava a organização das classes e o controle de promoções.²⁵⁰

O resultado do teste, inclusive, gerou uma controvérsia entre os católicos que ficou conhecida como “a desavença entre Helena Antipoff e o padre Álvaro Negromonte”. O teste afirmava que a disciplina de ensino religioso era o conteúdo com maior índice de rejeição entre as crianças. Diante do resultado, Negromonte publicou, no jornal *O Horizonte*, um artigo intitulado, “Em torno de inquérito escolar”.²⁵¹ No artigo, Negromonte analisou com minúcias os dados do teste e tentou demonstrar que o desinteresse das crianças não estava no ensino religioso em si, mas na forma como ele era ministrado pelas catequistas.

²⁴⁷ LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORI, Mary. (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997. p. 452.

²⁴⁸ Helena Antipoff – 85 anos de Brasil: Memórias (com) partilhadas. Belo Horizonte, 2014.

²⁴⁹ PRATES, Maria Helena de Oliveira. Escola de Aperfeiçoamento: teoria e prática na formação de professores. In: **Lições de Minas: 70 anos de Secretaria de Educação**. Belo Horizonte: Secretaria de Educação de Minas Gerais, 2000. p. 68.

²⁵⁰ ALMEIDA CUNHA, Maria Luiza. **Tests**. Revista do Ensino 08/1930.

²⁵¹ *O Horizonte*, 15/10/1930.

Argumentava também que Helena Antipoff desconsiderava outras questões do teste que revelavam a importância da fé católica na vida das crianças mineiras.

Sabe-se que depois desse episódio Helena Antipoff e o padre trabalharam juntos por um longo período. Negromonte trabalhou arduamente na formação de catequistas atuantes no ensino primário público e foi vice-presidente da Sociedade Pestalozzi²⁵², instituição criada por Antipoff, no ano de 1935, destinada a acolher crianças excepcionais. O episódio entre Helena Antipoff e Negromonte torna visível a grande representação da Igreja Católica na educação mineira e as negociações estabelecidas entre os educadores e o catolicismo.

Em função do resultado do teste, nos meses seguintes à sua publicação, Maria Luiza de Almeida Cunha organizou uma série com três artigos sobre o ensino religioso nas escolas. Os artigos foram publicados na *Revista do Ensino*. No primeiro artigo da série, a autora argumenta que, ao permitir o ensino religioso em suas escolas, o governo mineiro criou novas responsabilidades para os catequistas. Exigia por todos os meios a homogeneização do ensino em obediência estrita à psicologia infantil. O cumprimento de tal responsabilidade representava um grande desafio, uma vez que existiam naquele período mais de 400 classes e um reduzido número de catequistas. Por isso era necessário oferecer aos professores um meio eficaz de transmitir aos alunos o ensino de catecismo sem quebra de homogeneidade pedagógica, que era essencial à boa compreensão. Maria Luiza afirmava ser necessário que os catequistas e professoras adotassem as exigências da Escola Nova às noções básicas do catecismo. Nesse sentido, seus artigos pretendiam auxiliar os catequistas nessa tarefa.²⁵³

Maria Luiza escolheu como centro dos seus artigos “A vida de Jesus e o catecismo” para enunciar os dogmas e os preceitos da moral cristã. Os artigos foram divididos em lições. Para cada lição havia um tema, uma narrativa evangélica e a apresentação de um dogma. Entre as lições tinham várias ilustrações, que objetivavam atrair o interesse das crianças, uma técnica muito utilizada pela Escola Nova.

²⁵² A Sociedade Pestalozzi colaborava também com o Abrigo de menores e com outras instituições voltadas para os problemas das crianças desvalidas.

²⁵³ Revista do Ensino 15/10/1932.

FIGURA 6 – Artigo sobre Ensino Religioso nas Escolas



Fonte: Revista do Ensino 15/11/1932. Acervo da Hemeroteca Histórica de Minas Gerais.

Ainda sobre a temática do ensino religioso nas escolas primárias, no ano de 1933, Maria Luiza publicou a tradução de um livro francês sobre o sentido cristão da educação. Mais tarde, em 1935, elaborou o Programa de Ensino Religioso oficial utilizado nas escolas primárias mineiras.

Na virada do século XIX e nas primeiras décadas do XX, a modernidade estava mergulhada nos projetos de urbanização e industrialização, na escola, na cidade e também na Igreja. Eram vários os agentes e instituições sociais que disputavam a condução da modernidade. No Brasil, de maneira geral, em Minas, de modo particular, a Igreja Católica assumiu um papel importante na formação do espírito moderno. A influência da Igreja Católica na constituição social e cultural da elite mineira é visivelmente percebida na sua formação e nos valores que serviam de base para os projetos conservadores. Viver a modernidade não significava abrir mão do conservadorismo, afinal, era ele que garantia sua coesão e marcava sua desenvoltura em conduzir as mudanças sem perder a ordem.

Assim, Maria Luiza de Almeida Cunha acreditava que a moral católica era a chave para o melhoramento moral do homem e, conseqüentemente, para sua ação no mundo. Para ela, a formação do homem moderno estava em ser moralmente bom, educado, higiênico, saudável e trabalhador, por isso dedicou a sua obra à causa do ensino religioso.

Antes mesmo de trabalhar na Inspeção do Ensino Primário e se dedicar à escrita sobre o ensino religioso na educação primária, Maria Luiza escrevia artigos para a *Revista do Ensino*. Seu primeiro artigo na revista foi publicado em janeiro de 1926, intitulado “Impressões sobre o método de ensinar”²⁵⁴. Na apresentação da autora o editorial ressaltava os trabalhos desenvolvidos por Maria Luiza no campo da educação e seu amplo gabinete de estudos.

No ano de 1926, foram oito artigos publicados na *Revista do Ensino*. Preocupada com as práticas pedagógicas do seu tempo, os artigos de Maria Luiza tratavam especialmente do ensino primário, privilegiando os temas: finalidades da escola moderna, impressões sobre os métodos de ensino, orientações didáticas e pedagógicas, vontade e disciplina do aluno, o gosto pela leitura, a experimentação, a pediatria e a psicologia. No interior dessas temáticas estavam as preocupações com higiene, maternidade e infância. Nos seus textos, Maria Luiza se mostrava muito atenta às novidades pedagógicas no mundo, fazendo várias citações de trabalhos produzidos na Europa e nos Estados Unidos naquele período.

Vemos que a partir do século XVIII e mais intensamente no século XIX, muitos pensadores, tais como Rosseau, Pestalozzi e Montessori, chamavam a atenção para as especificidades e necessidades da infância, denunciando práticas e métodos educativos inadequados para a compreensão das crianças e para seu desenvolvimento físico, moral e intelectual. Esses autores desenhavam uma nova imagem da criança, semelhante à semente de uma árvore, promessa de futuro quando bem orientada e conduzida.²⁵⁵

Todas essas temáticas estavam em consonância com a importância do Ensino Primário naquele momento e com os preceitos da Reforma Educacional Francisco Campos. A educação primária procurava adaptar a criança à vida em sociedade dentro de uma lógica moral e intelectual. Para isso, era necessário que as professoras fossem capazes de inculcar essas aspirações sob a forma de hábitos, costumes, regras de vida e disciplina da inteligência e da vontade. Nesse momento, a infância era vista como uma fase de preparação para a vida adulta.²⁵⁶

Como Inspectora Técnica, no ano de 1929 Maria Luiza fez um balanço dos efeitos da Reforma Francisco Campos nas escolas mineiras, apontando o que havia alcançado até aquele momento e o que ainda precisava alcançar. Na avaliação de Maria Luiza, era preciso que as professoras se atentassem cada vez mais para as tendências da alma infantil para melhor educá-los. Exigia da professora um olhar cuidadoso para o desenvolvimento das

²⁵⁴ Revista do Ensino. Jan/1926. p. 19-21.

²⁵⁵ MARTINS, Ana Paula Vosne. “**Vamos cuidar do seu filho**”: os médicos puericultores e a pedagogia materna no século XX. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro. V.15, n. 1 jan.-mar. 2008. p. 135-154.

²⁵⁶ MINAS GERAIS, Regulamento da Secretaria do Interior, 20 de outubro de 1927. Decreto n. 7.970.

crianças. A professora do ensino primário, depois das mães, tinha a mais alta responsabilidade da formação do caráter e da mentalidade das crianças²⁵⁷. Para Maria Luiza, a professora devia observar especialmente os alunos atrasados e as possíveis causas desse atraso - saúde, caráter, defeitos constitucionais, surdez, miopia, e agir sobre eles. A acuidade visual e auditiva dos alunos era levada em consideração na organização e posicionamento dos alunos nas salas de aula, além de serem providenciadas compras de livros com letras e tamanhos variados, bem como de carteiras especializadas.

Maria Luiza sugeria ao professorado a aproximação de textos e conhecimentos produzidos pela pediatria e convocava a associação das Mães de Família a participar da escola, na preparação das gerações vindouras. Ela também foi conselheira e responsável pela criação do estatuto das Mães Cristãs. O objetivo era reverter o quadro dos problemas sociais através da escola, em parceria com as mães.

A figura materna era vista como a maior responsável pelas desordens infantis, já que muitas vezes as mães desconheciam os princípios preconizados pela puericultura.²⁵⁸ De acordo com Nancy Leys Stepan, no início do século XX a palavra puericultura tornou-se comum nos círculos médicos franceses e latino-americanos em função das altas taxas de mortalidade maternal e infantil. Preocupava-se com o crescimento inadequado da população e era marcada por uma visão pró-família essencialmente conservadora.²⁵⁹

O artigo “Caderno de Lições” chama atenção, pois é uma análise de Maria Luiza sobre os usos dos cadernos de plano de aula elaborados pelas professoras do ensino primário. Pelo regulamento da Reforma Francisco Campo, o Caderno de Lições deveria ser preenchido diariamente e apresentado aos diretores escolares e assistentes técnicos dos grupos, sendo lançado nos diários o preparo das lições²⁶⁰. No artigo, Maria Luiza propõe a criação de uma ficha individual para cada aluno e uma ficha coletiva. Nessas fichas constariam o desenvolvimento intelectual, a instrução e a formação moral da criança. A escola mostrava-se como o ambiente para o indivíduo se adaptar à vida. O professor primário deveria ficar atento a isso.

Para Maria Luiza, a criança educada nas escolas públicas deveria ser seguida em seu desenvolvimento corporal e em sua saúde. A professora deveria estar sempre atenta às modificações no estado de saúde das crianças. Para isso, era necessário fazer uma inspeção diária dos alunos, observando o asseio e procurando surpreender alguns

²⁵⁷ ALMEIDA CUNHA, Maria Luiza. **Impressões sobre o método de ensinar**. Revista do Ensino 01/1926.

²⁵⁸ MOTT, Maria Lúcia. **Maternalismo, políticas públicas e benemerência no Brasil (1930-1945)**. Cadernos Pagu, Campinas-SP, Núcleo de Estudo de Gênero – Pagu/Unicamp n.16 p.199-234, 2001.

²⁵⁹ STEPAN, Nancy Leys, **A Hora da Eugenia: raça, gênero e nação na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005. p.86.

²⁶⁰ O *Horizonte* 31/03/1928 – A Reforma do Ensino/Afonso dos Santos.

sinais externos de doença. Além disso, os professores deveriam tomar parte nas reuniões com as famílias dos alunos e participar de palestras instrutivas destinadas à divulgação de regras de higiene.

FIGURA 7 – Ficha Individual do aluno proposta por Maria Luiza de Almeida Cunha

NOVEMBRO	OUTUBRO	SETEMBRO	AGOSTO	JULHO	JUNHO	MAIO	ABRIL	MARÇO	FEVEREIRO	
										Miopia
										Estrabismo
										Surdez
										Dores de Cabeça
										Dores de Estomago e barriga
										Tosse frequente
										Coriza
										Mal estar
										Tonturas
										Convulsões
										Paralytia
										Gagueira
										Defeitos de pronuncia
										Gomolencia
										Legnimas frequentes
										Defeitos phisicos
										Apathico
										Agitado
										Aggressivo
										Insolente
										Temoso
										Triste
										Riogra
										Bondoso
										Exquisito
										Desobediente
										Mentiroso
										Pratica sem poder
										Tira as coisas alheias
										Cumpridor dos deveres
										Predoso
										Atitudes especiais
										Carpa de respeito "admir"
										Observações
										0 - não 1 - fraco 2 - mediu 3 - forte

Fonte: Revista do Ensino 09/1935. Acervo da Hemeroteca Histórica de Minas Gerais.

A ficha proposta por Maria Luiza de Almeida Cunha é uma versão simplificada da ficha individual utilizada pela Inspeção Médica Escolar, que fazia uma avaliação médica semestral. Além das observações acima, a ficha individual proposta por Maria Luiza continha também: identificação do aluno, do grupo escolar e da professora responsável por ele; tipo de classe; e idade. O objetivo era obter um controle cotidiano da saúde do aluno e do seu comportamento moral. A professora devia fazer o papel do médico, examinando diariamente os alunos, verificando o seu estado de saúde. Além disso, deveria também participar da organização de palestras instrutivas destinadas à divulgação de regras de higiene. Com isso, procurava-se formar um tipo específico de criança dentro do padrão estabelecido pelo discurso médico e científico.

Outro traço interessante presente na escrita de Maria Luiza era o espírito nacionalista e patriótico exacerbado. Não raro encontramos em seus textos as expressões, “meu coração de brasileira”, “pela grandeza futura de nossa terra”. É interessante ressaltar que nas revistas educacionais a autora assinava seu nome completo e geralmente colocava o seu sobrenome em caixa alta - Maria Luiza de ALMEIDA CUNHA. Entretanto, nos artigos publicados no jornal *O Horizonte*, ela assinava apenas o sobrenome, também em caixa alta - ALMEIDA CUNHA. Durante a pesquisa ocorreram dúvidas em relação à autoria de seus textos. A dúvida só se desfez pela leitura incansável dos artigos, que permitiu-nos conhecer

seu estilo de escrita e os temas que se dedicava a escrever. Esse fato desvela a interiorização, pelas mulheres, de normas enunciadas pelos discursos masculinos²⁶¹. Por mais que o jornal *O Horizonte* abrisse espaço para a escrita feminina, Maria Luiza reconhecia o periódico como território masculino, basta ver que em toda existência do jornal as mulheres não compuseram o corpo editorial, embora produzissem artigos e trabalhassem pela sua divulgação.

Além de atuar na Escola de Aperfeiçoamento, Maria Luiza lecionou, nos anos de 1936 e 1937, as disciplinas de Ação Social e Princípios de Família na EECC; trabalhou na Inspeção Técnica dessa mesma escola; foi professora na Escola Normal Modelo; e mais tarde foi professora do Instituto de Educação no curso de Administração e Aperfeiçoamento Escolar, onde ministrou as disciplinas de Filosofia, História da Educação e Pedagogia, por 40 anos. Paralelamente, ingressou no ensino superior.

Ainda na Educação Primária, Maria Luiza de Almeida Cunha participou da organização de vários congressos e associações educacionais. No ano de 1926, por exemplo, foi uma das organizadoras do I Congresso Mineiro de Instrução Pública. Ao ser autorizada a Reforma do Ensino em Minas, Francisco Campos, o então Secretário do Interior, convocou o professorado mineiro para a realização de um Congresso para que pudesse auscultar os interesses, opiniões e necessidade da educação mineira. O Secretário do Interior confiou a organização das teses e das comissões a professores de sua confiança, dentre eles Maria Luiza. Ela participou da Comissão Organização Geral do Ensino, apresentou uma tese sobre “Questões de Pedagogia” e foi a redatora das conclusões da comissão. Os resultados das teses debatidas no congresso foram levados em consideração por Francisco Campos na elaboração da Reforma Educacional.

²⁶¹ CHARTIER, Roger. **Diferenças entre sexos e dominação simbólica** (nota crítica). Cadernos Pagu, Campinas, São Paulo, n. 4, 1995. p. 37-47.

FIGURA 8 – Professoras participantes do I Congresso de Educação Primária e o presidente do Estado, Antônio Carlos de Andrada



Fonte: Revista do Ensino, outubro de 1926. Acervo da Hemeroteca Histórica de Minas Gerais.

Em 1927, Maria Luiza integrou a comissão que enviou teses de interesses dos educadores católicos para serem discutidas no congresso realizado pela Academia Brasileira de Educação. Na ocasião, Roberto de Almeida Cunha, juntamente com Henrique Marques Lisboa, foram os representantes da delegação mineira e apresentaram respectivamente as teses, “A unidade nacional pela cultura moral: a educação religiosa como melhor meio de nacionalizar a infância” e “O ensino das Ciências Naturais”.

No ano de 1931, Maria Luiza integrou a Associação dos Professores Primários de Minas Gerais. A associação batalhava pela representação da formação docente e por processos de lutas e conquistas dos professores. Em 1941, a Associação criou uma revista de orientação técnica e pedagógica intitulada *Educando*, na qual Maria Luiza de Almeida Cunha publicou diversos artigos.

Em 1948, Maria Luiza participou de uma comissão de trabalho, presidida por D. Cabral. A comissão empreendeu a criação da Sociedade Mineira de Cultura, instituição que tornou-se mantenedora de várias iniciativas educacionais e culturais em Minas Gerais, como a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santa Maria, hoje a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Devido às suas atribuições como Inspectora de Ensino e seu carisma, Maria Luiza circulou bastante pelas escolas do estado de Minas e até

mesmo fora do país, tornando-se uma figura importante para o cenário educacional mineiro. Além disso, ela articulou a criação de dois grandes colégios católicos em Minas, os colégios São Paulo e Loyola.

O colégio São Paulo era dirigido pela congregação das Irmãs Angélicas de São Paulo. A congregação foi fundada por Santo Antônio Maria Zacarias, na cidade de Milão, na Itália e aprovada pelo papa Paulo III, no ano de 1535. Era uma congregação atuante na evangelização, sendo imposta a clausura pelo Concílio de Trento. A vida ativa da congregação foi reestabelecida em 1919, e desde então retomou as atividades de evangelização pelo mundo. A vinda das Irmãs Angélicas à Belo Horizonte está ligada a pelo menos três fatores. O primeiro deles foi o convite recebido pela madre superiora geral, por parte do Dr. Caio Nelson Serra, educador do Colégio São Paulo, na sede do Rio de Janeiro; o segundo motivo foi o sucesso das três escolas instaladas no Brasil; e, por fim, o direcionamento de Maria Luiza de Almeida Cunha, que não apenas hospedou as madres da Congregação em sua casa, como também as auxiliou nos primeiros passos da concretização do projeto junto às autoridades políticas. A primeira sede do colégio foi estabelecida na Avenida João Pinheiro, esquina com Bernardo Guimarães. Em março de 1939 o Colégio foi construído no bairro Cidade Jardim, em terreno cedido por Jucelino Kubitschek, prefeito da cidade naquele tempo. Era intenção de JK formar nessa região um polo educacional. Na mesma época, vários terrenos foram doados para faculdades de odontologia, farmácia e química.

Da mesma maneira, Maria Luiza recebeu os padres jesuítas Loyolas, César Dainese e Paulo Naccae, e com eles articulou a construção do colégio Loyola. Os jesuítas vieram a Belo Horizonte a convite de D. Cabral. No ano de 1943, o colégio sediou-se na Rua Gonçalves Dias, em casa cedida pelo senhor Francisco de Freitas Lobato. Em 1949, foi transferido definitivamente para a Avenida do Contorno, na Cidade Jardim.

Em 1954, Maria Luiza pleiteou e obteve uma bolsa de estudos de História e Filosofia da Educação, na Universidade de Pádua, na Itália, onde passou um ano. Na ocasião, seu marido foi com ela, também a trabalho, porém ficaram em cidades distintas.

Na década de 1960, Maria Luiza foi professora de Filosofia da Educação na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Participou da Reforma Universitária dessa instituição e juntamente com os professores Alda Lodi, Alaíde Lisboa de Oliveira, Carlos dos Anjos Duarte de Andrada e Magda Soares, fundou o primeiro departamento de Pedagogia e Didática dessa Universidade. Aos 70 anos de idade foi aposentada compulsoriamente e para ocupar o tempo, matriculou-se num curso de exegese na UFMG.

Como podemos ver, Maria Luiza teve uma grande atuação no campo da educação em Minas Gerais. Sua principal preocupação era a formação integral da criança, baseada no desenvolvimento intelectual. Preocupava-se com a saúde e a educação moral.

A educação moral para ela passava necessariamente pelos valores católicos. Era uma mulher culta e muito conhecida pela cidade. Tinha um variado ciclo de amizade no campo da educação e da saúde e aproveitou-se dessa rede para a realização dos seus projetos dentro do associativismo católico feminino.

3.2.4 A militância católica de Maria Luiza de Almeida Cunha

Sem sombra de dúvidas um dos valores mais cultivados por Maria Luiza de Almeida Cunha foi viver e pregar o catolicismo. Ela viveu segundo os preceitos da ação católica que defendem que “o catolicismo veio trazer ao mundo a paz, a ordem, a disciplina, a liberdade e o progresso”. Acreditavam os militantes que deviam agir como católicos, não só em prol da religião, mas também em prol da pátria e da sociedade futura. Por isso foram tão atuantes no ensino, política e na sociedade de maneira geral.

Além dos artigos produzidos no campo educacional, Maria Luiza escreveu e coordenou a coluna feminina do jornal *O Horizonte*. Foi uma das responsáveis pela criação das Mães Cristãs e redigiu o primeiro estatuto da corporação. Em 1930 se empenhou na educação dos filhos de leprosos, no Preventório São Tarcísio.

Fundou, em 18 de março de 1932, a Sociedade Mineira de Assistência à Infância, tendo como diretora Alexandrina Santa Cecília, como vice-presidente Fany Gianetti de Moraes, tesoureira Marina Amaral Brandão e secretária Dulce da Silva.²⁶² As reuniões ocorriam no Hospital da Criança, anexo à Santa Casa. Há poucas informações disponíveis sobre essa associação. Algumas fontes indicam que as idealizadoras foram incentivadas por Gustavo Capanema, que dois anos depois assumiu o Ministério da Educação e da Saúde e durante toda sua gestão dialogou com os interesses educacionais católicos e contou com a colaboração das mulheres.

É importante ressaltar que já nos anos de 1910, havia por parte da assistência católica, especialmente dos vicentinos, o objetivo de criar uma instituição destinada à assistência da infância. No ano de 1919 inaugurou-se O Instituto de Proteção à Infância, por incentivo do médico Moncorvo Filho e pela mobilização dos setores católicos pela infância desvalida. Em 1921, o espaço tornou-se o Hospital São Vicente de Paulo. O Instituto de Proteção à Infância de Belo Horizonte foi inspirado na instituição criada pelo médico

²⁶² Ata da Confederação Católica Feminina 29/03/32.

Moncorvo Filho, no Rio de Janeiro²⁶³. Era objetivo do seu idealizador criar uma rede de assistência à infância no Brasil.

No ano de 1933, Maria Luiza fundou, em sua própria casa, a Obra dos Tabernáculos, destinada a cuidar das igrejas pobres. A obra empregava moças pobres que produziam objetos (terços, cálices, altares portáteis, alfaias, etc.) para as celebrações eucarísticas. Em 1936, a Obra dos Tabernáculos organizou a infraestrutura das missas campais do II Congresso Eucarístico Nacional. Mesmo grávida, Maria Luiza, liderou uma série de trabalhos para a realização do Congresso.

O evento ocorreu entre os dias 03 e 08 de setembro de 1936, na Semana da Pátria. Tinha como tema central “A defesa da família, pela consagração do casamento e renovação social e política”. Pela cobertura da imprensa, denota-se que o Congresso teve ampla participação de toda sociedade belo-horizontina, das instituições escolares e dos grupos de caridade (Filhas de Maria, Damas da Caridade e União dos Moços Católicos), revelando um aspecto altamente festivo. Além da cobertura da imprensa, o evento foi transmitido pela primeira rádio pública mineira, Rádio Inconfidência, inaugurada durante o Congresso.

Pela representatividade do II Congresso Eucarístico, concordamos que ele estava no bojo das comemorações religiosas realizadas no início dos anos 1930, junto à entronização de Nossa Senhora Aparecida como Padroeira do Brasil e a inauguração do Cristo Redentor. Não se tratava, portanto, de uma comemoração típica do catolicismo popular, mas sim uma festa religiosa e cívica, onde estava presente toda hierarquia da Igreja Católica e autoridades políticas. A maior parte dos eventos ocorreu na Praça Raul Soares. Toda a infraestrutura foi montada pelo governo do estado, enquanto a Igreja Católica dedicou-se à preparação religiosa do evento.

A abertura solene contou com a explanação de Alceu Amoroso Lima sobre o Estado Moderno e questões que versavam sobre a unidade da nação e a colaboração dos católicos para a reconstrução política e moral do país. Os dias de apresentação foram separados por temáticas: família cristã, estudantes e militares. Nesses dias foram discutidas várias sessões, das quais destacamos a Eucaristia, a Ação Católica, o Espírito de Obediência e Caridade; Senhoras, Eucaristia e Ação Católica na Defesa das Famílias; Senhorinhas Eucaristia, Ação Católica da Juventude Feminina e sua vida no lar; Operárias, Eucaristia e Ação Católica, a preservação e aperfeiçoamento moral e social da mulher operária. De acordo com as sessões supracitadas, vemos que havia uma nítida preocupação com as mulheres, especialmente as mulheres operárias. Um dos resultados do

²⁶³ FREIRE, Maria Martha de Luna Freire, LEONY, Vinícius da Silva. **A caridade científica: Moncorvo Filho e o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro (1899-1930).** História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 18, supl. 1, dez 2011, p. 199-225.

Congresso foi a reorganização da Ação Social Católica, tendo como meta a formação de Ligas Femininas. Nessa nova reformulação, Maria Luiza assumiu a presidência da Liga Feminina da Ação Católica da Sessão Senhoras.

Maria Luiza tornou-se a primeira Ministra da Eucaristia da arquidiocese de Belo Horizonte, ocupação que tinha muito gosto. A nomeação foi investida por D. João de Resende Costa, grande amigo da família, que inclusive celebrou o casamento de Maria Luiza. Conhecida como uma mulher sem vaidade, depois de sua nomeação passou a pintar as unhas para tocar a hóstia sagrada. Como ministra da Eucaristia distribuía a comunhão aos doentes da paróquia de Lourdes e nos hospitais. Usava uma roupa branca, com uma capa de mesma cor por cima, sendo chamada pela criançada como “Super vó”. Essa nomeação é muita representativa, uma vez que este é o cargo máximo que um leigo pode alcançar na hierarquia católica.

A trajetória de Maria Luiza de Almeida Cunha serve para elucidar a atuação da mulher católica na assistência à saúde e à educação em Minas Gerais. Apesar de não ser mineira, também teve uma forte formação católica e logo se aproximou da militância religiosa em Minas Gerais, estabelecendo conexões e projetos. Foi educada por uma família de elite e entendia o catolicismo como a chave para o melhoramento moral do indivíduo e consequentemente da sociedade brasileira.

Apesar de toda tradição católica e o reforço ao espaço doméstico como o espaço por excelência da mulher católica casada, Maria Luiza teve uma vida profissional ativa na educação em Minas, bem como no associativismo católico. Ela discutiu temas que estavam na agenda do feminismo naquele momento, tais como maternidade, infância, higiene, puericultura, proteção às mulheres pobres e operárias, entre outros. Há quem possa dizer que sua ação foi facilitada pela representatividade do marido na sociedade belo-horizontina, mas essa tese é facilmente rebatida se pensarmos que, se não fosse a doença do irmão, ela teria se tornado diretora do importante colégio Jacobina e trilhado sua carreira profissional e militante no Rio de Janeiro.

A militância católica lhe proporcionou grande trânsito pela cidade e suas instituições, bem como fora dela. Seus trabalhos, sejam no campo da educação ou da filantropia, evidenciam que a atuação das mulheres católicas nos projetos de ordenação das famílias, do cuidado da saúde e educação dos mais pobres, não estava apenas no discurso ou na promoção da carreira de seus maridos, mas sim na ação efetiva das suas convicções. Sem dúvida a formação escolar foi fundamental na orientação do ativismo de Maria Luiza, bem como das demais mulheres ligadas ao ativismo católico.

4 O TRABALHO DAS ASSOCIADAS CATÓLICAS A FAVOR DA INFÂNCIA DESVALIDA E DAS “MULHERES PERDIDAS”

Vimos que dentre os projetos realizados pela militância católica feminina o público preferencial era a infância desvalida e as mulheres pobres. Assim, nesse capítulo apresentamos a articulação prática de duas instituições criadas por iniciativa do associativismo de mulheres católicas: o Asilo Bom Pastor, destinado às meninas órfãs e mulheres “desviadas”, e a Creche Menino Jesus, que atendia crianças órfãs ou filhos de operárias. A criação e manutenção das duas instituições deixa transparecer as negociações do associativismo feminino católico com os membros da hierarquia católica, políticos das esferas municipal, estadual e federal e também com os profissionais da saúde (médicos, dentistas e farmacêuticos).

Apesar das duas instituições ainda existirem, há poucas informações sobre elas. Observamos que hoje, ambas funcionam em esquema bem distinto do período estudado, o que só faz evidenciar que as instituições se prestam a atender as demandas da sociedade em que estão inseridas, transformando-se com ela.

Entramos em contato com o Asilo Bom Pastor, sem muito sucesso. Hoje a instituição está alocada numa casa, ao lado do prédio onde funcionava o asilo. Atualmente esse prédio abriga uma das unidades do colégio Santa Maria. Segundo uma funcionária da instituição, toda a documentação mais antiga do asilo foi encaminhada para a sede central, em São Paulo, e não se tem notícia da conservação do material. Na Creche Menino Jesus foi possível colher informações no livro de memória produzido pela própria instituição, intitulado *Livro de Ouro*. Tivemos acesso também às fichas individuais e ao livro de registros das crianças assistidas. Hoje a instituição atende crianças de 02 a 18 anos em situação de risco social ou pessoal.

Assim, pelas limitações de fontes e trabalhos acadêmicos sobre as referidas instituições, buscamos informações em jornais e revistas que circularam no período em que foram construídas. Pelos registros na imprensa observamos que eram instituições reconhecidas na cidade, que realizavam eventos com ampla participação da sociedade. As idealizadoras e benfeitoras solicitavam doações para a manutenção dos serviços prestados e integravam a rede de instituições filantrópicas católicas.

Ao demonstrar a criação e funcionamento dessas instituições é nosso intento chamar a atenção para alguns aspectos: o protagonismo das mulheres na criação e manutenção desses espaços; as articulações estabelecidas entre a iniciativa privada e os

órgãos públicos na manutenção dos projetos sociais da cidade; a importância e a presença dos discursos médico, científico e jurídico na organização das referidas instituições, bem como na difusão de hábitos de higiene; e o surgimento de uma nova sociabilidade imposta pela crescente urbanização e industrialização da sociedade belo-horizontina.

4.1 O Asilo Bom Pastor

A partir de 1891 intensifica-se a vinda de religiosas estrangeiras para o Brasil, predominantemente francesas e italianas. Entre os anos de 1872 e 1920, cinquenta e oito congregações europeias se estabeleceram no Brasil. Outras dezenove foram fundadas nesse período. Tais congregações eram atuantes no trabalho educativo em colégios, no cuidado com os doentes, crianças e velhos, em orfanatos e asilos.²⁶⁴

Conforme Nunes, no fim do século XIX, as freiras já se encarregavam de inúmeras tarefas necessárias à sociedade, sobretudo no campo da educação, da saúde e da assistência social. No Brasil, no período imperial, duas Congregações Femininas iniciam suas atividades: as Filhas da Caridade (1849), ligadas à Sociedade São Vicente de Paulo e as Irmãs de São José de Chambéry (1858).

Seguindo essa tendência, a Congregação Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor foi fundada pela Madre Maria Eufrasia Pelletier, na cidade de Angers, na França, no ano de 1829, com o intuito de cuidar de mulheres jovens, desamparadas socialmente. As irmãs ligadas à congregação deviam fazer voto de pobreza e prometiam dedicação à reeducação e reabilitação das desafortunadas através da moral cristã.²⁶⁵ Nas palavras da fundadora, o fim principal da congregação era a caridade, “essa caridade deve levar-nos a caminhar nas pisadas do Bom Pastor, indo à procura das pobres ovelhas que se afastam do redil de Jesus Cristo”.²⁶⁶

A imagem do Bom Pastor remete à parábola que associa a figura do pastor que esquece de si para recolocar suas ovelhas no “bom caminho”, observando suas necessidades, zelando pela sua salvação e recuperação. Nesse caso, o Bom Pastor eram as irmãs ligadas à congregação que trabalhavam em parceria com as mulheres leigas e os

²⁶⁴ NUNES, Maria José Rosado. Freiras no Brasil. In: DEL PRIORI, Mary (org.) e BASSANEZI, Carla (coord.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997. p. 443-481.

²⁶⁵ BATISTA, Bruna Soares Angotti. **Entre as leis da ciência, do Estado e de Deus: o surgimento dos presídios femininos no Brasil**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo, 2011.

²⁶⁶ CASTRO, Jerônimo Pedreira de. **Santa Maria Eufrásia Pelletier: fundadora da Congregação de Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor D'Angers/adaptação em vernáculo da edição italiana pelo Pe. Jerônimo Pedreira de Castro**. Petrópolis: Vozes, 1940.

poderes locais onde se estabeleciam. A figura da ovelha perdida recaía sobre as mulheres pobres que cometiam atos contra a conduta dita adequada às mulheres. Geralmente eram jovens envolvidas com a prostituição, alcoolismo, jogos e outras atividades consideradas perigosas e desviantes. Pelo regulamento da Congregação Bom Pastor era preciso zelar pelo restabelecimento da integridade do corpo e da alma, assim, além do ensino catequético, a instituição primava pela boa alimentação, saúde, higiene, educação elementar e o ensino de um ofício. O objetivo era regenerar o comportamento das mulheres asiladas para que retornassem à sociedade prontas para o trabalho.

A primeira Casa Bom Pastor na América Latina foi erigida no Chile, em 1857. A partir dos anos 1920 a Congregação espalhou-se rapidamente por todo continente americano. Além do Chile, havia casas no Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina. A rápida dispersão dessa congregação pelos países latino-americanos está intimamente associada à determinação em realizar a regeneração social como o caminho que leva ao progresso e à modernização. Fonseca aponta que o sucesso da multiplicação das Casas Bom Pastor estava ligado ao papel desempenhado pelas irmãs, que seduziam governantes, religiosos e a população em geral, uma vez que elas atentavam para aquelas pessoas das quais ninguém queria cuidar, mas que cada vez mais apareciam como um incômodo nas cidades.²⁶⁷

Desse modo, o Bom Pastor tinha uma missão educativa de melhorar o comportamento das mulheres. Era o objetivo da instituição que as mulheres pobres se tornassem boas donas de casa, atuando como a cientista do lar (na cozinha, na higiene infantil e na limpeza da casa), e que também tivessem uma profissão para viver do seu trabalho, além de serem moralmente educadas.

Como salienta Stepan, nos países latinos “na segunda década do século XX, a atroz pobreza e a deplorável saúde dos pobres haviam se cristalizado na consciência pública como uma questão nacional – a questão social.”²⁶⁸ A questão moral era considerada perigosa porta de entrada do mundo da criminalidade para meninas pobres e órfãs, sendo sempre associada aos maus costumes, tais como o jogo e o ócio, que se mostravam como ameaça que dava origem à desordem social.²⁶⁹

No Brasil, o primeiro Asilo Bom Pastor foi fundado no Rio de Janeiro, sendo que em seguida foram criadas unidades na Bahia (1892), São Paulo (1897) e Juiz de Fora

²⁶⁷ FONSECA, Sérgio C. **A interiorização da assistência à infância durante a Primeira República: de São Paulo a Ribeirão Preto.** Educação em Revista. Belo Horizonte. v.28 n.01 mar. 2012. p. 79-108.

²⁶⁸ STEPAN, Nancy Leys. **A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina.** Rio de Janeiro: Editora Fricucz, 2005.

²⁶⁹ SOUZA, Marco Antônio de. **As estratégias da pedagogia do assistencialismo em Belo Horizonte, 1930-1990: educação e caridade.** Tese de doutorado, Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

(1902). Na década de 1920, foram inauguradas filiais nas cidades de Belo Horizonte, Recife, Pelotas, Petrópolis e em algumas cidades do estado do Ceará²⁷⁰.

Assim, o contexto de criação do Bom Pastor no Brasil está dentro da formação de um conjunto de instituições fechadas, tais como seminários, asilos e orfanatos, com ênfase no recolhimento, na disciplina, no encaminhamento social e na educação e ensino de algum ofício. O foco estava em cuidar da infância desvalida e das mulheres “perdidas”. De acordo com Marcílio, a ideologia que fundamentava instituições desse tipo incluía a instrução elementar, formação moral e capacitação profissional. Procuravam atingir a questão da infância em várias frentes: combate à mortalidade infantil, cuidados com o corpo, estudos, campanhas de combate às doenças infantis, educação das mães, e a introdução à puericultura e pediatria como novas áreas do conhecimento.²⁷¹ Esses estabelecimentos eram motivados por correntes humanitárias ou religiosas, ligadas aos poderes públicos, ao mesmo tempo que supriam sua ausência em resposta à pobreza e ao abandono da infância²⁷².

4.1.1 O Bom Pastor em Belo Horizonte e as negociações para a doação do espaço do asilo

A propriedade onde se estabeleceu o Asilo Bom Pastor em Belo Horizonte foi doada por Mariana Carolina Pinto Coelho, filha do arquiteto e coronel Júlio Pinto Coelho, que participou da execução do projeto de construção da capital mineira. A propriedade estava localizada no bairro Floresta e dispunha de três casas: uma chácara chamada Casa Velha, situada na Rua Jacuí, uma casa de esquina, entre a Rua Jacuí e Pouso Alegre, e um casarão no encontro das ruas Pouso Alegre e Januária.

Pedro Nava, que era primo de Mariana, hospedou-se no casarão da família antes de ser admitido no internato do Colégio Pedro II. Em suas memórias ele descreve o casarão,

Nunca tinha visto nada mais limpo e geométrico que a residência do tio Júlio. Nem uma poeira sequer mancha, sujeira, nódoa, pedaço de papel no chão, fio de linha caído. Tudo reluzia limpeza. Tudo brilhava esfregado.

²⁷⁰ CAMPOS, Margarida de Moraes. **A Congregação do Bom Pastor na Província Sul do Brasil** – pinceladas históricas. São Paulo: [s.n.], 1981.

²⁷¹ MARCÍLIO, Maria Luiza. **História Social da Criança Abandonada**. 2ªEd. São Paulo: Hucitec, 2006.

²⁷² FONSECA, Sérgio C. **A interiorização da assistência à infância durante a Primeira República**: de São Paulo a Ribeirão Preto. In: Educação em Revista v.28 n.1. Belo Horizonte, 2012. p. 79-108.

Cada coisa no seu lugar. Sentei a medo numa beira de cadeira estofada e senti a prisão do silêncio que se adensava, chegando perto do ponto cróscopico.²⁷³

A descrição de Nava revela a aspiração da classe média urbana, que pensava os cuidados e higiene da casa como um prolongamento dos valores da modernidade.²⁷⁴

A proximidade da casa destinada ao asilo com o colégio Santa Maria facilitava a presença e intervenção das Filhas de Maria no cotidiano do Bom Pastor, seja no cuidado das meninas ou instruindo as mulheres asiladas. O livro sobre a história da Congregação no Brasil afirma que Marianinha (como era conhecida), estudou no Colégio Santa Maria e com o tempo tornou-se membro e presidente das Filhas de Maria da capital. Assim, à primeira vista e pelos documentos oficiais emitidos pela Congregação Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor, Marianinha enquadrava-se dentro das características das mulheres ligadas ao associativismo católico, tendo estudado em um importante colégio de formação católica, sendo solteira, membro atuante das Filhas de Maria e posteriormente tendo ingressado na vida religiosa.

No entanto, ao lermos a obras *Balão Cativo* e *Galo das Pedras*, de Pedro Nava, observamos que Marianinha nasceu em Petrópolis, na casa de amigos do seu pai e lá se criou até os 8 anos. Segundo Nava, o pai de Marianinha “era insuportável, a mulher não o aturou e cedo raspou-se para São Paulo, onde morreu”. Com a ida da mãe para São Paulo, Marianinha ficou sob os cuidados de sua tia paterna, Joana Carolina Pinto. D. Joana abriu, em Juiz de Fora, uma escola para meninas, em esquema de internato, para educar a sobrinha.²⁷⁵ Em fins do século XIX, no início da construção da capital mineira, Marianinha, juntamente com seu pai e sua tia, mudou-se para Belo Horizonte e instalou-se no “castelinho” do bairro Floresta. Ao longo dos anos, vários parentes moraram com a família de Marianinha.

O primeiro ponto a se observar é que a família de Mariana estava distante do padrão da família nuclear tradicional prescrito pela Igreja Católica. Viveu parte de sua infância com desconhecidos e sua mãe não se submeteu à tirania do pai, abandonando a família. Além disso, há indícios de que ela era ateuista, como pai, e só tardiamente engrossou as fileiras do associativismo católico. Sobre isso relata Nava,

²⁷³ NAVA, Pedro. **Balão Cativo**, poemas Carlos Drummond de Andrade, José Geraldo Nogueira Moutinho. Apresentação de André Botelho, crônica Paulo Mendes Campos. São Paulo. Companhia da Letras, 2012. p.118.

²⁷⁴ NOVAIS, Fernando A. (coord.). **História da vida privada no Brasil: da Belle Epoque a Era do Rádio**. Vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 367 – 421.

²⁷⁵ NAVA, Pedro. **Balão Cativo**, poemas Carlos Drummond de Andrade, José Geraldo Nogueira Moutinho. Apresentação de André Botelho, crônica Paulo Mendes Campos. São Paulo: Companhia da Letras, 2012. p. 122-124.

Mariana Carolina (Marianinha) que professava como o pai, um ateísmo desenfreado e proclama-se anticlerical convicta, aos poucos fora fraquejando indo a missa vez que outra, depois todos os domingos. Começara a receber visitas de Filhas de Maria da Floresta, das Dominicanas do Santa Maria, da Mrs. Dobsn irlandesa e agregada ao Colégio dessas irmãs e finalmente a Anita Monteiro Machado dobrara-lhes as últimas resistências e fizera-a Filha de Maria aí por volta de 1918 e 1919. Começara a partir de então, vida cada vez mais devota, a princípio com missas diárias, depois com comunhões diárias. Abandonara completamente suas atividades culinárias suas virtuosidades musicais e agora não saía mais das irmandades, e era assídua em visitas às Dominicanas, às irmãs da Santa Casa, às do Sagrado Coração, às do Orfanato de Santo Antônio. E punha na beateria o mesmo entusiasmo que pusera outrora na negação de Deus.²⁷⁶

Apesar de sua formação secundária no colégio Santa Maria, Marianinha pregava o ateísmo e apenas depois dos 30 anos de idade passou a atuar nas associações católicas e nas instituições de caráter filantrópico. Sua trajetória é uma amostra de como as mulheres daquele tempo utilizaram-se do associativismo católico, não apenas por devoção ou caridade, mas também como uma possibilidade real de alcançar seus objetivos. Nesse caso em específico, Marianinha era uma mulher sem crença religiosa, uma “solteirona” dedicada aos cuidados domésticos e da tia, tendo como única distração a música e a culinária. Ao ingressar no associativismo, Marianinha mudou seus hábitos, abandonou o espaço da casa, os cuidados domésticos e passou a transitar pela cidade, nos circuitos das instituições filantrópicas. Como podemos ver no excerto acima, Marianinha atuou junto às irmãs da Santa Casa, do Sagrado Coração de Jesus e do Orfanato Santo Antônio.

Conta Campos que desde o ano de 1919, mais ou menos o mesmo período em que Marianinha se converteu ao catolicismo, representantes da Ordem da Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor articulavam a possibilidade da construção de uma instituição congênere em Belo Horizonte. Ciente desse interesse, Mariana, que dispunha da herança de seu pai, propôs a doação de sua propriedade e fortuna em troca do direito de ser admitida pela ordem Bom Pastor. Como tinha 37 anos e o limite de idade para entrar em qualquer ordem religiosa era de 35 anos, seu pedido foi avaliado pela Madre Superiora, na França, sendo aceito logo em seguida.

Outra condição imposta por Marianinha na negociação com a Congregação Bom Pastor foi a de que sua tia, de 65 anos, tivesse o direito de ser assistida pelo asilo até a sua morte. Imposição que em certa medida foi atendida, dona Joana morou na chácara velha até seu falecimento, mas queixava-se do mau tratamento que recebia das religiosas e a insatisfação de ter que conviver e dividir as refeições com as asiladas e ter sua mesada

²⁷⁶ NAVA, Pedro. **Galo das Trevas**: poesias de Gastão de Castro Neto e Olavo Drumond – São Paulo: Atelie e Editorial, 2003. p.349.

cortada²⁷⁷. Em 1930, com o falecimento de D. Joana, a casa em que vivia foi transformada numa nova ala do asilo, chamada Preservação.

Como parte do acordo, Marianinha entrou no noviciado do Rio de Janeiro em setembro de 1921. Em 13 de março de 1922 recebeu o hábito religioso sob o nome de Irmã Maria do Santo Tabernáculo. Conta Nava que antes de entrar no noviciado, Marianinha viajou secretamente para a Bahia sem se despedir de ninguém, deixando apenas uma carta à sua prima Diva. Na carta ela anunciava estar desiludida de tudo e dizia que passaria o resto de sua vida em penitência pelos pecados dos seus – que era a cruz que tomava sobre seus ombros.²⁷⁸ Há registros que Marianinha, depois de tornar-se noviça, foi definitivamente para Bahia e em 1926 fundou um jardim de infância que atendia crianças da elite Baiana.²⁷⁹ Conta Nava, sobre Marianinha,

Minha prima tinha o nome da avó, Mariana Pinto Coelho, não usava o Cunha. Tinha nos traços a mesma pureza antiga e escultórica da cara de seu pai, que Ella reproduzia linha por linha. E os dentes admiráveis. E os olhos de um verde hortelã. E a pele dum moreno de jambo. Seria uma mulher bonita se não fosse o corpo desastrado. Era alta, espadaúda e, apesar de gorda, tinha pouco busto. De nádegas, neres. O chamado tipo búfalo. Pior, pior, porque tinha um jeitão másculo, que durante muito tempo me deixou induzido ao erro. Foi caso de conversa que bispei entre tia Berta e tia Iaia. A primeira estranhava que a Marianinha era rica e bonita, não tivesse achado casamento. A segunda baixou a voz, perguntou a outra, como é que a prima podia casar? Com aquele defeito que tinha....Impossível uai! Gente que defeito? Ai veio o cochicho que não pude escutar e mal revi a Marianinha em Belo Horizonte, com seu ar dedicado, sua energia, os ombros marciais e a cara sisuda, tendo ao mesmo tempo de bela mulher e belo homem, tirei minhas conclusões. Era aquilo. Era aquele negócio da figura que eu vira passar a socapa, de mão em mão, entre os colegas do Lucindo Filho. A prima era hemafrodita. Assim considere (...)²⁸⁰

Diante da narrativa das características físicas e dos dilemas que circundavam a figura de Marianinha, podemos questionar também se a escolha pela Ordem do Bom Pastor não se deu pelo fato dela sentir-se uma “ovelha desgarrada”, por não enquadrar-se no padrão de feminilidade imposto às mulheres nesse período.

²⁷⁷ NAVA, Pedro. **Balão Cativo**, poemas Carlos Drummond de Andrade, José Geraldo Nogueira Moutinho. Apresentação de André Botelho, crônica Paulo Mendes Campos. São Paulo: Companhia da Letras, 2012. p.117

²⁷⁸ NAVA, Pedro. **Galo das Trevas**: poesias de Gastão de Castro Neto e Olavo Drummond – São Paulo: Atelie e Editorial, 2003. p.326.

²⁷⁹ CAMPOS, Margarida de Moraes. **A congregação do Bom Pastor na Província Sul do Brasil** – pinceladas históricas. São Paulo [s.n], 1981.

²⁸⁰ NAVA, Pedro. **Galo das Trevas**: poesias de Gastão de Castro Neto e Olavo Drummond – São Paulo: Atelie e Editorial, 2003. p.117

Como salienta Soihet²⁸¹, a medicina social assegurava como características femininas, por razões biológicas, a fragilidade, o recato, o predomínio das faculdades afetivas sobre as intelectuais e a subordinação da sexualidade à vocação maternal. As características atribuídas às mulheres eram suficientes para justificar que se exigisse delas uma atitude de submissão e um comportamento que não maculasse sua honra²⁸². Marianinha, por sua vez, não atendia a tais atributos.

Marianinha era uma mulher culta, da elite e limitada ao espaço do lar. É possível inferir que ao entrar no associativismo católico ela ampliou suas redes e conseguiu, através da negociação com a Congregação Bom Pastor, dar novos rumos para sua vida. O que reforça nosso argumento de que as associações católicas foram utilizadas pelas mulheres não necessariamente para professar sua fé, mas, sobretudo, para acessar a vida pública.

4.1.2 A inauguração do Bom Pastor

O Asilo Bom Pastor foi inaugurado na capital no dia 14 de setembro de 1923, durante a festividade de Exaltação da Santa Cruz. As duas casas foram divididas em sala de comunidade, refeitório, pátios, dormitórios (com camas brancas, todas de ferro), salas de trabalhos e uma capela.²⁸³ Quando da sua inauguração o asilo estava sob a direção de Soror M. das Victorias Breves, que contava com o auxílio de cinco beneméritos religiosas francesas, além do capelão francês Pe. Luiz Brousté, que veio ao Brasil em demanda de repouso à saúde.

Na ocasião da inauguração do asilo estavam presentes autoridades civis, representantes da imprensa e “distintas famílias do escol social” do município. O arcebispo D. Cabral conduziu a solenidade felicitando-se com a realização de uma antiga aspiração, a inauguração de uma instituição da natureza do Bom Pastor, preocupada com a assistência e proteção da infância. Dom Cabral discorreu sobre os fins da instituição, realçou o valor da referida obra que “vae buscar a mulher nos abismos de abjeção em que despenha arrancando-a às ignomínias dos lupanares para transfigurá-la nos mistérios da penitência pelo amor, restituindo-lhe a formosura da alma reconquistada pelo arrependimento”.²⁸⁴

²⁸¹ SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2000. p. 362-400.

²⁸² Ibid., p. 362-400.

²⁸³ Revista Bello *Horizonte* nº 17. Janeiro de 1934 c. 15x – 014 – Arquivo da Cidade de Belo Horizonte.

²⁸⁴ O *Horizonte*, 15/09/23.

Em seguida, o bispo fez a leitura do Evangelho sobre a parábola que revela o perdão de Jesus a Maria Madalena. A parábola remete à figura de Madalena, a pecadora arrependida, considerada a prostituta mais conhecida da humanidade, que teve seu comportamento analisado, julgado e condenado por toda sociedade, menos por Jesus, que a aceitou, tornando-a sua discípula e propagadora da fé cristã²⁸⁵. Diante dessa figura, a igreja procurava reconduzir as mulheres pecadoras ao caminho da integridade. Madalena era considerada uma espécie de anti-modelo da mulher mãe, esposa e boa dona de casa. Madalena era o meio do caminho entre Eva e Maria. Conforme Rago, eram contrapostas no discurso burguês duas figuras femininas polarizadas: de um lado a imagem de Maria, a mãe dessexualizada e purificada, do outro lado a mulher sensual e pecadora, associada à figura do mal e de Eva.²⁸⁶ O desejo era aproximar as mulheres assistidas à figura de Maria, passando da condição de danosa à condição de santa.²⁸⁷

Segundo Rago, a mulher pobre que se prostituía era associada à imagem da criança ou do selvagem que necessitava dos cuidados do Estado e das classes dominantes na condução de sua vida. Era vista como pessoa desorientada que precisava de socorro dos especialistas para reencontrar o bom caminho e reintegra-se na sociedade²⁸⁸. Embora houvesse no interior das instituições asilares a clara intenção de enquadrar as mulheres assistidas no padrão moralmente aceito, na prática as mulheres asiladas recebiam de maneiras distintas as ações normatizadoras.

Nesse sentido, os católicos viam a obra Bom Pastor como,

um fim eminentemente social e cristão humanitário desenvolvido pelos governos, famílias e sociedade. Mas difundidas nas sociedades latino-americanas. Preocupação que se melhore a saúde moral da sociedade pela regeneração das infelizes que foram arrastadas ao abismo da degradação, e pela preservação de queda a que estão facilmente expostas tantas órfãs²⁸⁹.

A instituição teria a função de modular o comportamento das mulheres dentro da moral e tradição católicas, funcionando como elemento essencial para o desenvolvimento do processo de civilização proposto pela modernidade. Encarava a prostituição como um

²⁸⁵LELOUP, Jean-Yves. **O romance de Maria Madalena**: uma mulher incomparável. Campinas: Verus, 2004.

²⁸⁶RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite**: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

²⁸⁷SOUZA, Sidnara Anunciação Santana. **As órfãs e desvalidas do Asilo Filhas de Ana**: regras de conduta e feminilidade em Cachoeira (1891-1905). Dissertação de Mestrado em História. Universidade Estadual de Feira de Santana, 2009. p. 32 e 33.

²⁸⁸RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao Lar**: a utopia da cidade disciplinar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

²⁸⁹O *Horizonte*, 12/06/26

flagelo social, causador de doenças venéreas, que procurava-se combater. De acordo com seus idealizadores, o principal fim do estabelecimento era “promover por meio de recolhimento e indispensável assistência moral e material, a regeneração de mulheres transviadas, estando também no seu programa, implicitamente, a preservação de menores desamparadas”²⁹⁰, a difusão da higiene social e a regeneração das pobres vítimas da maldade humana.²⁹¹

O Asilo Bom Pastor recebia meninas entre 8 e 10 anos e também a guarda de mulheres prisioneiras, que por ventura o Estado lhe confiasse. Na ocasião da inauguração o asilo assistia 77 meninas/mulheres nas duas sessões. Com a ajuda de outras mulheres, a Sra. Luiz Alves (esposa do ministro da justiça), junto aos drs. Magalhães Castro e Clodovil Pinto Coelho e ao Sr. João Machado, em 28 de novembro de 1924, conseguiu abrir uma Seção de Preservação que permitia a entrada de crianças a partir dos seis anos de idade.

O espaço era dividido em duas seções: Proteção e Regeneração. As mulheres destinadas à ala de Regeneração recebiam outro nome ao entrarem no Asilo, como marca do surgimento de uma nova mulher. Segundo a madre superiora da instituição, as atividades nas duas seções eram assim divididas,

na primeira seção fazemos compreender às crianças órfãs ou àquelas cujos pais não tenham idoneidade moral para educá-las, deixando-as ao desamparo. Na segunda, cuidamos das moças de menor idade desamparadas, ou cuja conduta mereçam o nosso carinho e conselho. Empenhamos todos os esforços na formação ou na regeneração do caráter dessas moças, encaminhando-as física, moral e praticamente para a vida em sociedade. (...) Só regressam quando solicitadas por parentes ou interessados de reconhecida idoneidade. Algumas são encarregadas de cuidar das crianças menores.²⁹²

As aulas eram ministradas pelas irmãs de caridade e por professoras leigas, garantindo a instrução primária. As internas se ocupavam com tarefas que melhor condiziam com suas inclinações e aptidões. Elas pintavam, costuravam e bordavam, sendo os trabalhos produzidos pelas internas vendidos em benefício do asilo.

As normalistas que cuidavam da educação primária eram filiadas às associações católicas e eram preocupadas em destinar às internas a educação moral, bem como trabalhos de cozinha, casa e higiene infantil. Um traço importante das instituições filantrópicas destinadas às mulheres era a formação para o trabalho. Acreditavam que no caso das mulheres pobres, além do ensino para se tornarem boas donas de casa era preciso prepará-las para uma profissão que permitisse que vivessem de forma digna com o

²⁹⁰ O *Horizonte*, 18/06/24.

²⁹¹ O *Horizonte*, 13/08/24.

²⁹² Revista *Bello Horizonte* n. 17 janeiro de 1934 c. 15x – 014. Arquivo da cidade de Belo Horizonte.

fruto do seu trabalho. O bordado e a costura eram portas de salvação para a manutenção das que fossem solteiras e um complemento da renda para as casadas.²⁹³

FIGURA 9 - Meninas Órfãs Asiladas no Bom Pastor



Fonte: Revista Bello Horizonte 17/01/1934 – Acervo do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte.

4.1.3 A participação das mulheres leigas na rotina e na manutenção do asilo Bom Pastor

As mulheres leigas ligadas ao associativismo católico eram atuantes na manutenção e organização do Asilo Bom Pastor. Além de trabalharem como professoras de instrução primária, elas faziam aviamento de receitas, visitas periódicas às assistidas e angariavam fundos através de eventos sociais. Elas também concediam aulas de catecismo às internas e as levavam a participar dos eventos religiosos pela cidade, especialmente as festividades de Natal e Páscoa. Nessas ocasiões, as internas faziam apresentações artísticas e seguiam procissões.

A instituição mantinha-se com doações advindas do governo, iniciativa privada e homens da alta sociedade. Vê-se nos relatórios dos prefeitos da cidade de Belo Horizonte uma periodicidade dos repasses de verbas realizados para o Asilo Bom Pastor, mas a maior arrecadação da instituição estava no trabalho das filantropas, na organização de eventos e

²⁹³ GONZAGA, Aprígio de Almeida. **Finalidade do Trabalho Manual para as Mulheres**, Revista do Ensino, 14/07/1925. p. 117.

na venda dos artigos produzidos pelas asiladas. Vejamos os repasses realizados pela prefeitura.

TABELA 45 - Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo Prefeito Flávio Fernandes dos Santos. Setembro/1923 (Ano 1922-1923)

Santa Casa de Misericórdia	16:000\$000
Asylo Affonso Penna, Maternidade de Belo Horizonte, Orphanato Santo Antônio, Associação Assistência à Pobreza, Associação das Damas de Caridade, Associação Escolar São José para manutenção das escolas primárias a seu cargo.	3:000\$000 para cada uma
Hospital de São Vicente e Asilo Bom Pastor	4:000\$000
Faculdade de Medicina, para manutenção do Hospital São Geraldo	1:500\$000
Associação Protectora da Infância, Liga Contra a Tuberculose, Associação dos Empregados do Comércio para manutenção de uma escola nocturna e escola operária	1:000\$000
Obras públicas	902:15\$000

Fonte: Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. Relatórios de Prefeitos – Auxílios p.50.

TABELA 46 - Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo Prefeito Flávio Fernandes dos Santos. Setembro/1925 (Ano 1924-1925)

Santa Casa de Misericórdia	20:000\$000
Asylo Affonso Penna	5:000\$000
Maternidade Hilda Brandão	4:000\$000
Orfanato Santo Antônio	6:000\$000
Associação das Damas de Caridade São José e da Boa Viagem, em partes iguaes	5:000\$000
As escolas parochiais de São José e da Lagoinha, em partes iguaes	3:000\$000
Asylo Bom Pastor	3:000\$000
Faculdade de Medicina, para o Hospital São Geraldo	2:000\$000
Associação dos Empregados do Commercio para a Manutenção de uma escola nocturna	4:000\$000
Escola Operária Donato de Fonseca	3:000\$000
Obras públicas	1.127:726\$000

Fonte: Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. Relatórios de Prefeitos – Auxílios p.53.

TABELA 47 - Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo Prefeito Christiano Monteiro Machado. Outubro/1926 (Ano 1925-1926)

Santa Casa de Misericórdia	24:000\$000
Asylo Affonso Penna	6:000\$000
Maternidade Hilda Brandão	6:000\$000
Orfanato Santo Antônio	6:000\$000
Associação das Damas de Caridade São José	2:500\$000
Associação das Damas de Caridade da Boa Viagem	2:500\$000
Escola parochial de São José	2:500\$000
Escola parochial da Lagoinha	2:500\$000
Hospital São Vicente de Paula	4:000\$000
Asylo Bom Pastor	4:000\$000
Faculdade de Medicina, para o Hospital São Geraldo	3:000\$000
Associação dos Empregados do Commercio para a Manutenção escola nocturna	4:000\$000
Escola Operária Donato de Fonseca	4:000\$000
Obras públicas	1.580:522\$000

Fonte: Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. Relatórios de Prefeitos – Auxílios p.14.

TABELA 48 - Relatório do Primeiro Ano da Administração Municipal no quadriênio iniciado em 1926

Santa Casa de Misericórdia	24:000\$000
Asylo Affonso Penna	6:000\$000
Maternidade Hilda Brandão	6:000\$000
Orfanato Santo Antônio	4:000\$000
Associação das Damas de Caridade	5:000\$000
Escola parochial de São José e outras	7:000\$000
Hospital São Vicente de Paula	4:000\$000
Asylo Bom Pastor	4:000\$000
Faculdade de Medicina, para o Hospital São Geraldo	3:000\$000
Associação dos Empregados do Comercio para a Manutenção escola nocturna	4:000\$000
Escola Operária Donato de Fonseca	4:000\$000
Obras públicas	1.400:???\$000

Fonte: Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. Relatórios de Prefeitos – Auxílios p.196.

TABELA 49 - Mensagem apresentada ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Christiano Monteiro Machado. Outubro/1928

Santa Casa de Misericórdia	30:000\$000
Asylo Affonso Penna	8:000\$000
Maternidade Hilda Brandão	8:000\$000
Orfanato Santo Antônio	10:000\$000
Associação das Damas de Caridade de São José	2:500\$000
Associação das Damas de Caridade de Boa Viagem	1:250\$000
Escola parochial de São José	1:250\$000
Escola parochial da Lagoinha	1:250\$000
Escola parochial São Geraldo	2:500\$000
Hospital São Vicente de Paula	5:000\$000
Asylo Bom Pastor	4:000\$000
Associação dos Empregados do Comercio	2:000\$000
Escola Operária Donato de Fonseca	4:000\$000
Obra Assistencial de Mendigos	12:000\$000
Obras públicas	7.568:288\$766

Fonte: Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. Relatórios de Prefeitos – Auxílios p.196.

TABELA 50 – Repasses Prefeitura (1940 – 1941)

Segurança Pública e Assistência Social	31:0594\$600
Educação Pública	89:046\$000
Saúde Pública	239:615\$600
Serviços Industriais	26:643\$600
Serviços de Utilidade Pública	1.994:119\$500

Fonte: Relatório apresentado ao governo de Benedito Valadares Ribeiro pelo Prefeito Otacílio Negrão. (1935-1936). Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. Relatórios de Prefeitos – Auxílios p. 23-25.

Como podemos observar o valor do auxílio municipal destinado ao Bom Pastor variava entre 3:000\$000 e 4:000\$000, dentro da média de repasses para instituições da mesma natureza, tais como o Orfanato Santo Antônio e o Hospital São Vicente de Paulo. É possível verificar também que das instituições subvencionadas, o maior repasse era destinado à Santa Casa de Misericórdia, que se destacava como um dos mais importantes espaços de assistência aos pobres e no combate a epidemias da cidade.

Outro ponto a ser realçado é o fato de todas essas instituições serem destinadas à assistência do pobre operário, às crianças órfãs e mulheres desvalidas. Eram instituições preocupadas com o cuidado com a saúde, mas também com a instrução e formação profissional do público assistido.

Pode-se verificar também que os auxílios destinados à assistência eram infinitamente menores àqueles destinados às obras públicas, por isso a necessidade da colaboração da iniciativa privada e do trabalho benemérito nessa instância. Esse dado demarca a ineficiência do Estado para cuidar dos aspectos sociais, sobretudo da saúde, e a importância da filantropia nesse setor. As tabelas revelam também a predominância da Igreja Católica no campo assistencial em Belo Horizonte, uma vez que quase todas as instituições subvencionadas pela prefeitura eram católicas.

Cabe ressaltar que nos anos 1929-1930, 1930-1931, 1935-1936 e 1937 não consta nos relatórios dos prefeitos o quadro detalhado de auxílios destinados às instituições filantrópicas. Há menções sobre doações de terras e concessão e autorização de espaços dessa natureza, das quais chamamos a atenção para a construção da Cidade de Ozanan, colônia de pobres com o objetivo de retirá-los da área urbana central²⁹⁴; a doação do terreno da Vila Concórdia, para a construção da Creche Menino Jesus²⁹⁵; e a construção de novas alas na Santa Casa de Misericórdia.

Os dados sobre as doações de terreno por parte da prefeitura podem ser cruzados com a ação da Comissão de Assistência e Caridade apresentada no capítulo anterior. Observamos que nos anos 1930 houve um aumento da construção de instituições filantrópicas e das obras de casa de morada destinadas às doações de terrenos e moradias aos pobres, o que, em certa medida, justifica a diminuição dos repasses em dinheiro às instituições filantrópicas nesse período.

Outros aspectos importantes revelados pelas tabelas de auxílios são as relações existentes entre essas instituições. Conjuntamente, as instituições formavam um campo assistencial e, por sua vez, compartilhavam uma lógica assistencialista baseada na moral católica, no suprimento material e na formação educacional e profissional. Tal rede permitia às mulheres vinculadas ao associativismo católico transitarem por todas as instituições. As mulheres tinham papéis importantes, a se destacar, o levantamento e gerência de verbas, a instrução escolar e material, além da articulação com diversos intelectuais ligados ao universo da educação e da saúde. Nesse campo assistencial existia uma hierarquia a ser respeitada e um comando que as interligava. A Sociedade São Vicente de Paulo detinha

²⁹⁴ O projeto foi aprovado pelo prefeito Otáclio Negrão de Lima e doou um terreno na Vila Renascença ao Conselho Metropolitano da Sociedade São Vicente de Paula de Belo Horizonte

²⁹⁵ Relatório apresentado ao governo de Benedito Valadares Ribeiro pelo Prefeito Otacilio Negrão. (1935-1936). Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. Relatórios de Prefeitos – Auxílios p. 23-25.

grande importância dentro dessa hierarquia. Funcionava como instituição catalisadora e organizadora das ações filantrópicas. Conectadas a esse campo assistencial estavam as esferas públicas e privadas, o discurso médico científico e, claro, as mulheres católicas.

Além dos repasses oficiais da prefeitura de Belo Horizonte, o Bom Pastor recebia doações de particulares e da iniciativa privada. Como salienta Viscardi, as instituições filantrópicas mantinham contato com os gestores públicos e cobravam a participação pública mais efetiva. Já a doação da iniciativa privada e de membros da elite servia como um mecanismo de reforço da cultura dominante. Ao fazerem grandes doações os membros dessa elite conseguiam que seus nomes fossem alçados às condições de cidadãos beneméritos ilustres.²⁹⁶

A tabela a seguir demonstra essa combinação de doações.

TABELA 51 – Doações destinadas ao Asilo Bom Pastor²⁹⁷

LISTA DE DOADORES	QUANTIA
Antônio Carlos Ribeiro de Andrada	200\$000
Secretários do Estado, Prefeito da Capital e Diretor do Dep. de Eletrecidade	250\$000
Senado e Camara	300\$000
Loteria Mineira	100\$000
Empresa Gomes Nogueira	248\$000
Tribunal da Relação, Fórum Federal e 12 outras	151\$000
Padre Salustiano	100\$000
Lista dos Advogados a cargo dos drs. Júlio de Carvalho e Mozart Menicom	530\$000
Lista dos Engenheiros a Cargo do dr. Benedito José dos Santos	450\$000
Grupo Barão de Rio Branco	164\$000
Grupo Affonso Penna	80\$600
Sr. Oscar Netto	200\$000
Sr. Antenor de Freitas	200\$000
Banco Commercio e Industria	1:000\$000
Banco HypotecárioAgricola	1:000\$000
Banco Pelotense	500\$000
Commercio	726\$200
Lista a cargo do dr. Ernesto Von Sperling	400\$000
Grupo Barão de Macaubas	62\$000
Total	5:651\$800

Fonte: *Horizonte* 27/08/1927.

Era comum as instituições filantrópicas receberem verbas advindas de loterias, comerciantes, bancos e políticos. As doações demonstradas na tabela acima são resultado de uma semana de arrecadação organizada pelas mulheres da Associação Protetora do Asilo Bom Pastor. Pelo valor total da arrecadação observamos que a quantia alcançada na “Semana Bom Pastor” é quase o dobro do valor recebido anualmente da prefeitura de Belo Horizonte. Esse é um dado bem relevante sobre a importância da mobilização das mulheres na manutenção das obras do asilo.

²⁹⁶ VISCARDI, Claudia Maria Ribeiro. **Mutualismo e filantropia**. In: Locus: Revista de História. Juiz de Fora, v. 10 n. 1, p. 95-113 jan./jun., 2004.

²⁹⁷ Arrecadação referente à Semana Bom Pastor, organizada pela Associação Protetora do Asilo.

Na tabela 52 visualizamos os donativos concedidos pelos comerciantes da cidade. As doações eram utilizadas para o consumo do asilo ou como premiação de sorteios nos eventos realizados para angariar verbas para a instituição. Vale ressaltar que as casas comerciais que mantinham certa regularidade na doação de artigos tinham um grande contingente de mulheres operárias e recebiam visitas periódicas das associações católicas, ou eram empresas instaladas no entorno da instituição.

TABELA 52 - Donativos do comércio em fazendas, gêneros para o Bom Pastor²⁹⁸

Confeitaria estrela	1 litro de licor de ouro
Casa Oscar Marques	2 pares de sapato
Guedes e Cia	1 peça de algodão
Casa Abras	1 peça de morim
Casa Confiança	1 vidro filosina
Trianon	2 latas de conservas
Baleira Suissa	3 kilos de balas
Casa Aristides Alfaiataria Guanabara	5 pares de meia
Alfaiataria Guanabara	1 sabonete
Sr. Sebastião A. Lima	3 colchas
Padaria Martini	10 kg de macarrão
Sr. Carlos Coelho	30 kg de farinha de mandioca, 1 peça de algodão, 1 caixa de charutos, e retalhos de fazendas entregues sem os nomes dos doadores.

Fonte: *Horizonte* 27/08/1927.

Os dados das tabelas mostram a importância da filantropia católica nos trabalhos assistenciais, demonstrando a variedade de sujeitos e organizações que contribuíram para edificar o sistema de assistência. A atuação do poder público, municipal ou estadual, restringia-se à subvenção. Além das doações do poder público e da iniciativa privada, o Asilo contava com uma Associação Protetora do Asilo Bom Pastor, que organizava festivais, quermesses e palestras para arrecadação de verba. A viúva de Raul Soares, a senhora Aracy Sperling Soares de Moura, era uma das diretoras da associação²⁹⁹, que também recebia subvenções do governo federal.

Era comum nesse período a relação entre a assistência social e o primeiro-damismo. As mulheres de elite e esposas de políticos assumiram uma postura mediadora entre o poder público e as organizações filantrópicas, estimulando o voluntariado feminino.³⁰⁰ Um caso notório em Belo Horizonte foi a atuação de Hilda Brandão, esposa do presidente do estado, Júlio Bueno Brandão, que dirigiu campanhas de recolhimento de

²⁹⁸ Arrecadação referente à Semana Bom Pastor, organizada pela Associação Protetora do Asilo.

²⁹⁹ Minas Gerais, 04/12/1929.

³⁰⁰ MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado entre a filantropia e a assistência social**. São Paulo: Cortez, 2011.

fundos com apoio das Damas de Caridade para criação da primeira maternidade belorizontina.³⁰¹

Os festivais em benefício do asilo, comumente aconteciam no Cinema Floresta e no Teatro Municipal da capital. A programação era organizada por grupos benfeitores, pelas senhoras e senhoritas católicas, com patrocínio de empresas do ramo alimentício e têxtil, destacando-se as empresas Gomes Nogueira, a Fábrica de Sabonetes Haya, a Fábrica Bala Nova Suíça, as Malhas Clecius, a Camisaria São José, a Fábrica de Toalhas Minas Fabril, Cemil, Marçola, dentre outras. Mais uma vez chamamos atenção para o fato de que a iniciativa privada que colaborava para manutenção do asilo era notadamente as empresas que empregavam mulheres operárias.

As jovens benfeitoras encenavam peças teatrais tendo como principal inspiração textos de renomadas escritoras brasileiras, especialmente os trabalhos de Amélia de Rezende Martins. As peças teatrais eram dirigidas pelas Damas da Caridade e outras jovens, membros das diversas associações católicas femininas. Amélia Rezende Martins, nascida em Campinas, era filha do Comendador e Barão Geraldo Ribeiro de Souza Rezende, e foi casada com o médico João de Assis Lopes Martins. Mãe de muitos filhos, destacava-se na época como grande nome na arte musical e na escrita. Começou sua carreira como escritora produzindo livros didáticos³⁰² para educação de seus filhos, cujos títulos foram adotados pela Instrução Pública do Rio de Janeiro. Viajou por alguns países da América afirmando a importância da obra educativa salesiana e publicou vários artigos em jornais sobre os temas divórcio, benemerência e temas ligados à mulher. Era uma mulher ativa no trabalho caritativo e utilizava esse trabalho como uma forma de ativismo político. Amélia tinha planos de desenvolver uma rede nacional de organização e assistência social.³⁰³

Em 1925, a convite de Lúcio dos Santos, importante liderança católica e, na época, diretor da Instrução Pública de Minas Gerais, Amélia Rezende Martins esteve em Belo Horizonte para realizar conferências pedagógicas sobre o ensino primário. Na ocasião, auxiliou na organização de projetos de utilização do cinema na escola. O objetivo era oferecer divertimento e, ao mesmo tempo, lições que julgavam moralmente sadias, com a

³⁰¹ MARQUES, Rita de Cássia. **A imagem social do médico de senhoras no século XIX**. Belo Horizonte: Coopmed, 2005.

³⁰² Geografia Elementar, 24 pontos de História do Brasil, Meu Brasil 40 pontos, Compêndio de História do Brasil, Pontos de Geografia Universal, Meu Livro de Missa, O livro de José Maria, Quadros Sinóticos Sincrônicos de História Universal, Quadro Sinótico e Sincrônico de História do Brasil, Quadro Sinótico e Sincrônico da História da Música. BITTENCOURT, Adalzira. **Dicionário bio-bibliográfico de mulheres ilustres, notáveis e intelectuais do Brasil**. Rio de Janeiro: Pongelti, 1969. p. 244-245.

³⁰³ Ibid.

apresentação de modelos de mulheres admiráveis, bem como a indicação de livros infantis, peças teatrais e poesia.

Dos variados eventos organizados pelas benfeitoras do Asilo Bom Pastor, destacamos:

- Em outubro de 1924 em parceria com a Empresa Gomes Nogueira. As associadas organizaram um festival no Cinema Floresta. Na programação constava Cena de Três Atos da escritora Amélia Rodrigues - A Borboleta e as abelhas (personagens: Sophia, Maria C. Miranda, Terezinha e sua filha, G. Pimenta, Gracinda e sua filha, Dinorah Faria, D. Otília, Delmira Teixeira, Aurora filha de Otília S. Coelho Aleixo, Claudia Luiza Machado A Coelho e Flora Pimenta.³⁰⁴
- Em dezembro de 1924, no cinema Floresta as benfeitoras organizaram a apresentação da peça de teatro “Drama Santa Dorotéia” sob a organização de D. Beralda Nunes³⁰⁵.
- Em janeiro de 1925, as senhoritas Annita e Lindinha de Melo organizaram a apresentação de trágico cômico lírico, também no Cinema Floresta.³⁰⁶
- Em junho de 1928 realizaram no Teatro Municipal um festival artísticos e conferências infantis, sob a organização de Lourdes Lima Liberal. Fazia parte da apresentação os números: Apresentação de Elza Soares no piano; Bailado de sombrinhas por um grupo de meninas (provavelmente asiladas); a Conferência o Jeca Tatu pela senhoria Ruth Garcia de Paiva; Luzie: cantado pelo menino Eddie Rolleaux; Às vistas: cançonela pela menina Iracema Xavier; Recitativo italiano pelo menino José Carlos Ferrari de Lima e Ayayaya cantado por Eddie Rolleaux.³⁰⁷

Outra figura recorrente era D. Beralda Nunes de Faria – D. Lalá, que dirigia diversas peças teatrais. O jornal *O Horizonte* ressaltava a sua capacidade de “antepor os seus deveres de esposa e mãe, formando um lar feliz e cristão” e ainda ser capaz de promover distrações lícitas, como o famoso drama Santa Doroteia. Mulheres como Beralda e Amélia Rezende eram referenciadas como modelos femininos a serem seguidos, uma vez que, apesar de serem mulheres com uma profícua carreira profissional, eram católicas, casadas e tinham muitos filhos.

A figura do Jeca Tatu era recorrente nas apresentações.³⁰⁸ Segundo Nisia Trindade Lima e Gilberto Hochman³⁰⁹, a trajetória do Jeca Tatu, criado por Monteiro Lobato, sintetiza o que o autor acreditava serem os males do Brasil e elucida de alguma maneira o debate intelectual que envolveu diferentes autores preocupados com o tema dos contrastes sociais existentes no país. Afirmam os autores que Monteiro Lobato escreveu, entre os anos

³⁰⁴ *O Horizonte*, 6/8/1924.

³⁰⁵ *O Horizonte* 13/08/1924.

³⁰⁶ *O Horizonte* 10/12/1926.

³⁰⁷ *O Horizonte* 30/06/1928.

³⁰⁸ *O Horizonte*, 30/06/28.

³⁰⁹ HOCHMAN, Gilberto e LIMA, Nisia Trindade. **Pouca saúde, muita saúva, os males do Brasil são... Discurso médico sanitário e interpretação do país.** In: *Ciência e Saúde Coletiva* 5(2), 2000. p. 313-332.

1916 e 1920, o *Problema Vital*, que reúne uma série de artigos sobre o tema do saneamento, divulgados no jornal *O Estado de São Paulo*, dentre os quais destacam o texto “A ressurreição do Jeca Tatu”.

Segundo Lima e Hochman o artigo é narrado,

na forma de uma parábola dirigida às crianças. Ao passar a acreditar na ciência médica e a seguir suas prescrições, o personagem transforma-se. Livre da opilação e como consequência do estado de permanente desânimo torna-se produtivo, em pouco tempo, um próspero fazendeiro, competindo com seu vizinho italiano e rapidamente ultrapassando-o.³¹⁰

Hochman e Lima mostram que ao término da história há um ensinamento moral. Jeca Tatu havia se tornado não somente um homem afortunado, mas também um educador sanitário que transmitia a seus empregados os conhecimentos aprendidos.

Podemos inferir que os eventos organizados pelas filantropas estavam inseridos num contexto de efervescência ideológica e de campanhas cívicas. Muitos atores se destacavam simultaneamente como educadores e sanitaristas, que pretendiam, através dos novos conceitos científicos, normatizar e disciplinar as sociedades urbanas para a vida moderna.

Ressaltamos a atuação das mulheres na gerência dos eventos, na organização das festas, palestras e na administração dos valores angariados. Tal atuação põe em xeque o argumento de Susan Besse³¹¹ de que a ação social da mulher estava prevista dentro de valores conservadores pré-estabelecidos, que restringia os efeitos potenciais e as oportunidades das mulheres na sociedade. Ao contrário disso, as associadas católicas, por meio das associações, criavam agendas de reivindicações e defesa de seus interesses, que passavam basicamente pela proteção da infância e das mulheres operárias.

Em março de 1925, a Associação Protetora do Asilo Bom Pastor iniciou uma campanha cujo objetivo era levantar fundos para a construção de um novo edifício, no Barro Preto, em terreno doado pela prefeitura de Belo Horizonte. No dia 19 de março desse ano, ocorreu uma solenidade de lançamento da pedra fundamental do novo prédio. Acredita-se que a escolha pelo Barro Preto dava-se em função da maciça presença de operárias no bairro. Estavam presentes no evento D. Cabral, Flávio dos Santos (prefeito), Lúcio dos Santos (diretor da Instrução Pública), irmãs da Congregação Bom Pastor, as crianças e as religiosas do Orfanato Santo Antônio e muitas famílias da elite belo-horizontina, animados

³¹⁰ HOCHMAN, Gilberto e LIMA, Nisia Trindade. **Pouca saúde, muita saúva, os males do Brasil são... Discurso médico sanitário e interpretação do país.** In: *Ciência e Saúde Coletiva* 5(2), 2000. p. 322.

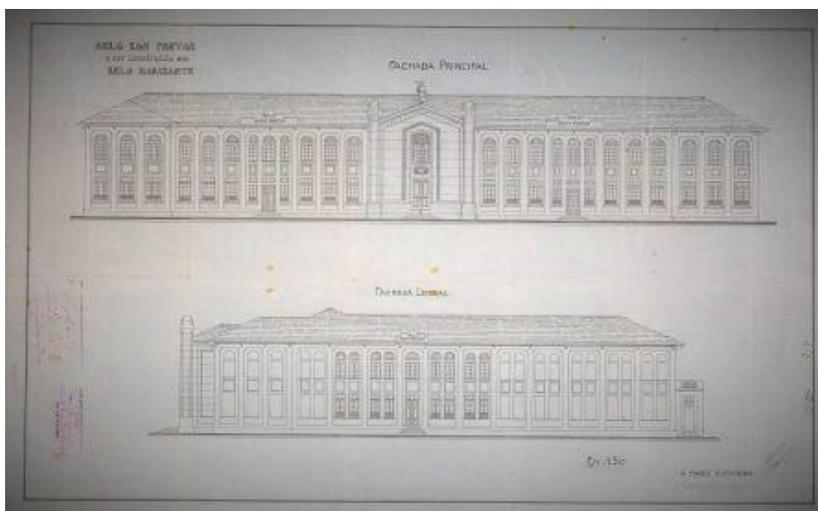
³¹¹ BESSE, Susan K. **Modernizando a desigualdade – reestruturação da ideologia de gênero no Brasil 1914-1940.** São Paulo: Edusp, 1999.

pela banda da Polícia Militar.³¹² Apesar da realização do evento, a construção definitiva do Asilo deu-se mais tarde, no ano de 1934, em outra localidade.

Em 1930 a Me. Maria das Vitórias B. de Souza Breves deixou a casa Bom Pastor de Belo Horizonte e foi substituída pela Me. Maria do Coração Agonizante de Jesus Batista de Oliveira, que concluiu as negociações referentes à doação do terreno pela prefeitura. Pela negociação, o terreno Alto do Cercado (Calafate) foi destinado à instalação da obra definitiva do asilo, localizado no bairro Nova Suíça, onde hoje funciona o Colégio Santa Maria.

O projeto do prédio foi elaborado pelo arquiteto Luiz Olivieri, datado de 03 de julho de 1931, aprovado pela prefeitura em 01 de outubro desse mesmo ano.³¹³ Segundo Rita Lages Rodrigues, o arquiteto era italiano, da cidade de Florença, e chegou a Belo Horizonte no ano de 1895 para compor a comissão construtiva da capital. Há ainda hoje vários vestígios de sua presença nas obras arquitetônicas da cidade. Tinha como elemento forte a preocupação com a estética de jardins, iluminação, ventilação e arejamento dos ambientes. Pelo novo projeto previa que o asilo pudesse abrigar até 300 asiladas e era dividido em três alas distintas: ala das madalenas, penitentes e preservadas.³¹⁴

FIGURA 10 - Projeto da Fachada do Asilo Bom Pastor³¹⁵



Fonte: Acervo do Arquivo da Cidade de Belo Horizonte.

³¹² *O Horizonte*, 21/03/25.

³¹³ Acervo da Secretaria Municipal Adjunta da Regulação Urbana (SMARU), projetos arquitetônicos do século XIX ao XXI. 9 Pranchas. O projeto é de autoria de Luiz Olivieri, com o título Asilo Bom Pastor a ser construído em Belo Horizonte, foi aprovado pela prefeitura em 01 de outubro de 1931. Notação do documento; APCBH//AJ.1902-000272.

³¹⁴ *O Horizonte*, 24/10/1931.

³¹⁵ A imagem foi retirada de uma rede social do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. Pela descrição da imagem, é possível ver na prancha original as três alas do Asilo: Madalenas, Penitentes e Preservados.

Como já mencionado, a cerimônia da benção e do estabelecimento da primeira pedra do Asilo Bom Pastor se deu no ano de 1931. Presidida por D. Cabral, teve como paraninfos o presidente Olegário Maciel, dr. Gustavo Capanema (Secretário do Interior), dr. Amaro Lannari (Secretaria de Finanças), dr. Ribeiro Junqueira (Secretário da Agricultura), dr. Noraldino de Lima (Secretário da Educação e Saúde Pública), dr. Luiz Pena, dr. Ernani Agrícola (diretor de Saúde Pública), dr. Mario Casasanta (Diretor de Imprensa), dr. Carlos Campos, dr. Álvaro Batista (Chefe de Polícia), tenente coronel Francisco de Campos Brandão, tenente coronel Elpidio Amaral, tenente coronel João Evangelista, coronel José Gabriel Marques, major Octavio Diniz, tenente coronel Quintiliano Valadares, Sr. José Dias Bicalho, Sr. Felício Rocho, dr. Paulo Alvim e senhora, Dr. Edgard Franzen de Lima e senhora, Dr. Olinto Orsini e senhora, dr. Aprigio Ribeiro de Oliveira (Presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais), dr. Fernando Penna (prefeito) e senhora, coronel Arthur Vianna e senhora, desembargador Nisio Batista de Oliveira e senhora, dr. Borges da Costa e senhora, Dr. Pedro Magalhães e senhora, coronel Faustino Assumpção e senhora, coronel Virgílio Machado, Dr. Hugo Werneck e senhora, Dr. Cristiano Guimarães e senhora, desembargador Souza e Lima e senhora, Dr. Araujo Penna, D. Colleta Lanari, D. Leopoldina Leite, D. Alice Sigaud e D. Marocas Franco.

Entrevê-se a participação de figuras importantes da elite belo-horizontina, atuantes no campo da educação, saúde e segurança pública. A maior parte deles estava acompanhada de suas esposas, que eram por sua vez as leigas atuantes nos projetos assistenciais da Igreja Católica, não apenas no Bom Pastor. Dentre elas destacamos Colleta Lanari, Leopoldina Leite, Alice Sigaud e Marocas Franco.

Chama a atenção o fato de grande parte desses homens pertencer à militância católica e estar engajada no projeto de modernização da cidade de Belo Horizonte. A presença de nomes importantes do Serviço de Segurança e Assistência Pública da cidade e do Estado denota o forte elo das instituições filantrópicas com esse tipo de serviço e reforça o argumento de que havia uma clara preocupação de corrigir e controlar as mulheres abrigadas pelo asilo. Como aponta Rago, formou-se nesse período um complexo sistema judiciário utilizado pelo sistema vigente como um recurso a fim de disciplinar, controlar e estabelecer normas para as mulheres dos segmentos populares.³¹⁶

Das diversas autoridades ligadas à segurança pública, destacamos Edgar Franzen de Lima, irmão de Mário Franzen de Lima.³¹⁷ Edgar possuía estreita relação com as

³¹⁶ RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao Lar**: a utopia da cidade disciplinar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

³¹⁷ Mário Franzen de Lima foi escritor, professor de Filosofia e Direito da Faculdade de Minas Gerais, diretor do Arquivo Público Mineiro e da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais. Atuou como secretário da presidência do estado nos governos de Mello Viana e Antônio Carlos de Andrada. Foi um dos fundadores da Academia Mineira de Letras e liderou o movimento em prol do retorno

associadas da Confederação Católica Feminina e trabalhava em parceria com a Comissão Fé e Moral em campanhas chamadas por eles de “campanha pelo saneamento moral”, em prol da censura de filmes e representações teatrais.³¹⁸

No ano de 1929, Edgar Franzen de Lima assumiu a Delegacia de Costumes e Jogos da capital. Conforme Lucas Carvalho Soares de Aguiar Pereira³¹⁹, a Delegacia de Costumes teve funções variadas, mas estava ligada, sobretudo, a movimentos e campanhas morais, além da perseguição às manifestações religiosas africanas e espíritas, caça aos banqueiros do jogo do bicho e intervenção na prática do meretrício.

A aspiração de criar em Belo Horizonte uma delegacia de Costume e Jogos era antiga. No ano de 1914, o então delegado Affonso dos Santos³²⁰, denodado militante católico, em parecer apresentado ao Secretariado do Interior, afirmava que o século XIX havia inaugurado uma maneira de atuação da política de costumes. De acordo com ele, as prostitutas eram inscritas em um registro exclusivo, sequestradas da sociedade e enclausuradas em casas autorizadas. Nessas casas eram submetidas a visitas sanitárias periódicas, idealizando a extinção de moléstias derivantes da prostituição.

Como demonstra Lucas, para Affonso dos Santos, a melhor maneira de lidar com a questão seria,

Reprimir tanto possível a onda invasora da corrupção protegendo as menores abandonadas, colocando-as em asilos e orfanatos ou em casas de família, procurando-lhes serviços, exercendo muita vigilância sobre as meretrizes, evitando escândalo na vida pública, cuidando seriamente impedir que as pensões e casas de prostitutas ofendam os bons costumes que escandalizam a sociedade.³²¹

No ano de 1927, o então presidente do estado, Antônio Carlos de Andrada, propõe a organização do sistema penitenciário em Minas Gerais, antes marcado pela promiscuidade, falta de higiene e de função educativa. O jurista e professor Mendes Pimentel foi nomeado o primeiro presidente do novo Conselho Judiciário. Estava em seus planos a criação de um sistema penitenciário mais humano e que permitisse a correção

do ensino religioso ao currículo das escolas mineiras, movimento nomeado por ele como o Bom Combate.

³¹⁸ Ata Confederação Católica Feminina 29/02/28.

³¹⁹ PEREIRA, Lucas Carvalho Soares de Aguiar. **Sociabilidade e Moralização dos Costumes: os guardas civis e a experiência do policiamento do meretrício em Belo Horizonte. (1928-1934).** História e Perspectiva, Uberlândia (49): 41-68 jul./dez.,2013.

³²⁰ Affonso dos Santos, além do cargo de delegado de polícia, atuava como professor e jornalista. Trabalhou na reforma do ensino elaborada por Francisco Campos no estado de Minas Gerais.

³²¹ RCP 1014b p.65 *apud* PEREIRA, Lucas Carvalho Soares de Aguiar. **No intuito de produzir influência educativa: delegacia de costumes e práticas do meretrício em Belo Horizonte (décadas de 1920 e 1930).** Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, 2012. p.31.

mais efetiva dos desajustados sociais. Nessa empreitada, Pimentel contou com o auxílio de Alexandre Drumond, Estevão Pinto e Magalhães Drumond.

No novo modelo penitenciário, o Asilo Bom Pastor teve papel importante, pois a presença de mulheres nas cadeias locais representava um transtorno para as autoridades, uma vez que os presos brigavam entre si por causa das mulheres. Ao serem direcionadas para o Bom Pastor, além de ficarem longe do olhar masculino, elas tinham a possibilidade de se reabilitarem. Desse modo, eram encaminhadas ao Bom Pastor mulheres que haviam sido defloradas, meretrizes, alcoólatras e outros crimes. Como mostra Pereira, as colunas policiais publicadas nos jornais indicam um gradual crescimento das prisões de meretrizes por questões de ordem moral, entre os anos de 1928 e 1929. Pode-se atribuir esse aumento, à reforma penitenciária iniciada nesse período.

Pela estreita relação do serviço de Segurança Pública com as associações femininas católicas e pelo regulamento do Bom Pastor, podemos conjecturar que se não todas, parte das mulheres detidas pela delegacia de Costumes e Jogos era asilada na instituição. Corrobora também os argumentos defendidos por Marina Costa e Silva e Lucas Pereira de que a polícia belo-horizontina se construiu como um dos aparelhos de disciplina mobilizado pelo Estado e pela elite de uma maneira geral, em busca da conformação dos comportamentos e sensibilidades.³²²

Outro ponto importante é a presença de Olinto Orsini de Castro, médico e professor da faculdade de medicina em clínica sifiligráfica e dermatológica, que ocupou importantes cargos no Serviço de Profilaxia da Lepra, Sífilis e Doenças Venéreas do Serviço de Saneamento Rural³²³. Como demonstra Carrara, a sífilis, assim como outras doenças venéreas, era considerada, na virada do século XIX até os anos 1940, como um elemento da degeneração brasileira, devendo, portanto, haver uma intervenção educativa e sanitária.³²⁴ Através dessas intervenções intentava-se tornar essas mulheres sadias e aptas ao trabalho.³²⁵

³²² SILVA, Marina Guedes Costa e. **A moral e os bons costumes: a experiência da cidade nas narrativas policiais.** (Belo Horizonte, 1897 – 1926). Dissertação de Mestrado em Educação. Belo Horizonte. Faculdade de Educação Universidade Federal de Minas Gerais, 2009 e PEREIRA, Lucas Carvalho Soares de Aguiar. **No intuito de produzir influência educativa: delegacia de costumes e práticas de meretrício em Belo Horizonte (décadas de 1920 e 1930).** Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, 2012.

³²³ Foi um dos fundadores da União dos Moços Católicos de Belo Horizonte, participou ativamente dos Congressos de Médicos Católicos. Em 1946 assumiu a Secretaria da Educação e da Saúde em Minas. Dirigiu o serviço de Sifilografia do Departamento Estadual de Saúde. Foi vice-presidente da Sociedade Mineira de Leprologia.

³²⁴ CARRARA, Sérgio. **Tributo à Vênus a luta contra a Sífilis no Brasil, da passagem do século aos anos 1940.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1996.

³²⁵ STEPAN, Nancy Leys, **A Hora da Eugenia: raça, gênero e nação na América Latina.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005. p. 52.

A prostituição era classificada como um vício que corrompia o corpo social, e por isso era motivo de estudo médico. Procurava-se criar técnicas de saber e estratégias de poder destinadas a enclausurar e domesticar as práticas sexuais. Tratava-se de uma luta contra o “perigo venéreo” em defesa da saúde da população e da preservação da espécie.³²⁶

Chama atenção também a presença do médico Hugo Werneck, que como demonstrou Marques, foi importante figura no processo de institucionalização e especialização dos “médicos de senhoras”, em Belo Horizonte. Em seu trabalho, a autora revela a importância do discurso católico para o acesso ao corpo da mulher.³²⁷

A inauguração definitiva do espaço se deu em 23 de abril de 1934, quando o prédio oferecia condições para receber o contingente do Bom Pastor. Na ocasião eram 133 alunas internas, entre as jovens da Reeducação e as crianças da Preservação. Em 1955 foi suprimida a Seção da Preservação. Em 1957 vendeu-se parte do terreno e nos antigos apartamentos ocupados pela Preservação instalou-se uma escola externa, com professoras pagas pelo governo. A frequência média era de 115 alunas, crianças pobres da vizinhança.

Em 28 de dezembro de 1969, por iniciativa da Irmã Maria Teresa Moreira Machado, inaugurou-se no Instituto Bom Pastor a obra social Margarida Maria Batista Oliveira, com gabinete médico, gabinete dentário, curso de educação alimentar, arte culinária, trabalhos manuais, bordados, formação moral, formação religiosa, formação educacional, orientação às mães solteiras e alfabetização de adultos. Mais tarde o asilo transformou-se no Instituto Bom Pastor e na escola Maria Eufrasia, dirigida pela Congregação Católica, sem vínculos com o poder público, associada à Arquidiocese de Belo Horizonte e mantida pela Congregação Bom Pastor.

Como podemos verificar, o trabalho caritativo desenvolvido pelo asilo Bom Pastor, particularmente entre os anos 1920 e 1940, estava intimamente integrado ao projeto de modernização e ordenação social de Belo Horizonte. Com o crescimento da cidade, a urbanização, a industrialização e a ampliação das possibilidades culturais da capital, temia-se pela moral e saúde das mulheres pobres. A instituição, nesse sentido, procurava recuperar as mulheres perdidas e reintegrá-las à ordem social. Entrevê-se também um trabalho de cooperação entre o poder público, a iniciativa privada e a Igreja Católica na condução e manutenção do projeto de reordenação social. Revela sobretudo a importância do associativismo feminino católico para sua manutenção. Observa-se também que os

³²⁶ RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

³²⁷ MARQUES, Rita de Cássia. **A imagem social do médico de senhoras no século XIX**. Belo Horizonte: Coopmed, 2005.

discursos médico e jurídico se faziam presentes e eram os elementos chaves no processo de modernização e moralização dos costumes.

4.2 Creche Menino Jesus

A Creche Menino Jesus foi uma obra idealizada pelas Mães Cristãs. Durante a realização de um retiro espiritual no colégio Sagrado Coração de Jesus, as associadas manifestaram o desejo de fundar uma casa para recolhimento de crianças pobres que viviam nas ruas. Após o retiro, a senhora Sylvia Guatimosin, em nome do grupo, procurou a Irmã Superiora do Hospital São Vicente para apresentar o projeto.

Dessa conversa, Sylvia conseguiu, junto às irmãs da Congregação das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo, um espaço dentro do Hospital São Vicente para a realização de aulas de catecismo. Ana Cristina Pereira Lage ressalta a mobilidade, poder de ação, percepções da cultura organizacional e das conexões criadas pelas Filhas de Caridade São Vicente de Paulo no século XIX e nas primeiras décadas do XX.

A Congregação das Filhas da Caridade foi fundada na França, no ano de 1633, por Vicente de Paulo e Luisa de Marillac. A instalação da Congregação no Brasil ocorreu entre 1843 e 1874, num movimento expansionista das Filhas da Caridade pelo mundo. Segundo Lage, a congregação estava intimamente associada à questão da expansão da caridade e do reformismo católico. As Filhas da Caridade eram responsáveis por diversas atividades, como cuidado com os doentes nos hospitais, assistência em asilos e a criação da infância abandonada e órfã. Além disso, concediam auxílio em maternidades, prisões e tinham ampla preocupação com a prática escolar.³²⁸

Segundo Arruda, as Filhas da Caridade empreenderam esforços em diversas frentes. Elas se aproximavam das senhoras que ocupavam lugares de status, seja por possuir um aporte de recursos financeiros ou pelo potencial de contato com os agentes do Estado. Assim, convocavam essas senhoras a participarem na área de beneficência, como uma possibilidade de planejar obras sociais de maior envergadura.³²⁹

No local cedido pela congregação, as Mães Cristãs realizavam aos domingos aulas recreativas de catecismo. No entanto, objetivavam um espaço maior para a realização das atividades, por isso pediram ao Secretário do Interior, Francisco Campos, que cedesse

³²⁸ LAGE, Ana Cristina Pereira. Conexões Vicentinas: Educação Confessional Feminina no século XIX. In: JINZENJI, Monica Yumi; MORENO, Andrea (orgs). **História da Educação**: sujeitos da educação: intelectuais, professores, crianças e família. Vol. 1 Jundiaí: Paco Editorial, 2014.

³²⁹ ARRUDA, Maria Aparecida. **Formar almas, plasmar corações, dirigir vontades**: o projeto educacional das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo (1898-1905). Tese de Doutorado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2011.

uma casa da Secretaria para a realização do catecismo. Não tendo o local disponível, Francisco Campos orientou que procurassem o prefeito, o Dr. Alcides Lins. Na ocasião, o prefeito havia doado um terreno destinado à criação de uma Vila Operária, no bairro Concórdia, na região nordeste da capital.

A Vila Concórdia é considerada a primeira Vila Operária de Belo Horizonte, aprovada por volta do ano 1928 e criada para abrigar os operários das fábricas da região e pessoas despejadas do bairro Barroca. A Vila era assim caracterizada,

Cada lote da vila, que era vendido aos operários a preço de custo, tinha em torno de 600m² e as habitações construídas eram modestas, nem havia muros separando as casas. Todos viviam próximos e isso contribuiu para que os trabalhadores se ajudassem mutuamente. Como não havia sistema de esgoto nem água potável ou encanada, os moradores tinham que buscá-la nos chafarizes e cisternas espalhados pela região. As ruas também eram precárias, pois não tinham calçamento e, quando chovia, tudo se transformava em pura lama! Era por isso que quem morava na região era apelidado de “pé vermelho”³³⁰.

A adoção dessas medidas de remoção dos proletários e pobres para a periferia dos centros da cidade é uma conhecida estratégia do urbanismo higienista. Nessas regiões eram criadas instituições de assistência à educação e à saúde na tentativa de amenizar os efeitos colaterais das remoções.³³¹ A falta de infraestrutura do bairro, os problemas de salubridade e o fato de ser uma vila operária, tornavam o espaço interessante para a ação da filantropia. Desse modo, o projeto apresentado pelas Mães Cristãs era ideal para a Vila. A criação de uma creche permitiria que os filhos das mulheres trabalhadoras não ficassem sozinhos pelas ruas enquanto suas mães trabalhavam. Além disso, a criação de creches nas vilas operárias era uma maneira de minimizar o conflito entre o trabalho e a maternidade. As creches procuravam compensar a ausência da mãe pobre trabalhadora e por consequência protegiam as crianças dos “perigos das ruas”.³³²

O prefeito atendeu prontamente a solicitação das Mães Cristãs e reservou parte do terreno da Vila Concórdia para a associação. As despesas de cartório do terreno foram pagas pelas famílias Cardoso, Anibal Gontijo e Arcângelo Maleta. De posse do terreno as senhoras D. Sylvia Guatomosin e D. Amaryllis Rabelo reuniram-se com Furtado de Menezes para a formação de uma comissão e concessão de empréstimo junto à SSVP, para iniciar a construção da Creche.

³³⁰ ARREGUY, Cintia Aparecida Chagas, RIBEIRO, Raphael Rajão. **História dos bairros prefeitura de Belo Horizonte**: Regional Nordeste. Belo Horizonte: APCBH; ACAP-BH, 2008. p.21.

³³¹ FONSECA, Sérgio C. **A interiorização da assistência à infância durante a Primeira República**: de São Paulo à Ribeirão Preto. Educação em Revista. Belo Horizonte v. 28 n. 01, mar. 2012. p. 79-108.

³³² FREIRE, Maria Martha de Luna. **Mulheres, mães e médicos**: discurso maternalista no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

A primeira comissão foi composta pelas senhoras: Gil Guatomosim, Dr. David Rabelo, Dr. Antônio Guimarães, Necésio Tavares, Dr. Ismael Libâneo, Dr. Pires de Albuquerque, Carlos Neves e as senhoritas Alice Silva, Sinhá Cardoso, Nair Ferreira e Margarida Schmidt Monteiro de Castro. Como é possível notar, as senhoras casadas eram identificadas pelos nomes de seus maridos que, por sua vez, eram homens de notoriedade na cidade.

Com o empréstimo concedido por Furtado de Menezes e com arrecadação adquirida pela ação das senhoras responsáveis pela comissão, a construção da creche foi iniciada com a quantia de 9 contos e duzentos e cinquenta mil réis.

A Creche foi inaugurada em 19 de julho de 1932, sob a direção da Congregação das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo. Na inauguração foi realizada uma missa solene pelo padre José Medeiros, representante do bispo Monsenhor Arthur de Oliveira. Participaram da cerimônia as senhoras e senhorinhas pertencentes às organizações católicas, várias famílias da alta sociedade de Belo Horizonte e os confrades da Sociedade São Vicente de Paulo.³³³

As crianças assistidas pela Creche eram levadas pelas mães trabalhadoras ou pelos próprios pais separados de suas esposas ou viúvos. Eram encaminhadas também por parentes, benfeitores, confrades vicentinos, sacerdotes, filhas da caridade, pelo serviço social de vigilância de menores, pelo serviço social da Legião Brasileira de Assistência, pela Associação Mineira de Proteção à Infância, por autoridades como prefeito, ministro, diretores da Secretaria de Educação, serviço social, juizado de menores, secretário de saúde e assistência, serviço social médico, organização das voluntárias e pela Fundação do Bem Estar do Menor. As variadas possibilidades de encaminhamento das crianças assistidas pela creche evidenciam como eram variados os atores sociais e as instituições preocupadas com a assistência das crianças: eram beneméritos, ordens religiosas, membros das elites, intelectuais e profissionais da saúde e da educação.

No início do seu funcionamento, havia na Creche um berçário, mas devido à proliferação de doenças dentro da instituição, principalmente o sarampo, e as limitações de funcionários (uma cozinheira, uma lavadeira e algumas jovens aspirantes que ajudavam as freiras) o berçário foi fechado. No lugar, montou-se uma clínica de olhos. Por esse motivo a

³³³ Assinaram a ata de inauguração: Margarida Schmidt Monteiro de Castro, Padre José Medeiros de Leite, Monsenhor Arthur de Oliveira, Joaquim Furtado de Menezes, Alexandrina de Santa Cecília, Alice Alves da Silva, Miguel Abras, Patrício dos Santos e Nicolau Abras, Maria de Nazaré, Anna Santa Cecília, Joaquim Vieira Braga, Faustino Assumpção, José de Araújo Valle, Pedro Ferreira de Sá, João Lino do Nascimento, Pio Porto de Menezes, Nair Ferreira, Julio Teixeira, Hilda Passos, Helena Lodi, Georgina Magalhães, Cecília Lopes Paixão, Alice Neves, Noemia Pamplona de Carvalho, Maria Joana Moreira, Olinda Pessoa Oliveira, Antonieta S. Godinho, Marcelo Abranches Viotti, Antônio de Moura Lima, Zilda Assumpção, Emilia Moreira, Georgina Ottoni Chagas, Maria da Consolação Dias, Iracema Nogueira Braga.

creche passou a acolher crianças de ambos os sexos, de 1 a 13 anos. As alas eram separadas por sexo e faixa etária. No ano de 1941, a Creche passou a receber crianças em regime de internato.

Logo de sua inauguração a creche contava com 55 crianças, todas de viúvas assistidas pela Sociedade São Vicente de Paulo. Ao sair da creche as crianças eram entregues às mães ou encaminhadas para outras instituições, tais como: Colégio das Filhas da Caridade, em Diamantina; Educandários dos Sagrados Coração de Jesus e Maria, em Barbacena; Escola de Menores São Vicente de Paulo, em Borda do Campo, município de Antônio Carlos; Orfanato do Colégio Providência de Mariana; Orfanato Santo Antônio; Casa de Meninos da Cidade Industrial; Instituto Setelagoano; Escola professor Arthur Bernardes; Escola Caio Martins; Lar D. Orione; Abrigo do Juizado de Menores; Lar dos Meninos, em Divinópolis; Casa do Lar Homem de Nazaré, em Belo Horizonte. Como podemos verificar, era uma grande rede de assistência com ramificações por todo o Estado. Tratava-se efetivamente de uma assistência institucionalizada com ênfase no recolhimento, na disciplina, no encaminhamento social e no ensino de ofícios, muitas vezes subalternos.³³⁴

Ao entrar na creche cada criança tinha uma ficha com seus dados, a saber – nome e sobrenome, data e lugar de nascimento, nacionalidade, proveniente de, data de entrada e saída, nome e endereço do responsável pela criança, informações sobre a família, nome da criança, data e lugar de batismo, data e lugar da 1ª comunhão, certificado de estudos, outros exames, aptidões, motivos da saída, meio social da família, saúde, caráter, trabalho da criança. Pelas fichas observa-se que a maioria dos assistidos eram crianças negras e pardas.

As crianças acolhidas recebiam alimentação, assistência médica e dentária, remédios, roupas, instrução primária, apresentação de trabalhos domésticos, educação moral e religiosa. A rotina da creche obedecia aos preceitos do Manual de Procedimentos da Congregação das Filhas da Caridade. Nele estavam presentes os cuidados com os hábitos de higiene. As irmãs com sua equipe supervisionavam diariamente a limpeza das mãos e do rosto, cuidado com sapatos, limpeza das roupas e cuidados com os cabelos. No caso das meninas, além de ensinar o asseio pessoal, eram instruídas quanto à limpeza doméstica.³³⁵

As irmãs, juntamente com as auxiliares leigas, controlavam o número de crianças por sala de aula. Os dormitórios deviam ser suficientes para atender de forma

³³⁴ FONSECA, Sérgio C. **A interiorização da assistência à infância durante a Primeira República:** de São Paulo a Ribeirão Preto. Educação em Revista. Belo Horizonte. v.28 n.01 mar. 2012. p. 79-108.

³³⁵ LAGE, Ana Cristina Pereira. Conexões Vicentinas: Educação Confessional Feminina no século XIX. In: JINZENJI, Monica Yumi; MORENO, Andrea (orgs). **História da Educação:** sujeitos da educação: intelectuais, professores, crianças e família. Vol. 1 Jundiá: Paco Editorial, 2014.

confortável o número de assistidos para que o ambiente se mantivesse arejado e com alguma distância entre as camas. Sempre havia uma Irmã de Caridade para velar pelo sono das crianças.³³⁶ Os trabalhos manuais eram obrigatórios para todos, variando o tempo que teriam para prática.

Após a inauguração da creche, as senhoras católicas continuaram levantando fundos para a manutenção da instituição e sua construção definitiva. As formas de arrecadação se davam através de carnês de sócios, contribuição das mães de crianças protegidas e doações de benfeitores. Vejamos a seguir a lista dos principais doadores da Creche.

TABELA 53 - Benfeitores da Creche Menino Jesus

Benfeitores	Doação
Benjamim Guimarães	50:000\$000
Saúde Pública por intermédio da Sociedade São Vicente de Paulo	20:000\$000
Odete Valladares	12:225\$000
Prefeito Otacílio Negrão de Lima	10:000\$000
Produto da venda de uma tipografia por intermédio de David Rabelo	4:000\$000
Um amigo da creche	3:000\$000
Dr. Amaro Lanari	2:000\$000
Produto de umas barraquinhas	2:000\$000
Dr. Gil Guatimosin	1:500\$000
Sr. José Pio L. Cardoso e sra.	1:100\$000
Donativos por ocasião da benção da pedra fundamental	1:100\$000
Um donativo anônimo por intermédio da senhorita Jaci Vasconcellos	1:000\$000
D. Maria Colleta Lanari	500\$000
D. Luiza C. Guimarães	500\$000
Dr. David Rabello	500\$000
Dr. Marques Lisboa	500\$000
Dr. Dorinato de O. Lima	500\$000
Sr. Hipólito Rocha	500\$000
Vários anônimos	500\$000
Sr. Paul Dardot	400\$000
Sr. Joaquim Rolla	300\$000
Lista confiada à viúva H. Tam	230\$000
Dr. J. J. Monteiro Andrade e sra.	200\$000
Alfredo Porto	200\$000
Sr. Paulino Gontijo	200\$000
Paulo Alvim	200\$000
Cel. Silvério Silva	200\$000
Cel. Sebastião Augusto de Lima	200\$000
Sra. Ildeu Augusto de Lima	200\$000
Sra. Julio Guimarães	100\$000
Sra. Alfredo Santiago	100\$000
Dr. Estevão Pinto	100\$000
Dr. Julio Soares	100\$000
Srs. Curi, Irmão e Cia.	100\$000
Srs. José Assis Silva Brasil	100\$000
Cel. Anibal Gontijo e sra.	100\$000

³³⁶ LAGE, Ana Cristina Pereira. Conexões Vicentinas: Educação Confessional Feminina no século XIX. In: JINZENJI, Monica Yumi; MORENO, Andrea (orgs). **História da Educação**: sujeitos da educação: intelectuais, professores, crianças e família. Vol. 1 Jundiá: Paco Editorial, 2014.

Cel. Juventino Dias	100\$000
Dr. Alarico Barroso	100\$000
Cel. José Antônio Assunção	50\$000
Cel. Caetano de Vasconcelos	50\$000
Dr. Célio de Castro	50\$000
Dr. Antônio Castilho	50\$000
Dr. Demerval Pimenta	50\$000
Dr. Lucas Machado	50\$000
Dr. Alfredo Balena	50\$000
Sr. João Gualberto da Costa	50\$000
Sr. Ovídio Nogueira	50\$000
Sr. Theotônio caldeira	50\$000
Sr. José Sabino Ferreira	50\$000
Sra. Borges da Costa	50\$000
Sra. Emiliana de Werna	50\$000
D. Alice Silva	50\$000
D. M. Umbelina de Carvalho Pinto	50\$000
Sr. Libaneo	50\$000
Senhorita Heloísa Aleixo	50\$000

Fonte: Livro de Ouro Creche Menino Jesus: Histórico da Creche Menino Jesus da comunidade de caridade Sociedade São Vicente de Paulo: sua origem e evolução. 19/7/1932 a 19/07/1941 - Manuscrito

TABELA 54 - Doação de materiais de construção e acabamento

D. Fany Gianetti de Moraes	200 telhas
Dr. Octávio Penna	25 metros de pedra
Dr. Jarbas Vidal Gomes	10 carroças de pedras
Sr. José de Almeida Vieira	25 metros de pedra
Dr. Antônio Guimarães	10 portas, 15 janelas e 3 lavatórios
Srs. A. Santiago e Cia	Areia, cal e cascalho no valor de 500\$000
Dr. A Alvim	100 k de cal
Cerâmica Ipanema	1.000 tijolos
Sr. Dolabela Portela	200\$000 em Madeira

Fonte: Livro de Ouro Creche Menino Jesus: Histórico da Creche Menino Jesus da comunidade de caridade Sociedade São Vicente de Paulo: sua origem e evolução. 19/7/1932 a 19/07/1941 - Manuscrito

TABELA 55 - Doações de Mobília

Cel. Benjamim Ferreira Guimarães	1 refrigerador e 1 fogão para cosinha dietética 1 fogão a lenha para a cosinha geral
D. Cota Miranda	Para instalação do início 1:000\$000
Sr. León Boutin	14:000\$000
Dr. Waldemar Luz	Para camas 500\$000
Dr. Alvimar Carneiro de Rezende	4 mezas e 8 bancos
Sr. Hypolito Rocha	12 berços de ferro Produto de uma tómbola 675\$000 para mezas de cabeceira
Casa Macife	1 fogão de carvão
D. Alferina Marçola	4 cadeiras
D. Luiza Guimarães	1 mesa

Fonte: Livro de Ouro Creche Menino Jesus: Histórico da Creche Menino Jesus da comunidade de caridade Sociedade São Vicente de Paulo: sua origem e evolução. 19/7/1932 a 19/07/1941 - Manuscrito

Nota-se que as doações não eram apenas em dinheiro, mas em materiais para a construção e mobiliário. Observa-se também que os doadores fazem parte da elite belo-horizontina e que atuam como beneméritos em outras instituições filantrópicas. Destaca-se o grande número de mulheres, militares, médicos e homens ligados ao setor industrial. A família Guatimosim, por exemplo, era formada por importantes engenheiros fundadores da Companhia Siderúrgica Mineira, que mais tarde tornou-se a conhecida siderúrgica Belgo Mineira. Outro grande benemérito da Creche Menino Jesus foi Benjamin Ferreira Guimarães, pioneiro da indústria têxtil mineira, além de fundador do Banco de Minas Gerais S/A. Benjamin Guimarães foi benemérito também no Hospital da Baleia. Ressaltamos também o benfeitor Demerval Pimenta, importante engenheiro e fundador da Usiminas.

A presença dos beneméritos ligados ao setor industrial está intimamente ligada ao assistencialismo dos Círculos Operários Católicos³³⁷, conhecido como circulismo, destinado à defesa de colaboração de classes e recristianização do operariado. Esse tipo de atividade procurava prestar uma assistência (moral, espiritual, intelectual, física e profissional), por meio de escolas, clínicas, hospitais, caixas de mutualidade e departamentos recreativos.³³⁸

Chama atenção a rapidez com que as mulheres conseguiam levantar verbas para o avanço das obras. No livro de ouro vê-se que no primeiro semestre do ano de inauguração da creche, elas contavam com a quantia de 1:566\$700, no segundo semestre, alcançaram o valor de 7:640\$100 e em 1939, tinham a vultuosa quantia de 64:081\$600.

Em 24 de maio de 1934 foi realizada a solenidade para benção da pedra fundamental da creche definitiva. Estavam presentes representantes do Presidente do Estado, chefes de polícia e juiz de menores. No dia da inauguração receberam a doação do Cel. Benjamin Guimarães, no valor de 20:000\$000, que ajudou no término da obra. Em 1935 houve uma nova retomada das obras com a doação de Otacílio Negrão de Lima, no valor de 10:000\$000. A obra foi concluída em 1935, quando a instituição passou a contar com serviço de ambulatório e foi encerrada a construção da capela. O Ambulatório pertencia à Corporação dos Médicos Católicos, organização criada em 1930 e vinculada ao Conselho Metropolitano da Sociedade São Vicente de Paulo.

A Corporação dos Médicos Católicos de Belo Horizonte é fruto do movimento leigo que surgiu no contexto do reformismo católico e atuou na implantação de hospitais na

³³⁷ Sobre isso ver: DUTRA, Eliana Regina F. **Alternativas do comportamento operário**: Belo Horizonte, Juiz de Fora (1917-1930). Belo Horizonte. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Universidade do Estado de Minas Gerais, 1981.

³³⁸ MARQUES, Rita de Cássia. **Da Romanização à Terceira Via**: a igreja no Brasil de 1889-1945. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais, 1995.

cidade e na assistência à população pobre³³⁹. A Corporação dedicava-se também às discussões de temas médicos e religiosos. Era composta por importante grupo de médicos, a saber: Dr. Hilton Rocha, Dr. Antônio Ximenes, Dr. João Batista Rezende Alves, Dr. José Maria Carneiro, Dr. Afonso Lustosa, Dr. Arlindo Polizzi e Dr. Francisco de Souza e Lima. Quando da sua criação, a Corporação funcionava num galpão localizado na Rua Itamaracá, 535, na Vila Concórdia. Assistia basicamente crianças e mulheres viúvas. Em 1936 foi construído nesse mesmo espaço o Hospital São Francisco de Assis.

Segundo Rita de Cássia Marques, o hospital São Francisco de Assis ficou sob a direção das Irmãs Carmelitas da Divina Providência e inicialmente comportava 80 leitos. Manteve serviço de policlínica, laboratório de raio-X, farmácia, maternidade e lactário. Um ano depois de criado, em 1937, sua policlínica atendeu 10.089 doentes em dietética e 14.627 crianças, que receberam 59.080 mamadeiras.³⁴⁰

Para a assistência médica das crianças dentro da Corporação dos Médicos Católicos criou-se a Sociedade Médica da Creche Menino Jesus. A sociedade foi instituída em 31 de março de 1935, não sendo composta exclusivamente por médicos, mas também por farmacêuticos, estudantes e dentistas que trabalhavam na Creche. As reuniões ocorriam no último domingo do mês, às 9 horas. As reuniões eram abertas a todos os profissionais da instituição.

Havia na construção da creche a preocupação com a salubridade dos espaços. Investiu-se em vacinação, salas amplas, janelas grandes para circulação do ar. Os dormitórios também deveriam ser suficientes para atender o número de internos, já que era essencial que estivessem arejados e fossem espaçosos.³⁴¹ Cada ala da creche homenageava os beneméritos que faziam doações vultosas. A ala de refeitórios e banheiros das crianças, por exemplo, era chamada Benjamin Guimarães, um dos maiores benfeitores da Creche Menino Jesus.

Além das Mães Cristãs, as Filhas de Maria tiveram presença marcante no cotidiano da Creche. Faziam reuniões duas vezes no mês com palestras, debates e círculos de estudo. Os assuntos mais recorrentes eram religião e higiene.

No ano de 1938 a Creche Menino Jesus recebeu nova denominação, Educandário Menino Jesus, com a finalidade de amparar crianças de ambos os sexos, principalmente filhos de empregadas. Nesse período houve novas repartições da creche, criou-se o jardim de infância, curso primário, ofícios e aulas noturnas.

³³⁹ MARQUES, Rita de Cássia. **A caridade criando hospitais em Minas Gerais – séculos XVIII-XX**. Dynamis, 2011. p.107-129.

³⁴⁰ Ibid., p. 127

³⁴¹ LAGE, Ana Cristina Pereira. Conexões Vicentinas: Educação Confessional Feminina no século XIX. In: JINZENJI, Monica Yumi; MORENO, Andrea (orgs). **História da Educação: sujeitos da educação: intelectuais, professores, crianças e família**. Vol. 1 Jundiá: Paco Editorial, 2014.

Em setembro de 1939, o jornal *Folha de Minas* organizou uma campanha em favor da Creche. O jornal foi fundado no ano de 1934, pela Sociedade Anônima Folha de Minas. Afonso Arinos de Melo e Franco foi o primeiro diretor do diário. O periódico teve Luiz de Bessa e Newton Prates como seus principais redatores. O conteúdo do jornal era bem diverso. Destacamos a presença de vários eventos realizados pelo jornal destinados à infância, tais como campeonatos esportivos. Além disso, há registros da criação de um *Suplemento Folha de Minas*, destinado ao público infantil.³⁴²

FIGURA 11 – Creche Menino Jesus



Fonte: Revista Bello Horizonte n. setembro de 1939 c. 15x – 035. Arquivo da cidade de Belo Horizonte.

No ano de 1941 a Creche abrigava aproximadamente 300 crianças. Em 19 de julho de 1944, formou-se no interior da Creche a Associação Luisas de Marillac. A associação era composta pela Irmã Célia Brandão Lobato (presidente), Elza Vianna e Vidiquinha Salles (procuradoras) e Edith Alvim Torres (secretária). Tratava-se de uma associação com participação de mulheres leigas e religiosas. Tinha por finalidade cuidar de idosos. A preocupação com mulheres idosas também estava presente no associativismo feminino católico, particularmente das Damas da Caridade da Boa Viagem. No ano de 1935 inauguram a Associação Santa Zita, destinada à assistência (moral, médica, religiosa e material) de empregadas domésticas. A associação atuava como uma agenciadora de

³⁴² CASTRO, Maria Céres. Estudo Crítico e nota biográfica. In: LINHARES, Joaquim Nabuco. **Itinerário da Imprensa de Belo Horizonte: 1895-1954**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995.

empregos. Mais tarde, nos anos 1950, a associação criou uma casa para moradia de idosas.³⁴³

Em 25 de janeiro de 1945 foi realizada a benção da pedra fundamental do novo pavilhão da Creche. O evento contou com a presença do arcebispo metropolitano, do então presidente Getúlio Vargas, do governador, Dr. Benedito Valadares Ribeiro, do prefeito JK, da irmã superiora da Creche, além de vários sacerdotes e pessoas convidadas. No ano de 1954, parte do espaço físico da creche foi cedida para criação da Escola Estadual Benjamim Guimarães. Em 1961 houve a averbação para alteração do nome para Educandário Creche Menino Jesus.

As instituições Creche Menino Jesus e Asilo Bom Pastor revelam a importância da filantropia católica nos serviços de assistência aos pobres, especialmente às crianças e mulheres. Revela, sobretudo, o papel das mulheres leigas católicas na criação e manutenção dessas instituições.

³⁴³ CASTRO, Vanja. **Envelhecimento e Institucionalização**: as experiências na Fundação de Obras Sociais da Paróquia da Boa Viagem em Belo Horizonte. Dissertação de Mestrado Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2008.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final desse trabalho podemos concluir que o associativismo feminino católico em Belo Horizonte é fruto da combinação do reformismo católico, iniciado em meados do século XIX, com o projeto político-social das elites mineiras. Esse projeto social, liderado pela intelectualidade católica, visava a proteção e o controle sobre a infância e a família e primava pela formação de uma sociedade moderna, moralmente boa e saudável.

As mulheres tiveram papel importante nesse projeto. Para regular sua atuação, criou-se uma série de associações, constituídas por rígidos manuais e regras e destinadas a forjar um tipo ideal de mulher. No entanto, não necessariamente as mulheres se apropriaram do modelo imposto. Ao contrário, utilizaram os espaços das associações como uma possibilidade real de acessar a esfera pública, sendo o caminho mais comum a filantropia. Através dos trabalhos filantrópicos as mulheres leigas católicas criaram uma agenda de proteção aos doentes, pobres e, particularmente, às crianças desvalida e às mulheres “perdidas”.

O trabalho desempenhado pelas associadas não se restringia à caridade cristã. Suas ações eram guiadas pela formação técnica que possuíam. Tratava-se de um grupo de mulheres com boas condições socioeconômicas, com formação escolar secundária, preferencialmente normalistas e enfermeiras. Tal formação qualificava suas ações de assistência no campo da educação e da saúde, preconizando a divulgação de hábitos higiênicos, educação moral e a criação de instituições asilar, hospitalar e educacional.

No trabalho filantrópico, além da oferta de bens materiais aos assistidos, as agremiadas realizavam atendimentos domiciliares e promoviam campanhas preventivas, sobretudo campanhas contra a tuberculose, sífilis e lepra. Elas também fundaram diversas instituições e realizaram eventos para angariar fundos, entre outras tarefas. Assim, podemos observar que as agremiadas cuidaram da criação, da organização e da gestão dos serviços sociais em Belo Horizonte.

Nessa empreitada, essas mulheres teceram importantes laços sociais com autoridades civis, estaduais, federais e com o poder local de um modo geral. Estabeleceram parcerias com o discurso médico-científico, especialmente com os médicos e farmacêuticos. A partir do estabelecimento desses laços sociais, elas criaram uma eficiente rede de assistência, bem organizada hierarquicamente. No topo da hierarquia estava a Sociedade São Vicente de Paulo. A SSVP era o centro ordenador do trabalho de assistência. O diálogo da agremiação da SSVP com as mulheres se deu via associações femininas católicas, com destaque para a Confederação Católica Feminina, que reunia as mais importantes agremiações caritativas femininas: As Filhas de Maria, Damas da Caridade e Mães Cristãs.

As Filhas de Maria era uma agremiação composta de mulheres solteiras que agia basicamente no campo da educação de crianças e operárias. Realizava aulas de catecismos, instrução primárias, palestras de higiene e educação moral. As Damas da Caridade atuavam mais eficazmente na área de assistência à saúde. Estavam presentes nos hospitais, aviavam receitas médicas, faziam encaminhamentos para consultas médicas e odontológicas e uma variada assistência aos doentes. Já as Mães Cristãs atuaram basicamente no cuidado da infância nas escolas e creches e na orientação de mães pobres sobre temas ligados à maternidade e à puericultura.

Diante da precariedade do serviço de saúde pública, a ação feminina nas organizações católicas procurava atuar sobre os flagelos sociais, mudando os hábitos dos assistidos e visando restaurar suas famílias. Vale ressaltar que as famílias assistidas eram basicamente chefiadas por mulheres viúvas ou abandonadas por seus maridos. Devido à necessidade de trabalho dessas mulheres para seu auto-sustento e o de seus filhos, as associadas primavam pela criação de creches e escolas paroquiais que protegessem as crianças do perigo da rua e que, ao mesmo tempo, permitissem que elas tivessem uma formação moral e para o trabalho.

Ao fazermos o levantamento das diferentes formas de arrecadação de doações para o assistencialismo em Belo Horizonte, observamos que o valor arrecado pelas associações femininas católicas é infinitamente maior do que as subvenções governamentais. Além disso, é expressivo o número de instituições criadas e geridas por essas mulheres. Esses dados nos permitem afirmar que a atuação das mulheres católicas não era subalterna, ligada apenas à organização de quermesses ou à promoção da carreira de seus maridos. Ao contrário, a ação das agremiadas foi fundamental para a manutenção da assistência social em Belo Horizonte. Foram elas as responsáveis por uma agenda social na cidade.

A pesquisa nos permitiu constatar também a combinação da ação do associativismo feminino católico com a elite econômica, industrial e política. Destacamos o ano de 1927 como fundamental para entender essas parecerias, pois nesse ano, no governo de Antônio Carlos de Andrada, tivemos a Reformulação dos Serviços de Higiene e Saúde Pública, a Reforma do Ensino Francisco Campos e a Reforma do Sistema Penitenciário em Minas Gerais. Essas três instâncias políticas dialogavam intimamente com a filantropia feminina católica, que também no ano de 1927 se reorganizou, com a formação da Confederação Católica Feminina. Como vimos, a CCF reunia as associações católicas mais ativas da cidade e tinha como objetivo centralizar e coordenar as ações filantrópicas.

O diálogo das associadas católicas com as autoridades civis, políticos e empresários foi facilitado pelo lugar privilegiado que as agremiadas ocupavam na sociedade belo-horizontina. Por conta desse lugar social privilegiado, elas alcançaram meios de

realizar projetos no campo da filantropia. Em contrapartida, o trabalho filantrópico permitiu às associadas católicas grande mobilidade pelos espaços públicos. Nessa brecha, essas mulheres agiram na nova organização social imposta pelo processo de modernização da cidade, que passava pela ordenação da população pobre através da formação higiênica, moral e educacional.

Ou seja, a agenda das agremiações femininas católicas estava integrada a agenda mais ampliada da elite mineira. Os projetos ligados à ordenação social das elites mineiras era propagados por intermédio das ações femininas nos seus trabalhos de natureza filantrópica.

REFERÊNCIAS

ABREU, Jean Luiz Neves. Ciência e território em Minas Gerais (1895-1930) In: ESPINDOLA, Haruf Salmen e ABREU, Jean Luiz Neves (orgs.). **Território, Sociedade e Modernização**: abordagens interdisciplinares. Governador Valadares: Ed. Univale, 2010.

ACCATI, Luisa. Hiza omnipotentes y madres peligrosas. El modelo católico y mediterraneo. In: MORANT, Isabel (dir.). **História de las mujeres em Espana y América Latina** Tomo II. Madri: Editora Catédra, 2005.

ALVES, Luciana Pazzito. **O curso Jacobina**: uma experiência de modernização em uma instituição católica (anos 1920 e 1930). Faculdade de Educação. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1997.

AMARAL, Walter Valdevino do. **Apostolado da boa imprensa**: contribuições das Filhas de Maria na imprensa católica (Pernambuco 1902-1922). Escritas Vol. 6 n. 1, 2014.

AMARAL, Walter Valdevino do. **Que fizeram elas? As Filhas de Maria e a boa imprensa no Recife 1902-1922**. Dissertação de Mestrado. Universidade Católica de Pernambuco, 2010.

ARREGUY, Cintia Aparecida Chagas, RIBEIRO, Raphael Rajão. **História dos bairros prefeitura de Belo Horizonte**: Regional Nordeste. Belo Horizonte: APCBH; ACAP-BH, 2008.

ARRUDA, Maria Aparecida. **Formar almas, plasmar corações, dirigir vontades**: o projeto educacional das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo (1898-1905). Tese de Doutorado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2011.

ASONO, Sandra Nui. **Associação das Filhas de Maria práticas religiosas e a construção de corpos femininos castos em Diamantina/Minas Gerais**. In: Revista em Tempo de Histórias, nº 7, 2003.

AZZI, Riolando. **História da Igreja no Brasil**: ensaio de interpretação a partir do povo: tomo II: terceira época: 1930-1964. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

BARROSO, Marco Antônio. **Confluências e divergências na ética romântica de Alexandre Herculano e José de Alencar**. Ibérica – Revista Interdisciplinar de Estudos Ibéricos e Ibero-Americanos Vol. VI, n. 17, Juiz de Fora, ago./nov., 2011.

BATISTA, Bruna Soares Angotti. **Entre as leis da ciência, do Estado e de Deus**: o surgimento dos presídios femininos no Brasil. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo, 2011.

BESSE, Susan K. **Modernizando a desigualdade – reestruturação da ideologia de gênero no Brasil 1914-1940**. São Paulo: Edusp, 1999.

BITTENCOURT, Adalzira. **Dicionário bio-bibliográfico de mulheres ilustres, notáveis e intelectuais do Brasil**. Rio de Janeiro: Pongelti, 1969.

BOCK, Gisela. **La história de lãs mujeres y La história Del gênero**. Aspectos de um debate internacional. História Social 9 España, Universidad de Valencia. Instituto de História Social, 1991.

BOCK, Gisela. Pobreza feminina, maternidade e direitos das mães na ascensão dos Estados providência. (1890-1950) . In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (dirs.). **História das Mulheres do Ocidente. O século XX**. Porto: Edições Afrontamento, v.4, 1991.

BOMENY, Helena. **Guardiães da razão: modernistas mineiros**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Tempo Brasileiro, 1994.

BORGES, Vera Lúcia Abrão. **A ideologia do caráter nacional da educação em Minas Gerais (1925-1929)**. Tese de doutorado em Educação. Campinas: Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, 1993.

BRUM, Rosemary Fritsch. **Caderno de Pesquisa: notícias de imigrantes italianos em Porto Alegre, entre 1911 e 1937**. São Luis: EDUFMA, 2009.

CAMPOS, Margarida de Moraes. **A congregação do Bom Pastor na Província Sul do Brasil – pinceladas históricas**. São Paulo [s.n], 1981.

CARRARA, Sérgio. **Tributo à Vênus a luta contra a Sífilis no Brasil, da passagem do século aos anos 1940**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1996.

CASASSANTA, Ana Maria Peixoto. **Educação e Estado Novo em Minas Gerais**. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2003.

CASTRO, Jerônimo Pedreira de. **Santa Maria Eufrásia Pelletier: fundadora da Congregação de Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor D'Angers/adaptação em vernáculo da edição italiana pelo Pe.Jerônimo Pedreira de Castro**. Petrópolis: Vozes, 1940.

CASTRO, Maria Céres. Estudo Crítico e nota biográfica. In: LINHARES, Joaquim Nabuco. **Itinerário da Imprensa de Belo Horizonte: 1895-1954**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995.

CASTRO, Vanja. **Envelhecimento e Institucionalização: as experiências na Fundação de Obras Sociais da Paróquia da Boa Viagem em Belo Horizonte**. Dissertação de Mestrado Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2008.

CHACHAM, Vera. A memória urbana entre o panorama e as ruínas – a rua da Bahia e o Bar do Ponto na Belo Horizonte dos anos 30 e 40. In: DUTRA, Eliana de Freitas (Org.) **BH. Horizontes Históricos**. Belo Horizonte: C/Arte, 1996.

CHARTIER, Roger. **Diferenças entre sexos e dominação simbólica** (nota crítica). Cadernos Pagu, Campinas, São Paulo, n. 4 p. 37-47, 1995.

CHAVES, Braúlio Silva. Instituições de saúde e a ideia de modernidade em Minas Gerais na primeira metade do século XX. In: MARQUES, Rita de Cássia; SILVEIRA, Anny Jackeline Torres; FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves (Org.). **História da Saúde em Minas Gerais: instituições e patrimônio arquitetônico (1808- 1958)**, Barueri, SP: Minha Editora, 2011.

CHAVES, Braúlio. Os primeiros tempos. In: STARLING, Heloísa Maria Murgel; GERMANO, Lígia Beatriz de Paula; MARQUES, Rita de Cássia (Org.). **Fundação Ezequiel Dias: um século de promoção e proteção à saúde**. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

COVA, Anne. O associativismo das mulheres. Uma abordagem comparativa: França e Portugal (1900-1918). In: SERRÃO, José Vicente; PINHEIRO, Magda de Avelar; SÁ, Maria de Fátima; FERREIRA, Mello (org.). **Desenvolvimento Econômico e Mudança Social: Portugal nos últimos dois séculos**. Lisboa: ICS Imprensa de Ciências Sociais. p. 333-348, 2009.

Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade (biográfico e ilustrado) de Schuma Schumacher e Érico Vital Brasil, Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2010.

DIEBOLT, Evelyne. **História do Trabalho Social: nascimento e expansão do setor associativo sanitário e social (França, 1901-2001)**. In: Estudos Feministas, Florianópolis, 13 (2): 256 maio-agosto, 2005.

DUTRA, Eliana Regina F. **Alternativas do comportamento operário: Belo Horizonte, Juiz de Fora (1917-1930)**. Belo Horizonte. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Universidade do Estado de Minas Gerais, 1981.

FERREIRA, Luiz Otávio e SANGLARD, Gisele. **Médicos e filantropos a institucionalização do ensino de pediatria e da assistência à infância no Rio de Janeiro da Primeira República**. Varia História, v. 26 n.44 p. 437-459, 2010.

FONSECA, Cristina Maria O. **Saúde no governo Vargas (1930-1945): Dualidade Institucional de um bem público**. Rio de Janeiro. Editora Fiocruz, 2007.

FONSECA, Sérgio C. **A interiorização da assistência à infância durante a Primeira República: de São Paulo a Ribeirão Preto**. Educação em Revista. Belo Horizonte. v.28 n.01 mar. 2012. P. 79-108

FREIRE, Maria Martha de Luna Freire, LEONY, Vinícius da Silva. **A caridade científica: Moncorvo Filho e o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro (1899-1930)**. In: História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 18, supl. 1, dez 2011, p. 199-225.

FREIRE, Maria Martha de Luna Freire. **Maternalismo e proteção materno-infantil:Fenômeno mundial de caráter singular**. Cadernos de História da Ciência Instituto Butantan. Vol. VII (2) jul/dez, 2011.

FREIRE, Maria Martha de Luna. **Mulheres, mães e médicos: discurso maternalista no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

GOODWIN JÚNIOR, James. **Novos produtos para novos tempos: anúncios em jornais diamantinenses, 1890-1914.** XI Seminário sobre Economia Mineira: Diamantina: CEDEPLAR/UFMG, 2004.

HAHNER, June E. Mulheres da Elite. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs.) **Nova História das Mulheres.** São Paulo: Contexto, 2012.

HOCHMAN, Gilberto e LIMA, Nisia Trindade. **Pouca saúde, muita saúva, os males do Brasil são... Discurso médico sanitário e interpretação do país.** In: Ciência e Saúde Coletiva 5(2), 2000 p. 313-332.

JULIÃO, Letícia. Belo Horizonte: itinerários da cidade moderna (1891-1920). In: DUTRA, Eliana de Freitas; MELLO, Ciro Fávio Bandeira de. **BH: horizontes históricos.** Belo Horizonte: C/Arte, 1996;

KOVEN, Seth; MICHEL, Sonya. **Womanly Duties: maternalist policts and origins of welfare states.** American Historical Review. V. 95, 1990. P. 1076-1108.

LAGE, Ana Cristina Pereira. **Conexões Vicentinas: Educação Confessional Feminina no século XIX.** In: História da Educação: sujeitos da educação: intelectuais, professores, crianças e família. Vol. 1 Mônica Yumi Jinzenji e Andrea Moreno (orgs.) Jundiá, Paco Editorial, 2014.

LELOUP, Jean-Yves. **O romance de Maria Madalena: uma mulher incomparável.** Tradução de Martha Goveia da Cruz. Revisão técnica de Aurea G.T. Vasconcelos. Campinas: Verus, 2004.

LIMA, Mário de. **O bom combate: subsídios para história de 20 anos da ação social catholica em Minas.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1929.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORI (org.). **História das Mulheres no Brasil.** 2 Ed. São Paulo: Contexto, 1997.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História Social da Criança Abandonada.** 2ªEd. São Paulo: Hucitec, 2006.

MARCÍLIO, Maria Luiza. (org.) **A mulher pobre na história latino-americana.** São Paulo: Paulinas, CEHILA, 1984.

MARQUES, Rita de Cássia. **A Caridade Criando Hospitais em Minas Gerais. Brasil. Séculos XVIII-XX.** Dynamis, 2011 31(1): 107-129.

MARQUES, Rita de Cássia. **Imagem Social do médico de senhoras no século XX.** Belo Horizonte: Coopmed, 2005.

MARQUES, Rita de Cássia; GONÇALVES, Huener Silva. **Construir, tratar e curar: a tuberculose na “suíça mineira” do século XX.** In: MARQUES, Rita de Cássia; SILVEIRA, Anny Jackeline Torres; FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves (Org.). **História da Saúde em Minas Gerais: instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958)**, Barueri, SP: Minha Editora, 2011.

MARTINS, Ana Paula Vosne. **“Vamos cuidar do seu filho”**: os médicos puericultores e a pedagogia materna no século XX. In: História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro. V.15, n. 1 p. 135-154. jan.-mar., 2008.

MARTINS, Ana Paula Vosne. **A feminilização da filantropia.** Revista Gênero. Niterói. V.15 n.2, 2015 p.13-28.

MARTINS, Ana Paula Vosne. **Gênero e Assistência:** considerações histórico, conceituais sobre práticas assistenciais. In: Revista História, Ciências, Saúde, Manguinhos. Vol. 18. Suplemento 1. Rio de Janeiro. Dez., 2011.

MARTINS, Beatriz Borges. **A vida é essa.** Belo Horizonte, B.B. Martins, 2000.

MATOS, Henrique Cristiano José. **Um estudo histórico sobre o catolicismo militante em Minas, entre 1922 e 1936.** Belo Horizonte: O Lutador, 1990.

MATOS, Maria Izilda e BORELLI, Andrea. Espaço Feminino no mercado produtivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi e PEDRO, Joana Maria (org.). **Nova História das Mulheres.** São Paulo: Contexto, 2012.

MESQUIDA, Peri. **A educação na restauração Leminista da Igreja:** a missão de Tristão de Athayde e Stella de Faoro no Ministério da Educação e Saúde Pública: 1934-1945. Revista Dialogo Educacional, Curitiba, v. 9, n.27, p. 279-295, maio/ago. 2009.

MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado entre a filantropia e assistência social.** 4ª Edição. São Paulo, Cortez, 2000.

MOTTA, Alda Britto da. Elas começam a aparecer. PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs.) **Nova História das Mulheres.** São Paulo, Contexto, 2012.

MOTT, Maria Lúcia e MALUF, Marina. Recônditos do Mundo Feminino. In: NOVAES, Fernando; SEVCENKO, Nicolau. **História da Vida Privada no Brasil.** Companhia das Letras, 1998 p. 367- 422.

MOTT, Maria Lucia; BYINGTON, Maria Elisa Botelho; ALVES, Olga Sofia Fabergé. **O gesto que salva:** Perola Byington e a Cruzada Pró-Infância. São Paulo: Grifo Projetos Históricos e Editoriais, 2005.

MOTT, Maria Lúcia. **Gênero, medicina e filantropia:** Maria Rennote e as mulheres na construção da nação. Cadernos Pagu, Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero Pagu/Unicamp n.24 p.41-67, jan./jun. 2005.

MOTT, Maria Lúcia. **Maternalismo, políticas públicas e benemerência no Brasil (1930-1945)**. Cadernos Pagu, Campinas-SP, Núcleo de Estudo de Gênero – Pagu/Unicamp n.16 p.199-234, 2001.

MUNIZ, Diva de Couto Gontijo. **Um toque de gênero: história e educação em Minas Gerais (1935-1892)**. Fundação de Empreendimentos Científico e Tecnológicos. Brasília, 2013.

NAVA, Pedro. **Balão Cativo**, poemas Carlos Drummond de Andrade, José Geraldo Nogueira Moutinho. Apresentação de André Botelho, crônica Paulo Mendes Campos. 1ª Edição. São Paulo. Companhia da Letras, 2012.

NAVA, Pedro. **Galo das Trevas: poesias de Gastão de Castro Neto e Olavo Drummond** – São Paulo: Atelie e Editorial, 2003.

NOVAIS, Fernando A. (coord.). **História da vida privada no Brasil: da Belle Epoque a Era do Rádio**. Vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 367 – 421.

NUNES, Maria José Rosado. Freiras no Brasil. In: DEL PRIORI, Mary (org.) e BASSANEZI, Carla (coord.). **História das Mulheres no Brasil**. 2ª Edição, São Paulo: Contexto, 1997. p. 443-481

OLIVEIRA, Bernado Jefferson, VALENTE, Polyana Aparecida. **Helena Antipoff and Álvaro Negromonte: a debate about the role of the catholic church in education in Brazil**. In: The Global Education Space and Academic Migrants: The legacy of the Russian-Brazilian psychologist Helena Antipoff (1892-1974) in Science, education and human rights (Latin America, Europe and Russia). Moscou: em cirílico, 2012, p. 174-181.

ORLANDO, Evelyn de Almeida. **Por uma civilização cristã: a coleção monsenhor Álvaro Negromonte e a pedagogia do catecismo (1937-1965)**. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2008.

PEDRO, Joana Maria. Mulheres do Sul. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004.

PEIXOTO, Ana Maria Casasanta. **A luta dos católicos pela escola**. Minas Gerais, ano 1930. Educação em Revista. Belo Horizonte. nº.17 jun.1993 p. 56-63.

PEREIRA, Júnia Sales. **História, Ciência e Infância: narrativas profissionais no processo de singularização da pediatria como especialidade**. Brasília, DF: Capes, Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008.

PEREIRA, Lucas Carvalho Soares de Aguiar. **No intuito de produzir influência educativa: delegacia de costumes e práticas do meretrício em Belo Horizonte (décadas de 1920 e 1930)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Educação, 2012.

PEREIRA, Lucas Carvalho Soares de Aguiar. **Sociabilidade e Moralização dos Costumes**: os guardas civis e a experiência do policiamento do meretrício em Belo Horizonte. (1928-1934). *História e Perspectiva*, Uberlândia (49): 41-68 jul./dez.,2013.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Tradução Viviane Ribeiro. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2005.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Tradução Ângela M. S. Côrrea. São Paulo: Contexto, 2007.

PERROT, Michelle. Sair. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (dirs.). **História das Mulheres do Ocidente. O século XX**. Porto: Edições Afrontamento, 1991 v. 4 p. 502-539.

PINTO, Ana Paula Magno. **Caridade organizada**. O manual da Sociedade São Vicente de Paula de Lisboa em 1885. Anais do Simpósio Nacional de História, 2015.

PINTO, Ana Paula Magno. **Assistência, Saúde e Sociedade na Zona da Mata Mineira (1895-1939)**: a Sociedade São Vicente de Paulo. Anais do XVI Encontro Regional de História Anpuh-Rio: saberes e práticas científicas. Rio de Janeiro, 2014.

PINTO, Jefferson de Almeida. **“Uma esmola pelo amor de Deus”**: caridade, filantropia e controle social. (Juiz de Fora, 1870-1930) OPSIS (UFG), v.8 p.275-298, 2008.

PITA, Valéria S. Política, conflitos y consensos em torno al brazo assistencial del Estado argentino. La sociedade de beneficência de la capital, 1880-1910. In: ERASO, Y. **Mujeres y assistência social em latino américa**. Siglos XIX y XX. Argentina, Colombia, México, Perú y Uruguay. Córdoba: Alción Editora p. 95-130.

PORTO, Angela. **A vida inteira que podia ter sido e que não foi**: trajetória de um poeta tísico. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva do IMS/UERJ. Rio de Janeiro, 1997.

PRATES, Maria Helena de Oliveira. Escola de Aperfeiçoamento: teoria e prática na formação de professores. In: **Lições de Minas: 70 anos de Secretaria de Educação**. Belo Horizonte: Secretaria de Educação de Minas Gerais, 2000.

RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao Lar**: a utopia da cidade disciplinar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite**: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

SANTANA, Camila Jansen de Mello de. **A caridade a si ou ao outro? As práticas católicas como auto-salvação**. Revista Aulas. Dossiê Religião n.4 abril/junho, 2007.

SANTOS, Edelweiss de Paiva. **Instituto de Educação de Minas Gerais**: pequena biografia de uma grande história. Belo Horizonte, Mazza Edições Ltda., 2011.

SANTOS, Geralda Fortina dos. **Escola de Enfermagem Carlos Chagas (1933-1950): a Deus pela humanidade para o Brasil.** Tese de Doutorado. Faculdade de Educação. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2006.

SILVA, Marina Guedes Costa e. **A moral e os bons costumes: a experiência da cidade nas narrativas policiais.** (Belo Horizonte, 1897 – 1926). Dissertação de Mestrado em Educação. Belo Horizonte. Faculdade de Educação Universidade Federal de Minas Gerais, 2009

SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. **A influenza espanhola e a caridade planejada:** Belo Horizonte, 1918. Belo Horizonte: Argumentum, 2008.

SILVEIRA, Anny Jackeline. Entre febres, papudos e brejais: a mudança da capital mineira sob a ótica da higiene. In: CONDÉ, Mauro Lúcio Leitão (org.). **Ciência e Cultura na História.** Brasília, DF: CAPES, Belo Horizonte, MG: Argvmentvm 2006.

SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das Mulheres no Brasil.** 3. ed. São Paulo: Contexto, 2000. p. 362-400.

SOUZA, Marco Antônio de. **As estratégias da pedagogia do assistencialismo em Belo Horizonte, 1930-1990:** Educação e Caridade. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, 2001

SOUZA, Marco Antônio. **A economia da caridade:** estratégias assistências e filantrópicas em Belo Horizonte. Belo Horizonte: Editora Newton Paiva, 2004.

SOUZA, Rita de Cássia de. **Sujeitos da educação e práticas disciplinares:** uma leitura da disciplina escolar a partir da Revista do ensino e das Reformas Educacionais Mineiras (1925-1930). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Educação. Belo Horizonte, 2001.

SOUZA, Sidnara Anunciação Santana. **As órfãs e desvalidas do Asilo Filhas de Ana:** regras de conduta e feminilidade em Cachoeira (1891-1905). Dissertação de Mestrado em História. Universidade Estadual de Feira de Santana, 2009.

SOUZA, Valéria Carmelita de. **A Cruzada Católica uma busca pela formação de esposas e mães cristãs em Sergipe na primeira metade do século XX.** São Cristóvão/NPGED. Dissertação de mestrado, 2005.

STEPAN, Nancy Leys, **A Hora da Eugenia:** raça, gênero e nação na América Latina. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005

TEIXEIRA, Virgínia Mascarenhas Nascimento. **De práticos a enfermeiros:** os caminhos da enfermagem em Belo Horizonte (1897-1933). Tese de Doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2012.

TEIXEIRA, Virginia Mascarenhas Nascimento. **O cotidiano da Escola de Enfermagem Carlos Chagas: entre luz e sombra.** Dissertação de Mestrado. Escola de Enfermagem. Universidade Federal de Minas Gerais, 2002.

TORRES, João Camilo de Oliveira. **Igreja de Deus em Belo Horizonte.** Belo Horizonte, 1972.

VALENTE, Polyana Aparecida. **Intelectuais Católicos, saúde e educação em Minas Gerais.** Dissertação de Mestrado em História das Ciências e da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz/ Casa de Oswaldo Cruz, 2010.

VEIGA, Cynthia Greive. Educação Estética para o povo. In: LOPES, Eliana Marta Teixeira, FARIA FILHO, Luciano Mendes, VEIGA, Cynthia Greive (orgs.). **500 anos de Educação.** 2ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2000 p. 399-422.

VIDAL, Diana Gonçalves. Escola nova e processo educativo: In: LOPES, Eliane Marta Teixeira, FARIA FILHO, Luciano Mendes de, VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de Educação no Brasil.** 3ª ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

VIEIRA, Dilermando Ramos. **O processo de reforma e reorganização da igreja no Brasil (1984-1926).** Aparecida: São Paulo. Editora Santuário, 2007.

WIRTH, John D. **O fiel da balança: Minas Gerais na Federação Brasileira, 1889-1937.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

Fontes

Fontes consultadas na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Jornal “Horizonte”

- Manual da União Pia das Filhas de Maria/ traduzido do italiano pelo Cônego Dr. Ananias Correa do Amaral. Porto: Livraria Católica Portuense, 1926.

Fontes consultadas no Arquivo da Arquidiocese de Belo Horizonte

- Atas de Reunião da Confederação Feminina Católica (1921/1935)
- Livros de Tombo

Data	Título	Pág.
16/06/1922	Congregações Religiosas: Irmãs Franciscanas da pequena família do sagrado coração de Jesus confiadas o Orfanato Santo Antônio. Irmãs Dominicanas o Colégio Santa Maria Filhas de Jesus o Colégio Imaculada Conceição	19
7/3/1923	Circular as Filhas de Maria, da diocese de Belo Horizonte. D. Cabral dirige as filhas de Maria circular sobre as “funestas conseqüências dos perniciosos divertimentos do carnaval”	20
29/5/1923	Resoluções: Conferências episcopais em Juiz de Fora de 19 a 25/4/23 para resolver os seguintes problemas: Ensino Religioso, Vocações e Seminários, Defesa dos Costumes, Cultos Religiosos, Associações, Imprensa Católica, Matrimônio, Arquivos e Livros Paroquiais, Política, Instrução, Serviço Militar e Hygiene e Profilaxia	23
s/d	Carta Pastoral de D. Cabral – A Igreja e o Ensino às Mães Cristãs	-
s/d	Conselhos Regionais da Associação de Educação e Ensino – Trabalho das Filhas de Maria	43

- II Congresso Eucarístico Nacional

Data	Título	Pág.
05/09/1936	Ata da 2ª Sessão de Estudos da Mocidade Feminina (Estudos da Juventude Feminina: Presença de d. Leme palestra sobre a situação do mundo católico, caso espanhol, abertura e convocação para assistência)	3

06/09/1936	Ata da 3ª Sessão de Estudos da Mocidade Feminina (Estudos da Juventude Feminina: D. Elza Pereira das Neves – These “A Eucaristia Ação Católica da Juventude Feminina e sua vida no Lar.	4
1936	Registro de Congressistas	-
29/08/1936	Registro de Grupos de Congressistas: colégios, grupos escolares e associações católicas	-

- Avisos e Mandamentos da Cúria Metropolitana de Belo Horizonte

Data	Título	Pág.
1934-1936	Livro nº 1: 1934-1936 (aviso nº1 ao nº174)	-
1936-1941	Livro nº 2: 1936-1941 (aviso nº 175 ao nº 291)	-

Fontes consultadas no Arquivo Público Mineiro

<p>- Inauguração Asylo Bom Pastor – presença de D. Cabral, no bairro Floresta em dois prédios adaptados para esse fim.</p> <p>- Instituto de Proteção e Assistência Infantil no Hospital São Vicente de Paula - Notação TG – 202-004 – 1914/ Tipografia Magalhães</p> <p>- Secretaria do Interior HGO-006913 e HGO-009130</p>

Fontes consultadas no Centro de Memória Medicina da UFMG

- Atas de Reunião da Sociedade Médica Da Creche Menino Jesus, 1935
- Panorama Histórico do Hospital Madre Teresa (Hospital da Vila dos Operários Tuberculosos
- Arquivo Henrique Marques Lisboa
- Revista a Enfermagem em Minas

Fontes consultadas no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte

Título	Data	Pág.	Referência
No lar dos que não têm lar. Asilo Bom Pastor	17/01/34	3, 4	Revista Bello Horizonte nº17 c.15x-014
Curso Gratuito; Economia do Lar. Companhia Força e Luz	05/09/33	3	Revista Bello Horizonte nº05 c.15x-014
Leiteiria Cinedia: doação Orfanato Santo Antônio	Out./1936	27	Revista Bello Horizonte nº 72 c.15x-020

II Congresso Eucarístico: D. Cabral, D. Leme e as filhas do Sr. Benedito Valadares.	Out./1936	35	Revista Bello Horizonte nº 72 c.15x-020
Partido Feminista de Minas Gerais	Ago./1937	36	Revista Bello Horizonte nº 83 c.15x-026
Pio XI: a maior figura do século	Fev./1939	21	Revista Bello Horizonte nº 101 c.15x-030
Colégio Santa Maria: discurso oradora da turma	Jul./1939	77,78	Revista Bello Horizonte nº 106 c.15x-034
Creche Menino Jesus	Set./1939	67	Revista Bello Horizonte nº 107 c.15x-035
Festa da Infância, Normalista, Escola de Aperfeiçoamento	Jan./1940		Revista Bello Horizonte nº 111 c.15x-036
Natal Solidário D. Clelia Araujo esposa do Sr. José Oswaldo de Araújo e Berenice Magalhães Pinto – Meninos no Orphanato Santo Antônio, Hospital São Geraldo, Creche Menino Jesus, Hospital São Francisco e São Vicente	Jan./1940		Revista Bello Horizonte nº 111 c.15x-036
2ª Semana Odontológica Mineira – Atendimento Infantil	Abr./1940	65,66	Revista Bello Horizonte nº 114 c.15x-037
Visita a BH: Caravana de Acadêmicos da Faculdade Nacional de Odontologia da Universidade do Brasil – Homenagem prestada pela Chimica Bayer	Ago./1940	53	Revista Bello Horizonte nº 119 c.15x-042
Sobre as Instalações do Hospital São Lucas: D. Cabral, Benedito Valadares, os médicos Dr. José Maria Alkim diretor da Penitenciária de Neves e provedor da Santa Casa, Dr. Júlio Soares diretor do São Lucas e J. Castilho Jr. Diretor da Saúde Pública	Nov./1940	41	Revista Bello Horizonte nº 122 c.15x-044
Novas enfermeiras pela Escola Carlos Chagas e voluntárias socorristas da Liga Brasileira de Assistência de Minas	Jan./1943	44	Revista Bello Horizonte nº 148 c.15x-045
Relatórios dos Prefeitos da Cidade de Belo Horizonte	1922/1941		

Fontes consultadas na Hemeroteca Histórica de Minas Gerais

Jornal "Minas Gerais"

Revista do Ensino

Anexo 1 Perfil das Mulheres Associadas

NOME	ASS.	FORMAÇÃO	FAMÍLIA/SOCIABILIDADE	OUTRAS INFORMAÇÕES
Adelaide Augusta de Paiva/Paula Brandão	CCF		Casada com Martiniano de Paula Brandão. Irmã do vice-almirante Francisco Augusto de Paiva Brandão. Filha de Francisca de Paula Sanches e Francisco de Paiva Bueno. Irmã do Júlio Bueno Brandão. Linhagens Sanches Bueno e Brandão da Silva. Bandeirante Anhanguera.	Diretoria Obras sociais e da caridade de Lourdes.
Alexandri na Santa Cecília	CCF	Professora da Escola Normal Modelo, na cadeira Trabalhos Manuais e Costura. Assumiu durante um tempo a cadeira de Ginástica.		Fundou a Sociedade Mineira de Assistência à Infância, da qual era presidente, em 1932. As reuniões aconteciam no Hospital da Criança, anexo à Santa Casa de Misericórdia. Em 1934. Lecionava as disciplinas: Costura e Trabalhos de Agulha (1907), Costura e Trabalhos Manuais (1910), Trabalhos Manuais e Economia Doméstica (1916). Foi a redatora do primeiro regimento interno da Escola. Em 1916 fez uma viagem ao Rio de Janeiro para comparar o programa de sua cadeira de Escola Normal de Belo Horizonte com a da Escola Normal do Rio de Janeiro. Presidente da Comissão Assistência e Caridade da CFC. Quem toma posse e recolhia as contribuições das associações. Presidente do Pensionato Nossa Senhora Auxiliadora. Benfeitora Creche Menino Jesus. Trabalhava com dr. Furtado de Menezes na Comissão Assistência e Caridade. Fundadora da Sociedade São Vicente de Paula em Minas Gerais. Presidente da Associação das Senhoras da Caridade.
Alice Sigaud	Mães Cristãs		Mãe do Médico Sigaud	Asylo Bom Pastor. Presidente da Cruzada

				Santa Terezinha do Menino Jesus.
Aline Marques	CCF			Doação Fundação Balbina Araújo.
Alzira Malard Pires	CCF		De Belo Horizonte. Esposa de Antônio Augusto Malard.	Secretária da Comissão Descanso festivo. Diretoria Obras sociais e da caridade de Lourdes.
Ana Mesquita Assunção	Mães Cristãs			Tesoureira Mães Cristãs/Sagrado Coração de Jesus. Responsável pelo culto da Saudade da Santa Casa de Misericórdia.
Angelina Catão	CCF		Amiga de Constância Guimarães, filha de Bernardo Guimarães e irmã de Alphonsus Guimarães, poeta mineiro. Viúva. Provavelmente foi casada com Francisco Catão. Estudou na Escola de Farmácia de Ouro Preto. Formou-se também em Faculdade de Medicina, atuou como médica no Hospital Nossa Senhora das Dores. Lecionou na Faculdade de Direito da UFMG, ensinando Higiene Pública e Medicina Legal. Faleceu em 07/09/1926.	Comissão Descanso Festivo. Presidente da Seção Feminina do apostolado da oração do Sagrado Coração de Jesus, na paróquia Nossa Senhora das Dores
Anitta Santa Cecília	CCF FM	Professora		Comissão Assistência e Caridade. Escrevia na Coluna Feminina do <i>Horizonte</i> , temas ligados à educação e à catequese. Traduções dos Trabalhos do Sistema Montessori. Em seus textos, ressalta a preocupação com a assistência moral das mulheres operárias.
Anita Assumpção	CCF	Professora		Comissão Escolas
Anna Silva	CCF			Santificação e Família
Antonieta Souza Silva	Mães Cristãs			Conselheira Mães Cristãs/Sagrado Coração de Jesus
Aracy Sperling Soares de Moura			Viúva de Raul Soares	Uma das diretoras da Associação Protetora do Asylo Bom Pastor

Augusta C. Chagas	CCF		Parentesco Carlos Chagas	Comissão Caridade e assistência popular. Senhora da Caridade da Boa Viagem. Curso de Catecismo “Nossa Senhora do Carmo” na Olaria Perto da Vila Mendonça.
Aurea Tavares Santos	CCF			Diretoria Obras sociais e da caridade de Lourdes
Aureliza Teixeira	CCF	Professora		Comissão Escolas
Benvinda Coelho	CCF			Presidente da Associação de Santa Efigênia
Beralda Nunes de Faria				Asylo Bom Pastor
Berenice Catão de Magalhães Pinto			Casada com José de Magalhães Pinto, governador de Minas, advogado, banqueiro. Ver relação dela com Dr. Francisco Catão, médico da santa Casa e professor de Física do Colégio Nossa Senhora das Dores.	Organizava o Natal Solidário – Meninos no Orphanato Santo Antônio, Hospital São Geraldo, Creche Menino Jesus, Hospital São Francisco e São Vicente. Juntamente com D. Clelia Araujo, esposa do Sr. José Oswaldo de Araújo
Branca Thereza de Carvalho Vasconcelos	CCF	Professora de Música na Escola Normal Modelo		Oferecia curso para catequistas. Professora da cadeira de Música. Participou da comissão que elaborou o 1º Regimento da Escola Normal Modelo. Escrevia na Revista do Ensino. Vice-Presidente da Comissão Escolas CCF. I Congresso do Ensino Primário. Comissão Canto.
Carmem Leal	CCF	Professora da Escola Normal Modelo no Curso Adaptação – Trabalhos Manuais e Modelagens		Imprensa – Boa Viagem Escrevia na Revista do Ensino
Carolina Tavares	CCF			Santificação da Família
Cecília Affonso Alvarenga		Professora Diretora do Grupo Escolar Thomas Brandão da Paróquia de Lourdes (1932)	Casada com Henrique Bernardino de Alvarenga. De Uberaba, iniciou o curso de Odontologia e depois transferido para Escola de Odontologia de Belo Horizonte. Teve 7 filhas.	Escrevia <i>Horizonte</i> : mulher e política

		Membro da Seção Técnica do Conselho Superior da Instrução		
Cecília de Freitas	Mães Cristãs		Ver relação com João Batista Freitas Alves. Formado em Farmácia, em Ouro Preto (1894). Formou-se em Medicina no Rio de Janeiro, em (1910). Participou da fundação do Orfanato Santo Antônio e do Instituto de Assistência e Proteção à Infância de Belo Horizonte. Criou o Hospital São Vicente. Provavelmente era filha dele.	Conselheira Mães Cristãs/Sagrado Coração de Jesus
Célia Miranda Ribeiro	FM		Cliente amiga do Dr. Borges da Costa. Morava no bairro de Lourdes.	Presidente das Filhas de Maria do Colégio Santa Maria. Realização de Festival de arte no Teatro Municipal de Belo Horizonte para construção do Seminário do Coração Eucarístico. Orquestra Symphonica, Comédia. Participação de várias senhorinhas. Presidente da Comissão da Obra das Vocações.
Clarinda Proença Costa Sigaud	Mães Cristãs		Ver ligação com Cléa C. Sigaud que assinava doc. Da Secretaria da Educação e Saúde Pública (1936). Em pedido de inscrição Escola de Enfermagem Carlos Chagas. Ver ligação também com o médico ginecologista Dr. Eugenio Sigaud, que tinha um grande consultório em Belo Horizonte. Ressaltava-se no <i>Horizonte</i> seu espírito de caridade.	Vice Presidente das Mães Cristãs/Sagrado Coração de Jesus Trabalhou nas comissões para receber o bispo D. Cabral. Arrecadação de Fundos.
Clelia Continenti no de Araújo			Esposa do dr. José Oswaldo de Araújo (professor da Faculdade de Letras de Minas Gerais, empresário). Foi prefeito de Belo Horizonte entre 1938/1940. Clélia de Campos Continentino (1894-1988), natural de Oliveira, MG, filha do desembargador João Pereira da Silva Continentino e de Amanda de Campos Continentino.	Natal Solidário – Meninos no Orphanato Santo Antônio, Hospital São Geraldo, Creche Menino Jesus, Hospital São Francisco se São Vicente
Clelia	CCF			Presidente das Vocações

Miranda				Sacerdotais
Clotilde Machado Barbosa	CCF	Enfermeira	Filha de José Machado Barboza e D. Maria Carolina Machado Barbosa. Nasceu em junho de 1907.	Damas da Caridade (Boa Viagem). Aula catecismo Diploma Secundário Izabela Hendrix Inscrição na Escola de Enfermagem Carlos Chagas (1933). Na ocasião, tinha 26 anos. Solteira. De Curvello. Trabalhou como enfermeira da Inspetoria Médica Escolar por 7 anos. Referências: Dr. José Castilho Jr., médico escolar e diretor de Saúde Pública, e Dr. Horacio Andrade. Senhora da Caridade Boa Viagem Fazia parte da Mesa Administrativa da Irmandade Santa Efigênia da Polícia Militar de Minas Gerais.
Conceição Magalhães	CCF	Professora do Grupo Escolar Henrique Diniz e na Escola Isolada da Serra Sandoval Azevedo.		Comissão Escolas
D. Elisa Evangelina Miranda Lima	CCF	Professora	Casada com Manuel Correa Ribeiro. Sua filha, Gercyna Elisa Ribeiro, era farmacêutica diplomada pela Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas. Filha do Dr. Oscar Negrão de Lima	Vice provedora da Irmandade de Santa Efigênia dos Militares. Presidente das Damas da Caridade de Santa Efigênia – realizava casamentos eclesiásticos. Substituiu Alexandrina de Santa Cecília por dois meses na presidência da Comissão Assistência e Caridade.
D. Elza Pereira das Neves			Professora de Álgebra. Escola Profissional Nilo Peçanha (RJ)	Participação no Congresso Eucarístico Nacional – Tese “A Eucaristia Ação Católica da Juventude Feminina e sua vida no lar.
D. Epaminon das Pires	Mães Cristãs			Conselheira. Mães Cristãs/Sagrado Coração de Jesus.
D. Maria de Vasconcelos	CCF			Presidente da Comissão Fé e Moral da CFC. Diretora da CFC.

D. Maria Margarida Pires	CCF	Professora		Utilizada como referência na ficha de inscrição de Maria Cyrino Rodrigues na Escola de Enfermagem. Morava na Rua Claudio Manoel (1934). Substituiu a secretária da CFC. Ministrava aula de catecismo na Vila Santa Isabel para adultos Fundou no Jardim em sua casa um Jardim Eucarístico com apoio da Comissão Piedade e Culto. Senhora da Caridade da Boa Viagem. Curso de Catecismo "nossa Senhora do Carmo", na Olaria Perto da Vila Mendonça.
Diva Andrade de Magalhães e Gomes	CCF	Normalista Professora da classe infantil da Escola anexa à Escola Normal Modelo	Filha de Carlos Thomas de Magalhães Gomes e Guiomar Andrade de Magalhães Gomes. Ouro Preto. O pai era médico botânico, político e professor. Diplomado na Faculdade do Rio de Janeiro. Ver ligação com engenheiro Américo Magalhães Gomes – projeto cidade Ozanam Ver sobre Fernando Magalhães Gomes.	Imprensa Conselheira do Pensionato Nossa Senhora Auxiliadora e Centro das ex-alunas salesianas. Apresentou teses sobre a coeducação no I Congresso Feminino Mineiro.
Dulce Alvim da Silva	CCF			Fundou a Sociedade Mineira de Assistência à Infância (secretária)
Elisa Brandão	CCF			Fazia parte da Mesa Administrativa da Irmandade Santa Efigênia da Polícia Militar de Minas Gerais.
Elvira Brandão	CCF	Professora		Comissão Escolas. Escrevia na <i>Revista do Ensino</i> . No I Congresso de Educação Primária atuou como membro da comissão Questões de Pedagogia e Programas.
Emilia Crurau	CCF	Professora		Comissão Escolas. Curso de catecismo.
Ermelinda Sacramento	CCF			Santificação e Família.
Esther Pires	CCF FM			Presidente da Juventude Feminina de BH. Presidente da Pia União das Filhas de Maria da Boa

				Viagem.
Euridice Paula e Silva				Instalação da Liga Eleitoral do Barro Preto.
Fanny Gianetti de Moraes	CCF		Ver Ligação com Américo Rene Gianetti	Fundou Sociedade Mineira de Assistência à Infância (vice-presidente). Benfeitora da Creche Menino Jesus.
Felícia Pereira da Silva	CCF			Presidente da Comissão Santificação da Família
Felícia (Raso) Pereira	CCF		Esposa do dentista e professor Antônio Pereira da Silva	Presidente da Comissão Santificação e Família. Comissão Assistência e Caridade. Presidente das Damas da Caridade Boa Viagem.
Felinda Tavares	CCF	Normalista		Comissão Escolas da CFC – escrevia os folhetos e comunicações sobre o ensino religioso.
Francisca da Conceição Miranda Costa	CCF	Professora		Comissão Assistência e Caridade. Senhora da Caridade da Boa Viagem. Curso de Catecismo “nossa Senhora do Carmo”, na Olaria Perto da Vila Mendonça. Damas da Caridade (Boa Viagem). Aula catecismo.
Gabriela Varella	CCF	Professora		Comissão escolas.
Georgina Ottoni Chagas	CCF	Ecônoma (administradora). Internato das Enfermeiras Escola Carlos Chagas.		Benfeitora Creche Menino Jesus.
Georgina Pires Malard	CCF FM	Normalista. Escola Normal Modelo de BH – contemporânea de Hilda Brandão. Ingressou em 1916	Parentesco com Alzira Pires Malard (provavelmente filha).	Comissão Imprensa da Boa Viagem. Presidente da Pia União das Filhas de Maria da Boa Viagem.
Graziella Coutinho	CCF			Comissão Assistência e Caridade. Secretária das Damas de Caridade da Boa Viagem, São José, Santa Efigênia, e Lourdes.
Guiomar de Sá Fontes	CCF	Normalista		
Guiomar	CCF			Santificação e Família.

Santos				Utilizada como referência na ficha de inscrição de Maria Cyrino Rodrigues na Escola de Enfermagem. Morava na rua Rio Grande do Norte.
Henriquet a B.	CCF	Normalista		Comissão Escolas
Hilda de Paula Ricardo	CCF	Normalista. Escola Normal de BH. Contemporânea de Georgina Pires. Ingressou em 1916.	Conferir ligação com Julio Bueno Brandão – político, magistrado e jornalista. Seu pai era comerciante e coronel da Guarda Nacional.	Comissão Assistência e Caridade. Criou serviço de Assistência à Criança Desamparada (1914). Criação da Maternidade Hilda Brandão. Secretária das Damas de Caridade da Boa Viagem, São José, Santa Efigênia, e Lourdes. Secretária suplente da CCF
Jachyntha Neves	CCF	Alguma relação com Cândido Naves, advogado. Presidente da Associação Social Arquidiocesana.		Vice Presidente da Comissão Fé e Moral na CFC. Utilizada como referência na inscrição de Conceição de Castro Santos. Na Escola de Enfermagem Carlos Chagas. Morava na rua Gonçalves Dias (1935). Negociava com advogados “ilustres” (Sete Câmara, Orozimbo Nonato, Mozart Meniconi, Cândido Naves, Mário de Lima e Magalhães Drumond) e com o Secretário de Segurança Pública, a censura de alguns filmes. Trabalhava com o delegado Edgar Frazen de Lima.
Jandyra Gonçalves				Escrevia no <i>Horizonte</i>
Júlia Maria de Viotti	CCF	Professora da Escola de Aperfeiçoamento	Família Tradicional de Baependi, no sul de Minas. Ligação nos ramos da medicina e farmácia. Ver ligação com dr. Polycarpo Magalhães Viotti, que foi membro do Conselho Superior de Instrução. Ver Ligação com Armando Viotti de Magalhães, que foi Procurador Geral do Estado.	Secretária da CFC (senhorita). Escrevia na <i>Revista do Ensino</i> – Escola Moderna e Trabalhos Manuais. Escreveu o livro <i>Antropologia das moças mineiras</i> (1932).
Lavinia Viotti		Pianista	Ver ligação com dr. Polycarpo Magalhães Viotti, que foi membro do Conselho Superior de Instrução.	Pianista que, atuante na Comissão Obra das Vocações, realizou recitais para benefício de tal

			Ver Ligação com Armando Viotti de Magalhães, que foi Procurador Geral do Estado.	comissão.
Leonidia Leite	CCF Mães Cristã			Comissão Descanso Festivo. Presidente da Seção Feminina do apostolado da oração do Sagrado Coração de Jesus, na paróquia Nossa Senhora das Dores. Tem uma rua no bairro Floresta em sua homenagem. Conselheira. Mães Cristãs/Sagrado Coração de Jesus. Presidente da Comissão Piedade e Culto.
Leopoldina Leite				Asylo Bom Pastor
Lourdes Liberal de Lima				Trabalhava na organização dos Festivais, em benefício do Bom Pastor.
Luiza de Santa Cecília	CCF	Normalista		Imprensa. Montaram pensionato para moças pobres – Secretaria do Pensionato Nossa Senhora Auxiliadora e Centro das ex-alunas salesianas.
Lydia Camietti (senhorinha)	CCF			Comissão Descanso Festivo. Vice Presidente da Doutrina Cristã na paróquia Nossa Senhora das Dores.
Maria Gabriela Tavares	CCF	Normalista		Comissão Escola
Maria Amélia dos Santos Torres	CCF	Professora das Classes Anexas à Escola Normal Modelo – ligada ao curso Aplicação.	Casada com o ourives Vicente Pereira de Guimarães Torres. Família de Diamantina. Família tradicional ligada à Mineração.	
Maria Amélia Rezende		Professora		Escrevia no jornal <i>Horizonte</i> e na <i>Revista do Ensino</i> . Seus textos eram muito lidos pelas associadas. Realizava muitas conferências.
Maria Angelina Vasconcelos	CCF			Imprensa. Secretaria do Pensionato Nossa Senhora Auxiliadora e Centro das ex-alunas

				salesianas.
Maria Barreto	CCF			Comissão Descanso Festivo. Presidente da Doutrina Cristã, na paróquia Nossa Senhora das Dores.
Maria Cardoso				Comissão Santificação e Família.
Maria Candida	CCF			Comissão Escolas.
Maria Christina Braut	CCF			Comissão Piedade e Culto. Trabalhou com dr. Araujo Penna para fundação de uma conferência vicentina e Santa Efigênia.
Maria Cintra	CCF			Presidente da Comissão Escolas da CFC.
Maria ColletaLanari	Mãe Cristãs	Enfermeira Normalista		Inscrição no Curso Anexo de Cruz Vermelha, da Escola de Enfermagem Carlos Chagas (1937). Natural de Belo Horizonte (1920). Asylo Bom Pastor. Benfeitora da Creche Menino Jesus. Presidente da Associação das Mães Cristãs do Colégio Sagrado Coração de Jesus. Participou da comissão dos Estatutos das Mães Cristãs.
Maria das Dôres Araújo	CCF			Comissão Santificação e Família.
Maria das Mercês de Souza e Lima	CCF FM	Professora do Grupo Escolar Barão do Rio Branco e aluna da Escola de Aperfeiçoamento	Parentesco com Dr. Paulo de Souza e Lima	Comissão Escolas. Conselheira das FM do Colégio Santa Maria.
Maria das Mêrces Dutra	CCF			Comissão Descanso Festivo. Vice Presidente da Doutrina Cristã na paróquia Nossa Senhora das Dores.
Maria de Lourdes Ribeiro Oliveira				Presidente da Juventude Feminina (moças).
Maria de Lourdes Vianna	CCF			
Maria				Comissão Assistência e

Flávia de Azeredo Coutinho				Caridade. Secretaria das Damas de Caridade da Boa Viagem, São José, Santa Efigênia e Lourdes.
Maria Geraldina Monteiro	CCF			Comissão Assistência e Caridade. Secretaria das Damas de Caridade da Boa Viagem, São José, Santa Efigênia, e Lourdes.
Maria Gomes Vianna	CCF		Família de Santa Bárbara. Pai Antônio Gomes Vianna e mãe Anna do Carmo.	Membro da Comissão Santificação da Família na CFC.
Maria Gontijo	CCF	Professora		Comissão Escolas.
Maria Jardim	CCF	Professora		Comissão Escolas.
Maria Lana	CCF	Professora		Comissão Escolas.
Maria José Andrada	CCF	Professora		Comissão Escolas.
Maria José Amador	CCF	Trabalhou como preparadora e zeladora dos laboratórios da Escola Normal Modelo. Depois assumiu a cadeira de Biologia e Higiene, do Curso de Aplicação.		Imprensa – Lourdes.
Maria José Borges da Costa	CCF		Esposa do médico Borges da Costa. Filha do coronel Augusto Halfeld e da Sra. D. Maria José Halfeld. Borges da Costa era diretor da faculdade de medicina e do Instituto Radium da capital. Nasceu em Juiz de Fora, em 18/02/1884. Sua família materna era descendente de alemães. Forte laço de amizade com Maria Luiza de Almeida Cunha	
Maria José Santos Cintra	CCF FM			Presidente das Damas da Caridade Boa Viagem. Comissão Caridade e Assistência. Conselheira da FM do Colégio Santa Maria.
Maria Luiza de	CCF Mãe	Professora Psicóloga	Maria Luiza de Almeida Cunha, casada com Roberto	Na década de 1960. Maria Luiza foi professora de

Almeida Cunha	Cristã		de Almeida Cunha, médico formado pelo Instituto Manguinhos, e que se mudou para Belo Horizonte para clinicar, com a possibilidade de tratamento da tuberculose. Foi importante militante católico.	<p>Filosofia da Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Participou da Reforma Universitária dessa instituição e, juntamente com as professoras Alda Lodi, Alaíde Lisboa de Oliveira, Carlos dos Anjos Duarte de Andrada e Magda Soares, fundou o primeiro departamento de Pedagogia e Didática Universidade.</p> <p>Preocupada com as práticas pedagógicas do seu tempo, os artigos de Maria Luiza na <i>Revista do Ensino</i> tratavam especialmente do ensino primário, privilegiando os temas: finalidades da escola moderna; impressões sobre os métodos de ensino; orientações didáticas e pedagógicas aos professores, com o intuito de despertar a vontade e a disciplina do aluno, o gosto pela leitura e pela experimentação; e a psicologia. Além dessas questões, foi encarregada de elaborar o Programa de Ensino Religioso dentro das tendências pedagógicas da época.</p> <p>Responsável pela coluna <i>Feminina</i> do jornal <i>Horizonte</i>.</p> <p>Conselheira das Mães Cristãs/Sagrado Coração de Jesus.</p> <p>Inspetoria Técnica da Escola de Enfermagem Carlos Chagas.</p> <p>Presidente da Liga Feminina da Ação Católica (senhoras).</p> <p>Publicou artigos na revista <i>A enfermagem em Minas</i>.</p> <p>Ministrou nos anos de 1936/1937 a disciplina Ação Social; na EECC.</p> <p>Responsável pela elaboração dos estatutos da Associação das Mães Cristãs.</p> <p>Presidente da Liga</p>
------------------	--------	--	--	--

				Feminina de Ação Católica destinada a senhoras.
Maria P. Oliveira	CCF	Professora		Contribuinte do Hospital São Vicente de Paula.
Maria Pena Magalhães	CCF			Imprensa. Conselheira do Pensionato Nossa Senhora Auxiliadora e Centro das ex-alunas salesianas..
Maria Ruas Santos	CCF			Conselheira do Pensionato Nossa Senhora Auxiliadora e Centro das ex-alunas salesianas.
Maria Seminário Oliveira	CCF	Professora		Comissão Escolas.
Marieta Brochado	CCF	Professora do Grupo Escolar Barão do Rio Branco e aluna da Escola de Aperfeiçoamento. Diretora do Grupo Escolar Barão de Macaúbas.	Relação com Sinfrônio Brochado. Escola com seu nome em Belo Horizonte. Família Brochado tinha grande relação de amizade com os Borges da Costa. Em um dos seus terrenos foi construído o colégio Imaculada Conceição. Trabalhavam na paróquia de Lourdes.	Assistência e Caridade e Vocações Sacerdotais. Presidente das Damas da Caridade de Lourdes. No I Congresso Primário atuou nas comissões: Desenho e Trabalhos Manuais, Organização Geral do Ensino, Higiene Escolar e Educação Física.
Marieta Viotti	CCF		Ver ligação com dr. Polycarpo Magalhães Viotti, que foi membro do Conselho Superior de Instrução. Ver Ligação com Armando Viotti de Magalhães, que foi Procurador Geral do Estado.	Secretária da Confederação, responsável pelas Atas.
Marietta Teixeira de Salles	CCF	Enfermeira EECC	Casada com Manoel Teixeira de Salles. Filhos: José Bento Teixeira de Salles (jornalista importante), João Cláudio Teixeira de Salles (construção da Usiminas, relações internacionais). Natural de Santa Luzia.	Trabalhou como enfermeira no Laboratório de Pesquisa de Belo Horizonte. Atuava na Legião Brasileira da Boa Vontade.
Marina Amaral Brandão	CCF			Fundou Sociedade Mineira de Assistência à Infância (tesoureira).
D. Maria da Conceição conhecida Marocas Franco	CCF		Irmã de José Augusto Juquinha Franco de Almeida. Filha de Francisco Franco de Almeida, Chico Franco. Natural de Juiz de Fora.	Asylo Bom Pastor. Presidente da Comissão Fé e Moral e Vocações Sacerdotais da CFC. Dialogava com o delegado Edgar Frazen de Lima.
Nieta Vasconcelos	CCF			Imprensa. Vice-Presidente do Pensionato Nossa Senhora Auxiliadora e Centro das ex-alunas salesianas.
Noemi	CCF	Professora	Parentesco com Joaquim	Comissão Escolas

Porto Menezes			Furtado de Menezes (engenheiro, farmacêutico, político, professor e jornalista). Sua esposa, Zaira Porto de Menezes, era presidente da Sociedade São Vicente de Paula.	
Nolasquina de Moura	CCF	Professora		Comissão escolas.
Odila Dias de Oliveira	CCF			Presidente da Associação Damas da Caridade de Lourdes.
Ophelia Paiva	CCF	Professora escola na Pampulha		Membro das Damas da Caridade Floresta.
Ruth Garcia de Paiva				Trabalhava na organização dos festivais em benefício do Bom Pastor.
Senhora Borges da Costa			Esposa do médico Borges da Costa, formado na faculdade de medicina do Rio de Janeiro. Trabalhava na clínica cirúrgica da Santa Casa de Belo Horizonte. Participou da Fundação da Faculdade de Medicina de Minas Gerais. Membro da Associação Médico-Cirúrgica de Minas Gerais. Reitor da Universidade Federal de Minas Gerais. Contribuiu para a instauração do Instituto Radium.	Asylo Bom Pastor. Moça ilustre de Minas Gerais.
Senhora Cel. Artur Vianna				Asylo Bom Pastor.
Senhora Desembarg. Souza e Lima				Asylo Bom Pastor.
Senhora Dr. Cristiano Guimarães				Asylo Bom Pastor.
Senhora Dr. Paulo Alvim				Asylo Bom Pastor.
Senhora Edgar Franzen de Lima			Esposa de Edgar Frazen de Lima, irmão de Mário de Lima, importante militante católico, especialmente no campo da educação. Edgar foi delegado da Delegacia de Costume e Jogos.	Asylo Bom Pastor. Esteve presente nas comissões para receber o bispo D. Cabral. Trabalhou para arrecadar fundos para o evento.
Ester Franzen de Lima		Normalista e Inspectora de alunas na Escola Normal	Esposa do dr. Bernardino de Lima.	Associação das Mães de Família do grupo escolar Bernardo Monteiro.

		Modelo		
Senhora Faustino Assumpção				Asylo Bom Pastor.
Senhora Fernando Penna				Asylo Bom Pastor.
Senhora Hugo Werneck			Esposa do Médico Hugo Werneck, primeiro médico ginecologista de Belo Horizonte. Membro da comissão do Bispado de Belo Horizonte. Primeiro Presidente do Banco da Lavoura de Minas Gerais. Participou da criação da Faculdade de Minas Gerais, do Hospital Maternidade Hilda Brandão e do Sanatório Hugo Werneck. Destacou-se na assistência e caridade por serviços prestados aos pobres	Asylo Bom Pastor.
Elza Marques				Trabalhava na organização dos festivais em benefício do Bom Pastor.
Sr. D. Alayde Andrade	CCF			Realização do Festival de Arte no Teatro Municipal de Belo Horizonte para construção do Seminário do Coração Eucarístico. Orquestra Symphonica, Comédia. Participação de várias senhorinhas. Tesoureira e Presidente da Comissão da Obra das Vocações
Sra. Dr. Benedito dos Santos	CCF			Festejo de aniversário da Seção Feminina.
Sra. Luiz Alves			Esposa do professor da Faculdade de Direito de Belo Horizonte. Cargos políticos importantes. Ministro da Justiça e Membro da Comissão de Bispado de Belo Horizonte.	Com ajuda de outras senhoras e dos drs. Magalhães Castro, Clodovil Pinto Coelho e João Machado, em 1924, conseguiram abrir uma Seção de Preservação para a entrada de crianças de 6 anos.
Sta Maria C. Miranda e sua filha Terezinha				Trabalhava na organização dos festivais em benefício do Bom Pastor
Sta. Dinorah Faria			Possível marido: Othon Leão Bezerra de Mello.	
Sta. G.				Trabalhava na organização

Pimenta Gracinda				dos festivais em benefício do Bom Pastor.
Sylvia Guarany	CCF			Imprensa – Lourdes. Fazia parte da alta sociedade. Data de aniversário anunciada na grande imprensa belo-horizontina.
Úrsula Aleixo	CCF	Professora	Irmã de Pedro Aleixo, advogado, professor e político. Família tradicional de Mariana/Ouro Preto. Pedro Aleixo foi Presidente da Associação de Assistência ao Pequeno Jornaleiro, criada em parceria com Helena Antipoff.	Comissão Escolas. Associações da Floresta.
Zelinda Tavares	CCF	Normalista		Comissão Escolas.

Fonte: Elaborada pela autora com dados extraídos de fontes diversas.